LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES

DIRECTORA

D. CAROLINA MICHAËLIS DE VASCONCELLOS

Redacção: AFFONSO LOPES VIEIRA, AGOSTINHO DE CAMPOS, ANTÓNIO SARDINHA *(LITERATURA)*; ANTÓNIO SÉRGIO *(CRÍTICA LITERÁRIA)*; CARLOS MALHEIRO DIAS *(ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS)*; FARIA DE VASCONCELLOS *(PEDAGOGIA)*; JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS *(ETNOGRAFIA)*; LUCIANO PEREIRA DA SILVA *(SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS)*; MÁRIO DE AZEVEDO GOMES *(AGRONOMIA)*; JOSÉ DE FIGUEIREDO, REYNALDO DOS SANTOS *(ARTE E ARQUEOLOGIA)*; RICARDO JORGE *(SCIÊNCIAS BIOLÓGICAS)*; VIANNA DA MOTTA *(MÚSICA)*

SECRETÁRIOS DA REDACÇÃO

AFFONSO LOPES VIEIRA
COSTA DO CASTELO, 45

REYNALDO DOS SANTOS
PRAÇA DOS RESTAURADORES, 47

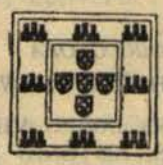
EDITOR E REDACTOR GERENTE

CAMARA REYS

a quem será enviada tôda a correspondência relativa à Administração

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



PROPRIEDADE DA «REVISTA DE ESTUDOS PORTUGUESES, L.da»

ADMINISTRAÇÃO

PRAÇA DE LUÍS DE CAMÕES, 46, 2.º — (Telefone: Central 4322)

ASSINATURAS por séries de 6 números

Portugal	60$00
Províncias Ultramarinas	70$00
Brasil	80$00
Países estrangeiros.	£ 0.12

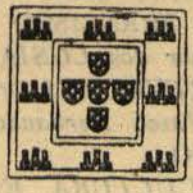
NÚMERO AVULSO: 10$00 Esc.

COMPOSTO E IMPRESSO NAS OFICINAS GRÁFICAS DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS

LVSITANIA

REVISTA DE ESTVDOS PORTVGVESES



SUMARIO

FASCICULO III — JUNHO DE 1924

Pág.

JOAQUIM DE VASCONCELOS — *O RETRATO DE DAMIÃO DE GÓIS POR ALBERTO DÜRER* 315

ANTÓNIO DE VASCONCELOS — *O ESCUDO NACIONAL PORTUGUÊS (II HISTÓRIA)* 321

JAIME DE MAGALHÃES LIMA — *EÇA DE QUEIRÓS E O RENASCIMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA*... 339

AGOSTINHO DE CAMPOS — *VIDA E MORTE DE TEÓFILO BRAGA*... 357

LUCIANO PEREIRA DA SILVA — *KAMAL, TÁBUAS DA ÍNDIA E TAVOLETAS NÁUTICAS* 363

AFFONSO LOPES VIEIRA — *O POEMA DO CID*... 373

BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS 383

Bettencourt Rodrigues: *Portugal-Brasil.* — Sousa Costa: *A Obra de Padre António de Oliveira.* — Luís de Almeida Braga: *O significado nacional da obra de Camilo.* — Vitorino Nemésio: *Paço de Milhafre.* — Luciano Freire: *Museu Nacional dos Coches.* — Matos Sequeira: *Tempo passado.* — Vergílio Correia: *Vasco Fernandes.* — Celestino David: *Évora encantadora.* — *Uma carta do Professor Luciano Freire.* — *Exposição comemorativa do 1.º Centenário da Fábrica da Vista Alegre.* — Suess: *A face da terra.* — Elísio de Carvalho: *Lauréis insignes.* — Victor Klarwill: *Függer-Zeitungen.* — J. B. de Almeida Pessanha: *Os almirantes Pessanhas e sua descendência.* — *Anuário da Associação dos Estudantes do Curso de Português.* — *Escola de línguas estrangeiras.* — *A língua portuguesa no Japão.* — M. Múrias: *O seiscentismo em Portugal.* — António Baião: *Episódios dramáticos da inquisição portuguesa.* — *Revista de filologia portuguesa.* — Asdrúbal A. de Aguiar: *O «Rei formoso» e a «Flor de altura».* — *Portugal e o historiador Oliveira Lima.* — *LVSITANIA e os políticos.* — *Nuestra civilización y la península ibérica.* — *Eça de Queirós na Rússia.* — *Musica.*

MARGINÁLIA 479

SOMMAIRE 486

LVSITANIA PUBLICARÁ:

URIEL DA COSTA, novas notas, por D. CAROLINA MICHAELIS DE VASCONCELOS.

EMENDAS AO «DICIONÁRIO DOS LUSIADAS», por AFRANIO PEIXOTO e PEDRO PINTO.

UMA FILHA DE D. FRANCISCO MANUEL NO BRASIL, por ELYSIO DE CARVALHO.

O SONHO DA ÍNDIA E A VIAGEM DE COLOMBO, por JOAQUIM BENSAUDE.

O SÉCULO XVII, por ANTÓNIO SARDINHA.

FOLK-LORE MUSICAL, por FRANCISCO DE LACERDA.

MANUEL DE LIRA, (impressor dos LUSIADAS), por ANTÓNIO BAIÃO.

PINTURA PRIMITIVA PORTUGUESA, (Gregório Lopes, Cristóvão de Figueiredo, Gaspar Vaz, Vasco Fernandes, Cristóvão de Morais, etc.), por JOSÉ DE FIGUEIREDO.

ESTUDOS SOBRE A ESCULTURA EM PORTUGAL, por REYNALDO DOS SANTOS.

A FINALIDADE POLÍTICA NA REFORMA DOS ESTUDOS, por ANTÓNIO SÉRGIO.

NOTÍCIAS DE PORTUGAL de 1578 a 1580 por uma casa de comércio holandesa, por J. LÚCIO DE AZEVEDO.

COLOMBO E OS DESCOBRIMENTOS DURANTE A RENASCENÇA, por JAIME CORTESÃO.

ARTIGO de ALBERTO D'OLIVEIRA.

ARTIGO do prof. EDGARDO PRESTAGE.

ARTIGOS de PHILÉAS LEBESGUE, e prof. LE GENTIL.

ESTUDOS CAMONIANOS, por JOSÉ MARIA RODRIGUES.

NOTAS SOBRE A MODERNA ARQUITECTURA PORTUGUESA, por RAUL LINO.

PRECIOSIDADES QUE SE PERDEM e obras que não se acabam, por J. LEITE DE VASCONCELLOS.

AS ARMADURAS DE NUNO GONÇALVES, pelo prof. BASHFORD DEAN.

O PROBLEMA DO PÃO EM PORTUGAL, por PEQUITO REBELO.

O PINTOR AFONSO SANCHES COELHO, por SAN-ROMAN.

A ARTE PORTUGUESA NO BRASIL, por RICARDO SEVERO.

A ARTE ITALIANA EM PORTUGAL, pelo prof. A. VENTURI.

ANTÓNIO GALVÃO E O CANAL DO PANAMÁ, por FREDERICO OOM.

AMATO LUSITANO, por RICARDO JORGE.

A CONCEPÇÃO COSMOLÓGICA NOS LUSIADAS, por LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

UM RETRATO DE JOSÉ AGOSTINHO DE MACEDO, por EDUARDO BURNAY.

UMA VISITA A WENCESLAU DE MORAIS, por ROKURO ABE.

Inseriremos colaboração de ilustres brasileiros, e de eminentes espanhóis, que versarão assuntos por igual interessantes às duas Pátrias Peninsulares.

Daremos reproduções dos quadros dos *primitivos portugueses,* das nossas obras principais de *arquitectura* e *escultura;* e de uma *pintura inédita* de Alberto Dürer.

Tôda a colaboração é solicitada

DAMIÃO DE GÓIS, RETRATO DO NATURAL,
de ALBERTO DÜRER

Colecção «Albertina», de Viena de Austria

O RETRATO DE DAMIÃO DE GÓIS POR ALBERTO DÜRER

O RETRATO de Damião de Góis, que hoje publicamos, reproduz um desenho, a carvão, dos mais belos de Alberto Dürer, pertencente à colecção Albertina *de Viena de Austria.*

A descoberta dêste retrato, que figurava no estrangeiro como «de personagem desconhecido», deve-se ao ilustre mestre Sr. Joaquim de Vasconcelos. Identificou-o em 1877, baseando-se nas gravuras dos séc. XVI *e* XVII *que, quási tôdas inspiradas neste desenho original, divulgaram, por vezes com o monograma apócrifo de Dürer, o vulto do grande humanista português.*

A-pesar-de revelado há quási meio século, o cronista continua a ser mais conhecido através das falsas gravuras de Dürer que do admirável desenho original do mestre. Por isso a LVSITANIA *o reproduz, acompanhando-o, com a devida autorização do autor, de um excerto da* Goesiana, *hoje rara, em que o ilustre identificador do desenho se ocupa de Dürer e da iconografia de Góis.*

N. da R.

«Em 1516 tinham as feitorias dos estados europeus passado para o novo empório comercial; a de Portugal saíu de Bruges ainda em fins do século XV. Durante os primeiros vinte anos do século XVI Antuérpia assistiu às esplêndidas festas dos palácios de *Schermere* e *Ymmerseele*, onde os feitores de Portugal haviam estabelecido a sua residência. Em outro lugar esboçámos a curta, mas brilhantíssima história dos feitores, dos amigos de Albrecht Dürer, amigos

convictos, sinceros, e admiradores inteligentes. O personagem de cujo retrato nos vamos ocupar, também viveu nas salas de *Schermere* e *Ymmerseele* e ali ouviria os primeiros louvores do grande pintor alemão, ali veria nas mãos dos velhos feitores, os primeiros trabalhos autênticos do grande artista. Damião de Góis entrava em Flandres em 1523, como *escrivão de Fazenda* da Feitoria de Portugal. Ainda hoje não é possível fixar com certeza o lugar da entrevista entre Damião de Góis e Dürer, a-pesar-de um estudo profundo da sua biografia; é todavia incontestável que ela teve lugar. O retrato que temos presente fala claro; êle é tido, desde há muito, como obra autêntica da mão de Dürer; foi classificado como tal pelos especialistas alemães, não tendo nenhum dêles motivo algum patriótico que pudesse tornar suspeita a classificação, como sucederia se algum de nós a fizesse. Êles não sabiam, nem sabem ainda hoje quem seja o personagem representado; os catálogos oficiais dão-o como retrato de um *desconhecido*. O confronto com as diferentes gravuras anexas decide a questão.

As outras circunstâncias relativas ao retrato estão porém elucidadas, graças a uma série de descobertas que vamos apontar.

A data provável do desenho, as relações de amizade entre Góis e Dürer, a via pela qual elas se estabeleceram, a reputação de Dürer em Portugal — tudo isto se pode documentar.

É impossível dar ao retratado uma idade inferior a 25, e superior a 26 ou a 27 anos, máximo; portanto, a data do desenho será 1526 ou 1527. Dürer morreu a 6 de Abril de 1528, de repente; em 1526 ainda estava na plenitude da sua fôrça criadora; atestam-no os *Quatro Apostolos* ou *Quatro temperamentos*, em Munich e, na série dos retratos, os de Hieronymus Holzschuher no *Germanisches Museum* de Nürnberg, de Johann Kleberger e Jakob Muffel. Dürer não saiu nos últimos anos da sua cidade natal; é provável, portanto, que o encontro tivesse lugar em Nürnberg. Retratos de Dürer, posteriores a 1526 não os há, e o quadro dos *Quatros temperamentos*, do mesmo ano, entregue ao conselho municipal da cidade a 6 de Outubro dêsse mesmo ano, é considerado como a última profissão de fé do grande artista. O encontro em Flandres não só é impossível pelas datas da viagem de Dürer a essas províncias (1520-1521) e pela data da entrada de Góis em Antuérpia (1523), mas ainda

pela idade que o retratado representa, porque tendo Góis nascido em 1501, deveria o desenho acusar 20 a 21 anos, o que é contra tôda a evidência.

Subsiste, pois, a hipótese acima indicada do retrato ter sido executado em Nürnberg.

As relações de amizade entre Góis e Dürer, foram já por nós explicadas pela existência do círculo ou cenáculo: Erasmo, Peutinger, Jakob Fugger, Amerbach, Glareanus, etc., e a íntima amizade dos feitores de Portugal com Dürer em 1520 e 1521.

Ainda longos anos depois vinha a Góis, no meio do doce sossêgo da sua livraria, a memória do grande talento de Dürer. É o que atesta a seguinte passagem de uma preciosa carta, de Góis ao célebre latinista Jerónimo Cardoso, carta por nós descoberta na Biblioteca de Évora:

«Eodem ipso puncto, quo juvenis ille, cui epistolam tuam mihi reddendam commisisti, ingressus est cubiculum nostrum effigiem magni illi Erasmi Roterodami per Albertum Direnum (sic) suæ ætatis, inter germanos, eximium exculptorem, in manibus habebam. Eamque cum contemplari cœpissem, et tanti viri hospitisque quondam felicissimi mei recordatio me in sublime sensum meorum arripuisset: Ecce de repente tu quasi ex insidiis, huic nostro solatio, tua epistola novum gaudium adjicere voluisti», etc.

Dêste modo, numa única fôlha de papel, Góis fazia reviver juntos: o grande pintor e o grande humanista, que ligara o seu nome ao de Dürer, num eloqüente elogio feito a êsse mesmo retrato que Góis tinha na mão.

Para caracterizar a reputação internacional de Dürer, e terminar o quadro, antes de passarmos a um rápido exame dos retratos, basta transcrever o seguinte testemunho do célebre Cochlæus (1479-1552):

«Opera Düreri longissime mittuntur, quippe extant figuræ passionis Domini, quas ipse depinxit, in æs incidit atque impressit, adeo subtiles sane, atque ex vera perspectiva efformatæ, ut mercatores ex tota Europa emant suis exemplaria pictoribus.»

Depois do que escrevemos em 1877 é escusado repetir os obséquios que êsses *mercatores*, e especialmente os portugueses fizeram a Dürer em Antuérpia em 1520 e 1521, e explicar miudamente a influência que as 221 gravuras, desenhos e pinturas, dados por êle aos feitores, exerceram sôbre a arte nacional.

Resta-nos, finalmente, averiguar a procedência do desenho a carvão da *Albertina*, e explicar a nossa descoberta.

Ninguém poderá negar que o achado do desenho a carvão, ou antes: a descoberta da personalidade, que êle representa, é o facto capital para a apreciação do problema; é a única base segura para a justa avaliação de todos os mais retratos.

Não foi ao acaso que nos dirigimos sobretudo aos desenhos fac-similes da *Albertina*, que tem perto de 150 debuxos originais de Dürer. Já em 1877 notámos a circunstância de haverem passado no fim do século XVI uns 200 desenhos de Albrecht Dürer de Madrid para Viena, comprados em 1587 pelo conde de Khevenhiller, embaixador e agente de Rodolfo II de Austria, imperador de Alemanha. Êste monarca foi um coleccionador entusiástico e inteligente das obras de Dürer; foi êle também que comprou a colecção *düreriana* da casa Imhof de Nürnberg em 30 de Dezembro de 1588. Os mercadores desta casa, uma das primeiras de Nürnberg, negociavam em grande escala para Portugal; a firma tinha uma agência em Lisboa e nessa agência trabalhavam filhos da própria família. Em Portugal morreu p. ex. Ulrich Imhof *(Im-Curia)*, membro dessa célebre casa e chefe da agência de Lisboa; foi enterrado na igreja de Nossa Senhora da Conceição, segundo Roth, ao lado de Wolfgang Behaim, irmão do célebre Martin Behaim. Guilhany cita em 1519 um Michael Imhof em Lisboa que deu a M. Behaim um crédito para a compra de *brincos* e *gentilezas* do Oriente com que pudesse presentear os seus parentes e amigos de Nürnberg. Isto bastará ao nosso propósito para a demonstração das íntimas relações dos dois grandes focos da Renascença alemã — Augsburg e Nürnberg — com Portugal.

Em presença dêstes factos não seria inverosímil supor que algum agente dessa casa, cujo chefe, Wilibald Imhof *der Aeltere*, revolvia a Europa à procura de obras originais para a sua colecção *düreriana*, que algum agente ou parente dessa casa, em Lisboa, comprasse no leilão que se seguiu, sem dúvida, ao confisco da fortuna de Góis, os numerosos objectos de arte que enriqueciam a habitação do cronista, e que ali atraíam freqüentes vezes El-Rei D. João III, a Rainha D. Catarina, o Cardeal D. Henrique, Francisco de Holanda e outros. Tudo isto parecerá natural,

se nos recordarmos do seguinte facto eloqüente, que prova a atenção com que a colónia alemã seguia em Portugal os factos menos notáveis. Em 1513 chegava a Lisboa um *Rinoceronte*, mandado da Índia a D. Manuel; como fôsse uma novidade scientífica houve logo um alemão que o desenhou e o mandou — a quem? — a Dürer, directamente ou por um amigo comum, porque o *Rinoceronte* lá aparece na Alemanha entre as obras de Dürer. Êste gravou-o logo em ponto grande (Veja-se Bartsch, 136; Heller, n.º 1904) juntando-lhe — método de alemão — como texto explicativo, a relação da testemunha de Lisboa.

É crível, em vista dêsses factos, que a colónia estrangeira ignorasse a riqueza de uma colecção particular, reünida por um homem de reputação europeia, por um sábio que tinha corrido tôda a Europa em missões oficiais da mais alta importância, hóspede de Erasmo, amigo de Melanchton, de Bembo, de Sadoleto, de Beatus Rhenanus, e de muitos outros não menos ilustres? Entendemos que a colónia estrangeira não o podia ignorar e que a melhor parte do *Museu Goësiano* voltou para o país de onde viera.

Eis, em resumo, a série de considerações que fizemos antes de mandar vir os retratos *anónimos* (permita-se-nos o têrmo) da *Albertina*. Sabiamos que o fundo da *Albertina* era a antiga *Rudolfina;* que o fundo desta era a colecção *Imhof;* que a casa comercial dêste nome, cujo chefe reünia tudo o que aparecia de Dürer, tinha agência em Portugal, e que essa agência existia quando o fisco lançou mão das colecções de Góis e as vendeu, provàvelmente em leilão. O resultado de nossos estudos foi feliz, as combinações eram acertadas. O retrato, o desenho (que já em 1877 classificavamos, instintivamente, como devendo ser *desenho a carvão)* aí está; isto é certo, como é certo que nós o perdemos.

JOAQUIM DE VASCONCELLOS.

O ESCUDO NACIONAL PORTUGUÊS

(CONCLUSÃO)

II. *HISTÓRIA*

VEJAMOS agora o que pode averiguar-se no campo histórico a respeito da origem e das modificações sucessivas do escudo de Portugal, desde os primórdios da nacionalidade até ao presente. A lenda, por mais bela e sugestiva que seja, é simples lenda, e tem de ceder lugar à realidade histórica.

Encontramos várias notícias do brasão nacional português dispersas pelos autores; há até desenhos e gravuras publicados, reproduzindo-o tal como era em diversas épocas: mas, nem a fidelidade dessas representações merece inteira confiança, nem o que sôbre elas se tem escrito corresponde sempre à verdade. Há muita fantasia insubsistente, no que se tem dito e publicado a êste respeito.

Temos de entrar nos domínios da heráldica, sciência moderna e muito interessante, entre nós geralmente repudiada com desdém, pela simples razão de ser desconhecida. Está bem longe dos sonhos inventivos, das fantasias românticas, que pejavam os antigos tratados de armaria; ela é hoje indispensável para o estudo dos três últimos séculos da idade média.

Precisamos de recorrer ainda a outras sciências afins, igualmente subsidiárias da história, as quais nos prestam elementos preciosos: — a esfragística, a numismática e a diplomática.

¿Será possível, com todos os elementos que viermos a colhêr, chegarmos a descobrir qual a verdadeira origem do escudo nacional português? ¿Poderemos acompanhar, através dos séculos, a série das modificações por que foi passando até à actualidade? Eis o duplo objecto do presente estudo.

A origem do brasão português deve ser análoga à dos escudos

das outras nações medievas ; à dos brasões das várias e numerosas famílias senhoriais dêsses tempos, que os tiveram e usaram. Principiemos pois por interrogar a heráldica sôbre a origem dos brasões.

O escudo era a princípio uma peça importante e indispensável da armadura do cavaleiro. Servia para proteger o corpo, aparando os golpes, especialmente os perfurantes das lanças, dardos e flechas. Evitava que, incidindo êsses golpes directamente na túnica de peles ou de estofo grosso, reforçada com pequenas chapas metálicas, penetrassem nesta e ferissem o cavaleiro.

Constava o escudo de uma armação de madeira, coberta de couro ; era cercado de orla ou debrum de metal, e tinha ao meio uma saliência chamada *umbo* ou *umbigo*, assente sôbre uma chapa circular de raios mais ou menos ornamentados, tudo isto metálico ; era alto, largo e redondo em cima, estreitando para baixo, e protegia o corpo todo.

Depois veio a cota, fabricada de malhas de aço, a princípio muito imperfeita e curta, protegendo pouco mais do que o tronco ; não dispensava pois ainda o grande escudo de defesa. Mas, de aperfeiçoamento em aperfeiçoamento, as cotas vão-se tornando mais eficazes e completas. As malhas de aço cerram-se cada vez mais, e já não deixam penetrar a ponta da lança ou da arma de arremêsso ; a cota amplia-se com o gorjal, a cervilheira e os guantes, tudo reünido numa única peça de malhas metálicas, que protege a cabeça, pescoço, mãos e o corpo todo até aos joelhos, abaixo dos quais outra peça da mesma natureza, fixada à cinta sob a aba da cota, veste as pernas e os pés.

Á medida que se introduzem estas modificações, o escudo vai perdendo em grande parte a sua importância, e abrevia-se, porque o corpo do cavaleiro já se encontra mais bem defendido.

Pelo seu lado a armadura continua a aperfeiçoar-se numa evolução constante, resguardando cada vez melhor o cavaleiro. Ao bacinete metálico adiciona-se o nasal, que em seguida se amplia numa espécie de máscara, protegendo a parte anterior do rosto. Agora o escudo deforma-se, rectifica-se na sua parte superior, por não ter já a função de proteger a cabeça ; reduz-se mais em dimensões, e toma a configuração de um triângulo com o vértice para baixo e os lados levemente curvos.

Nesta série de transformações desapareceu a chapa metálica sôbre a qual se salientava o *umbo*, e que ocupava a região média do campo, constituindo um importante refôrço do próprio escudo; era escusada agora que a função defensiva desta peça da armadura havia perdido a sua importância, tornando-se mais um objecto de ornato tradicional, uma insígnia dos cavaleiros, do que uma arma de defesa. Por fim o próprio *umbo* desaparece, e o campo do escudo fica livre.

Com estas transformações sofridas pela armadura, surgiram novas necessidades. O nasal desfigurara o cavaleiro, e, quando aquele se ampliou tomando as proporções de máscara, êste ficou inteiramente irreconhecível. Vêem-se claramente os inconvenientes daqui resultantes: no campo de batalha não podia ser reconhecido qualquer cavaleiro, confundiam-se os amigos com os inimigos, o comandante não se distinguia dos seus homens. Era preciso que os cavaleiros, que formavam o corpo de cada comando, se reconhecessem por um sinal bem evidente, e que o comandante se não confundisse com os soldados. Para ocorrer a esta necessidade, surgiu então a armaria.

Cada senhor, que era o comandante da sua tropa, escolheu uma ou mais figuras simbólicas ou emblemas, que mandou *esmaltar* sôbre o seu escudo, cujo campo, já desembaraçado da chapa metálica, era adequado a receber essa nova ornamentação. Entram então em jôgo os esmaltes, isto é, os metais e as côres heráldicas; metais só dois, os mais nobres, ouro e prata; côres as mais vivas e brilhantes, a vermelha, a azul, a verde e talvez também a púrpura (a púrpura violácea), às quais se adicionava, como nota lúgubre, a preta. Se o campo do escudo fôsse de alguma das referidas côres, as figuras ou peças seriam de ouro ou prata; sendo o campo de um dêstes metais, as figuras ou peças seriam de alguma das côres mencionadas. Em vez do esmalte, também em certos escudos se usou, ou no campo ou nas peças, o fôrro, quer de arminho, quer de veiros.

Assim não haveria lugar a confusões. Embora todo coberto de aço, o senhor seria fàcilmente reconhecido pelo seu escudo heráldico, e a sua gente pela côr escolhida para os distintivos. E esta ficou sendo agora a principal função do escudo. Para êle se adornar com as figuras heráldicas, nem mesmo se esperou que o *umbo* desaparecesse; retirada apenas a chapa metálica, lá se foram aco-

modando em volta do *umbo* as peças heráldicas, até que êste desapareceu em breve, e todo o campo ficou livre para as receber.

Pouco tempo decorrido, as representações heráldicas, sem deixarem de figurar no escudo, como lugar especialmente consagrado à armaria, passaram a invadir também a cota de armas, a chapa umeral que defendia os ombros e a cerviz, e bem assim a ampla gualdrapa que vestia o cavalo montado pelo senhor.

Uma vez composto o escudo heráldico, sempre simbólico, êle ficava designando e representando o cavaleiro; era transmitido à descendência, de geração em geração, *in perpetuum*, e tornou-se no brasão de armas, sinal distintivo e título honorífico da respectiva família. E, quando o cavaleiro tinha estados, êstes honravam-se com as armas do senhor; e assim o escudo do conde era o brasão que nobilitava o condado, o escudo do rei era *ipso facto* o escudo do reino, o brasão de armas da nação.

Eis a origem dos escudos nacionais medievos. A génese do escudo português não foi nem podia ser diferente.

Referem os nossos escritores que o conde D. Henrique, ao passar os Pireneus para tentar fortuna na península hispânica, trazia o escudo prateado liso, tendo repudiado os nobilíssimos brasões da sua casa de Burgonha, à espera de que, pelos seus feitos, por actos de bravura e heroicidade em pelejas com os mouros, viesse a ganhar por direito de conquista um novo brasão pessoal; e acrescentam que efectivamente, depois de lutas e proezas em que se bateu como soldado da cruz, ornou então o campo de prata do seu escudo, pintando nêle um símbolo bem significativo — uma cruz azul. A escolha desta côr, dizem ainda, resulta da reminiscência das bandas azuis, que figuravam no escudo da casa de Burgonha. A rainha D. Teresa continuou a usar o escudo de seu marido, e D. Afonso Henriques, para cumprir a ordem verbal que recebera de Jesus Cristo em Ourique, nada mais teve a fazer senão estrangular em quatro pontos a cruz azul do escudo herdado, fazendo-lhe assim tomar a forma de cinco escudetes, e semear sôbre êles trinta besantes, representando os trinta dinheiros de Judas.

Uma fábula insubsistente, como outras muitas que se lêem nos livros de cavalaria. A heráldica é, como deixamos dito, uma sciência moderna, que nada tem que ver com êsses romances e

fantasias; as conclusões a que chega são seguras, porque parte de elementos certos, e procede com método scientífico.

O conde D. Henrique não trouxe no seu escudo o brasão da casa de Burgonha, pela simples razão de que a êsse tempo ainda esta o não tinha; êle nunca adoptou um escudo blasonado, porque, quando morreu, ainda não havia nascido a armaria.

É na segunda metade do século XII que aparecem os primeiros brasões; a princípio são muito raros, mas pouco depois multiplicam-se ràpidamente, e surgem ao mesmo tempo em regiões afastadas.

O estudo dêste assunto acha-se hoje feito; é a uma outra sciência, afim da heráldica e como ela subsidiária da história, que se devem os mais abundantes e preciosos elementos, que tornaram possíveis êsses tão interessantes estudos. Refiro-me à esfragística. Nas colecções de sêlos eqüestres *de autoridade*, em que aparecem representados os grandes e pequenos senhores, a-cavalo, armados para entrar em combate, de espada nua erguida e escudo embraçado, a esfragística nos mostra, com dados autênticos e irrecusáveis, a génese dos escudos blasonados, e acompanha depois, nos sêlos do referido tipo e nos de tipo heráldico, que aparecem pouco depois, a evolução que a armaria foi seguindo através dos séculos. Basta folhear as monumentais obras de G. DEMAY — *Le blason d'après les sceaux du moyen âge*. Paris, 1867, e *Le costume au moyen âge d'après les sceaux*, Paris, 1880, para ficarmos conhecendo o assunto.

O brasão surgiu em primeiro lugar na França. Na casa dos condes de Flandres é que nos aparece o mais antigo escudo armoriado, com o leão rompente, escolhido pelo conde Felipe de Alsácia, que o mandou gravar na matriz esfragística de que fêz uso desde 1170 em diante: a matriz, com que êste conde de Flandres selava os documentos ainda em 1164, não tinha atributo algum heráldico. Os senhores de Montmorency começam a usar no seu escudo figuras heráldicas, a cruz cantonada de quatro merletas, desde Mateus II em 1177; e neste mesmo ano principiam a figurar os três crescentes no escudo de Eudes de Ham. Não se encontram indícios de brasão no escudo de Conon, conde Soison, senão desde 1178 em diante, em que nêle figura o leão passante, que fica sendo o distintivo da sua casa.

Êstes os mais antigos escudos blasonados que se conhecem; e note-se que existem sêlos iconográficos de todos êstes senhores ou

de predecessores seus, de anos antecedentes aos que acabo de indicar, em cujos escudos não aparece ainda nem o mais leve vestígio de brasão.

Em face dêstes e outros muitos factos se conclui que o brasão, como distintivo de família, era inteiramente desconhecido antes de principiar o último têrço do século XII, e que por 1180 era ainda raro; mas vulgarizou-se logo em seguida ràpidamente.

Nos últimos anos do reinado de D. Afonso Henriques, falecido em Dezembro de 1185, é que pode ter-se originado o seu escudo heráldico, e não antes. Propagava-se com rapidez o uso dêstes escudos entre os grandes senhores feudais, e é naturalíssimo que esta novidade houvesse chegado a Portugal; note-se que em 1184 casou-se uma filha de D. Afonso Henriques com o conde de Flandres. As modificações introduzidas nas armaduras, a simplificação dos escudos, e conseqüentemente as suas ornamentações heráldicas, que se tornavam necessárias, certamente haviam de calar no espírito dos cavaleiros portugueses e do seu rei, que não deixariam de imitar a moda, que tantas vantagens introduzia na arte de combater.

¿Adoptaria realmente D. Afonso Henriques êsse uso, vindo da França? E, se o adoptou, ¿qual a primitiva forma do seu escudo real? ¿Que emblemas heráldicos escolheria o primeiro monarca português?

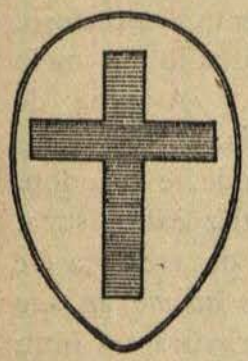
Interroguemos as sciências subsidiárias respectivas, e registemos as suas respostas.

A numismática pouco nos diz, mas não fica inteiramente silenciosa. Entre as pouquíssimas moedas autênticas de D. Afonso Henriques, há uma pequena de bilhão [1], em cuja face vemos uma cruz grega cantonada de quatro pontos, ou talvez besantes, e a inscrição na orla:—REX AFOSV—; no reverso distingue-se um escudo, com a forma de amêndoa, em uso naquela época, acostado por dois triângulos, cantonado ao pé por dois pontos ou besantes, e no campo dêste escudo uma singela cruz latina, lendo-se na orla da pequena moeda a palavra PORTVGAL, que conclui a inscrição principiada na outra face.

[1] Vid. A. C. TEIXEIRA de ARAGÃO, *Descripção geral e historica das moedas*, t. I, pag. 143, e est. II, D. Aff. I, n.º 3.

O ESCUDO PORTUGUÊS

Se a moeda é, como creio, autêntica, nela temos representada a mais antiga forma do escudo heráldico português; suponho ser êste o primitivo brasão do fundador de Portugal. Vê-se que os nossos escritores André de Rèsende e Duarte Nunes do Leão afirmaram a verdade, quando disseram que o escudo branco de D. Afonso Henriques fôra primeiro sinalado por uma simples cruz.



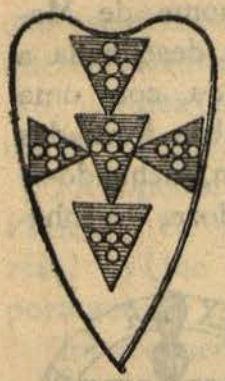
Ouçamos agora o depoimento da diplomática. Existe no arquivo nacional da Tôrre do Tombo [1] um documento, saído da chancelaria real portuguesa em Fevereiro de 1183, autenticado com quatro sinais rodados de tipo heráldico, do rei Afonso Henriques, de seu filho o príncipe D. Sancho, de sua nora a futura rainha D. Dulce ou Aldonça, e finalmente de sua filha a infanta D. Teresa, que ano e meio depois, em Agosto de 1184, casou com o conde de Flandres Felipe I, assumindo então o nome de Matilde. Em todos êsses quatro sinais rodados aparece desenhada a mesma cruz heráldica, que vimos no escudo da moeda, com uma diferença porém: tanto a pala como a faixa são ambas formadas de escudetes, carregados de cinco besantes cada um, achando-se também êstes dispostos em cruz. Os escudetes são doze, desenhados com a forma de amêndoa, os seis da pala apontados para baixo, os seis da faixa apontados para o centro.

D. Afonso Henriques tinha portanto modificado o seu escudo heráldico, substituindo a cruz simples por uma cruz de escudetes carregados de besantes.

É precisamente nesta época que o rei de Leão Fernando II principia a usar nos diplomas o seu sinal rodado, e nêle introduz também, como o nosso primeiro monarca, uma peça heráldica que adoptara, o leão rompente, umas vezes acompanhado de legenda, outras vezes só, dentro do círculo, sem letras algumas; o mesmo sinal heráldico continuou em uso durante o reinado de D. Afonso IX.

[1] Colecç. esp., caixa 28.

Passemos finalmente a ouvir o que nos refere a esfragística. Quanto à composição do escudo heráldico de D. Afonso Henriques, nada nos diz directamente, porque o fundador da monarquia portuguesa não usou autenticar os documentos com a aposição de sêlo, nem, certamente, chegou a ter matriz sigilar; mas indirectamente alguma cousa refere, e o seu depoïmento é precioso. Para o recolher, temos de ir a Flandres, e buscá-lo no meio da grande riqueza esfrangística daquele condado. A filha de D. Afonso Henriques, a que fiz há pouco referência, foi condessa de Flandres, mudado o nome de Teresa para Matilde, e mandou, logo depois do casamento, gravar uma bela matriz esfragística. Encontra-se o seu sêlo pendente de um documento de 1189; a êle se refere G. DEMAY no já citado livro — *Le costume au moyen âge d'après les sceaux* [1], e aparece reproduzido em gravura na obra de OLIVIER DE WRÉE — *Genealogia comitum Flandriae a Balduino Ferreo usque ad Philippum Regem variis sigillorum figuris representata* [2], e na do nosso D. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA — *Historia genealogica da Casa Real Portugueza* [3]. O sêlo, em forma amigdaloide, tem uma face de tipo iconográfico pedestre, a outra de tipo heráldico. Nesta o escudo abrange todo o campo do sêlo, deixando livre apenas a orla para a inscrição; ostenta cinco escudetes de forma triangular, sendo três dispostos em pala todos apontados para baixo, dois em faixa apontados para o centro, sendo cada um dos escudetes carregado de cinco besantes em cruz. São evidentemente as peças heráldicas do escudo de seu pai. Na inscrição, que em uma e outra face orla o sêlo, declara-se ela *regina* por ser filha legítima do rei de Portugal, o que justifica o uso das armas reais portuguesas, e *comitissa* por ser mulher do conde de Flandres [4]. Encontramos pois esta personagem a usar o escudo real de D. Afonso Henriques, primeiro com doze escudetes em 1183, depois com cinco em 1189. É a



[1] Pág. 200.

[2] Bruges, 1642; pág. 25.

[3] Tômo IV, est. B, n.º VII.

[4] A legenda da face diz — ✠ SIGILLVM: REGINE: MATHILDIS: e a do reverso completa — COMITISSE: FLANDRENSIS:

mesma cruz de escudetes com besantes, que aparecia nos sinais rodados de seus pai, irmão e cunhada, e no seu, a que agora se vê no sêlo da condessa de Flandres : os mesmos escudetes, embora em número diferente, a mesma disposição, e os mesmos besantes em cada escudete em idêntico número e posição.

¿ Porque se reduziria o número de escudetes de doze a cinco ? Creio que para isso não houve razão alguma simbólica, mas de simples conveniência. O campo do sêlo comportava um reduzido número de escudetes, a não ser que êstes fôssem demasiadamente pequenos, o que prejudicaria a feição da gravura e o efeito estético ; por isso o ourives encarregado de gravar a matriz, sem alterar o que era fundamental, reduziu o número de escudetes, que era acidental, ao mínimo possível, sem deixar de guardar as proporções : três a formar a pala, que era maior, dois a faixa, que era menor.

Resumindo e concluindo:

O primitivo escudo heráldico de D. Afonso Henriques não pode remontar além da última década do seu reinado. Tinha apenas uma cruz latina simples a meio do campo e sem tocar com as extremidades na periferia, o que em linguagem heráldica se diz: *posta em abismo*. Talvez já nessa cruz (¿quem sabe?) houvesse alguns besantes, que não pudessem ser figurados no único documento numismático que nos mostra tal escudo, pela extrema exigüidade em que a cruz ali se apresenta.

Depois modificou-se a cruz latina simples primitiva, dividindo-se em escudetes em número indeterminado, que ia de doze a cinco ; e em cada um dêsses escudetes havia cinco besantes, dispostos em forma crucial. Aparece-nos pela primeira vez o escudo assim modificado, em 1183.

¿ Quais eram os esmaltes do escudo heráldico do primeiro rei de Portugal ?

Não constam directamente, porque nem os sinais rodados, nem o sêlo da condessa Matilde dizem cousa alguma a tal respeito ; mas indirectamente o sabemos.

As mais antigas referências apresentam-nos a cruz, quer simples, quer de escudetes, de côr azul ; o campo do escudo, assim como os besantes, de prata. São êstes os esmaltes que sempre

encontramos no escudo através dos tempos, e nós sabemos a fixidez admirável com que se conservavam tradicionalmente nas famílias, de geração em geração, êstes elementos que convencionalmente as distinguiam e caracterizavam. Uma vez escolhidos e adoptados, ficavam nas tradições da família, até que esta se extinguisse. Há excepções, bem o sei, mas têm sempre uma explicação, e são tão raras que, longe de destruirem, antes confirmam a lei. Já no princípio do século XVI afirmavam os escritores, que o escudo português tinha êstes esmaltes desde a sua origem em tempo de D. Afonso Henriques; esta afirmação deve corresponder à verdade pela razão exposta.

Na igreja do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra era guardado pelos cónegos regrantes com a maior veneração um escudo, que se dizia ser o próprio usado por D. Afonso na batalha de Ourique. Depois da extinção dos conventos desapareceu, sem se saber como nem quando (1): mas ficou a descrição que dêle nos deixou D. NICOLAU DE SANTA MARIA na *Chronica dos Conegos Regrantes do Patriarca Santo Agostinho* (2). Diz assim: — «É de pau de figueira, forrado de coiro de boi cru oleado e pintado, e tem de comprimento cinco palmos e meio, e de largo, no mais largo, três palmos».

Faço aqui referência a êsse tão falado escudo, apenas a título de curiosidade, sem lhe reconhecer valor documental, porque a sua autenticidade se me afigura nula. Deve corresponder a uma dessas *pias fraudes*, de que tantos exemplos temos nas Crónicas.

¿Poderá determinar-se o verdadeiro simbolismo do brasão escolhido por D. Afonso Henriques? Creio que sim.

A cruz simboliza a Redenção da humanidade pela morte de Jesus Cristo, e é o sinal da fé cristã, pela qual o fundador da monarquia portuguesa tanto lidou tôda a vida, conquistando aos muçulmanos, palmo a palmo, as terras por onde dilatou os domínios da cruz. Mas, como essas conquistas se fizeram pelas armas, bem eloqüente era o simbolismo da cruz formada de escudos.

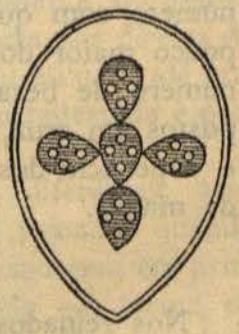
Na armaria os besantes simbolizam dinheiro: dinheiro dispen-

(1) *O Instituto*, vol. V, pág. 175.
(2) Liv. XI, cap. XXXII, pág. 513.

dido em obras meritórias, tais como fundação de mosteiros e igrejas, expedições contra os moiros, redenção de cativos, etc. Os cavaleiros, que se nobilitassem com dispêndios generosos desta natureza, perpetuavam a memória do facto nobilitante colocando no seu escudo alguns besantes, quer de oiro, quer de prata, como título de nobreza e benemerência. Ora D. Afonso Henriques podia legìtimamente gloriar-se de semelhantes acções com bem fundamentados títulos.

A côr azul da cruz deve ter sido preferida a qualquer outra pelo seu simbolismo: ela representa a divindade, a origem divina; faz lembrar o céu, onde reside Deus com os seus Anjos e com os seus Santos; *lá de cima vem tôda a graça óptima, todo o dom perfeito, que desce do Pai das luzes* (1). Quem escolheu esta devisa tetralógica — PAX · LVX · REX · LEX — e a fêz inscrever nos cantões do seu sinal rodado, bem foi que tivesse preferido a qualquer outro esmalte o azul, a côr do céu límpido em noites estreladas.

No campo e nos besantes foi empregada a prata de preferência ao oiro: isto pode ter a sua explicação na modéstia cristã do rei, e nos sentimentos e tendências naturais que o caracterizavam. A cavalaria simbolizava no oiro a riqueza, o esplendor, a magnanimidade, o amor; na prata a lealdade, a franqueza, a generosidade, a ingenuidade: não é de estranhar que o monarca preferisse êste metal àquêle.



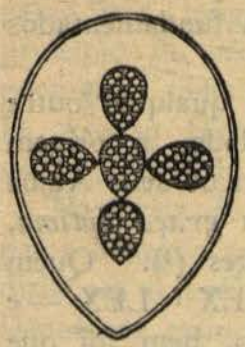
D. Sancho I, ao herdar de seu pai o reino, herdou também o escudo régio, mantendo a sua forma essencial. Temos a atestá-lo documentos numismáticos e esfragísticos do seu reinado.

Entre os primeiros, comecemos pelo morabitino de oiro, com os cinco escudetes em cruz, como no sêlo de sua irmã a condessa de Flandres. Assumiram porém êles a forma de amêndoa em vez da triangular, e em cada um a cruz é formada por quatro besantes apenas, faltando o central, por mal caberem cinco no escudete gravado toscamente. Vêem depois o dinheiro e a mea-

(1) Ep. de S. Tiago, cap. I, vers. 17.

lha, de bilhão, os quais não apresentam as peças do escudo nítidas, pelo seu reduzido tamanho, mas apenas indicadas, bastante confusamente.

Ao lado dos documentos numismáticos, temos um esfragístico muito importante pela sua nitidez: o sêlo pendente usado por êste monarca. É de tipo heráldico, igual em uma e outra face, em cuja matriz o gravador pôde bem à sua vontade figurar o escudo real. A disposição dos cinco escudetes é a mesma que se observa no sêlo de sua irmã, com a diferença acidental da forma amigdaloide que êles apresentam, em substituição da triangular; mas regista-se aqui uma modificação importante, o desaparecimento da cruz formada pelos cinco besantes, achando-se em seu lugar muitos besantes semeados por tôda a superfície de cada escudete, tantos quantos o gravador lá pôde introduzir.



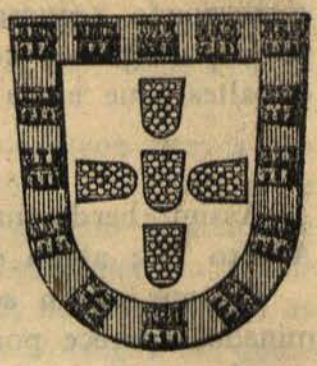
É também conhecido o sêlo pendente de Santa Sancha, filha de D. Sancho primeiro; sêlo iconográfico em uma face, heráldico na outra. O escudo é igual ao de seu pai: o mesmo número de escudetes, igualmente dispostos, e cheios de besantes.

Vê-se pois que o número de escudetes se reduziu definitivamente a cinco, conservando-se na disposição já descrita; era o menor número com que podia formar-se a cruz latina, cuja haste é um pouco maior do que os braços, como pedia a forma do escudo: o número de besantes porém, primitivamente cinco por escudo dispostos em cruz, aumentou, sem se fixar, ficando semeados por tôda a superfície dos escudetes, segundo as conveniências do gravador da matriz.

Nos reinados seguintes, até D. Afonso III, aparece sempre o mesmo tipo de escudo: nos sêlos com muitos besantes em número indeterminado, nas moedas com poucos, mais geralmente 4, raras vezes 5, algumas 3, 2 ou 1, e até, quando os escudetes eram muito pequenos, nenhum. O que não tornou a transparecer, foi a preocupação de agrupar os besantes em forma de cruz, pois, para a representar, bastava a disposição dos escudetes.

D. Afonso III porém introduziu uma grande inovação no escudo

real. Conservando-lhe o campo com os respectivos escudetes e besantes, tal como viera dos anteriores reinados, cercou-o de uma bordadura carregada de castelos, em número indeterminado. Esta adjunção não se faz sentir nas moedas, que, sendo pequenas, não a comportavam; mas observa-se nos sêlos, onde aparecem os castelos em número maior ou menor.



¿Qual a razão dêste acrescentamento? Diz-se que se fêz para simbolizar no escudo a encorporação no reino de Portugal dos castelos e território do reino do Algarve, conquistados aos mouros.

Sim. Nos castelos com que foi bordado o escudo português, certamente se recorda a conquista dos castelos algarvios. E note-se que essa bordadura foi acrescentada, logo depois que se ultimou a conquista do Algarve, não se esperando pela liquidação da pendência que houve com o príncipe herdeiro de Castela, depois Afonso X o sábio; fez-se êste acrescentamento muito antes de Afonso III juntar ao título de *Rex Portugaliae* o outro genitivo *et Algarbii*. A conquista do que ainda restava aos mouros no Algarve concluiu-se em 1249, e foi logo adornado o escudo real com os simbólicos castelos. Surgiram contestações àcêrca do senhorio do Algarve, o monarca português viu-se temporàriamente privado do que lhe pertencia por direito de conquista, mas jàmais retirou a bordadura do seu escudo, até que finalmente em 1267 entrou na posse definitiva, incontestada e perfeita dessa soberania.

Duas matrizes esfragísticas, completamente diferentes, teve D. Afonso III logo na primeira década do seu reinado, quando ainda usava o título de conde de Bolonha, que abandonou em princípios de 1259. Uma dessas matrizes era de sêlo em forma de amêndoa, de tipo heráldico; a outra de sêlo redondo, de autoridade na face e heráldico no reverso. O sêlo da primeira destas matrizes tem a bordadura do escudo carregada de 8 castelos; o da segunda traz na face iconográfica a figura equestre do rei, de espada erguida e escudo embraçado, e neste 9 castelos, emquanto no reverso heráldico o grande escudo tem 12 castelos na bordadura.

Nos sêlos do mesmo monarca posteriores a 1259 vê-se o escudo bordado também de castelos em número variado.

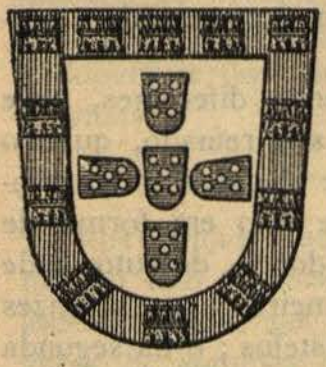
Segundo a tradição, a orla acrescentada ao escudo por D. Afonso III era vermelha, e os castelos de ouro. Essa tradição, como já dissemos em relação ao campo do escudo e suas peças, corresponde seguramente à realidade. Os mais antigos brasões reais portugueses coloridos, que se conhecem, apresentam êstes esmaltes, que ainda hoje se mantêm no escudo nacional.

Assim herdaram o escudo português os descendentes de Afonso III; assim o conservaram e transmitiram.

Quanto porém ao número dos castelos, que continuou indeterminado, aparece por vezes elevado ao máximo de 14. É o que sucede, por exemplo, no reverso heráldico do sêlo de autoridade de D. Denis, embora o escudo embraçado pela figura equestre do rei tenha apenas 8. Depois dêste monarca, vê-se freqüentes vezes aquele número máximo de castelos.

Nota-se nas moedas de D. Denis uma importante modificação. O número dos besantes fixa-se em 5 por cada escudete, como sucedia no escudo de D. Afonso Henriques, mas em disposição muito diversa: emquanto lá era crucial, aqui é quinconcial ou em aspa. Acaso? Propósito? Não sei.

Isto sucedia nas moedas, onde os besantes fôram sempre em muito pequeno número; nos sêlos porém continuavam a carregar-se os escudetes de maior quantidade de besantes.



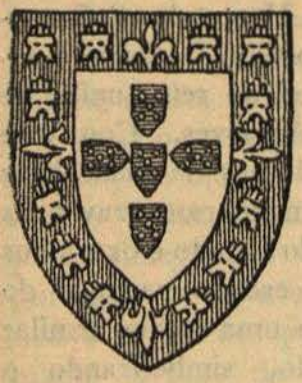
Os primeiros sêlos em que os vemos reduzidos a 5 em aspa, como nas moedas, são os de D. Fernando. Logo no princípio do seu reinado usou o sêlo pendente de cera, tendo ainda cada escudete 10 besantes; mas depois passou a usar sêlo pendente de chumbo, onde já aparecem os cinco besantes em aspa, número e disposição que daí em diante se fixaram para sempre no sêlo real.

Entretanto a rainha D. Leonor Teles teve duas matrizes esfragísticas, ambas redondas, uma ostentando ainda 12 besantes em cada escudete, a outra já os 5 em aspa.

E daí em diante assim ficou inalteràvelmente.

O ESCUDO PORTUGUÊS

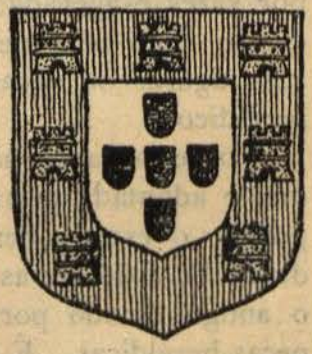
O mestre de Avis D. João, aclamado rei de Portugal, não querendo olvidar a sua profissão religiosa, adicionou ao escudo régio a cruz flordelisada verde, distintivo da ordem militar de S. Bento. Colocou-a sob o campo de prata do escudo, por forma que só apareciam sôbre a bordadura vermelha, a interromperem a série dos castelos, as flores de lis que a rematavam.



E dêste modo se conservou através dos três reinados de D. João I, D. Duarte, e D. Afonso V. Êste, quando pretendente ao reino de Castela e Leão, mandou gravar nova matriz esfragística, na qual juntou as respectivas armas às de Portugal, em quartéis alternados; nas moedas colocou em uma face o escudo por tuguês, na outra o castelhano-leonês. Em nada porém modificou o tipo heráldico português.

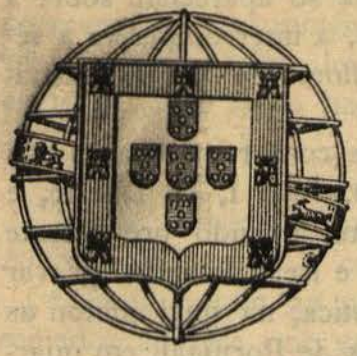
Foi D. João II quem introduziu novas modificações no escudo real, que vinha inalterado desde o mestre de Avis, e estabeleceu o tipo definitivo, tal como ainda hoje se conserva.

O número de castelos continuava a ser variável; êste monarca fixou-o em sete. Eliminou a cruz de Avis, que não tinha razão de existir no escudo depois da morte de D. João I. Até agora, desde a forma primitiva, os dois escudetes laterais sempre se mantiveram apontados para o do centro, e portanto deitados, a formarem os braços da cruz; o príncipe perfeito ergueu-os, colocando-os a par do central.



Eis como ficou desde então em diante o escudo nacional português, mantendo-se uniforme em sua constituïção heráldica, em tôda a parte e em todos os reinados, durante mais de três séculos. Há uma excepção apenas: nos sêlos de cera continua ainda, até ao reinado de D. Sebastião inclusivè, a ser variável o número de castelos da bordadura, desde os 7 típicos até 14.

Temos por último de registar um adicionamento efémero, que se fêz ao escudo nacional, depois que o Brasil foi erguido à categoria de reino unido, por carta de lei de 16 de Dezembro de 1815, formando um corpo político com o de Portugal e dos Algarves. A 20 de Março de 1816 morreu D. Maria I, e o filho D. João VI assumiu o título de rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves. Com êste título saíam os diplomas da chancelaria régia, com êle se mandaram gravar as matrizes dos sêlos do Estado e os cunhos das moedas; e ao escudo nacional do reino acrescentou-se uma esfera armilar a formar-lhe fundo, simbolizando o novo reino unido do Brasil, em virtude da lei de 13 de Maio de 1816.



Esta a forma que o brasão português teve desde 1816 até que, pelo tratado de 29 de Agosto de 1825, foi reconhecida em Portugal a independência do Brasil, que havia sido proclamada em Setembro de 1822. Em seguida a êste reconhecimento, foi retirada do escudo nacional português a esfera brasileira, por lá não ter já cabimento.

Não temos que falar da ornamentação extrínseca e acidental do escudo português, simples ou complexa, mais ou menos artística, por vezes exagerada e pretenciosa, segundo o estilo e gôsto de cada época. Isto não afecta em nada a forma essencial do brasão, as suas figuras ou peças simbólicas; por isso não tem interêsse algum heráldico.

Por esta razão não fazemos referência à forma que foi oficialmente adoptada pelas côrtes constituintes da República portuguesa, porque o escudo heráldico ficou precisamente o mesmo que vinha desde D. João II; as côrtes republicanas reconheceram e receberam o antigo escudo português, em nada o modificando quanto às suas peças heráldicas. É precisamente o mesmo escudo representante da Pátria, que transitou das instituïções monárquicas para as republicanas: «*Em campo de prata cinco escudetes de azul, postos em cruz, e carregados de cinco besantes de prata em aspa cada um; bordadura de sanguinho, carregada de sete castelos de ouro*».

O ESCUDO PORTUGUÊS

É verdade que, segundo a determinação das côrtes, o escudo nacional deve assentar sôbre uma esfera armilar, como sucedeu durante nove anos em tempo de D. João VI; mas esta esfera, que então era heráldica, porque simbolizava o reino do Brasil unido aos de Portugal e Algarves, e por isso fazia parte integrante do brasão, hoje não é nada disso. O Brasil é uma grande nação, independente e próspera, nossa irmã, amiga e aliada. No escudo português a esfera não passa de acidental fundo de adôrno, de melhor ou pior gôsto, como em tempos idos se usaram outros vários, segundo as épocas, mas que nunca se consideraram partes integrantes do glorioso brasão nacional. Hoje o escudo português assenta sôbre uma esfera armilar, como em alguns reinados se lhe deu por fundo uma cruz da ordem de Cristo, ou um manto forrado de arminhos, etc.; e por vezes se circundou de ramos de louro e carvalho, ou de uma filactéria graciosamente disposta com os títulos honoríficos do rei, ou de duas cornucópias simbolizando abundância e riqueza, etc., etc. Não eram pròpriamente peças do brasão, mas simples ornamentação extrínseca, acidental, sem significação heráldica, que o decorava.

E aqui damos por terminado êste nosso estudo modestíssimo do glorioso brasão de armas da Nação portuguesa.

Coimbra, 2 de Fevereiro de 1924.

ANTÓNIO DE VASCONCELOS

EÇA DE QUEIRÓS E O RENASCIMENTO DA LÍNGUA PORTUGUESA

CRÍTICOS de tôda a autoridade me asseguram que Eça de Queirós foi superficial. A sua arte teria apenas deslizado sôbre a epiderme das coisas e dos homens, dela fazendo, àvidamente, o seu único cabedal, sem jàmais a romper para nos cevar da medula dos ossos, protegidos pelos frágeis invólucros que os adornam de mil reflexos. Por temperamento ou por sistema, Eça de Queirós teria sido radicalmente avêsso a penetrar *causas*, arquitectar sistemas, descobrir raízes, escavar alicerces, como refractário se mostraria a erguer-se a alturas para lá dos astros, onde habitam os absolutos dogmatizantes e a sua côrte de terríveis e despóticos fantasmas.

Se assim foi, honra lhe seja! A meu ver, essa superficialidade lhe acrescentará a estima e admiração que lhe devemos e copiosamente lhe tributamos, em-quanto, muito provàvelmente, teria sido mãe da prodigiosa renovação da língua pátria com que o seu génio literário nos deslumbrou.

Em primeiro lugar, nunca me inclinaria muito a crer que a superficialidade fôsse inimiga da arte. « Profundo » é necessàriamente, em nossa imaginação, afim, pelo menos, de « tenebroso ». Porventura, confundem-se. Nunca ninguém sonhou em luminosidade diamantina as profundezas do mar, as profundezas das florestas, as profundezas da alma, e até mesmo as profundezas do céu, embora seja no céu que o sol habita; e também, note-se, o que na conjuntura é valioso, que ninguém se alegrou na obscuridade e na treva, e habitualmente todos sucumbimos onde por qualquer modo na treva nos abismamos. Deus nos livre de profundezas, particularmente na arte! São sepulturas donde tôda a vida emigrou. Não poderá amá-las a arte cuja condição primária é a alegria na beleza das criações. Paladares enfastiados exigirão que

em vez de frutos còrados, com a abundância de côr e perfume superficial que a luz do sol lhes prodigalizou, a arte nos dê os caroços secos dêsses mesmos frutos, insidiosamente empapelados em véus espessos de profundeza. Há disso, realmente. Mas são enfermidades.

Independentemente, porém, da necessidade psicológica de alegria na arte e da irreductível aversão das «profundezas» que essa necessidade importa, talvez não seja indispensável peregrino engenho para suspeitar que tôda a arte e revelação consiste sobretudo em desenvolvimento da superfície.

Assim, por exemplo, se reflectirmos, não nos será difícil perceber que uma sonata de Beethoven não é mais, a-final, do que a tradução em milhares de sons daquilo que a míngua de aptidões estéticas condensava em duas ou três sílabas; onde a indigência das nossas faculdades de expressão disse: — *Louvo, creio, amo*, e mais não pôde articular para significar a comoção, o génio repete-o em milhares de sons que nos arrebatam os sentidos, porque ali achamos alargado por encanto o que as palavras comprimiam por miséria de modulação. Foi pelo desenvolvimento da superfície, pela extensão e não pela condensação, que Beethoven tanto consumou o êxtase a que nos ergueu.

Aquêle retrato do desconhecido que está ali na galeria, e nos fala, e nos sorri, e nos cativa, é a tradução de uma alma, — um princípio, uma profundeza; na amplitude das linhas e das côres, é, em última análise, o desenvolvimento em superfície de uma fôrça que jazia oprimida e inerte na cerração de uma profundeza, é o dizer por extenso de um sentir que podendo representar-se em estado rudimentar, a que se chamou profundo, por uma palavra, um ponto no espaço, só foi criação e arte e realmente começou a viver quando se abriu em linhas e côres e divagações e cambiantes, isto é, quando, e à medida que se mostrou, se dilatou em superfície. Se Whistler, para dar liberdade ao fluxo de tonalidade apagou linhas que eram estreiteza, limite, acanhamento da superfície, se por essa iniciativa, que tanto nos custou a compreender, acabou por nos exaltar em simpatia, é que de facto realizava na arte uma nova e incomensurável expansão da superfície; é que dilatava o movimento das coisas e das almas numa vastidão a que os nossos olhos não estavam habituados e só a custo e lentamente poderiam afeiçoar-se.

EÇA DE QUEIRÓS

Se bem consideramos as fontes do enlêvo que nos arrebata na contemplação das Vénus e dos Apolos que a antiguidade helénico-romana nos legou, acharemos que elas brotam de coisas mínimas, superficialíssimas, vago mover de linhas cuja ondulação se cifraria em números infinitesimais. Se as pregas das vestes da Vitória de Samotrácia tão levemente e com espanto e delícia nossa flutuam ao vento, é que não cessa de as agitar certa e constante aspiração activa que lhes prolonga infinitamente a superfície, qualquer coisa que passa, nos toca, não pára e é a negação da profundeza. Talvez não andasse longe da verdade quem se convencesse de que na arte a profundeza está na razão directa da extensão da superficialidade. O mais profundo seria o imensamente superficial. Aos mistérios da arte será necessário acrescentar o mistério da superficialidade e o seu poder. O génio estético viria a ser a intuïção e a expressão de beleza e harmonia da superficialidade.

Isto se poderia conceber sem escândalo há muito tempo, e sempre se mostraria imperativo em tôda a conjuntura na qual procurassemos penetrar sumàriamente os meios por que a arte nos oferece os seus milagres. Agora, porém, que a sciência e a filosofia nos induzem, não direi em novas vias — ouvi algures que são antigas, já Heraclito as calcou, e pelo feito é chamado hoje a receber seu prémio de iniciador — agora que a sciência e a filosofia nos induzem no prolongamento de antigas vias e mais extensa jornada no trilho, o que poderia ser tido como indisciplina, ignorância e até heresia em crítica de arte, poderá passar a simples corolário de doutrinas que abrangem tôda a forma de actividade do espírito humano e suas conseqüências práticas. Novos reinos se fundam e em suas leis muda a escala dos valores e os pontos de referência por que havemos de a graduar.

Eis que a concepção de vida vai a mudar, e onde a obtusidade reninitente do entendimento nos assegurava estabilidade, divisão, pausa, limite, heterogeneidade, uma nova interpretação das fôrças cósmicas apenas deixa subsistir o movimento e a homogeneidade ininterruptas. Para H. D. Thoreau « a verdadeira colheita da sua vida foi qualquer coisa intangível e indescritível como as côres da manhã e da tarde.» O índio de *Sun Dogs Trail*, de Jack London, em cada quadro das suas narrativas, em cada acontecimento de que se lem-

brava, em cada viagem e cada gesto que os seus olhos houvessem contemplado, apenas descobria «um retalho da vida», «sem comêço nem fim», um clarão passageiro que tinha antecedentes e conseqüentes, qualquer coisa que a precedera e qualquer coisa que lhe sucedia, mas que nós jàmais alcançavamos; viamos a vida como por uma janela, circunscrita em quatro linhas artificialmente traçadas e cruzadas, nada nos deixando perceber do infinito, «do comêço e do fim» do facto que presenceavamos, comêço e fim se perdendo na obscuridade do infinito. A vida não seria mais que a consciência desta sucessão de fenómenos sem comêço nem fim susceptível de ser penetrado pelo nosso espírito; e a vida mais profunda seria então, diremos nós, a vida mais extensa, e que maior superfície percorrêsse. O que os poetas e os filósofos imaginaram constituir ùnicamente o resultado da experiência do seu espírito será a condição comum da humanidade, do conhecimento da vida não logrando apreender mais que uma poeira opalina, um transmudar ininterrompido de estado que na visão derradeira da memória é a negação da subsistência de tôda a forma e estado, um fazer e desfazer de formas contínuo, a redução da vida a uma ondulação. «Uma névoa luminosa se derrama por tôda a parte, atenuando distâncias, ampliando perspectivas, transfigurando os objectos familiares, revestindo de magia as coisas belas e tornando pinturescas as coisas feias... Os nevoeiros prolongam a mais sentimental e suave das horas, o crepúsculo... Naquelas terras tão abastadas de casais e naquelas cidades tão abastadas de verdura, cruzam-se os raios da luz da alâmpada com a luz do crepúsculo, e a gente passa, misericordiosamente agasalhada de um modo semelhante em um manto crepuscular, confunde-se na harmonia e simplicidade... Aqui o conflito entre a luz e a treva, como todos os outros conflitos, termina por compromisso; raros são os cataclismos, mas a revolução é perpétua. Tôdas as coisas desfalecem e se modificam; tudo é luminoso e tudo é côr de cinza.» Esta é a atmosfera da Inglaterra no conceito de Jorge Santayana; foi ela que lhe formou a carácter da gente e lhe determinou as propensões da vida. Sòmente essa païsagem da Inglaterra, tal qual poèticamente o filósofo a contempla, será a um tempo o acidente das fôrças da terra localizado em uma ilha e a imagem mais elevada da vida, a paisagem da filosofia e da estética moderna, a lição suprema da sapiência e a conclusão senão última pelo menos

a derradeira, a mais próxima, de tôda a concepção do mundo desde Pitágoras até aos nossos dias. A vida, interpretada pela experiência ingénua, será, em tôda a extensão, desde a mais terrena economia até à mais sublimada religião, um feixe de ignorâncias conjugadas e regidas pela fé — neste sentido, obediência ao mistério. A mitologia significará talvez o extremo mais alto das sciências.

Quando foi da morte de Lord Morley, um panegirista dos seus talentos, procurando descortinar-lhes os impulsos mais remotos, ligava-os a origens que serão as essenciais e comuns da crítica moderna e suas afirmações, ou melhor, suas hesitações e reservas. Pois escreveu: «Lord Morley, segundo se assevera, disse, quando já velho, que «talvez» era uma grande palavra e ainda agora líamos Montaigne pelo seu amor a palavras de aviso, como «talvez», «provàvelmente», «pode ser». Depois, considerando a significação que deviamos atribuir a êsses «talvez» que Morley admirava, o crítico acrescentava que essas palavras podem ser um mau hábito, nascido da timidez, um refúgio para que alguém não nos venha provar a ignorância, uma sangria em saúde, uma defesa antecipada de arguïções certeiras, «um estratagema que faz mal ao estilo sem melhorar o pensamento. Mas podemos estar certos de que Lord Morley não pensava em louvar esta espécie de «talvez» nem êsse era o que em Montaigne achava. Há um «talvez» que provém não do vago, mas do desejo de maior precisão, como há um scepticismo que provém não da descrença, mas da fé. Há pessoas para as quais todo o assunto, e de facto todo o universo, é tão vazio que fàcilmente chegam a conclusões sôbre tôdas as coisas; e outras há para as quais tudo isso é de tal modo rico que tôda a afirmação genérica lhes parece imprópria ou, na melhor hipótese, apenas útil para fins práticos».

É ao império dêsse «talvez» que o nosso tempo se rendeu; e, por o pressentir, Eça de Queirós nos pareceu superficial, na linguagem o reflectiu, como ao diante veremos menos passageiramente.

Partamos entretanto do princípio de que agora entramos a convencer-nos de que Alexandre Dumas, Filho, leu no futuro quando espirituosamente, glosando um velho adágio, acreditou que *tout est bien qui ne finit pas*. Em nossos tempos de mobilidade e relatividade, o profundo, como o universal, mudou de face e abdicou de antigos direitos. Não há profundezas estáveis como não haverá universalidades subsistentes. O profundo perdeu-se na imensidade

vibrante em que, corpo e alma, nos sentimos arrastados, infinitamente condicionados no infinito do passado como no infinito do futuro; e, paralelamente, o universal dissolve-se no singular e momentâneo, e perderá a universalidade, já pela variável disposição do espírito para o reconhecer, que muda de indivíduo para indivíduo e mudando lhe imprime diferente carácter, já pela incerteza do mesmo indivíduo cuja atitude se altera da manhã para a tarde, senão de minuto a minuto, já finalmente pela relatividade ininterrompida dos fenómenos cósmicos que não lhes consentirá coincidência perfeita, constante, ou simplesmente aturada, prolongando-se em termos de imperfeição irredutível.

A arte, a das letras como tôdas as demais, na crítica como nas criações, para se afeiçoar à nova condição filosófica do espírito humano, tem de sofrer mudanças que constituem uma verdadeira revolução. Porque, não se esqueça, o mito da arte pela arte, o absurdo da expressão pela expressão e da beleza no vácuo, tem contados seus tristes dias. Não há arte pela arte, como não há moral pela moral, ou economia pela economia, ou religião pela religião: há, sim, e inevitàvelmente, arte pela religião, pela moral, pela economia e por tôda a ordem de influência a que sejamos ou possamos ser sensíveis, como há moral pela economia, e pela religião e pela arte, e economia pela moral, e pela religião, e pela arte, e religião, pela economia, e pela arte, e pela moral. As actividades do homem, tais quais as actividades cósmicas, são invariável e indissolùvelmente conjugadas; tôdas mùtuamente se movem e são movidas, e nesta subordinação e harmonia, consciente ou inconsciente, terão de se exercer, e desfalecem à medida que promovemos a vacuïdade do ambiente de cada uma, e avigoram-se em proporção da plenitude de fôrças concomitantes que êsse ambiente atinge.

Hoje, estèticamente, a extensão sobreleva à concentração; a concentração induz em sciência e nas suas mutiladas estreitezas, não pode conduzir à expansão suave da vida, que é a condição e a ansiedade da arte. Desconfiemos das artes demasiado aferradas à estabilidade enraïzada em profundezas; terão entrado por êsse facto em certo estado de congelação mortal, pois a fluïdez é o sinal supremo da vitalidade. Onde a arte se quedou e lhe fenece o alento

da fluïdez, aí deixou de ser arte para se precipitar em sedimentos scientíficos, aí entrou no reino do *conhecimento* e cortou as àsas que a erguiam aos céus, aí cristalizou na categoria de problemáticos, insustentáveis *estados*, para isso abdicando da vitalïdade essencial do movimento. A arte será tanto mais subida, e completa, e fecunda, e absorvente, quanto mais perfeitamente traduzir as vagas e a indeterminação do movimento, quanto mais amplamente se expandir, removendo e reproduzindo a tremulina que nos envolve, criando à sua imagem a nossa alma e à sua imagem fabricando a nossa existência, passageiro átomo da sua energia, confundido em seu ser de incerteza. O movimento terá limites, evidentemente, mais ou menos bambos, mais ou menos retesados, de ordinário mais bambos que retesados; mas dentro dêsses limites é incessante.

A revisão de valores que esta nova atitude mental importa, orça por um cataclismo. Aqui se desmantelam reputações literárias laboriosamente edificadas e consagradas e vêm à luz outras que jaziam apoucadas na obscuridade. La Bruyère será na conjuntura um exemplo magnífico, eloqüentíssimo.

¿Que nos diziam de La Bruyère os censores pontifícios?

Taine pretendeu que La Bruyère «só descobre verdades pequeninas *(de detail)*; mostra o ridículo de uma moda, o odioso de um vício, a injustiça da uma opinião, e, como êle mesmo diz, a vaidade de tôdas as ligações do homem. Mas êstes aspectos dispersos não conduzem a uma idea única; tenta mil atalhos e não abre caminho, de tantas observações verdadeiras não forma um conjunto.» «Não diz senão verdades ordinárias, mas uma vez ditas por êle não as esquecemos mais.» Tem «a arte de atrair a atenção.» «Amplia os objectos, acentua traços, acumula côres, e a figura que êle pinta torna-se tão expressiva que não podemos tirar dali os olhos.» «Dispendendo profusamente imaginação e espírito, e adornando-os profusamente pelo trabalho mais assíduo e árduo», deixaria que «os traços gerais fôssem vagos, e, para ser senhor da atenção do leitor, La Bruyère vê-se obrigado a picá-lo por traços particulares tirados da vida real e das circunstâncias vulgares.»

Modernamente, há muito poucos anos, sentiremos mudadas para mais brandas as brizas, e um crítico contemporâneo eminente, G. L. Strachey, sem fugir para longe da severidade de Taine, atenua o lamento de falta de profundeza em La Bruyère; sem todavia a negar, compensa-a por dotes literários valiosos. Então, teremos

como sentença que « o estilo de La Bruyère é extremamente flácido; funde-lhe os pensamentos em uma variedade infinita de moldes; empregando um vocabulário largo e colorido, é uma mestria completa da arte de efeitos retóricos. Entre reflexões breves disseminou grande número de retratos ou estudos de caracteres mais extensos, alguns inteiramente imaginários, outros fundados, no todo ou em parte, em pessoas contemporâneas bem conhecidas. É aqui que as grandes qualidades do seu estilo se mostram mais claramente. Pelo lado psicológico êstes estudos têm talvez menos valor do que algumas vezes se lhes supôs; são mais caricaturas que retratos, mais a lembrança de idiossincrasias da humanidade do que da própria humanidade. Do que nem por um momento pode duvidar-se é da arte suprema com que êles são compostos. A virtuosidade da linguagem, tão sólida e todavia tão brilhante, tão variada e todavia tão pura, lembra a firme subtileza de uma gema grega. O ritmo é absolutamente perfeito, e em as suas suspensões, os seus lavores, os seus crescendos graduais, as suas conclusões seguras, parece erguer a pura beleza da expressão ao mais alto ponto possível.»

O La Bruyère de algum dia, em face de semelhantes depoïmentos, seria o portador maravilhoso e cativante de esplendores copiosos de uma retórica sublimadamente ática, pela qual nos deslumbrava, em quanto ela nos dissimulava a míngua de profundezas psicológicas ou a abundância de psicologias medíocres ou vulgares. Mas o La Bruyère desta nossa era de cotação alta das superficialidades será muito diferente. Lucidíssimo e iriado espêlho da vida na sua plenitude palpitante, em contacto directo e íntimo com a vida nos põe e intensamente no-la transmite e faz sentir o poder estupendo com que nos prende e absorve e exalta. Foi a intuïção do valor das coisas mínimas que lhe criou a arte e lhe adestrou a linguagem e lhe inflamou a refulgência; não foi a arte que deu valor às coisas mínimas por ignorar as coisas máximas. E outra não será a relação da superficialidade de Eça de Queirós com o engenho assombroso que pela sua pena renovou a língua pátria.

Porque o encontrámos alado, esvoaçando sôbre o tumulto lúgubre das coisas pesadas, sòmente cativado da ironia, do romance, do

acidente e do individual e fugidio, retirámos a Eça de Queirós todo o crédito de profundeza, levianamente o agravando por desconhecermos aquela profundeza de precursor que lhe assistiu e hoje facilmente se nos mostra, por diuturnidade da experiência e reflexão, essa profundeza na qual a arte será tanto maior quanto mais amplamente sente e revela a amplitude infinita do movimento das coisas e da alma.

Romancista, contemplando a vida e servindo a arte em termos de suma liberdade, Eça de Queirós teria adoptado, por mera insinuação do gôsto, a maior das artes literárias, a única em que o seu génio folgadamente cabia, aquela que exige mais afiada penetração e mais audaciosa agilidade.

A medida actual da grandeza da arte literária despojou de velhos privilégios e honrarias muitos géneros consagrados, e à proporção que os foi empobrecendo de glória promoveu o romance da humildade à grandeza. Hoje a epopeia enclausurada na admiração e louvor do heróico será mais pequena que a história, abrangendo esta em igual latitude o nobre e o sórdido, a coragem e a cobardia, a opulência e a desgraça, a arrogância e o desfalecimento ; e o romance será superior à história porque a história se contenta com a revelação do feito, que é limitado, e o romance junta à presença do feito a imensidade da perspectiva das possibilidades, que são infinitas. Não errou o instinto popular, como habitualmente não erra, quando fêz sua a arte do romance e a preferiu, sentindo-lhe o valor comunicativo da mais alta forma da vitalidade. O *ensaio* será mais fecundo e vasto, mais romântico que o *tratado*. *Memórias*, *cartas*, *diários*, formas afins do romance, romances vividos e por haverem sido vividos não raro atingindo uma eloqüência de afirmação que no romance apenas sonhado é mais esquiva, sobem agora a primazias de aprêço que as erguem do reino da curiosidade às eminências da arte. Para a ressurreição de Roma, as cartas de Cícero aos amigos e o seu característico vogar à tona de água preteriram os discursos consulares de Tito Lívio ; os Petrarcas, os Dantes e os Racines, com a sua solenidade compassada e grave, podem facilmente, se se descuidam ou onde se descuidam, passar à esquerda dos Saint-Simon, dos Balzac e dos Queirós com a sua descuidada garrulice. Tudo dependerá da agilidade com que se alongarem na superfície, ou da estreiteza em que se encerrarem e entisicarem nas profundezas ; tudo depende da predilecção mortal

em que se limitarem a martelar fragmentos da vida. A superficialidade, onde o génio e a arte conseguiram apreendê-la e traduzí-la, é a imagem menos incompleta da vida. Aí nos fascina ; alguma coisa nos assegurará que não podemos ir além dessa névoa perpètuamente transiente, e possuí-la e ser possuidos por ela significará a máxima exaltação possível do espírito nos seus arrojos de glória.

A. Chevrillon, louvando Galsworthy, o romancista, julga que a idea que lhe rege a arte é que a vida interior de um homem só por clarões se vê — nenhuma descrição directa dessa vida pode, por conseguinte, ser verdadeira — e, mais, que um carácter é parte de um grupo em movimento constante, no qual no primeiro plano nenhuma figura singular aparece por um momento que não seja eclipsada por outra. Em termos mais gerais, a idea seria que a vida, particularmente a vida do espírito, não é susceptível de se transpor em termos de linguagem, e a associação lógica das palavras e das frases não corresponde ao que é ao mesmo tempo fragmentário e completo, fluido e sólido, simples e complexo em cada momento do pensamento e do sentimento.

De natureza semelhante, determinada pelo poder imperativo e sugestivo de causas idênticas, rematada em efeitos estéticos absolutamente congéneres, a superficialidade de Eça de Queirós induziu-lhe o génio e, por necessidade de expressão, o obrigou a consumar a mais bela renovação da língua portuguesa que, entre estos de pasmo, modernamente nos iluminou com peregrinas fulgurações a depauperada fortuna literária.

Sensibilidades tórpidas, que só à custa de flagelação de látegos possantes acordam e vibram, poriam Junqueiro adiante de Eça de Queirós no vasto arroteamento da língua pátria que o século XIX corajosamente levou a cabo ; e é possível que nessa época o génio do vocábulo encontrasse a sua personificação mais nítida em Guerra Junqueiro. Mas o génio da língua, êsse foi em Eça de Queirós que incontestàvelmente se sublimou. Porque são diferentes, o génio do vocábulo e o génio da língua. O génio do vocábulo tira scentelhas da palavra, como o fuzil de aço fino faz coriscar a pederneira ; é, muito caracteristicamente, acto de violência. O génio da língua, sem excluir lampejos resplendentes, e antes com êles adornando de esmaltes a brandura, não se

exprime em relâmpagos, exige e significa esfôrço mais aturado e infinitamente mais complexo: é acto de abundância, tonalidade e presteza, em que a suavidade e a viveza se alternam, e confundem, e mùtuamente se moderam ou fortificam, sem pausa nem limite. O génio da língua seguirá para a traduzir em seus coros tôda a ondulação do movimento da vida; a todo o estado, ao mais impetuoso e brilhante como ao mais doce e apagado se adapta, incessantemente flexível e mudável; é uma actividade contínua, ligada e constante, e constantemente incerta pela inconstância das palpitações que reflecte, sendo sempre a mesma, a si mesma idêntica, na fidelidade e segurança da interpretação que serve e na eficácia da inflamação que comunica.

Êsse génio, na língua portuguesa moderna, encarnou em Eça de Queirós. Foi êle o mais alto e afortunado profeta de uma libertação que, preparada de longe, durante mais de meio século, esperava inspiração suficientemente poderosa para inocular na língua a perfeita docilidade que não conhece modalidade inacessível nem segrêdo, íntimo ou externo, da alma ou do mundo, que não cristalize e se torne translúcido no murmúrio dos nossos lábios.

Três grandes épocas se distinguem na vida da língua portuguesa: — criação, cativeiro, e libertação. Nascida à lei da natureza, no mistério de tôdas as leis da natureza, teve sua infância, balbuciante, trémula, inscientemente esforçada, como é próprio da debilidade infantil, até que entrou na pujança de uma juventude da qual os cronistas e as canções e narrativas populares estavam destinados a ser o repositório e a lembrança que se tornaria monumento inabalável, de uma beleza suprema, na obra de Fernão Lopes — Parténon a que a divindade majestosamente se recolheu, para lá a adorarmos no culto piedoso e salutar que ainda não findou nem se concebe como findar possa. Depois, a flor da aspereza que sem desmerecer afrontara os tempos agrestes, foi colhida por uma severidade despótica e por ela encerrada no cárcere que se chamou Renascença. Na esperança de a tornar melhor por propósito e cultura, para a educar, polir e ser o retrato de matronas de fama, um sombrio rigor a castigou, oprimiu e mutilou, fechada entre muros lustrosos de verniz clássico, que sem estigma de desdouro ou infâmia não se lhe permitiria galgar. Até que um dia, volvidos séculos de constrangimentos e proïbições, se verifica que a moça, não obstante, havia crescido e, escan-

dalosamente desprendida de tôda a velha compostura, rebentava o espartilho para deixar corar e palpitar e medrar ao sol a carne ávida de luz, e para fortificar os músculos e soltar àsas por campos e vales, na fascinação do bravio. Na biblioteca do Jacinto, em Paris, havia uma janela rasgada sôbre os Campos Elísios, atulhada com « uma portentosa rima de volumes, todos de História Religiosa, de Exegese Religiosa, que trepavam montanhosamente até aos últimos vidros, vedando nas manhãs mais cândidas o ar e a luz do Senhor » ; e outra coisa não fêz a Renascença e a obsessão clássica, encarcerando a língua na biblioteca e vedando-lhe as frestas e janelas enchumaçadas de livros e pergaminhos.

Tanto, porém, apertou que a rima dos alfarrábios quebrou as vidraças e veio parar ao meio da praça, de repente inundando da luz do Senhor a sala. Então, o vento e a chuva, e o orvalho e o luar varreram poeiras, alumiaram minas ignoradas, descobriram múmias e carcassas, humedeceram e fecundaram securas estéreis e desencantaram vidas humildes de divina formosura. Isso se baptizou com o nome de romantismo, grande e incomparável arrôjo no qual a língua houve seu justo quinhão das regalias outorgadas à humanidade, reintegrada na consciência da liberdade pelo desengano das convenções e pelos ímpetos da natureza revoltada, simbolizados nos errores agressivos de Rousseau e tràgicamente combatentes na Revolução Francesa. E êsse movimento de libertação em que foram apóstolos os Byron, os Chateaubriand, os Garrett e os Herculano, herejes por um instante e a breve trecho canonizados, êsse movimento do qual os realismos, e os naturalismos e os simbolismos, e as mais seitas e dialectos derivados foram meras capelas e ermidas marcando a estrada da nova Jerusalém — êsse movimento teve em Eça de Queirós, estèticamente, o representante feliz e glorioso que dotou a língua da sua terra e da sua gente com maravilhas de arte subtilíssimas, dilatando-lhe as possibilidades de expressão em uma extensão sem precedentes, nunca sequer sonhada. Sob a magia do génio, a desenvoltura diabólica da emancipação se converteu em graça infinita e infinita harmonia, em-quanto e de vez nos desquitava do enfado do sêco e peado estilo pedantesco a que andavamos aviltadamente jungidos. Aqui termina em desgraça o soturno govêrno de certo estilo «não entornes», acautelado contra todos os sobressaltos e demasias, constipadiço, tremendo de cair

em embriaguez, todo êle balança e metro, não pondo um pé adiante do outro que não fôsse em cadência, não estremecendo nem por lapso vergando na armadura, sem uma aspereza, sem um grito, sem a confissão sequer das penas da jornada. Por indigência de fôlego para acompanhar as correrias loucas da imaginação moderna, êsse estilo deu a alma a Deus, e Eça de Queirós foi o mais gentil dos seus carrascos, ministrando-lhe a morte entre perfumados anestésicos. Se, note-se, a morte não foi tão completa como o ardor dos inimigos proclamou e a êsse estilo restam partículas de vida irreductíveis, se tem de viver algures, e é natural e é bem que viva porque em justiça forçoso será atribuir-lhe fôrças de coesão insubstituíveis, será como instrumento e intérprete da mera sciência e pura lógica, e o mais seguro dos servos da vida prática e concreta, missionário exemplar de todo o comércio estritamente raciociniativo. Como portador de emoções, ai dêle! Perde-as tôdas pelo caminho, e pelo caminho tenta debalde remendar-lhes as perdas com convenções, apenas conseguindo chegar ao fim de ofegantes caminhadas coberto com um manto de postiços mal cerzidos.

Porque o que a êsse classicismo obstinado na imposição do definitivo escapava, o que êle não via quando arripiado como um ouriço na toca se negava à rendição, era onde terminava a ponderação da forma comedida e onde começa a estagnação psicológica. Não sabia o classicismo decrépito, mas por intuïção Eça de Queirós pressentiu e nos mostrou, que, dilatado o espírito e o pensamento, e ramificada, senão pulverizada, a sensibilidade em complexidades outrora ignoradas, a língua carecia de se adestrar correspondentemente na flexibilidade e extensão que tinha de cobrir e exprimir uma maior e mais intensa e variada palpitação e seu tumulto e riqueza.

Hoje, quando um homem eminentemente instruído e de consciência assás robusta para romper com todo o enleio da desonesta e estúpida lisonja da impostura convencional, vem e me confessa que «Camões diz muito pouco ao seu espírito», procuro sem pavor a razão de tão desusada indiferença e convenço-me de que ela não é aberração mórbida ou obtusidade singular idossincrásica. Muito mais, e mais simplesmente, êsse afastamento me parece a condição natural e lógica de duas épocas do desenvolvimento e carácter do nosso espírito, e a diversa mentalidade e arte que a essas duas épocas tem de corresponder, necessàriamente.

Camões viu

> Alegres campos, verdes arvoredos,
> Claras e frescas águas de cristal,
> Silvestres montes, ásperos penedos,
> Compostos de concêrto desigual.

Com o que nos parece, pouco se contentando, imaginaria ter visto e estampado tôda a paisagem que o enternecia, forma, côr, palpitação, tudo quanto nela se continha e nos tocava. Nós, porém, que lemos Loti, e Eça e Ramalho, mal divisamos no painel do estro quinhentista a nomenclatura sumaríssima de qualquer explorador naturalista moderno, colhendo as suas notas de memorandum, à pressa enfardadas no bornal para em casa e tranqüilamente as traduzir em devida e dilatada descrição. O que em tal conjuntura o nosso espírito e a arte que lhe compete não dispensam, é bem mais complexo. Para acudir às interrogações e cobiças da nossa sensibilidade e da nossa reflexão, não pode a linguagem endurecida e breve quedar-se a tão grande distância da aspiração interior que a chama a servir-lhe banquetes; terá de se desdobrar e lapidar em mil faces o que era liso e uno. Não pagará por menos a glória e a generosidade de nos ressuscitar diante dos olhos as *verduras* e as *alegrias* dos campos e das árvores, que muitas são e tôdas nós queremos contemplar, e as *claridades* e as *frescuras* e os *cristais* das águas, que inumeráveis se propagam e sempre mudam, como mudam as *selvas*, de palmo a palmo, da des-semelhança fazendo seus mais caprichosos atractivos, e como a cada passo muda *a aspereza dos penedos* e a *desigualdade* do concêrto em que se compõem, dando largas a uma fantasia incansável. Tudo isso será extensìssimamente matizado, e terrìvelmente vasto e rebelde à condensação e resumo em que o mais polido petrarquismo o poderia fundir, à falta de maleabilidade se socorrendo de generalizações e preceitos que matariam à fome o espírito moderno, ávido do individual e concreto, e das realidades plurais, não compreendendo nem tolerando a vida sem êsse sustento.

Não é que Camões tivesse visto pouco, e por óculos de menos alcance que as nossas cangalhas. Pelo contrário, há boas razões para crer que viu tudo o que o seu tempo podia ver, e admiràvelmente o definiu. Foi completo, sem dúvida. O nosso tempo é que

viu coisas que o seu tempo não podia ver, porque êste não tinha caminhado o bastante para que o horizonte as abrangêsse; então, a nossa alma não preguntava ainda a ninguém, nem podia preguntar, por coisas cuja existência desconhecia.

Foram desta natureza os problemas de arte que o destino e a sua época impuseram ao génio de Eça de Queirós; e a solução que lhes encontrou no renascimento da língua usada à lei da liberdade, é tão simples como maravilhosa. Onde confrontarmos a magnitude do feito com a singeleza dos meios que empregou, deixam-nos atónitos os termos de parcimónia em que Eça de Queirós se serviu da liberdade de uma língua nova que nos deslumbrava com a sua irradiação fulminante, tão pouco atreita à magreza da generalização que abrevia e é na vocalização o espelho da espessura sólida da abstracção, como opulenta de murmúrios, ininterrompidamente, que nas suas flexões nos transpõem as ondulações da vida. Porque para consumar as maravilhas da sua arte, Eça de Queirós não acrescentou consideràvelmente o vocabulário, — foi parco em neologismos; e não necessitou de alterar fundamente o jôgo da composição, que mais prima por mansamente corrente do que surpreende por acidentadamente estranha.

Nem em acrescentamento de volume nem em singularidades de disposição empenhou a nova cultura da língua; os seus talentos e faculdades inventivas e criadoras guardou-os, quási exclusivamente, para uma maior latitude de exercício e aplicação do que criado estava, de longa data. De facto, não tentou alterações de substância; o génio inovava sòmente pela descoberta e revelação de afinidades e oposições ignoradas, pelo marejar de suspeitas de relações que anteriormente nem de longe e obscuramente se pressentiam e agora se patenteavam sem carecerem de outro intérprete que não fôsse um vocabulário e uma gramática comuns. Não havia antes de Eça de Queirós um cão «natural», ou garfos com feitios «astuciosos»; e o chapéu quaresmal de M.me d'Oriol, e o insondável «atolado atraso de Guiães» perdiam-se ainda no cáos do não-ser. O classicismo, habituado a imobilizar as palavras no dicionário, com sua significação e referências definidas e invioláveis, ali cravadas tal qual o entomologista crava na tábua com alfinetes as borboletas trespassadas, hirtas as àsas que adejaram e não mais

se agitarão, o classicismo surpreendido pelos arrojos do iconoclasta tinha de revoltar-se. Riscaria por *pleonástica* a «naturalidade» do cão — todos os cães só por o serem se lhe apresentariam naturalíssimos; e rejeitaria por agravo da *propriedade*, senão pelo despropósito do absurdo, a «astúcia» dos garfos e o «respeito» do chapéu de M.me d'Oriol, visto que sem êrro e mau gôsto, quando blasfêmia não seja, não nos autorizava a atribuir qualidades morais às coisas, embora coisas e homens igualmente de Deus venham. Porventura repassado da aversão da gente fidalga a bastardias, o classicismo não poderia consentí-las na linguagem, e ordenaria, sem excepção possível, que não confundíssemos, nem por palavras, os filhos de Deus e a sua alma com as criaturas de Deus e os seus instintos. Nós é que, menos opostos à tolerância da paternidade ilegítima, ou mais scépticos, viemos a animar com o alento do mesmo Deus os homens e as coisas, irmanando-os por nascimento e intenções e acções. Por isso tivemos de lhes dar voz na linguagem moral e abrir-lhes casa nova no rol dos qualificativos.

As conseqüências éticas e estéticas desta nova atitude são incalculáveis; o que no mundo sentimos e lá habita multiplicou-se para nós em uma latitude infinita, e a-par dilatou a alegria de o contemplar. Se agora podemos conceber o atraso de Guiães em estado «insondável», será porque prèviamente Eça de Queirós o descobriu precipitado no atoleiro. De forma que a mesma intuïção do valor da interminável superficialidade das coisas que obrigou a nossa língua a uma agilidade verdadeiramente alada, essa mesma por suaves filtros se nos vai instilando no sangue, simultâneamente prolongando e variando o espectáculo das superficialidades, instruindo nas profundezas que as superficialidades significam e exaltando as delícias de revelação das belezas da vida.

Daqui imediatamente poderá inferir-se que há Queirós e não poderá haver uma língua queirosina, embora Eça de Queirós houvesse sido um educador assombroso. O que por seu engenho renasceu, não foi uma língua; da que achou criada se serviu, demonstrando-lhe a abundância de bens e as aptidões, e só com moderação a retocando, sem que em passagem alguma os retoques avultem; muito provàvelmente, por descuidada inclinação ou por aviso reflectido, sempre teria tido em lembrança que a mais apurada e delicada arti-

ficialidade jàmais supre em rendimento de beleza os mananciais da natureza intacta. O que por vezes daria a essa língua o aspecto de novidade e nos convenceria de que nova era, seria a celeridade com que foi movida e o desembaraço com que andou remexida, celeridade e desembaraço muito privilegiada e caracterìsticamente próprios de quem a moveu, sinais e instrumentos privativos de sua fôrça, dons divinos que não se herdam nem transmitem, não se ensinam. Surgem onde Deus os manda; não assistem onde a vontade os invoca, ou a vaidade os apetece ou a cogitação os procura, e fàcilmente se transmudam em caricatura onde a imitação sonhou repetí-los. Sendo a liberdade do uso a sua essência, essa mesma liberdade será a exclusão de tôda a escolástica, à qual o quisesse amarrar uma errada aspiração de beleza domesticada, de estufa, sem raízes na inspiração e na espontaneidade. Essa renovação da língua deriva de certo estado psicológico prévio que lhe governa o uso, e não é a alfaia e o estudado ensino do seu manejo que poderá determinar a condição anímica. Ruskin pretendia que onde se tentasse formar uma escola destinada a instruir nos seus preceitos, aí se negariam êsses mesmos preceitos. Outro tanto sucederia onde se abrisse a escola queirosina; aí se atraiçoaria a fé e a arte de Eça de Queirós. Pelo exemplo e êxito autorizou liberdades nunca vistas; mas apertar em regras essas liberdades, encadear-lhes em sistema os casos inumeráveis, o mesmo seria que destituí-las de tôda a sua energia vital. O uso dessa língua renascida das apagadas cinzas clássicas ficará atributo de inspiração e responsabilidade individual; a sua glória ou a sua desgraça dependerá da visão de cada qual, particularmente da extensão do horizonte de superficialidades que a sensibilidade de cada um abranger. Não há mecânica que a fabrique; ou vem dos céus ou não se alcança. É concebida por gestação natural; e a gestação não se humilha à férula.

Uma criança, esforçando-se em vão por tirar uma nódoa da roupa, exclamava: — « Não sai, não sai! É uma nódoa *absoluta* ».

Então, falou a língua queirosina; e logo, por um único exemplo, lhe demonstrou a impossibilidade de *ser ensinada*.

JAIME DE MAGALHÃES LIMA.

VIDA E MORTE DE TEÓFILO BRAGA

REFERINDO-SE à morte do dr. Teófilo Braga, disseram alguns jornais de Lisboa que era cedo ainda para assentar juízo definitivo sôbre essa alta figura política e literária. Outros periódicos, aliás dos mais nacionalistas, protestaram contra a resolução governativa que mandou guardar no Panteão Nacional os despojos mortais do grande sábio e patriota. A meu ver, nem a uns nem a outros assiste razão plena.

É cristalina a personalidade de Teófilo Braga, que nada tem de misterioso, nem de incompreensível; e se os espíritos religiosos se sentem melindrados por se dar sepultura num templo católico ao filósofo positivista, ateu e anti-clerical, a culpa da ofensa, que é grave, não pertence ao govêrno português de hoje, mas aos que noutro tempo fizeram de Santa Maria de Belém cemitério cívico de grandes glórias nacionais. Ali repousa Junqueiro; Teófilo Braga não fica muito mal ao lado dêste. Se o sentimento religioso se ofende com o acto, o sentimento patriótico seria ofendido pela omissão; e o conflito só pode sanar-se, restituindo a igreja dos Jerónimos ao fim exclusivo para que foi construída, e edificando fora dela o panteão dos grandes Portugueses.

Santa Maria de Belém, em Lisboa, à beira do Tejo, é o mais famoso dos edifícios de «estilo manoelino», forma de arte singular, característica e nacional. Marcelo Dieulafoy, do Instituto de França, considera-o como hipertrofia do gótico e do «mudéjar» e «plateresco», e atribui o seu aparecimento, nos princípios do século XVI, ao curso vertiginoso dos descobrimentos e navegações, à efervescência e riqueza que êstes desenvolveram em Portugal. Certo é que a igreja e o claustro de Belém, duas maravilhosas rendas de pedra, foram construídas, por ordem de el-rei D. Manuel I, junto da praia onde Vasco da Gama embarcou para ir descobrir o caminho marítimo da Índia; e entre os motivos decorativos dêsses dois edifícios abundam estilizações de cordagens e outros emblemas da vida e

arte naval, o que fêz ver a alguns críticos, no estilo manoelino, uma demonstração de reconhecimento para com os cavaleiros da Ordem de Cristo, que tanto colaboraram, com dinheiro e esfôrço, na epopeia das Navegações.

Assim intimamente ligada a igreja de Belém às nossas glórias marítimas, não admira que para lá houvessem sido trasladadas, no último quartel do século XIX, as ossadas de Vasco da Gama e de Camões. Atrás destas, por sucessiva e natural generalização de critério, outras veneráveis relíquias pátrias ali foram guardadas, com o andar dos tempos; e agora coube a vez aos despojos mortais de Teófilo Braga, historiador entusiástico da literatura, e sobretudo da poesia portuguesa. Não será difícil demonstrar que Teófilo Braga está com muito mais indiscutível direito no Panteão de Portugal, do que Zola, por exemplo, no de França. A perspectiva dos tempos já tem feito recuar bastante êste escritor ciclópico e fácil, quantitativo e pesado, para diminuir consideràvelmente o seu vulto literário: a França deve ter já descoberto a esta hora que não caberiam no sarcófago dos seus imortais todos os grandes escritores franceses que ali poderiam dormir o sono da glória com mais justiça do que o autor da *Naná*. Muito pelo contrário disto é única, na história das letras portuguesas, a figura de Teófilo Braga, e tôdas as suas sombras, que são muitas, compensa-as amplamente esta luminosa feição: gastou quási inteira a sua longa vida no entusiasmo de exaltar a excelência literária de Portugal; foi o tesoureiro combativo e sôfrego, infatigável e feroz, da maior riqueza moral que possuímos, da única riqueza que ainda não perdemos nem podemos perder, no nosso descalabro e desbarato, mas que, no nosso desleixo, quási ignorávamos que tínhamos. É êle, em magna parte, o pai do nosso nacionalismo actual, prelúdio e penhor de futuras redenções; e, tendo surgido entre a geração dos negadores, dos pessimistas, dos cosmopolitas, dos scépticos e dos irónicos, ingènuamente procurou e afirmativamente encontrou nos livros o grande Portugal que se perdera nos mares. O que o genial Garrett adivinhava em relâmpagos, com instintiva clarividência e bom-gôsto infalível, veio estudá-lo, verificá-lo e contraprová-lo Teófilo Brága, no lento e longo labor microscópico da rebusca, da erudição, da história e da crítica. Foi mau político, mau professor e, por vezes, até mau homem, tendo maltratado com ferina crueldade, nas suas polémicas, entre outros, o pobre Castilho cego e o venerado Antero de Quental.

TEÓFILO BRAGA

Acusam-no de rancoroso, e êle deu razão aos que o acusam, parecendo não ter nunca podido tragar a superioridade de Herculano e envejando a Quental, até pouco antes de morrer, o ter o seu nome afixado na fachada do liceu de Ponta Delgada (Açores), a terra insulana onde ambos nasceram. Tudo isto é certo e lamentável, sendo-o também que haja graves falhas na sua própria excelência. Era sectário, além de azêdo, e levava o espírito de seita ao exagêro retrospectivo inconcebível de desdenhar e ignorar quási os velhos prosadores portugueses, porque eram em geral cronistas e panegeristas da monarquia execrada por Teófilo, ou padres e monges, servidores da religião que êle odiava. Assim se conjurou neste crítico o veneno da política obcecante com a falta de sentimento estético (um dos maiores defeitos que perturbaram o regular exercício da missão que se impôs) para lhe diminuirem ou daltonizarem juntos a visão crítica, impossibilitada por tal modo de ser justa, comunicativa, serena e completa. Fora do âmbito da sua estimação e do seu afecto ficaram, pois, as grandes riquezas da nossa prosa clássica; os raros prosadores portugueses de que tratou, em tantos livros que fêz, figuram nêles (diz o lusólogo inglês sr. Prestage) por terem também escrito versos; e assim contribuiu Teófilo Braga, com o seu desprêzo da produção magnífica dos cronistas, biógrafos, místicos, prègadores, novelistas, moralistas e viajantes lusitanos de Quatrocentos a Setecentos, para autorizar a atoarda, falsa e pouco educativa, de que somos *um povo de poetas*. O que nós somos, hoje pelo menos, é uma pobre nação cheia de sólidas virtudes positivas e práticas, mas que se deixa estragar por um falso escol de ignorantes, de preguiçosos e de cábulas, que, por não saberem nem poderem mais, postos a escrever se estendem em intragáveis sensaborias líricas de prosa ou verso; e encarrapitados na direcção escabujam sem remédio na incompetência administrativa e na asneira política.

« A Literatura portuguesa é essencialmente pessoal. Não se esqueça que só há em Portugal duas grandes cidades, e que ainda hoje em dia se dá como de cêrca de três quartos da população total o número dos iletrados, ficando apenas milhão e meio de indivíduos capazes de ler e escrever. Daqui resulta que esta literatura padece de falta de ar livre, o que tem permitido a florescência de estranhas

plantas de estufa, que uma crítica mais sã e impessoal não deixaria vingar. A conselhos críticos normativos e moderadores substitui-se o ataque pessoal, ou um vácuo em que a lírica de penugens variegadas, ou a pesada epopeia de chumbo, caem ambas com a mesma velocidade no mesmo esquecimento. Em Portugal é a crítica que tem de ser criticada: ninguém pode calcular até onde teria chegado, com a sua persistência e o seu talento, o sr. Teófilo Braga, se os primeiros trabalhos que publicou houvessem sido criticados como deviam.»

Assim diz o crítico inglês sr. Aubrey Bell, e as suas palavras convidam à meditação e à penitência. O personalismo da nossa literatura manifesta-se no próprio ilustre literato de que estamos tratando: no homem que misturou até na crítica literária do passado o seu proselitismo político, e excluía da sua história os padres, só por serem padres. Mas temos por duvidoso que a existência em Portugal de uma crítica literária suficiente pudesse ter corrigido em Teófilo Braga o principal dos seus defeitos: a incapacidade orgânica de escrever agradàvelmente. Foi grande pena e grande prejuízo, para a educação de Portugal desde 1870, que ao único grande escritor em parte, ao menos, construtivo da geração dos Naturalistas faltasse a virtude fecunda da expressão atraente e metódica. Eça de Queirós, Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Guerra Junqueiro eram lidos por tôda a gente com encanto, e assim espalharam largamente as suas demolições do presente e do passado nacional. Teófilo, em cuja montanha de livros jazia escondido, como oiro em mina, o único *sursum corda* animador e consolador, quási ninguém o lia, quási ninguém o conhecia, entre aqueles que mais ùtilmente poderiam lê-lo e conhecê-lo. Já muito tarde, quando a reacção do nacionalismo começava a vencer pela conversão crepuscular dos próprios demolidores naturalistas Martins, Ramalho e Queirós, e quando a disciplina scientífica e literária dos filólogos e historiógrafos, da mesma geração e da imediata, ensinou a um círculo mais largo de literatos o caminho da erudição e do estudo das riquezas intelectuais do nosso povo e do nosso passado — só então se foi procurar nos livros de Teófilo Braga, por detrás daquela afugentadora sebe de má prosa, de mal arrumada exposição e mal firme ensinamento, os bons frutos de entusiasmo, de fé e de amor pátrio ali guardados.

Nacionalista na história literária, Teófilo foi cosmopolita, demo-

lidor e revolucionário em política. Começou assim em rapaz, como os outros da sua ilustre geração, mas, ao contrário dêles, assim se manteve até velho. E morreu fiel aos princípios, renegando porém, e fustigando com chicotadas de sarcasmo, os homens em que a sua idea política encarnou, sem poupar os que haviam sido seus próprios colegas no govêrno provisório. Mau político, não compreendeu que o nosso povo, cìvicamente atrasado, não podia constituir nada parecido com uma democracia habitável. Os próprios factos não o converteram, e acabou deitando aos homens, pobres diabos, a culpa que pertence às ideologias, divindades fraudulentas. Aliás tenho para mim que Teófilo Braga persistiu no seu jacobinismo por azedume de sábio incompreendido. Abandonado pelos primeiros da sua própria geração, ilegível para as seguintes, a sós com o seu orgulho de trabalhador em plena multidão que não apreciava o seu trabalho, aceitou a popularidade e o aplauso oferecidos pelo bando que o incensava por facciosismo, orgulhando-se de contar entre os seus um grande sábio que nunca pudera nem podia entender. A vaidade ferida aceitou, na falta de melhor compensação, êste triste papel de manipanso adorado por pretos, e Teófilo conservou-se jacobino para ter ao menos essa prova exterior da sua própria existência.

Aparte esta e as outras pequenezes do seu carácter de homem, devemos afirmar e venerar a grandeza do seu exemplo cívico. Ensinou independência aos tíbios, trabalho aos ociosos, entusiasmo aos descrentes, desinterêsse aos sôfregos. Viveu dentro do seu sonho como Diógenes na pipa, sem nunca ter envejado o poder de Alexandre ou a riqueza de Creso. Pobríssimo, teve de trabalhar em Coimbra, aos dezoito anos, como operário tipógrafo, para poder estudar na Universidade. Doutorado em Direito, foi jornalista no Pôrto até obter, por concurso público, a cátedra de Literatura Portuguesa em Lisboa. E durante mais de meio século viveu a escrever dezenas e dezenas de livros que nenhum editor podia pagar-lhe, porque a maior parte dêles não tinham público que compensasse a despesa da impressão e do papel. Pouco antes de morrer, com mais de oitenta anos de idade, quási cego, trabalhava ainda, ditando a amigos conferências e discursos sôbre o quarto centenário do nascimento de Camões. Vivia sòzinho, no meio da pequenina fortuna de livros, de moedas de oiro e de notas do Banco de Portugal, que fôra juntando com as suas pobres economias de professor

público mal pago. E foi encontrado morto, meio vestido já, sôbre o leito de onde pouco antes se levantara para continuar a trabalhar...

Viúvo desde cêrca de dois lustros, teve dois filhos, um rapaz e uma menina, que há mais de trinta anos lhe morreram na flor da idade, vitimados pela tísica — e talvez também pela absorpção do pai no seu trabalho cívico. Ocorreram com intervalo de poucos dias as duas mortes, e o trágico sucesso foi pôsto em verso por Camilo Castelo Branco, num soneto que tem grandes belezas e para nós, Portugueses, ficou célebre.

Muitos dos assuntos versados por Teófilo Braga interessam à literatura castelhana, que êle conhecia largamente. O seu nome era citado e respeitado na Europa e na América, mas muito especialmente em Espanha, onde Menéndez y Pelayo e outros divergiram por vezes das suas opiniões, que não raro se baseavam em conjecturas de difícil ou impossível verificação. É enormíssima a mole de factos, de documentos e de conclusões que êste infatigável obreiro da história literária acumulou em mais de meio século de investigação e estudo assíduo. Mas a maior parte dêsse imenso material encontra-se resumido em cinco grossos volumes de recapitulação, elaborados e editados em épocas recentes: *Idade Média* (1901); *Renascença* (1914); *Os Seiscentistas* (1916); *Os Árcades* (1918). Foram todos publicados por Lelo & Irmão, Pôrto, e encontram-se nas bibliotecas de todo aquele que ama e estuda a literatura peninsular; mas não devem ler-se sem que se tenha em vista o exactíssimo *character sketch* que D. Carolina M. de Vasconcelos traçou de Teófilo no *Cancioneiro da Ajuda*, e que *LVSITANIA* transcreveu a pág. 301 do seu segundo fascículo. Nessas poucas linhas, sim, que está condensado um magistral «estudo crítico». As que aqui ficam, pobres delas, não querem ser mais que um mal-alinhavado *memorandum*.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

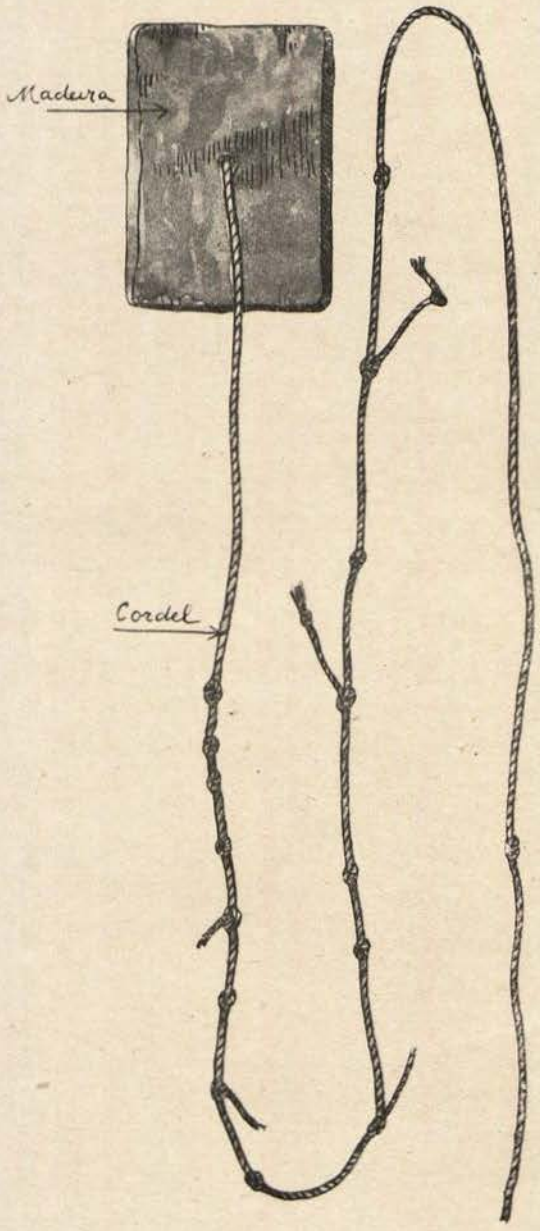


FIG. 1

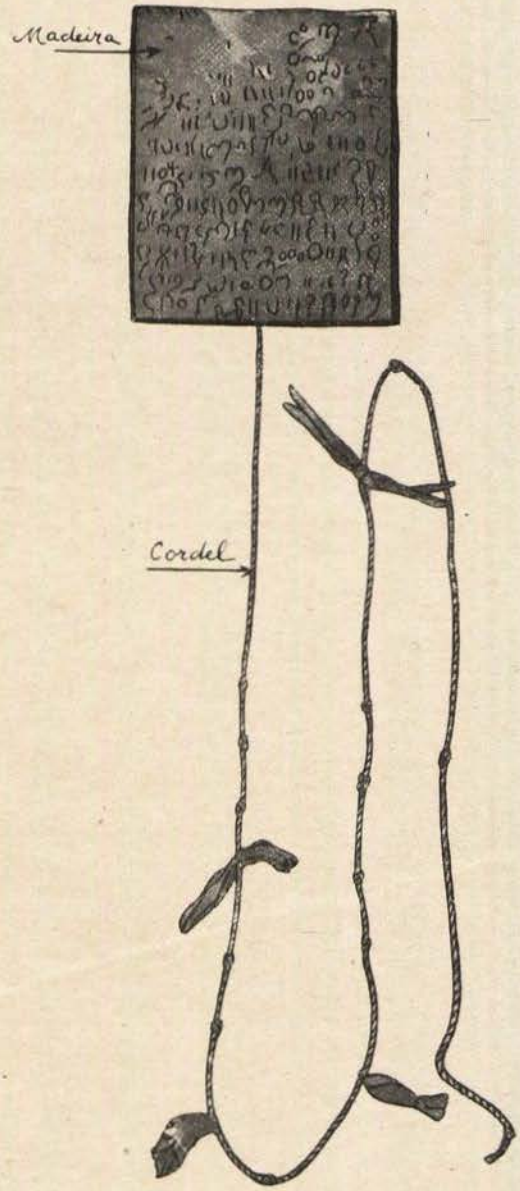


FIG. 2

EXEMPLARES DE «KAMAL»

EXISTENTES NO MUSEU ETNOGRÁFICO DE HAMBURGO

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

KAMAL, TÁBUAS DA ÍNDIA E TAVOLETAS NÁUTICAS

NARRANDO a estada em Melinde de Vasco da Gama, descreve João de Barros o contentamento com que êle recebeu o piloto que o rei da terra lhe deu para o levar à Índia, o qual logo manifestou provas do seu saber. Mostrando-lhe Vasco da Gama o grande astrolábio de pau e outros de metal com que tomava a altura do sol, não se espantou o Mouro disso, dizendo que alguns pilotos do mar Roxo usavam de instrumentos de latão de figura triangular e quadrantes com que tomavam a altura do sol e principalmente da estrêla de que mais se serviam para a navegação, mas que êle e os mareantes de Cambaia, e de tôda a Índia, navegavam por certas estrêlas, tanto do Norte como do Sul, e outras notáveis que cursavam pelo meio do céu, não tomando, porém, as suas distâncias por instrumentos semelhantes àqueles. E logo lhe trouxe o instrumento de que se servia, *que era de três tábuas*. A isto Barros apenas acrescenta: « E porque da figura e uso delas tratamos em a nossa Geografia, em o Capítulo dos instrumentos da navegação, baste aqui saber que servem a êles naquela operação, que ora acérca de nós serve o instrumento, a que os mareantes chamam balhestilha, de que tambem no Capitulo que dissemos se dará razão dele e dos seus inventores » *(Década* I, Liv. IV, Cap. VI).

Como a Geografia de João de Barros se perdeu, ficamos apenas sabendo que o instrumento do piloto Mouro era de três tábuas e que o seu uso era semelhante ao da balestilha.

Na armada de Cabral levavam os portugueses as « tábuas da Índia » com que mediam a altura das estrêlas em polegadas, como resulta do passo da carta de Mestre João a D. Manuel: « E quasi outro tanto digo das táboas da India que se não podem tomar [alturas das estrêlas] com elas senão com muitissimo trabalho

que, se Vossa Alteza soubesse como desconcertavam uns dos outros nas polegadas, riria disto mais que do astrolábio».

Como eram as tábuas usadas pelo piloto que conduziu Vasco da Gama de Melinde a Calicut, e as que os portugueses levavam na viagem de Cabral, têm vários investigadores estrangeiros tratado de averiguar. Lendo um excelente artigo de A. Schück, capitão de navios das carreiras de Hamburgo e escritor de assuntos náuticos, a respeito da balestilha (Der Jakobsstab), no anuário (Jahresbericht) da Sociedade de Geografia de Munich para 1894 e 1895, ficamos sabendo da existência, no Museu etnográfico (Museum für Völkerkunde) de Hamburgo, de dois exemplares do velho instrumento, chamado *kamal*, usado pelos pilotos do Oceano Índico, que o autor do artigo cita a propósito do trecho de João de Barros, acima mencionado. No mês de Setembro passado tivemos o prazer de conhecer pessoalmente o ilustre professor de Filologia românica da Universidade de Hamburgo e Director do Instituto Ibero-americano, Sr. Dr. Bernhard Schädel, na sua visita a Portugal. Á sua amável intervenção devemos dois belos desenhos, reproduzidos em estampa separada (figs. 1 e 2), que então lhe pedimos e nos foram logo enviados de Hamburgo, os quais dão idea clara dos exemplares do *kamal*, conservados no Museu hamburguês. Também à sua amabilidade devemos cópias dactilografadas de artigos de revistas que em Portugal não encontramos, relativos ao mesmo assunto, o que tudo muito lhe agradecemos.

Como João de Barros se refere à balestilha, comecemos por lembrar sucintamente o seu uso e princípio fundamental. A balestilha é formada de duas peças: o *virote*, vara de madeira de secção quadrada, com 3 a 4 palmos de comprimento, e a *soalha*, vara menor, com um buraco ou agulheiro quadrado no meio, pelo qual se enfia no virote sôbre que corre perpendicularmente (fig. 3). Para observar a altura de um astro sôbre o horizonte, dirige-se o virote, de que um dos extremos se põe junto do ôlho do observador, na direcção aproximada de metade da altura a tomar. Vai-se fazendo deslizar a soalha sôbre o virote até que, pela extremidade inferior dela, se enfie o horizonte H, e pela extremidade superior se enfie o astro E. O traço da graduação do virote, em que ficar a soalha, marcará o ângulo assim observado. A balestilha acabou por ter quatro soalhas, a que correspondiam graduações diferentes nas quatro faces do virote.

As figs. 1 e 2 mostram que o *kamal* é um pequeno rectângulo de madeira com um orifício no centro, pelo qual passa um cordel em que estão dados vários nós. Para tomar a altura de uma estrêla por êste instrumento, segura-se a tabuinha com uma das mãos

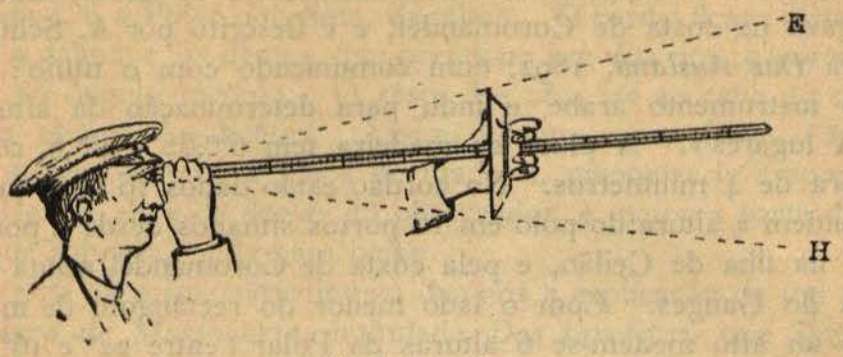


Fig. 3. Balestilha

e o cordél na outra. A tabuinha pode colocar-se com o lado menor, ou o maior, vertical, conforme a grandeza do ângulo a medir, e aproxima-se ou afasta-se do ôlho do observador até que o horizonte H se veja pelo lado inferior, e a estrêla E pelo lado superior,

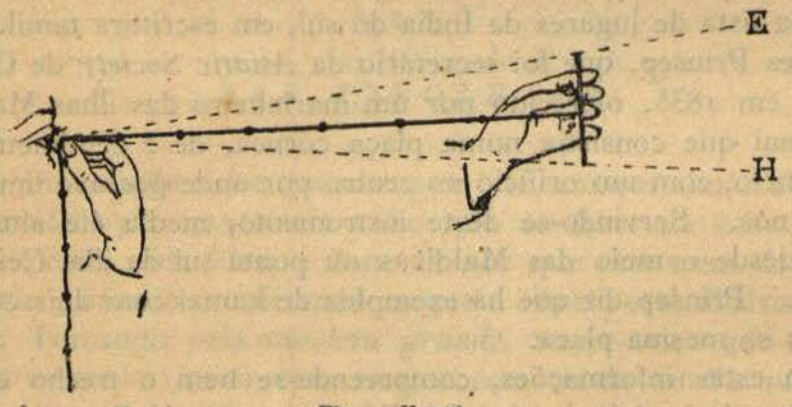


Fig. 4. Kamal

do rectângulo de madeira (fig. 4). Os nós do cordel irão passando na outra mão que conservará o cordel retesado. A grandeza do ângulo observado dependerá do nó que ficar seguro nesta mão. Assim, o kamal é uma balestilha em que o virote é substituido pelo cordel, e os traços de graduação do virote pelos nós. A tabuinha serve de soalha e fornece até duas soalhas, conforme o lado que se

poser ao alto. O kamal é pois uma espécie de balestilha, menos rigorosa, mas de mais cómodo transporte.

O exemplar reproduzido na fig. 1, trazido em 1892 para o Museu hamburguês pelo capitão Doher, da Linha de Vapores de Hamburgo a Calcutá, pertencia a um mestre de navio, indu, que navegava na costa de Coromandel, e é descrito por A. Schück na revista *Das Ausland*, 1892, num comunicado com o título: «Um velho instrumento árabe e indu para determinação da altura de certos lugares». A placa de madeira tem $6^{cm},65 \times 4^{cm},8$, com espessura de 4 milímetros. No cordão estão dados 16 nós, que correspondem à altura do polo em 16 portos situados desde a ponta de Cale, na ilha de Ceilão, e pela costa de Coromandel acima até às bôcas do Ganges. Com o lado menor do rectângulo de madeira pôsto ao alto medem-se 6 alturas da Polar (entre 22° e 16°) correspondentes a 6 daqueles portos, e com o lado maior, pôsto verticalmente, medem-se as 10 alturas (entre 6° e 15°) correspondentes aos outros 10 portos. Quando na navegação se observava a altura do pôrto procurado, tomava-se o rumo de oeste. Nalguns dos nós estão ainda pequenos laços de cordel que marcam naturalmente os principais portos freqüentados.

O exemplar reproduzido na fig. 2 é semelhante. A tábua contém uma lista de lugares da Índia do sul, em escritura tamil.

James Prinsep, que foi secretário da *Asiatic Society* de Calcutá, obteve, em 1835, oferecido por um marinheiro das ilhas Maldivas, um kamal que consistia numa placa córnea, de 5 centímetros por dois e meio, com um orifício no centro por onde passava um cordel com 9 nós. Servindo-se dêste instrumento, media êle alturas da Polar, desde o meio das Maldivas ou ponta sul da ilha Ceilão até Calcutá. Prinsep diz que há exemplos de kamal com dois cordões, enfiados na mesma placa.

Com estas informações, compreende-se bem o trecho de uma carta do missionário jesuita P.e Papin, escrita de Bengalá em Dezembro de 1709 ao P.e La Gobien, com observações sôbre as «Artes mecânicas e Física dos Indianos», publicada, em tradução inglesa, nas *Philosophical Transactions* (Royal Society of London), vol. XXVIII, 1713, pág. 227: «Os pilotos tomam a altura ou latitude dos lugares com um cordel em que estão dados vários nós. Põem um extremo do cordel entre os dentes e por meio de uma peça de madeira fixa nêle, a qual tem um buraco no meio, fàcilmente

observam a [altura da] cauda da Ursa menor, que commumente se chama estrêla polar ou polo norte.» Trata-se da descrição do modo como os pilotos do golfo de Bengala usavam o kamal para medir a altura da Polar. A placa de madeira, segura na mão, era colocada ao alto diante dos olhos e afastada até se ver o horizonte por baixo, e a Polar por cima, da tábua. O cordel ficava distendido entre a tábua e os dentes, que prendiam um dos nós, o correspondente ao ângulo medido. O resto dos nós, até ao cabo do cordel, pendia abaixo dos dentes. Assim, quanto maior fôsse o ângulo, mais se aproximava a placa de madeira, menor seria a porção de cordel entre ela e os dentes do observador, e maior a parte do cordão que sobrava, caída para baixo.

A nota do missionário jesuita deu-nos a explicação de um trecho do *Livro de Marinharia*, intitulado *Das tavoletas*, que antes nos parecia enigma indecifrável, mas que, agora compreendido, consideramos como documento comprovativo do uso do kamal pelos navegadores portugueses do século XVI com o nome de *tavoleta*, de que havia dois tipos: a tavoleta grande, e a pequena. O *Livro de Marinharia*, coordenado por Brito Rebêlo, Lisboa, 1903, é, como se sabe, reprodução de um códice do meado do século XVI, pertencente à livraria dos Duques de Palmela. Lê-se na pág. 37:

DAS TAVOLETAS

«It. Deves saber que quando quer que tomares altura da estrêla pela *tavoleta pequena* tereis aviso que ao fazer da conta heis de meter cinco e com êles, e com os nós que estiverem dos dentes para baixo, tirando ou metendo os que a estrêla está abaixo.

«It. Tomando pela *tavoleta grande*, tereis aviso que na conta heis de meter — 15 — e com êles, e com os da estrêla que hei de tirar ou meter, farei a conta, dos dentes para baixo, e tantos quantos achar, tantos estarei da equinocial para a parte donde estiver.»

A tavoleta pequena era um kamal que servia para ângulos desde 5 a 14 graus. A tábua, de pequena altura, era atravessada no centro por um cordão que devia ter 10 nós. Quando, preso nos

dentes o último nó, o mais afastado da placa de madeira, e retesado o cordão com o braço estendido, se via a estrêla por cima, e o horizonte por baixo, dá tábua, o ângulo era de 5 graus. Se o ângulo era maior, segurava-se o penúltimo nó entre os dentes, pen-

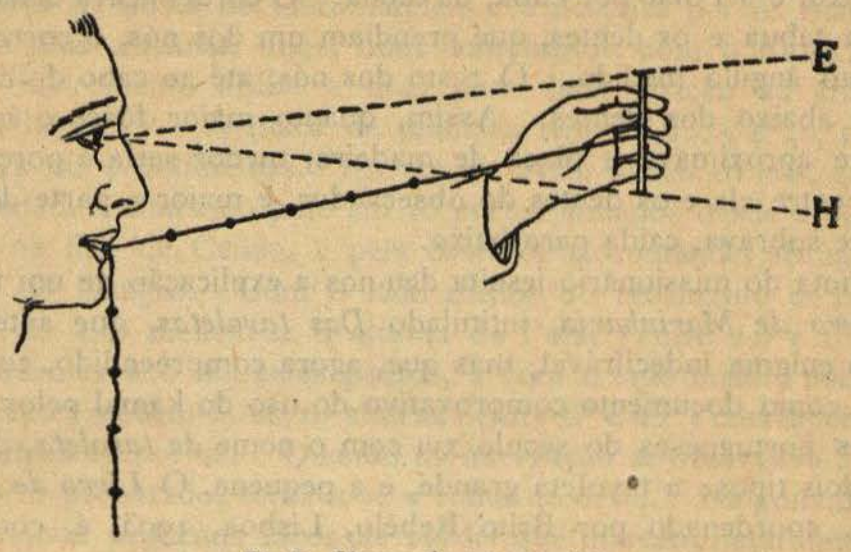


Fig. 5. Observação com a tavoleta

dia um nó abaixo dêles, e o ângulo era de 6 graus (5 + 1), e assim sucessivamente. Vê-se que, tendo preso nos dentes o nó correspondente ao ângulo a medir, se contava o número de nós caídos para baixo dêles, e êste número, junto a 5, dava os graus de altura da estrêla. Se o astro estivesse no polo, a sua altura seria a do polo e portanto a latitude do lugar. Medida a altura da estrêla, tem ela de combinar-se com a sua distância polar, para se ter a latitude.

A tavoleta *grande* era de maiores dimensões e tal que, preso entre os dentes o último nó, o da ponta do cordel, o ângulo medido era de 15 graus. Para ângulos maiores, prendia-se nos dentes outro nó, e o número dos que pendiam abaixo dos dentes, junto a 15, dava os graus de altura. Desta altura, combinada com os graus de distância polar da estrêla resultava a latitude, boreal ou austral, conforme a situação do observador ao norte ou ao sul do equador (equinocial).

Tal é a interpretação dos dois *Itens* do *Livro de Marinharia* que mostram o uso do kamal pelos nossos navegadores do sé-

culo XVI, com o nome de « tavoleta pequena » para ângulos de 5 a 14 graus, e de « tavoleta grande » para os de 15 e mais graus.

O mesmo instrumento se encontra descrito no *Mohit*, tratado de náutica e roteiro do Oceano Índico, obra hoje bastante citada, escrita em 1554 por Sidi Ali bin Hussein, almirante do Egipto do imperador Soleimão I, que reinou de 1519 a 1566. Êste é o capitão Alecheluby de quem fala Diogo do Couto na *Década* VI, Liv. X, Cap. XX, que foi encarregado pelo Turco de levar para Suez as 15 galés refugiadas em Bassorá, o que tentou fazer em Agosto de 1554. Mas junto de Mascate os portugueses tomaram-lhe 6 galés, e seguindo êle o caminho da Índia, perdeu ainda duas, uma em Damão e outra em Danu, acabando por se refugiar em Surrate, no golfo de Cambaia, com as 7 restantes, em Setembro. Vencido, foi então que acabou de compilar em língua turca, na cidade de Ahmedabad, para onde se retirou neste final do ano de 1554, o seu *Mohit*, para o qual declara ter aproveitado tratados náuticos de autores árabes, *antigos e modernos*, cujos nomes cita, mencionando entre os últimos Ahmad Ibn Majid. Êste Ibn Majid, autor de vários livros de navegação nos mares orientais e de astronomia marítima, em prosa e verso, conservados na Biblioteca Nacional de Paris, era, segundo Gabriel Ferrand, o próprio piloto que conduziu a esquadra de Vasco da Gama, desde Melinde a Calicut. Um exemplar do *Mohit* foi visto em 1825 no Museu Borbónico de Nápoles pelo professor de línguas orientais na universidade de Viena, Joseph von Hammer, barão Purgstall, que alguns anos depois adquiriu em Constantinopla uma cópia da mesma obra, terminada em 1558. Extractos do importante manuscrito, por êle traduzidos para inglês, foram publicados no *Journal of the Asiatic Society*, Calcutá, 1834-1837, com valiosos comentários do Secretário da Sociedade, James Prinsep. Quando se celebrou o quarto centenário do descobrimento do caminho marítimo da Índia, a Sociedade de Geografia de Viena de Austria publicou os capítulos topográficos do *Mohit*, traduzidos por M. Bittner, com introdução e mapas de W. Tomaschek, *Die topographischen Capitel des indischen Seespiegels Mohit*, Wien, 1897.

Sidi Ali, que escrevia em 1554, ocupando-se dos instrumentos náuticos para observação dos astros, descreve a balestilha, não apenas com a forma simples da nossa fig. 3, mas também com a disposição, depois adoptada, para se poder tomar a altura solar, de

costas voltadas ao sol, pela sombra produzida por uma haste sôbre o virote. Mas o que mais nos interessa agora é o instrumento que êle diz ter sido o primeiro usado *pelos antigos* e que é a forma primitiva do kamal. Consistia em 9 tábuas, tôdas enfiadas pelo seu orifício central num mesmo cordão, mas êste sem nós. As 9 tábuas tinham alturas diferentes desde 4 *isbas*, 5, 6, etc., até 12 *isbas*. A *isba*, que se pode traduzir por *dedo* ou *polegada*, era unidade de medida de comprimento, mas também se usava na medição de ângulos, equivalendo uma isba a um grau e $^{5}/_{7}$ de grau, portanto a 1°43′ (esta equivalência não é mantida em todo o *Mohit*, mas não entramos aqui em pormenores). O processo de observação de uma estrêla era o seguinte. Estendia-se para a frente um braço com as tábuas na mão, retesando-se o cordel, seguro pelo extremo na outra mão ou entre os dentes, e escolhia-se a tábua que, pela sua altura, permitia ver-se o horizonte por baixo, e o astro por cima dela. Assim se mediam ângulos desde 4 a 12 isbas. Interrogado um marinheiro indu por J. Prinsep sôbre esta espécie de unidade, respondeu êle por um simples gesto, estendendo um braço para diante, com a mão atravessada e os dedos colocados horizontalmente. Com efeito as alturas dos astros começaram a observar-se com êste instrumento natural, braço e dedos, e a ser por isso expressas em dedos ou polegadas. O cordão do velho instrumento, descrito no *Mohit*, veio substituir o braço, e as tábuas com suas dimensões fixas obviaram ao inconveniente da mão, de tamanho variável de observador para observador.

Preferiu-se depois, em vez das 9 tábuas enfiadas num mesmo cordão, usar uma tábua única com um comprimento duplo da sua largura, enfiando-lhe pelo centro um cordel com 7 nós, cujas distâncias o *Mohit* ensina a determinar. O observador, prendendo nos dentes o nó mais próximo da tábua, e colocando esta com o seu comprimento ao alto, media um ângulo de 12 *isbas* ou polegadas. Com o segundo nó media-se uma unidade a menos e assim sucessivamente, com cada nó a mais de afastamento, até ao sétimo e último, em que o ângulo atingia 6 isbas. Colocando a largura da tábua ao alto, o ângulo observado desde o primeiro nó era de 6 isbas, diminuindo meia isba com cada nó a mais de afastamento, até que no último se tinha o menor ângulo mensurável, com três apenas destas unidades. Usando pois êste kamal, cuja tábua tinha o comprimento duplo da largura e o cordel sete nós devidamente

colocados ao longo dêle, podiam medir-se alturas desde 3 a 12 de tais polegadas. Pelo fim do século XV, a Polar distava 2 isbas do polo e pela observação das suas alturas meridianas podiam determinar-se bem, com êste kamal, latitudes desde 14 a 5 isbas, isto é, entre 24 graus e 8 graus e $^4/_7$. Assim com êle se podia navegar, pela estrêla do norte, entre Mascate ou as bôcas do Indo e o Canal do nono grau (Maldivas), ou entre Calcutá e as ilhas Nicobar.

Não queremos alongar esta exposição. O que fica dito é suficiente para se fazer idea do instrumento usado pelo piloto mouro da esquadra de Vasco da Gama entre Melinde e Calicut. Era um jôgo de três tábuas com seu cordão. As tábuas da Índia com que se observavam as estrêlas na armada de Cabral eram graduadas em isbas ou polegadas, sabendo os marinheiros portugueses a equivalência de polegadas e graus. Estas tábuas ficaram em uso entre os nossos navegadores com o nome de *tavoletas*, mas os nós eram já situados no cordel de modo a darem imediatamente a medição em graus, havendo dois tipos: a tavoleta *pequena* para ângulos de 5 a 14 graus, e a *grande* para alturas maiores. Se êste instrumento sobreviveu séculos, sendo ainda utilizado nos mares da Índia em fins do século passado, é porque os homens da prática menos instruídos preferem sempre êstes meios simples, cujos defeitos sabem compensar pela habilidade e agudeza das suas observações.

Concluindo, aos instrumentos de altura já conhecidos como do uso dos descobridores portugueses, quadrante, astrolábio e balestilha, tem de acrescentar-se mais um: as tavoletas náuticas, de que nos conserva memória o *Livro de Marinharia*.

Coimbra, Fevereiro de 1924.

LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

O POEMA DO CID

VERSÃO E INTERPRETAÇÃO, EM PROSA, DA GESTA CASTELHANA DO SÉCULO XII « CANTAR DE MIO CID »

O DESTÊRRO DO CID

(CONTINUAÇÃO)

XI

CONFORME o determinado, partiu Minaya de madrugada e o Campeador ficou-se com a sua companha.

Escassa e má terra, sobeja de sequidão, era aquela.

Todos os dias espiavam ao Cid os mouros da fronteira e outras gentes estranhas, as quais se concertavam com o emir Fáriz, já curado das feridas.

Com os de Teca, os de Terrer e os de Calatayut, que é cidade mais rica, entra o Cid em ajustes; fazem tratado por carta, e vende-lhes Alcocer por três mil marcos de prata.

Vendido Alcocer, pagou o Cid a seus vassalos.

Cavaleiros e peões, ei-los ricos todos; não acharieis entre êles um mesquinho.

« Quem serve a bom senhor, bom galardão alcança ».

Entanto, vendo que o Cid se dispunha a deixar o castelo, mouros e mouras começam a carpir-se:

— Cid, assim te vais? Nossas orações te acompanham. E agradecidos te ficamos!

O Cid de Bivar deixou Alcocer entre os prantos de mouros e mouras.

Alçado o pendão, encaminha-se o Campeador para o Salón.

Ao passar o rio, as aves deram-lhe bons agouros.

Contentes estão os de Terrer, mais ainda os de Calatayut, mas tristes os de Alcocer, aos quais o Cid fazia bem.

Caminha o Cid e vai pousar em Poyo, sôbre Monte Real. É

um lugar tão alto e tão formoso à vista que não teme assaltos de nenhuma parte.

Então tributou a Daroca, depois a Molina, mais adiante a Ternel, e em-fim pôs a mão em Celfa, a do Canal.

XII

Haja o Cid Rui Dias a graça de Deus!

Chegado que foi a Castela, Álvaro Fáñez Minaya ofertou a el-rei os trinta cavalos.

Vendo-os, el-rei sorria de agradado:

— Assim Deus vos valha, Minaya: quem mos mandou?

— Foi o Cid Rui Dias, que em boa-hora cingiu espada! Depois que o desterrastes, ganhou Alcocer por ardil. Sabendo-o por mensagem, el-rei de Valência mandou cercá-lo e cortaram-lhe a água. O Cid saíu do castelo, lidou em campo, e venceu a dois emires em batalha. Sobeja é, senhor, sua riqueza. A vós, rei honrado, envia o Cid êste presente. Beija-vos os pés e as mãos, pedindo-vos mercê, assim Deus vos ajude.

— É cedo — tornou el-rei — para acolher ao cabo de tão pouco tempo a homem que perdeu a graça do seu senhor. Mas pois que de mouros era, a êste presente o aceito, e mais vos direi que me aprazem os grandes ganhos do Cid. E a vós, Minaya, perdôo e vos restituo honras e terras, podendo vós entrar e saír do reino a vosso talante. Mas, a respeito do Cid, não tenho mais que dizer-vos.

Continuou el-rei:

— Inda vos direi, Álvaro Fáñez, que não confiscarei os bens dos homens bons e valentes que queiram ir ajudar ao Cid, e dou-lhes licença que vão.

Álvaro Fáñez Minaya beijou as mãos a el-rei:

— Graças, graças, meu rei e senhor natural! Isto fazeis agora, e mais fareis ao depois. Deus nos aconselhará e a vós, senhor, também.

— Não falemos mais disto, Minaya. Ide por Castela a vosso grado e buscai ao Cid.

Entretanto quero dizer-vos do que em boa-hora cingiu espada e do Poyo onde foi pousar, o qual, em-quanto houver no mundo mouros e cristãos, será chamado o *Poyo do Cid.*

Estando ali, ia tomando terras.

Tributou a todo o vale do rio Martin; e quando isto se soube em Saragoça, descoroçoaram-se os mouros.

Manteve-se ali o Cid quinze semanas.

Quando o avisado chefe viu que Minaya tardava, fêz uma correria nocturna com tôdas as suas gentes, deixou o Poyo, passou além de Ternel e pousou no pinhal de Tévar, depois de saquear a terra e de lançar tributo a Saragoça.

Feito isto, eis que ao cabo de três semanas torna Minaya de Castela, acompanhado de duzentos cavaleiros de espadas cingidas e de mui numerosa peonagem.

Quando o Cid viu assomar Minaya, galopou ao seu encontro e foi abraçá-lo, beijando-o na bôca e nos olhos. Contou-lhe Minaya tudo que sucedera e o Campeador, sorrindo contente:

—Graças a Deus e às suas santas virtudes! Em-quanto vivердes, Minaya, tudo me há de correr bem!

Deus! como se alegra o exército com a vinda de Minaya, que lhes dá recados de irmãos e de primos, e das companheiras que haviam deixado!

Deus! como se alegra o da formosa barba ao saber que Álvaro Fáñez pagou a promessa das mil missas, e ao ouvir as novas de sua mulher e suas filhas!

Deus! como o Cid se sente bem pago e que alegre está:

—Deus vos dê muitos anos, Álvaro Fáñez! Valeis mais do que nós por tão bons mandados que nos trazeis!

XIII

Não tardou o que em boa-hora nascera em escolher duzentos dos seus melhores cavaleiros e em fazer com êles uma correria nocturna. Deixa as terras negras de Alcañiz e saqueia os arredores. Ao terceiro dia voltou ao lugar donde partira.

Já a notícia corre por essas terras tôdas, e pesa aos de Monçon e aos de Huesca, mas aos de Saragoça agrada, porque os tributos que pagam os livram de temor.

Com êstes ganhos se tornaram à sua pousada, todos alegres, o que muito apraz ao Cid e a Álvaro Fáñez.

O avisado capitão não se pôde ter que não dissesse, sorrindo:

—Cavaleiros, em verdade vos digo que a quem não muda de

poiso, virá a mingüar o que é seu. Cavalguemos de manhãzinha, deixemos êstes lugares, e àvante!

Então foi acampar no pôrto de Alucat, donde se alargou até Huesca e a Monte Alvan numa correria que durou dez dias.

A tôdas as partes iam chegando mandados e diziam que o desterrado de Castela a todos andava fazendo mal.

Chegou uma vez tal notícia ao conde de Barcelona, que a ouviu com grande pesar e todo se afrontou de o Cid lhe correr as terras que êle protegia.

Era o conde mui fanfarrão, e como vaidoso disse:

—Graves danos me faz o Cid de Bivar. Já na minha côrte me fêz dano quando feriu a meu sobrinho e não reparou a falta. Agora corre as terras que eu protejo. Nunca o desafiei nem lhe retirei a amizade. Mas visto que êle me busca, eu o irei procurar!

Grandes são suas fôrças, que partem apressadas. Reünem-se-lhes muitas gentes mouras e cristãs; marcham três dias e duas noites em busca do bom Cid de Bivar, e no pinhal de Tévar o alcançam. Vêm tão esforçados que cuidam em colhê-lo às mãos.

O Cid dom Rodrigo descia duma serra e chegava a um vale, trazendo as suas riquezas.

Quando o mensageiro do conde dom Remont falou e o Cid o ouviu, respondeu êste:

—Dizei da minha parte ao conde que não leve as cousas a mal. Nada trago do que é seu; deixe-me ir em paz.

Retorquiu-lhe o conde:

—Não há de isto ficar assim! Há de pagar-mas tôdas juntas, as que me fêz e está fazendo. Agora vai saber o desterrado a quem veio ofender!

Tornou-se o mensageiro e então entendeu o Cid que, a menos de dar batalha, não passaria dali.

—Eia, cavaleiros! Ponde a salvo o que é nosso, vesti de-pressa as armas, que o conde dom Remont quere dar-nos batalha. Traz grossas gentes mouras e cristãs; e a menos de pelejarmos, por nada nos deixará. Se nos adiantassemos, buscar-nos hiam. Seja pois aqui a batalha! Apertai as cilhas, vesti os ferros. Êles descem a encosta, e todos vestem calças e usam selas rasas com as cilhas largas. Nós montamos em selas galegas e usamos botas por cima das calças. Cem dos nossos devem vencer aquelas mesnadas. Antes que apeiem, apontemos-lhes as lanças. Por cada um que

enfiardes, ficarão vazias três selas. Verá Remont Verenguel a quem quis alcançar neste pinhal de Tévar para lhe tirar quanto ganhou!

Quando o Cid acabou de falar, todos são prestes, de armas vestidas e montados. Viram descer a encosta as fôrças dos francos, e quando estas haviam chegado ao rés da planicie, o Cid, o que em boa-hora nascera, mandou atacar. De alma e coração, os do Cid atacam — e tão bem empregam as lanças, que a uns vão ferindo e a outros derribando.

Assim venceu a batalha o que nasceu em boa-hora, e assim honrou suas barbas.

Prendeu o conde dom Remont e ganhou a espada *Colada*, que valia mais de mil marcos.

XIV

Preso o conde, levou-o o Cid para a sua tenda, mandou que o guardassem, e saiu logo. Iam chegando os seus, e alegra-se o Cid ao ver que trazem ganhos tão bons. Então preparam ao Cid fartos manjares, mas o conde dom Remont não fazia caso dêles.

Punham-lhos diante, porém o conde não lhes tocava e desdenhava de todos:

— Nem por quanto há em tôda a Espanha comerei um bocado sequer: antes perderei o corpo e deixarei a alma, pois que tais mal-calçados me venceram a mim!

Disse-lhe o Cid Rui Dias o que ides ouvir:

— Conde, comei dêste pão e bebei dêste vinho. Se isto fizerdes, sereis livre; se não, não tornareis a ver cristãos em dias de vossa vida.

— Comei vós, dom Rodrigo, e folgai! Por mim, quero morrer e nada comerei.

Até ao terceiro dia ninguém conseguiu que êle comesse; como todos se ocupam em repartir o despôjo, não podem fazer com que o conde engula um bocado.

Tornou a dizer-lhe o Cid:

— Comei, conde, comei alguma cousa, pois doutro modo não tornareis a ver cristãos; e se comerdes a meu rogo, a vós e a dois dos vossos fidalgos deixarei em liberdade e darei a mão.

Quando tal ouviu, o conde foi-se alegrando:

— Cid, se fizesseis o que me dizeis, teria eu visto a maior maravilha da minha vida!

— Pois comei, conde, e quando houverdes jantado, a vós e a dois dos vossos darei a mão. Mas sabei que de quanto haveis perdido e eu ganhei em campo, não vos darei sequer um dinheiro falso, pois que tudo me é necessário para êstes que andam passando misérias comigo. Assim vamos vivendo, tomando o vosso e o doutros, e levaremos esta vida em-quanto aprouver a Deus, como convém a quem padece da ira de el-rei e teve de deixar a sua terra.

Alegre está o conde e pede água às mãos, sendo logo servido. E, com os dois cavaleiros a quem o Cid havia dado a liberdade, o conde começa a comer, Deus! com que apetite!

A seu lado, diz o que nasceu em boa-hora:

— Conde, se não comerdes o bastante para me satisfazer, aqui ficaremos morando e nunca mais nos deixaremos...

Tornou-lhe o conde:

— Por gôsto e de vontade!

E, com-efeito, tanto êle como os seus dois cavaleiros comiam bem e de-pressa, do que o Cid se contentava, vendo que o conde tão bem empregava as mãos.

— Cid, se vos aprouver, poderemos ir-nos já. Mandai dar-nos cavalos. Sabei que desde que sou conde nunca jantei com tanto gôsto! E nunca esquecerei êste prazer.

Dão-lhes três palafréns ricamente selados e boas vestimentas de mantos e peles. Ao conde dom Remont, ladeado dos seus dois fidalgos, acompanha o Castelhano até fora da pousada:

— Conde, podeis partir à guisa de mui *franco*, e eu vos agradeço quanto nos deixais. Se um dia vos vier vontade de vos vingardes e me quiserdes buscar, enviai-me antes aviso: e então me deixareis do mais que trouxerdes ou levareis do que fôr meu.

— Folgai, Cid, que estais bem livre disso! Paguei-vos tributo por todo êste ano. E quanto a vir buscar-vos, não penso em tal.

Caminhava com pressa o conde, voltando para trás a cabeça, no temor de que o Cid se arrependesse.

Não o faria contudo o avisado capitão por quanto houvesse no mundo, pois jàmais em sua vida cometeu deslealdade.

Partido o conde, tornou o de Bivar às suas mesnadas e alegrou-se com elas dos maravilhosos ganhos havidos.

Tão ricos estão os seus que não sabem o que têm!

O POEMA DO CID

AS BODAS DAS FILHAS DO CID

I

Povoou o Cid o pôrto de Alucat, deixou a Saragoça e a suas terras, deixou a Huesca e às terras de Monte Alvan. E começou a guerrear até ao mar salgado. Do Oriente sai o sol: a essas partes se vai. Ganha a Xérica, a Onda e a Almenar. E conquistadas tem tôdas as terras de Borriana.

Ajudou-o o Criador, o Senhor que está no céu.

Depois daquelas terras, tomou a de Murviedro. Continua o Cid a ver que Deus lhe vai valendo.

E dentro de Valência não é pouco o mêdo.

Decidiram, pois, os de Valência, após conselho que fizeram, virem cercar o Cid. Saíram de noite e ao amanhecer plantaram as tendas cêrca de Murviedro.

Vendo-os, o Cid exclamou:

— Louvado sejas tu, Pai espiritual! Em suas terras estamos e todo o mal lhes fazemos; bebemos do seu vinho e comemos do seu pão: se pois nos vêm cercar, com direito o fazem. A menos de peleja, isto não se decide. Enviemos mandados aos que devem ajudar-nos: uns, em Xérica; outros, em Alucat; êstes, em Onda, aquêles em Almenar; e acudam também os de Borriana. Pelejemos em lide campal, e eu me fio em Deus que havemos de vencer!

Ao terceiro dia acham-se juntos todos, e começou a falar o que em boa-hora nasceu:

— Ouvide, mesnadas, assim o Criador vos salve! Depois que nos partimos da limpa cristandade — e não o fizemos por gôsto, mas porque teve de ser, — as nossas cousas foram sempre por diante, graças a Deus. Agora nos cercam os de Valência: se quisermos demorar nestas terras, forçoso é escarmentá-los. Passe a noite, venha a manhã, e prestes sêde montados e armados, a-fim de irmos ver aquêle exército. Ali se saberá quem merece o sôldo entre os lançados em terra estranha!

Ouvide o que disse Álvaro Fánez Minaya:

— Campeador, façamos o que vos apraz. Dai-me a mim cem cavaleiros, mais não peço. Com os outros, atacai vós na frente. Não há dúvida que haveis de bravamente feri-los. Com os meus

cem atacá-los hei doutra parte, e fio em Deus que o campo será nosso.

Aprouve ao Campeador quanto ouviu. Quando amanhece, armam-se, e cada um sabe o que lhe respeita. Com os alvores da manhã cai sôbre os mouros o Cid:

— Em nome de Deus e do apóstolo São Tiago: atacai-os, cavaleiros, de alma e coração! Que eu sou Rui Dias, o Cid de Bivar!

Estalam as cordas das tendas, as estacas arrancam-se, derrubam-se os postes.

Porém os mouros são muitos e parecem recobrar-se.

Acomete-os Álvaro Fáñez por outra parte e, ainda que lhes custe, já têm de recuar e muitos de fugir a unhas de cavalo. Matam a dois emires em-quanto os vão perseguindo, e acossam os mouros até Valência.

Recolhe mais belos ganhos o Cid e, saqueado o campo, entraram em Murviedro com o rico despôjo.

Em todo o lugar reina alegria. Conquistada está Puig com seus arredores.

Em Valência o mêdo é tanto que não sabem que fazer.

Sabei que a fama do Cid vai dando que falar!

E sua fama atravessa o mar, e cresce sempre. Contentes, o Cid e sua companha dão graças a Deus, que tanto os ajudára na guerra.

Montados em bons corredores, faziam sortidas de noite. Chegam a Gugera e a Xátiva e, mais abaixo, ao povo de Denia. Assolam as terras dos mouros até às praias do mar, e ganham a Penha Cadiella, com suas saídas e entradas.

Então em Valência já não escondem a dor!

II

Em terra de mouros, conquistando e saqueando, dormindo de dia e velando as noites, tomando a uma vila e depois a outra, passou o Cid três anos.

Tão escarmentados estão os de Valência que não ousam saír nem se atrevem a buscá-lo.

Quando êle lhes talava os campos e lhes tirava ano após ano o pão, os de Valência queixavam-se, mas não sabiam

que fazer. De nenhuma parte o pão lhes vinha. Não podia o pai socorrer ao filho, nem consolar o amigo a seu amigo.

Que dura mágoa, senhores, é a míngua de pão, e ver morrer à fome mulheres e filhos! Assim vêem êles sua miséria e não lhe acham remédio.

Enviaram recado ao rei de Marrocos; mas êste, que havia brava guerra com o de Montes Claros, não lhes deu conselho nem ajuda.

Soube-o o Cid e o coração alegrou-se-lhe!

Saíu de Murviedro uma noite e amanheceu-lhe em terras de Monte Real. Mandou deitar pregões por Aragão e Navarra e enviou mensageiros a Castela, dizendo que quem quisesse deixar cuidados e chegar a ser rico, viesse ao Cid, amigo de batalhas, que queria ganhar a Valência para a dar a cristãos.

« Quem quiser vir comigo para cercar a Valência, — e venham todos de grado, nenhum por fôrça — eu o esperarei três dias no Canal de Celfa. »

Isto mandou pregoar o leal Campeador, e tornou-se a Murviedro, que já tinha por seu.

Correram por tôda a parte os pregões e, ao cheiro dos ganhos, sem tardança muitas gentes da boa cristandade acudiam.

Ao passo que tais novas correm, vai aumentando a companha e das mesnadas do Cid ninguém deserta. Cresce em riqueza o Cid de Bivar. E alegra-se de ver ali tanta soma de gente junta.

Não quis então dom Rodrigo esperar mais — e para Valência se adianta. Dá sôbre ela; cerca-a tão bem que lhe não deixa escape. Marca-lhe um prazo a ver se alguém a socorre. Por nove meses inteiros a teve cercada, e ao último mês tiveram de lha entregar.

Que alegria quando o Cid ganhou a Valência e entrou na cidade! Os que foram a pé já andam a-cavalo. Ao ouro e à prata, quem poderia contá-los? Estão todos ricos! O Cid tomou o quinto: trinta mil marcos em moeda, fora os haveres sem conta.

Quanto se alegra o Campeador com todos os seus quando vê plantada a sua insígnia no alto do alcáçar!

III

Descansava o Cid com a sua companha. Entrementes chegou ao rei de Sevilha a nova da tomada de Valência. E logo êle marchou para ali com trinta mil homens armados. Feriu-se a batalha ao fundo dum campo, e o Cid das longas barbas deixou-os destroçados. A peleja chegou até Xátiva; quando atravessaram o Xácar iam desbaratados, e aí tiveram de beber água ao lutarem contra a corrente.

Aquêle rei de Sevilha pôde escapar, com três golpes; o Cid recolheu mais êste despôjo, e mui proveitosa lhe foi esta vitória depois da outra, a maior, que lhe dera a cidade. Até aos ínfimos da companha couberam cem marcos de prata.

Já vedes como medrava o cavaleiro!

Assim reina a alegria entre todos êsses cristãos que estão com o Cid Rui Dias, o que nasceu em boa-hora. Entretanto crescera muito a êste a barba, que se alongava. Tinha êle dito um dia que, «por amor do rei Afonso, que me desterrou», não entraria tesoura nela, nem lhe cortaria um cabelo — e que mouros e cristãos dissessem o que quisessem.

AFFONSO LOPES VIEIRA

A continuar.

BIBLIOGRAFIA, MÚSICA E ARTES PLÁSTICAS

EXPOSIÇÕES, CONCERTOS E CONFERÊNCIAS

POLÍTICA, PEDAGOGIA E SOCIOLOGIA

PORTUGAL-BRASIL

COM o título — *Relações luso-brasileiras; quimeras e realidades; comentários à margem do livro do dr. Bettencourt Rodrigues: «Uma Confederação Luso-Brasileira»* — publicou o eminente escritor Malheiro Dias, no 2.º n.º desta Revista, um extenso artigo que li e reli com o maior interêsse, e — escusado seria dizê-lo — com aquele mesmo prazer com que sempre leio a sua belíssima prosa, tão elegante e fluente. E devo também confessar que foi com a mais íntima satisfação que, terminada a leitura, eu fiquei na certeza de que entre mim e o meu ilustre comentador não existem afinal quaisquer fundamentais divergências.

O que há e, à primeira vista, poderá a alguns afigurar-se como um desencontro de opiniões é muito simplesmente o seguinte: é que, embora orientados por uma mesma idea e seguindo um mesmo rumo, nem sempre os nossos passos acertam nalgumas pequenas curvas da estrada, que junto percorremos. Mas não impede que, mais devagar ou mais depressa, acabe cada um de nós por chegar a idênticas conclusões, que, de resto, muito necessàriamente resultam de um certo número de factos, que de igual modo nos impressionaram, e sôbre cuja importância não me parece que haja entre nós o menor desacôrdo.

E, se não, vejamos:

Logo nos primeiros capítulos do meu livro procurei demonstrar que uma das principais conseqüências da última guerra é a actual tendência à formação de

grandes blocos e agrupamentos de nações, tendo êste moderno federalismo, na vida política internacional, o mesmo lato significado que, na vida social e económica, tem o actual sindicalismo. Sistemas de cooperação destinados à mútua defesa de interêsses e aspirações comuns, quer se trate de classes, quer se trate de nações. E lembrei o que, sôbre êste mesmo tema, já em tempos dissera Guglielmo Ferrero, e é « que a História nos ensina que semelhantes uniões podem existir sem lesarem a independência material e moral dos povos *confederados*, e sem os forçarem a renunciar às principais particularidades da sua vida social », o que, tratando-se de Portugal e Brasil, não devemos por forma alguma esquecer, assim evitando o equívoco dos que ainda consideram como sendo uma só e mesma coisa *federação* e *confederação*.

Mas vejamos o que sôbre a actual tendência ao agrupamento de nações nos diz Malheiro Dias. Muito textualmente o seguinte :

« Considero como provável sucessão das alianças precárias, que estão sucumbindo por efeito de antagonismos irreconciliáveis, a formação de poderosos agrupamentos de povos que procurarão acautelar os seus interêsses económicos e de defesa por convénios baseados mais no instinto de conservação que na rivalidade. »

E, já no comêço do seu artigo, e nesta mesma ordem de ideas, cita o ilustre escritor o que Lloyd George (autoridade também por mim invocada) recentemente escreveu no *London Daily Cronicle* sôbre a necessidade de um entendimento entre a Inglaterra e os Estados-Unidos, e « cujas palavras (diz Malheiro Dias) parecem a transposição para a língua inglesa de conceitos que alimentam a entusiástica propaganda do hispanismo », isto é, « que o mesmo pensamento de enfeixar numa aliança familiar as vinte e uma nações espanholas dos dois continentes alimenta a inflamada propaganda do hispanismo. »

E, insistindo sôbre esta tendência à formação de grandes blocos de nações, diz mais adiante o eminente escritor :

« Os Estados-Unidos atraïrão ou serão atraídos para êsse grupo de nações anglo-saxónias por avassaladores e recíprocos interêsses. Do mesmo modo a Espanha parece destinada a desempenhar um papel incorporador do grupo hispano-americano. »

E, partindo, como eu parti, de semelhantes premissas, chega, como eu cheguei, à seguinte conclusão :

« Chegaria então a vez de Portugal e Brasil selarem o acôrdo do qual resultasse a dilatação e consolidação da sua influência no mundo, com resguardo da soberania de ambos os consortes ».

É, em suma (e quanto folgo em o poder dizer), em pouquíssimas, mas bem

expressivas palavras, exactissimamente o mesmo que eu pretendi demonstrar, com a inevitável prolixidade de uma justificativa documentação, nas duzentas e cinqüenta e tantas páginas do meu livro.

Mas, se assim estamos de pleno acôrdo sôbre os principais dados do problema e até (o que mais importa) sôbre a solução final a quel êles muito lògicamente conduzem, ¿ quais são, em questões de detalhe, as dificuldades que o ilustre escritor supõe existirem para que a idea de uma *Confederação Luso-Brasileira* deixe de ser uma nebulosa e vaga concepção, ou simples devaneio de sonhadores òptimistas, para se objectivar numa fecunda realidade?

¿E porque é que Malheiro Dias, reconhecendo que « a Espanha deixara na América vivazes ressentimentos (são estas as suas próprias palavras) emquanto que no Brasil a insurreição (pela independência), por mais que queira inculcar-se, não passou de uma simples formalidade », nos dá todavia a entender ser bem mais fácil uma aliança da Espanha com as vinte diferentes repúblicas espanholas da América (e não só diferentes, mas ainda por vezes rivais) onde êsses ressentimentos perduram, do que a de Portugal com o Brasil que, sem grandes e sangrentos sobressaltos, foi gradativamente evoluindo de colónia a Reino-Unido (e, o que é mais, por alguns anos metrópole) e de reino unido a Império, que teve como soberano um príncipe português, assim « reafirmando o Brasil, na sua continuïdade dinástica, a sua continuïdade histórica », como já o disse, e muito bem, o ilustre escritor, num outro seu artigo, *O património histórico do Brasil*?

«E' que o grande movimento político do pan-hispanismo (assim o explica) tem tido a seu serviço os símbolos tangíveis da tradição, e que, pelo facto da América espanhola considerar que o culto da sua progenitora, a *Mãe Pátria*, é um dever cívico, não devemos extrair a ilação de que a América Lusitana está preparada para cultivar uma política análoga.» O que equivale a dizer que é menos vivo e menos eficiente no Brasil, do que na América espanhola, o culto da tradição e o sentimento da raça [1]. E, como prévia justificação desta sua afirmativa, invoca Malheiro Dias, logo numa das primeiras páginas do seu artigo, a recente criação de uma cadeira de História da Espanha, na Universidade de Buenos Aires, e a *festa da raça*, anualmente celebrada, num mesmo dia, por todos ou quási todos os povos de língua espanhola. Não há dúvida. Mas se assim testemunha a Argentina (digamos a América espanhola) o seu amor à *Mãe Pátria*, não o revela menos o Brasil, onde ainda há poucos meses foi votada, no Congresso federal, por proposta de um ilustre deputado e eminente catedrático o dr. Austregesilo, a verba de 50 contos para a fundação, no Rio de Janeiro, de um centro de cultura luso-brasileira. ¿E o *Instituto Varnhagen*?

Fundado por um grupo de intelectuais brasileiros do mais notório mérito, como sejam, entre outros, Celso Vieira, Oliveira Viana, Gustavo Barroso, Ronald de Carvalho, Genserico de Vasconcelos, o eminente historiador Rocha Pombo, seu actual presidente, e Elísio de Carvalho que, no seu cargo de secretário geral, muito tem contribuido, com a sua bem orientada actividade e com o seu brilhante e culto espírito, para o crescente prestígio dêsse notável centro de cultura brasileira, o *Instituto Varnhagen* (não o ignora Malheiro Dias) tem, como um dos artigos do seu programa, o seguinte, que muito me apraz tornar conhecido dos leitores desta Revista:

«Promover por todos os meios ao seu alcance a *fraternidade política, moral, intelectual e económica* entre o Brasil e Portugal, necessária à grande expressão internacional e à defesa da raça, criando desde logo um curso público de história e de literatura portuguesa.» ¿E com que fundamento? Com o fundamento de que «sendo o Brasil uma sobrevivência do passado e da mesma raça, não se compreende possa êle viver divorciado de Portugal, quando tudo nos impele a estabelecer mais poderosos vínculos afectivos, económicos e intelectuais entre as duas Repúblicas, sendo sête o momento oportuno para tal realização.»

Quanto à *festa da raça* que Malheiro Dias nos aponta como significativa manifestação de um pan-hispanismo latente, eu direi que a idea que a essa *festa* preside tem o seu exacto equivalente na belíssima iniciativa de alguns ilustres brasileiros para que seja erguido em S. Paulo, e portanto não longe da colina histórica do Ypiranga, de onde, ha um século, D. Pedro I lançou aos quatro ventos do Brasil o famoso brado da Independência, um monumento que (dizem os brasileiros promotores da idea), « tomando por motivo o memorável feito dos dois gloriosos aviadores, Gago Coutinho e Sacadura Cabral, ao mesmo tempo sintetise, no mármore ou no bronze, o espírito de tôda a raça lusitana, que é o que deve caracterizar os brasileiros como um povo entre os demais povos. » E acrescentam que « celebrar a raça lusitana é celebrar ao mesmo tempo, e com o mesmo espírito entusiástico, tanto os guerreiros a cujo esfôrço se deve a formação da heróica nação lusitana, ou os navegadores que levaram as quinas portuguesas aos mares e terras da África, da Asia e da América como os bandeirantes, seus descendentes, que prolongaram pelo interior do continente sul-americano o ímpeto arrojado dos que se aventuraram em as naus navegadoras. »

Todos êstes factos, não menos eloqüentes que os indicados por Malheiro Dias como servindo de fundamento à propaganda do hispanismo, são bem de natureza (creio) a demonstrarem que, se o amor da Mãe Patria e o

culto da Tradição são na América espanhola, com respeito à Espanha, fôrças agindo no sentido de uma estreita aproximação, não o são menos no Brasil com respeito a Portugal.

« O hispanismo (diz Malheiro Dias) foi fecundado por uma persistente e habilíssima obra de propaganda sentimental... emquanto que nós pouco temos feito para conservar a excepcionalíssima posição que tínhamos no Brasil. » E, todavia, é Malheiro Dias que, depois de nos ter dito que a « ufanosa juventude do Brasil se não deixa seduzir pelas gloriosas cinzas da nossa História », acaba afinal por se nos mostrar convencido de que « dentro de um século o Brasil poderá recensear setenta milhões de habitantes, população superior à da maioria das nações europeias ; e nessa raça heterogénea, unificada pela língua, pela legislação e pelo sentimento de Pátria, *nunca porém se dissolverão os vínculos históricos que, desde o sacramento do baptismo, testemunhado por heróis da epopeia marítima, o ligam indestrutivelmente a Portugal.* »

É verdade que logo em seguida se apressa em dizer que « êsses vínculos não bastam a justificar uma aliança de Portugal com o Brasil ». E certamente não bastam, e não serei eu quem o conteste. Mas o que de-veras sinto é que Malheiro Dias, contra o que eu supunha e desejava, nos venha depois dizer que « não pode animar nem conceder a sua adesão » a êsse meu projecto de uma aliança ou união das duas nações irmãs. E porquê? Porque « êsse projecto depara no seu curso muitos antagonismos e outros tantos motivos de conflito passional ».

Mas será assim mesmo? Será isso possível?... Para o sabermos o que, primeiro que tudo, nos cumpre é indagar se, na verdade, êsses antagonismos existem, e no caso de existirem, se êles são de facto irredutíveis e de natureza a suscitarem quaisquer conflitos passionais. Passemos portanto a averiguar em que consistem e em que se originam êsses tais supostos antagonismos. Diz-nos Malheiro Dias que êles resultam do facto de « ser Portugal uma nação expansionista e o Brasil uma nação receptiva. Que os factores de grandeza do Brasil estão no mar; a sua gigantesca tarefa a cumprir é dentro do seu próprio território. Que a nossa civilização precisa de navios para se expandir, emquanto que a civilização brasileira se espande por estradas de ferro».

Abstendo-me, neste momento, de enumerar os vários factores que inibitòriamente incidem sôbre êsse nosso *expansionismo*, ao qual, para lhe encurtarem o vôo, avassaladores imperialismos lhe vão indo aos poucos aparando as àsas, consinta Malheiro Dias que à sua afirmativa de que « a grandeza do Brasil não está no mar » eu contraponha a opinião, não

de um português, como eu, partidário de uma *Confederação*, mas de um ilustre brasileiro, Elísio de Carvalho, de especialíssima competência na matéria e que em três interessantíssimos livros — *Os bastiões da nacionalidade; Brasil, potência mundial*; e *Realidade brasileira* — muito brilhantemente tem afirmado o seu inteligente nacionalismo. Diz êsse ilustre brasileiro:

« *O nosso futuro económico e político está intimamente associado ao domínio do mar*, mediante a posse dos meios de exercermos o nosso intercâmbio comercial livremente, conforme os nossos interêsses e necessidades. »

E, insistindo:

« O Brasil tem que ser uma nação marítima, ao mesmo passo que deve ser um país agrícola, porque o mar, qualquer que seja o aspecto em que o encararmos, *é uma condição vital da nossa grandeza económica e do nosso poder marítimo.* »

É o mesmo que muito concisamente, numa fórmula lapidar, enunciou, como principal artigo do seu programa, quando ministro da marinha, um dos mais prestigiosos oficiais da Armada brasileira, o almirante Alexandrino de Alencar: *rumo ao mar!*

E é também esta a opinião de um outro oficial da marinha brasileira, o comandante Vilar, que, sendo (note-se bem) um dos mais truculentos chefes nativistas, o que de-certo o não recomenda muito à nossa simpatia, mas que não é motivo para que lhe neguemos as qualidades de patriotismo e competência técnica, que os seus camaradas e compatriotas lhe reconhecem, e que o levaram a dizer num artigo publicado no panfleto nacionalista — *O Gil Blas* —, de 22 de Novembro de 1922, que nenhum país pode, melhor que o Brasil, exclamar: *o nosso futuro está no mar.*

Gaston Gaillard, autor de um interessante livro — *L'Amérique Latine et l'Europe Occidentale* — e que aos problemas económicos do Brasil tem dedicado uma especial atenção, diz exactamente a mesma coisa ao declarar que, *de todos os povos da América do Sul*, o mais interessado em possuir um poder marítimo e em adquirir uma influência transatlântica é, sem dúvida alguma, o Brasil. E o que os factos nos ensinam é que o Brasil já não é hoje, como pretende Malheiro Dias, uma nação simplesmente *receptiva*. A sua prosperidade económica e financeira estão e estarão sempre em relação directa com a sua expansão comercial. E, dada a situação geográfica do Brasil, quem diz expansão comercial, diz concomitante poder marítimo. E, como já o disse no meu livro, e agora repito para os que, não o tendo lido, leram, nesta Revista, o artigo de Malheiro Dias — « o Brasil, com a sua população em rápido aumento; com a sua crescente produção industrial e agrícola; com as suas quedas de água que representam um potencial de energia, como nenhuma

outra nação possui ; com as inexauriveis riquezas do seu solo [2] a que não tarda que se juntem as que as suas vias férreas de penetração hão de necessàriamente drenar de algumas nações vizinhas, é um país com tão certos e prodigiosos elementos de prosperidade material que se pode já prever que daqui a algumas dezenas de anos, êle esteja em condições de abastecer, com os seus variadíssimos produtos e matérias primas, todos os mercados do mundo. Mas, para lhes dar escoamento e levá-los a todos êsses mercados, não basta ao Brasil possuir alguns excelentes portos da sua extensíssima costa marítima, e, nestes, sob o pavilhão brasileiro, uma excelente frota mercante. Seriam como portas trancadas sobre o mar, desde que lhe não esteja garantido, para a sua expansão comercial, a mais plena liberdade de movimentos. »

Ora, para garantir o seu livre tráfico sôbre o mar precisa o Brasil exercer com Portugal de Angola um verdadeiro condomínio sôbre o Atlântico-Sul e ter, escalonadas ao longo das suas linhas de navegação, que, a meio caminho, *são as mesmas que as portuguesas*, excelentes bases navais e seguros pontos de apoio, como são Cabo-Verde, Açores e Madeira. *E êstes só Portugal e nenhuma outra nação lhos poderá fornecer.* De onde já se pode concluir que não só as órbitas de expansão das duas nações não são tão divergentes, como Malheiro Dias nos dá a supor, mas que os seus interêsses, bem longe de se contrariarem, ainda neste ponto perfeitamente se harmonizam e conjugam. É o que, no comêço do século XVIII, já dizia o clarividente diplomata português, D. Luís da Cunha — « que os interêsses do comércio fariam a união de Portugal e Brasil, ainda que separados por tão vastos mares. »

Mas outros factos prevê Malheiro Dias que poderão de futuro contribuir para que entre as duas nações novos antagonismos se manifestem. « É (diz) que à medida que fôr sendo possível, dada a exigüidade dos nossos recursos, transformar em outros menores Brasís as províncias de Angola e Moçambique, mais concorrentes do que associados nos tornaremos da grande nação que fundámos na América. »

Mas, meu Deus! ¿ não é da mais clara evidência que só uma *Confederação* que abranja o Brasil, Portugal e colónias e que a estas, quando em condições de por si mesmas se dirigirem e administrarem, oportunamente outorgue, como a Estados comparticipantes, a sua desejada autonomia, conseguirá evitar que elas por completo se dissociem e desenraïzem da mãe-pátria, e venham por fim a constituir — como receia Malheiro Dias — outros menores Brasis ? Claríssimo ; porque já então, em vez de concorrentes e rivais, Brasil, Portugal e colónias acabariam por formar uma só e única frente, perante os mercados estrangeiros para defesa dos produtos similares dos seus diferentes territórios. O mesmo (uma aliança económica) que Veiga Simões já propusera [3] para a borracha e o

cacau, e que Freire de Andrade desejaria tornar extensivo a outros nossos produtos coloniais.

É lembrarmo-nos, como demonstra Gabriel Tarde, no seu livro — *L'Opposition universelle* — que, tanto no ponto de vista militar, como no ponto de vista económico, « é pela associação, pela federação que os contrários passam a ser complementares e os concorrentes colaboradores, coadaptados a um mesmo fim, como os vários elementos de uma mesma máquina. »

Mas há ainda um outro receio manifestado por Malheiro Dias e que eu procurarei dissipar. É quando o ilustre escritor alude ao «movimento de hostilidade que se depararia na hora presente à propaganda militante de uma *Confederação luso-brasileira*, numa nação juvenil que ainda há pouco mais de um ano festejou as bodas da sua independência. »

Mas não menos juvenis do que o Brasil, nem menos ciosas da sua independência são as Repúblicas espanholas da América, onde todavia vai alastrando (ao que nos diz Malheiro Dias, sem nos falar em hostilidades) « a inflamada propaganda do hispanismo » ¿ E será então no Brasil, onde não deixámos, como os deixou a Espanha na América espanhola, quaisquer « vivazes ressentimentos » e onde a insurreição pela independência não foi mais — como assim o entende o eminente escritor — do que uma simples formalidade, que essas hostilidades se hão de contra nós manifestar?

Não creio. E não o creio porque sendo inúmeros os artigos que, de há muito, venho publicando na imprensa brasileira, em defesa de uma união de Portugal e Brasil, nunca êsses artigos provocaram quaisquer reparos ou objecções que não fôssem em termos os mais cortezes e isentos de suspeita quanto aos meus sentimentos de lealdade e estima para com o Brasil. E quando — não há ainda dois anos e em plenas festas do centenário — realizei em S. Paulo, a convite da *Federação Académica Paulista*, uma conferência em que procurei mostrar como a *Confederação luso-brasileira* poderia ser o primeiro passo para a constituïção de um grande bloco luso-hispano-americano [1], depois de outras conferências sôbre o mesmo tema pelos ilustres brasileiros drs. Alberto Seabra, Spencer Vampré, e Noé de Azevedo, nenhuma manifestação de intolerância ou hostilidade, quer na imprensa, quer no público, a destoar do amigável e benévolo acolhimento que, nessa e noutras ocasiões, me tem sido muito generosamente dispensado. E dias depois, num banquete que lhe foi oferecido pelos alunos da Faculdade de Direito, o ilustre catedrático e muito estimado presidente da Liga Nacionalista de S. Paulo, dr. Vergueiro Steidel, discursando sôbre o importante problema, não deixou de o recomendar à atenção dos seus discípulos. Creio serem êstes factos bastante significativos.

BIBLIOGRAFIA

E' no entanto possível que, mal interpetrada, como por alguns está sendo, não só em Portugal, como também no Brasil, a idea de *Confederação*, dela tirando erróneas deduções, ela seja por êsses considerada, se não como absurda e quimérica, pelo menos como inviável. E não é também para estranhar que outros, sem estudarem o problema, para só o encararem através de um fogoso e contumaz *nativismo*, nela encontrem pretexto para mais uma vez contra nós desencadearem as suas habituais diatribes. Mas não impede que já no Brasil se vá formando uma corrente de opinião, de que foi precursor o altíssimo e nobre espírito de Sylvio Romero, e que tem hoje a orientá-la, no sentido de uma união de Portugal e Brasil, não apenas Medeiros e Albuquerque e Alberto Seabra (como Malheiro Dias faz supor), mas outros eminentes brasileiros, como sejam Graça Aranha, Pinto da Rocha, Spencer Vampré, Elysio de Carvalho, Noé de Azevedo e alguns mais. É Malheiro Dias um erudito e primoroso escritor, um observador atento e sagaz, e certamente bastante psicólogo para saber que as razões, com que pretende justificar os seus alarmantes receios de hostilidades, é que poderão afinal agir, como sugestões, para que essas hostilidades venham de facto a desencandear-se.

Que a idea de uma *Confederação* encontre, em Portugal e no Brasil, oposições e resistências, nada nos deverá surpreender. O triunfo de uma idea pressupõe sempre o embate de duas opiniões contrárias. Razão de mais, quando da sua utilidade estamos convencidos, para que não afrouxemos numa propaganda destinada a demonstrar — como eu o tenho pretendido fazer — que entre as duas nações irmãs não existem quaisquer insanáveis ou irredutíveis antagonismos que ponham obstáculo a que venham um dia a unir-se, cada uma ressalvando (bem entendido), no que respeita à sua política e administração interna, a mais absoluta autonomia e todos os seus foros e regalias de nação livre e independente. E, mesmo quando Malheiro Dias nos fala de *interêsses divergentes*, que, no momento actual, se oporiam a essa aliança ou união, não afasta o eminente escritor a hipótese de que *outros interêsses*, de influência mundial, venham talvez a desenvolver-se que aproximem as duas nações e que « *encaminharão possìvelmente os Estados-Unidos do Brasil para uma aliança com os Estados-Unidos de Portugal, colocando ao serviço da raça os pontos estratégicos de defesa, as escalas marítimas intercontinentais, dentro do triângulo cujos vértices seriam Lisboa, Rio de Janeiro, os arquipélagos da Madeira e Cabo-Verde e a ilha de Fernão de Noronha, restaurando a perdida hegemonia atlântica lusitânica do século XVI pela constituïção do grupo luso-brasileiro, cujo domínio efectivo abrangeria cêrca de doze milhões*

de quilómetros quadrados de território esparsos nos cinco continentes do planeta. »

Ora, é esta *precisamente* a conclusão a que chego, nas últimas páginas do meu livro. Mas adverte Malheiro Dias que essa aliança ou união «só encontrará, em Portugal, condições de viabilidade quando recobrarmos a plenitude do nosso prestígio; tivermos valorizado os nossos recursos próprios; aplacarmos as nossas mesquinhas descórdias intestinas, e atinjamos de novo a coesão.» Perfeitamente de acôrdo! E espero que não será acossados pela infortúnio e de fronte abatida por uma apagada e vil tristeza, mas como irmãos em cujas veias ainda latejam tôdas as virtudes ancestrais da raça que procuraremos aproximar-nos do Brasil, na esperança de juntos cooperarmos para o nosso progresso e mútuo engrandecimento, seguindo o caminho que nos é traçado pela nossa História, por tradições comuns e (o que na época presente a tudo sobreleva), pelos interêsses das duas nações.

Mas aguardarmos o radioso dia em que, por um supremo esfôrço colectivo, consigamos tornar realizáveis tôdas as condições de viabilidade que Malheiro Dias julga necessáriás para uma união com o Brasil, não implica o abandono de uma propaganda para que, do outro lado do Atlântico, a idea dessa união se torne, no momento oportuno, igualmente aceitável. Propaganda não apenas sentimental, que insensatamente nos leve a aproximar-nos do Brasil para ao ouvido lhe segredarmos baixinho: *E se nós agora nos confederássemos?...*

Propaganda, mas propaganda de intuitos práticos, baseada em dados concretos e que, em termos claros e precisos, consiga pôr em equação os interêsses dos dois países. Não para que, a prazo fixo, sùbitamente e sem prévia preparação, Portugal e Brasil passem a ser dois Estados confederados, mas para que gradativamente, por meio de acôrdos, tratados, convénios e entendimentos, as duas nações se vão aos poucos aproximando até que, cingidas por múltiplos e estreitos laços, o definitivo contacto se estabeleça. E, dada a situação geográfica das duas nações, um dêsses primeiros laços, reforçado por uma possível aliança económica, seria o que resultasse de uma inequívoca afirmação de solidariedade no que respeita aos seus interêsses comuns, nas águas do Atlântico-Sul, o que por sua vez permitiria ao Brasil chegar, com o Uruguay e a Argentina, banhados pelas mesmas águas, a um entendimento que muito contribuiria para se dissiparem quaisquer motivos de desconfiança que, entre essas três Repúblicas, ainda possam por acaso existir.

Diplomacia utópica e devaneadora! (dirão), quando não tenha a apoiá-la

um forte poder naval... E' possível; mas não há dúvida que essa primeira afirmação de solidariedade já nos colocaria, perante o Brasil, numa situação privilegiada que nenhuma outra nação nos poderia, com bom direito, disputar. E seria já meio caminho andado.

E o resto?

Un jour viendra...

BETTENCOURT-RODRIGUES.

NOTAS

[1] Eu estou mais de acôrdo com o que Malheiro Dias nos diz nesse outro artigo, a que já me referi — *O património histórico do Brasil* — publicado em 1919, na revista a *Atlantida* e do qual destaco o seguinte trecho:

«Basta lançar um olhar desprevenido para a história das nações americanas, em suas relações com as metrópoles, para abranger de relance a disparidade flagrante da sua evolução e processo emancipador. Obra da iniciativa de colonos, essas nacionalidades reagiram contra a suserania europeia, *despedaçando*, com mãos sôfregas de independência, *os elos da tradição histórica. O Brasil emancipara-se dentro da tradição* e continua-a. Nos seus memoráveis discursos de Lisboa, Bilac reivindicava — ou antes proclamava — êste prolongamento de tradição, esta continuidade de História, tão sagazmente concatenada por Afrânio Peixoto no seu livro, *Nova terra, nossa gente.*»

[2] Só o ferro que possui (dizem os seus mais autorizados técnicos) daria para alimentar, durante séculos, tôdas a usinas metalúrgicas do mundo.

[3] Veiga Simões. — *Programa de política comercial com o Brasil*, in-*Atlantida*, n.º 44.

[4] Esta idea de um grande bloco luso-hispano-americano não é afinal uma idea nova e original. Concebeu-a, há um século, o notável economista e estadista português, Silvestre Pinheiro Ferreira, como o atesta o seu *Projecto de um Tratado de Confederação e mutua garantia da Independencia dos Estados n'elle mencionados* e que eram, com Portugal e Espanha, todos os povos americanos. Êste projecto é datado de 24 de Agosto de 1822. Consultar, nos Arquivos do Ministério dos Estrangeiros, as instruções a êste respeito enviadas pelo govêrno português aos seus representantes junto das nações do Prata e dos governos de Madrid e dos Estados-Unidos. Êsses importantes documentos, quási completamente esquecidos, creio mesmo que da nossa diplomacia, mas que hoje, ao lê-los, se me apre-

sentam como sendo da mais palpitante actualidade, foram em grande parte reproduzidos e comentados, dando-lhe o devido valor, pelo eminente internacionalista e ilustre ministro plenipotenciário da República de Venezuela, em Lisboa, s. ex.ª o Conde de Planas-Suarez, no seu interessante livro — « *Notas Historicas y Diplomáticas*; *Portugal y la Independencia Americana* ».

A OBRA DE PADRE ANTÓNIO DE OLIVEIRA: *EM PORTUGAL E FORA DE PORTUGAL.*

HÁ quem sustente que raras vezes, ou só excepcionalmente, a obra da criação nasce de espíritos ocupados por copioso saber. Como exemplos típicos desta doutrina, entre outros, citam-se vários Messias que no Oriente fizeram sementeira de evangelhos. Apontam-se, além dêsses, os guias do povo hebreu, Moisés e David. Job, um dos maiores trágicos da humanidade, foi um inspirado da desgraça. Nas *Pedras de Veneza* diz Mestre Ruskin, a propósito do patriomónio pictural da Renascença italiana, que as obras primas dos grandes pintores são geralmente as que foram executadas com rapidez, no calor da primeira inspiração. E acrescenta, com segurança: — Rafael pintava melhor quando sabia menos; Miguel Angelo caíu com freqüência numa vã e desagradável demonstração dos seus conhecimentos anatómicos; Leonardo de Vinci prejudicou a sua obra de artista com a sua sciência de engenheiro. Do nosso lírico e pedagogo João de Deus, dos maiores líricos e dos maiores pedagogos, afirma-se que em sciência ía pouco além da Bíblia — o que até certo ponto corrobora aquela sentença de Platão, que chama aos poetas inspirados de Deus, pois fora da inspiração criadora não passam de sêres mortais e vulgares.

Padre António de Oliveira, o criador da obra prima de Caxias, o autor da lei milagrosa das *Tutorias da Infância*, sem ser um poeta, na acepção vulgar da palavra, embora fôsse um lírico no sentimento artístico da Beleza, era na verdade um inspirado de Deus.

Padre provinciano, durante anos cura sertanejo na Beira, a certa altura caíu em Lisboa, e por acaso na fétida montureira das Mónicas, como uma fôlha, sob a alçada do vento, pode cair num jardim ou num pântano. E eu estou mesmo em jurar que ao caír ali, na *Correcção das Mónicas*, a-pesar-de padre, embora cura de almas, nem de nome conhecia aquela casa, muito menos o problema da regeneração dos menores delinqüentes — de resto, fôra colocado na casa de Correcção, não para transformar cisco em almas, mas para ganhar a vida.

BIBLIOGRAFIA

Padre António instala-se nas Mónicas, quási sem que dêem por êle, pequenino, encolhido, tímido, mixto curioso de bicho-de-conta e de abelha laboriosa — bicho-de-conta diante dos profanos e dos desconhecidos, abelha infatigável no fabrico do mel do seu labor. Não dão por êle, mas êle, abrindo os olhos de súbito, a sensibilidade e o instinto innatos de súbito acordados ao contacto do negativo da corrente, é que dá conta de tudo. Só êsse choque, só êsse contacto o seu temperamento excepcional aguardava para despertar e vibrar, para ver e sentir.

É horrível o que passa a ver, é intraduzível o que começa a sentir. Não vê rapazes, não tem crianças diante de si. Vê sujos vermes, animais repugnantes, entre humanos e reptilíneos, que causam náuseas. Tem na sua presença, sob o seu olhar assombrado, criaturas imundas por dentro e por fora, tão sórdidas na linguagem como no trajo. E não estão ali para se lavar, para se purificar, de modo a acreditarem a obra do Senhor ao sexto dia da criação e a entrarem valorizadas no quadro das actividades sociais. Estão ali, como reclusos, como presidiários, cumprindo uma pena fixa, obedecendo à fôrça da lei e às exigências da sociedade ofendida, os mais sujos a contaminarem os mais limpos, os leprosos em promiscuïdade com os sãos.

O futuro reformador da *Ordem dos Desamparados*, vendo e sentindo de relance, de relance compreendeu o que os outros, legisladores e directores, em anos dilatados não tinham compreendido nunca: — que não era aquêle o processo de corrigir, de dignificar, de moralizar. Que não era carimbando-os de reclusos que se dignificavam menores. Que não se moralizavam criaturas humanas pelo recurso simplista do castigo corporal. E decide transformar a prisão em escola, a montureira volvida em sanatório, e passa a chamar ao recluso aluno, a tirar do estêrco a flor.

É nessa orientação, é sob êste credo, que êle realiza, no velho casarão da Cartuxa, o lindo milagre de Caxias, essa obra de fecunda ternura e de maravilhosa intuïção genial que deixa encantado Samuel Barrows, calmo criminalista norte-americano de passagem em Lisboa no regresso da Alemanha e da Áustria, onde visitara oficialmente os mais falados reformatórios de delinqüentes infantis. Mas, organizada a obra excelente de Caxias, pela graça redentora dos seus recursos individuais, êle sente e vê que não pode fazê-la corresponder ao seu sonho e às necessidades do momento emquanto não tiver cá fora certos instrumentos auxiliares.

Tem montado o *sanatório* — falta-lhe o pôsto clínico de consulta, observação e diagnóstico. Precisa do organismo auxiliar que, desviando o menor da escola complementar das enxovias do Limoeiro, furtando-o ao

vinho perturbante do julgamento público na Boa-Hora, emancipando-o da palmatória romana da pena fixa pelo Código Penal, aparte o trigo do joio, e dê ao joio um destino consciente.

Êsse organismo, porém, não podia ser arquitectado e realizado por um jurista amadurecido no conceito clássico da pena determinada, com a alma e o coração encardidos pelo sarro dos velhos padrões do direito romano, do castigo correspondendo ao delito, do delito sob o critério da reparação social, conhecendo só o crime, ignorando o criminoso. Êsse organismo tinha de ser concebido e realizado por um pedagogo que fôsse ao mesmo tempo um jurista, por um sacerdote que fôsse um médico — por um reformador que abrangesse, com a mesma transparência e a mesma certeza, todos os factores do crime e correspondente terapêutica, pondo a sociedade como causa, o delinqüente como efeito, e combinasse os elementos tónicos a fornecer ao delinqüente para o fortificar contra o ambiente deletério da sociedade.

¿Quem poderia, entre nós, realizar essa obra? Padre António pensou neste, consultou aquêle. Bateu à porta de Salomão, e subiu a escada do samaritano. Mas como nem sábios, nem piedosos tomassem o encargo da obra, resolveu fazê-la êle.

Eu juro aos quatro ventos, sôbre os santos evangelhos da minha palavra, que P.e António de Oliveira, nessa época, embora na posse das ordens sacras recebidas dum douto bispo, na catedral de Lamego, não sabia os verbos, não conhecia a gramática. E se não conhecia os verbos e a gramática, pessoas de casa, pois os próprios rapazes de Caxias, nas suas aulas, jogavam e conversaram com êles diàriamente, muito menos conhecia os padre-mestres do direito moderno, os doutores da filosofia jurídica que no sinédrio ditam a lei.

Ignorava Salelles, o patriarca da individualização da pena — foi o dr. João Pinto dos Santos quem lho revelou depois da obra feita. Não suspeitava Tarde, nem Cimbali, evangelistas dos maiores do Novo Testamento penal, os que proclamam que o fim da pena não é ferir por um facto passado, como se vingasse um indivíduo ou a sociedade, mas para atingir um resultado futuro... Nunca ouvira falar de Carton de Wiart, o jurista belga que proclama que a legislação penal infantil se deve ocupar menos do delito praticado pela criança, do que da própria criança — e que o direito penal praticou até aqui o êrro de ignorar a infância. Nunca lêra Juillet, o admirável pedagogo legista que afirma estarem em germen, os crimes duma época, na infância delinqüente da época precedente. Não folheara Maschini, nem Fauillé, aqueles que vieram a terreiro para sustentar que as acções da criança são o reflexo do meio em que vivem, que o vício dos pais, o deboche, o roubo, o alcoolismo, se torna o crime dos filhos.

Pois bem. Padre António senta-se à banca com a sua ignorância e a sua fé. E eu não exagero se vos assegurar que nem a Rainha Isabel, e era santa, praticou milagre de mais visível relêvo fazendo de pão e maravedis cheirosas e frescas flores. Da pena e do papel começa a florescer a doutrina nova. É certo que não ouvira os Mestres. Mas escutara e sentira a Vida. Tinha-a ali, a seu lado, na eloqüência de todos os seus ensinamentos, na sugestão de tôdas as suas fôrças. ¿O que era preciso para que o menor, no abandono ou na civícia, ficasse abrigado na sua fraqueza? Era isto. E êle punha-o no papel. ¿O que era necessário para que o pequeno delinqüente, filho de alcoólicos ou tutelado de inferiores, se adaptasse à moral e ao trabalho? Era aquilo. E êle lá o ditava no catecismo. Assim, aquêle papel, êste catecismo, produto do instinto, da fé e da convivência amorável com o problema, — convivência e amor a que dava o corpo e a alma com todos os transportes da paixão — é de tal maneira o fruto amadurecido na árvore, o ser nascido do seu ser, que ainda não veio à luz corpo vivo de forma mais natural, de linha mais harmoniosa, corpo em que o sangue e o sentimento pulsem e vibrem mais homogéneos sob a argamassa celular. E tem os verbos certos. E não falta numa regra gramatical. E obedece aos melhores preceitos de Saleilles, de Tarde e de Juillet, que êle nunca lera.

Nunca os lêra nas bibliotecas. Lêra-os todos, um por um, nos livros animados que instruiram os Mestres.

Estava criada a lei fundamental de protecção aos menores delinqüentes, conhecida na legislação portuguesa por *Decreto de 27 de Maio de 1911* — lei recebida paternalmente pelo sr. dr. Afonso Costa, referendada durante uma doença do ministro da Justiça do Govêrno Provisório pelo sr. dr. Bernardino Machado, e que eu comunguei, sofrendo e amando, durante os nove anos mais sentidos da minha vida.

E com esta lei, criadas as *Tutorias da Infância*, os tribunais de menores — desviados os menores da putrefacção das enxovias, do espectáculo dos julgamentos públicos e da cegueira da pena fixa — estava criado o tal pôsto clínico, o que prescreve a terapêutica médica a seguir para a cura do menor, na *Escola de Reforma* ou no seio da família, nunca sob pena fixa, prescrevendo a terapêutica social da *Federação dos Amigos e Defensores das Crianças* para amparo dos delinqüentes na convalescença, no regresso à sociedade que os perverteu.

Quando se publicou esta lei — lei eminentemente nacional, medida, cortada e acabada ao jeito da nossa índole e pelo figurino das nossas necessidades — a França, directora espiritual de tantos dos nossos passos, ainda não tinha a sua. Pois deve dizer-se, para ao menos uma vez nos

não envergonharmos de ter realizado obra original, sempre interessados em imitar os outros, que a França, na sua lei, seguiu de perto as linhas mestras da nossa. Por sua vez, a Itália, a pátria consagrada do Direito escrito, não possuia igualmente lei objectiva a favor de menores delinqüentes. Fui eu, a pedido do sr. dr. Eusébio Leão, pedido endereçado ao Presidente da *Tutoria*, que mandei para Roma alguns exemplares da nossa lei. E a lei italiana, publicada meses volvidos — podemos afirmá-lo com orgulho — à parte ligeiros traços de pormenor, é essencialmente a lei portuguesa. A Espanha, por seu lado, está ainda na fase preparatória do lançamento das bases para os seus tribunais de menores. E foi Caiël, a nossa ilustre compatriota residente em Madrid, quem lançou a semente da doutrina renovadora no solo espanhol em seguida a uma visita à *Tutoria* de Lisboa. Por último, o Brasil, o grande e sôfrego Brasil — maior na aspiração do que no território, todo sedento das luzes do progresso moral — tem no Parlamento a sua lei de protecção à infância delinqüente. ¿E quem impôs o problema, nesse país onde João Chaves escrevera o livro eminente dos *Penitenciários*, com alguns capítulos lapidares sôbre o assunto? Foi Melo Matos, o dr. Melo Matos, catedrático da Faculdade de Direito na Universidade do Rio, depois de ter sido aqui durante meses, em Lisboa, como o ilustre jurista nobremente confessa, o mais devotado discípulo do Mestre.

Pelo que, a obra de Padre António de Oliveira, o verbo do nosso Pestalozzi, o evangelho do nosso Froebel — obra tão pouco conhecida em Portugal que ainda há tempos, ali em S. Bento, se disse que a não temos — transpõe as fronteiras da língua e torna-se uma obra internacional. Fruto do seu instinto, da sua fé e da sua experiência — fruto sumarento de previdência, de purificação e de humanidade — abre à luz e ao sol, deixa cair no solo a semente amorável, aqui, ali, além, e germina, e alastra, e multiplica-se em novos frutos de benção.

Padre António de Oliveira, escrita a lei de 27 de Maio, procurou a familiaridade das sciências e das letras. Instruiu-se, documentou-se. E na insatisfação da obra criada, ainda afastada do seu sonho, escreveu a série monumental de volumes, agora posta à venda pela *Portugália*, que são o desdobramento teórico daquela lei e a lapidar cristalização dêsse sonho.

Lx. — Março, 1924.

SOUSA COSTA.

P. S. — Os volumes da obra do P.e António de Oliveira, à venda na *Portugália*, são os seguintes: *Criminalidade e Educação; Deixemos os pais,*

cuidemos dos filhos; Via Infamante; Panaceias, Doentes e Clínicos; Intimidação; Loucos sem juízo, doidos com juízo; Geração, Educação e Arte.

Depois de escrito aquêle artigo, recebi do Brasil o *Decr. de 27 de Fev. de 1924* criando os Tribunais de Menores na grande nação irmã, «mais ou menos moldados pelo critério da lei portuguesa». É isto o que me diz o autor dêsse decreto, o eminente jurisconsulto sr. dr. Melo Matos, actual Juiz dos Menores no Rio de Janeiro.

S. C.

LITERATURA

LUÍS DE ALMEIDA BRAGA: *O SIGNIFICADO NACIONAL DA OBRA DE CAMILO.* PORTUGALIA, EDITORA, Lisboa, 1923.

DIZIA M. de Talleyrand que tudo o que é excessivo é insignificante. Ao pronunciar estas palavras, que encerram aliás uma preciosa lição de bom gôsto, o subtil diplomata parece ter esquecido o que se chamava um panegírico, na solene linguagem de outrora. Os panegíricos, por natureza, foram sempre excessivos. E que nem todos são insignificantes, prova-lo-ia mais uma vez, se fôsse preciso, a conferência sôbre o significado nacional da obra de Camilo, que o sr. Luís de Almeida Braga fêz ha três anos no Rio e agora editou em volume.

O sr. Luís Braga teve a felicidade de nascer poeta, e o melhor do livrinho é precisamente o reflexo da sua fina sensibilidade, um tanto ou quanto elegíaca e sonhadora. A discreta beleza das coisas familiares não o deixa indiferente. No seu estilo respira-se a amargura salubre da bruma marinha em manhãs de sol. E é ainda de poeta o seu amor ao passado, porque no passado, como êle o vê, há tôda aquela eterna ilusão dos tempos que apenas parecem melhores do que o nosso, por não poderem voltar. As suas ideas políticas inclinavam-no, aliás, para a mesma atitude, que a própria História, a mais recente, lhe sugeria também. Só originais de mau génio persistem em pedir contas de crueldades que os não ameaçam e de injustiças que já os não podem ferir. É o que chamam não possuir espírito histórico; e os eruditos olham-nos, por isso, com justificado desdém.

Eu, apenas sinto que o sr. Luís Braga não fôsse mais severo com a eloqüência e que um certo tom declamatório teime em mostrar-se nas páginas do seu opúsculo. A frase empolada, que talvez tenha emprêgo na tribuna e no púlpito, no livro fica tão deslocada como obesa matrona

no côro das Musas. E perdoe-me o sr. Luís Braga, que com esta fácil alusão mitológica não quis de modo algum qualificar-lhe a eloqüência. Eloqüência e poesia, as mais das vezes, são porém na verdade inimigas, e poucos discursos, daqueles a quem chamam grandes oradores, resistem sequer à calma leitura.

O trabalho do sr. Luís Braga, pelo contrário, lê-se com prazer, e a breve revista que nêle se passa à obra de Camilo sugere amiudadas reflexões. Para a acompanhar ùtilmente é, todavia, necessário já conhecer uma boa parte do que Camilo deixou. Como os devotos, que, quási sempre, sofrem duma compreensível tendência para exagerarem a popularidade dos seus protectores, o sr. Luís Braga imagina que convivemos todos com os personagens dêsses romances, que êle sem dúvida sabe de cór. Custa-me desiludí-lo, mas receio bem que se engane : Marta, Isabel, Corina, Clementina, Liberata, Maria da Glória, Angélica, Mecia, Maria dos Prazeres, Hermenegilda Clara, fora da confraria camiliana, são nomes que não suscitam reminiscências e, muito menos, saudades. Das incontáveis mulheres que Camilo pintou, só Mariana é popular ; a sua doce e resignada figura ofuscou, com justiça, as de tantas outras heroinas *horrìvelmente bem falantes*, a quem o tempo não quis permitir que com êle voassem e viessem para sempre gravar-se-nos no coração.

Camilo não é, efectivamente, *o único escritor* (português) *que, verdadeiramente, ainda tem devotos mantendo vivo o culto do seu nome.* Eu não quereria agora estabelecer confrontos, nem abrir nestas breves linhas uma daquelas escaramuças literárias em que dois escritores e duas escolas se batem a belprazer de quem escreve. Mas, se manter vivo o culto de um escritor consiste, não em esmiuçar com afan os episódios, nem sempre nobilitantes, da sua vida, ou em disputar nos leilões e alfarrabistas as migalhas da sua obra, mas na leitura assídua dos livros que nos deixou e na admiração consciente, se não das ideas que defendeu, pelo menos da arte que no-las transmite, nesse caso — e, repito, não tomo partido por um nem por outro, limitando-me imparcialmente a registar a verdade — o escritor português que mais devotos conta *mantendo vivo o culto do seu nome* é indiscutivelmente Eça de Queirós. Um superficial inquérito às predilecções literárias da sociedade portuguesa conduz logo a esta conclusão. E tivesse-nos o sr. Luís Braga falado, não em Teodora, Clementina e Liberata, mas em Basílio, Acácio, Pacheco, Dâmaso, Gouvarinho, Juliana, Maria Eduarda, Gracinha Ramires, e veria que ninguém, de mediana cultura, se sentiria embaraçado para seguí-lo.

O que, na obra de Camilo, resistirá a tôdas as transformações da literatura e para sempre será admirado, é a sua viva e fiel pintura dos costumes portu-

gueses no período que vai dos fins do Antigo Regime ao último têrço do século XIX. E, mais ainda, é a sua veia satírica, o seu sarcasmo mordaz, o riso amargo e pungente do homem a quem magoaram uma a uma as fibras do coração e ajeita a bôca num sorriso, para que os lábios não tremam e traiam as lágrimas.

Nunca ninguém foi menos filósofo, nunca ninguém viu menos o mundo com o plácido desdém que inspira a comédia humana a quem tem inteligência para compreendê-la, e não só coração e nervos para a sentir. Não era na volúpia do saber que êle podia encontrar refúgio para as misérias de uma vida atormentada pela ânsia de voluptuosidades mais enganosas ainda; tudo em Camilo era sentimento. E se, como quere o sr. Luís Braga, *a beleza de uma obra de arte está, mais do que em si mesma, na alma que deixa ver,* se a veemência das paixões e a sensibilidade exasperada constituem as qualidades fundamentais do escritor — opinião discutível — fàcilmente se explica a sedução que sobre êle exercem os romances camilianos, alguns dos quais, diga-se a verdade, já hoje não são legíveis.

Mesmo nos outros, quantos trechos acusam demasiado as rugas do tempo! O seu romantismo, de frases fatais e lances patéticos, é bem feliz quando apenas provoca um irónico sorriso.

Perdoem-me os adoradores de Camilo: eu creio que já houve *quem arrancasse mais lágrimas e soubesse rir com mais contentamento.* Camilo ocupa um grande e merecido lugar na história das nossas letras; não necessita, portanto, que lhe exageremos os méritos reais e, muito menos ainda, que lhe atribuamos aqueles que nunca teve. Não. Poucos riram com menos contentamento, porque a gargalhada de Camilo nunca foi alegre e boa. E se não faltam na sua obra scenas dolorosas e comoventes, a emoção que despertam parece-me provir mais do que há de dramático nas situações, do que da transcrição que delas fêz o artista. Seria preciso maior espaço do que o contido dentro dos limites usuais nestas curtas análises críticas para esclarecer e justificar convenientemente esta asserção. É mesmo possível que eu generalize um simples modo de ser pessoal. Há contudo — creio — qualquer coisa de espectaculoso no mais genuino romance camiliano, algo de teatral e semi-heróico na ordem passional, que não comove tanto como as tragédias obscuras da vida corrente, aquelas que não se enfeitam com episódios românticos, nem exigem tiradas eloqüentes para se fazerem valer, e que os grandes romancistas do naturalismo trouxeram para o primeiro plano da literatura.

Viria agora a propósito preguntar o que foi finalmente Camilo: clássico, romântico ou realista? O sr. Luís Braga, já se vê, ficava desolado, se não pudesse marcar-lhe nas três escolas um bom lugar. *Clássico por educação,*

Camilo é romântico pelo tempo, e, como por lei fatal das coisas, realista. E tôdas estas feições somadas formaram sua personalidade literária, apenas assemelhável à beleza do diamante, com as suas mil luzes cruzadas numa só claridade.

Talvez esta solução do problema, por certo a mais elegante, também seja a mais justa. Para o apurar seria, contudo, preciso definir primeiro classicismo, romantismo e realismo, vagas palavras que cada qual interpreta a seu modo; e isso excederia a competência e os intuitos de quem escreve êste ligeiro estudo, sôbre um livro que tem manifestamente objectivo mais limitado. Convém, todavia, recordar que ao têrmo *clássico* corresponde entre nós uma acepção de certo modo gramatical. O classicismo é um estilo, não é um sistema. Clássico, em Portugal, é aquele que usa determinado vocabulário e construções sintácticas imitadas, com maior ou menor arte, dos nossos antigos escritores. As piores extravagâncias na idea e o mais acentuado mau gôsto no estilo, um fraseado bárbaro, em que neologismos gratuitos se misturassem a arcaismos postiços, para uns e outros, de concêrto, disfarçarem o vazio do pensamento e a observação deficiente das coisas, ¿ impediriam acaso um contemporâneo de tomar desde já assento entre os clássicos, se o conjunto oferecesse um falso ar século XVII? Os títulos de Camilo são indubitàvelmente de outro valor; foi, todavia, com evidente menosprêzo da significação espiritual e estética do classicismo que se lhe inscreveu entre os dos clássicos o nome.

O seu génio, violento, amargo, apaixonado, observador implacável do grotesco, desequilibrado e impulsivo, sem elegância nem boas maneiras, inteiramente pessoal e muito mais sensível do que inteligente, nunca foi o de um clássico.

Ao quadro que nos deixou da vida portuguesa faltam, do mesmo modo, algumas das tintas com que sempre têm pintado os fiéis observadores do nosso carácter. Aquela doçura lusitana, que os espanhóis satirizaram, e que teve a sua mais bela expressão literária na melodia do verso de Camões, — o Portugal de Bernardim e de Garrett, da *Menina e Moça* e de Joaninha — o suave lirismo, sem convulsões de tragédia nem angústias filósoficas, que sempre foi uma das características feições morais da nossa raça, pode dizer-se que não encontra na galeria de Camilo retratos que a representem. O seu génio duro recusava-se às brandas inflexões do idílio. E nem a sua áspera linguagem — a que o sr. Luís Braga ousou chamar *melopeia luarenta* e *prosa elegíaca* — podia traduzir a poesia das almas delicadas e das paisagens serenas, nem a sua vida, ritmada pela paixão e pela desgraça, o auxiliavam a compreendê-las.

Dentro de Portugal, Camilo é, contudo, acentuadamente regionalista. Na sua obra há autêntica côr local, a das nossas províncias do Norte.

BIBLIOGRAFIA

Só a aprecia devidamente quem subiu as íngremes ladeiras de altas casas tristes que cortam o Pôrto e percorreu os velhos bairros, que conservam mais ou menos intacta a fisionomia histórica da cidade; ou, melhor ainda, quem nasceu nas terras dêsse Minho, populoso, abundante e sem fasto, rústico nas maneiras e na linguagem, na sobriedade da expressão, no tradicionalismo acanhado, na desconfiança aldeã, nos sentimentos e nos costumes, que êle descreveu com fidelidade em tantos dos seus romances.

Quando, na dobra do caminho, surge a carrancuda fachada dum solar, o telhado coberto de musgo, as cantarias de granito escurecidas pela invernia, as espaçadas janelas abertas para o negrume das salas de teto alto, a um lado a tôsca habitação do caseiro, e do outro o jardim, onde as couves crescem sem pejo à sombra das roseiras em flor — o sr. Luís Braga mais duma vez se deve ter sentido como que em face dum palco vazio; e já por certo lhe aconteceu afrouxar o passo, com a vaga esperança de ver entrar para casa o velho fidalgo, o moço morgado ou a romântica donzela que, como nos livros de Camilo, aí vivem em desventuradas paixões. Sem dúvida, não o surpreenderia, então, ouvir aproximar-se pelo caminho velho, de largas lages polidas, a guisalhada alegre dos machos duma liteira. E poucas figuras camilianas estranharia com razão naquele ambiente, a que quási tôdas estão de tal modo ligadas que não se imaginam, amando e sofrendo, em qualquer outro lugar.

O sr. Luís Braga, que é minhoto, dirá se tôda a alma da sua província — da nossa, porque sou do Minho também — lhe parece suficientemente descrita nos romances do seu autor predilecto. Por mim, creio bem que não. Isso, contudo, são contos largos, que podem ficar para outra vez. Para quando o sr. Luís Braga nos der um novo estudo sôbre Camilo, onde às qualidades que neste revela se junte um mais exigente espírito crítico; como é natural que suceda, se na fria análise da maturidade se convertem os entusiasmos da juventude.

LUÍS VIEIRA DE CAMPOS.

VITORINO NEMÉSIO: *PAÇO DO MILHAFRE*. Coimbra, 1924. IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

O SR. VITORINO Nemésio revela com êste seu volume de contos — *Paço do Milhafre* — qualidades de prosador e artista que, embora em estado embrionário, não deixam de ser consoladoramente prometedoras, uma vez depuradas de certa ganga romântica e dos abundantes exagêros da escola em que o sr. Nemésio pretende e consegue filiar o seu livro.

Ser-nos hia bastante grato, a nós, que também agora começamos, embora em mais árido campo, tributar ao autor dêste livro de contos o aplauso entusiástico com que os jornalistas o saüdaram. Não podemos fazê-lo, pelo que devemos à verdade em si, e pela verdade que devemos ao sr. Nemésio, dada a consideração que nos ficou merecendo após a leitura da sua estreia.

Paço do Milhafre tem quási todos os defeitos e quási tôdas as qualidades (que são sempre em muito menor número) da escola chamada *regionalista*, rebento do frondoso nacionalismo que domina o momento actual. Consideramos, porém, êsse *regionalismo* como um perigoso atentado à unidade e desenvolvimento espiritual de uma nação. Uma obra, ou um conjunto de obras literárias, não pode prescindir, sob pena de arriscar a sua própria existência, de um espírito de universalidade que, sem lhe fazer perder o seu cunho nacional, a possa tornar compreendida e de geral interêsse, para além de qualquer fronteira. Ora, para isto, três condições se requerem: ideas ou ideais humanos, expressão clara, composição equilibrada. Poema ou poesia, conto ou romance, que não estejam em condições tais, não têm probabilidades de se impor, além do curto tempo que dura uma moda. Ora êste inconveniente agrava-se, como é intuitivo, quando a obra de arte, além de morrer ao transpor as fronteiras da nação, dificilmente é percebida fora da província cuja gente põe em scena, ou, em condições especiais, fora do lugarejo cuja vida se limitou a descrever pitorescamente. Cuido que quem publica um livro não tem como ideal que êle seja lido sòmente, por exemplo, pelos habitantes de Sinfães, de Aljustrel ou de Vila Real de Santo António. O natural, o legítimo interêsse, é que o leiam em Lisboa, em Madrid, no Rio de Janeiro, etc. Ora, para conseguir isso não se recomenda o encher o volume com os palavrões, palavras ou palavrinhas, que a gente rude desta ou daquela província, em casos trivialíssimos, emprega, bem ou mal, decente ou indecentemente. Dirigindo-se à humanidade, tem que referir os interêsses humanos ou as humanas paixões; e há de fazê-lo por forma bem compreensível e sedutora. O caso literário de Camões, de Antero, de Eça, àparte muitas outras esplêndidas lições, contém ainda esta.

Ora, ¿ oferece o regionalismo, com o seu «canon» tacanho, tais condições de êxito em seus prosélitos? Afigura-se-nos que não, e o livro do sr. Nemésio veio-nos arraigar essa suspeita.

Sendo um livro de contos, é natural (assim diria o amigo Banana) que os tivesse. Não os encontrámos, porém. Só o que se intitula *Reis Magos* tem condições literárias para como conto ser considerado. O resto são episódios, crónicas, trechos de maior e mais ampla composição,

mas contos não. Porque (desgraçadamente os artistas portugueses ainda se não convenceram desta verdade) ninguém pode escrever um conto, ou um romance, sem primeiro ter aprendido a *técnica* do conto, ou do romance. Todos os géneros literários têm a sua técnica, e dela depende em grande parte a perfeição da obra. O talento é muito, mas não basta, e nada de perdurável pode realizar sem o estudo e a disciplina a guiá-lo. Assim, a primeira coisa que nos parece dever pedir-se ao sr. Nemésio é que medite na técnica do conto, para que nos não torne a dar um livro de contos sem contos. Na literatura portuguesa contemporânea tem (e cito-lhos como exemplo) dois magníficos documentos da técnica do conto: o *José Matias* de Eça, e *A Mulher e o Cão* do sr. Júlio Dantas.

Êste defeito, ou, antes, esta falta de técnica, ocasiona imediatamente outro defeito: a falta de acção, sem a qual as condições literárias de uma obra ficam sèriamente comprometidas. Os contos do sr. Nemésio não têm acção psicológica, o que em parte se explica, porque se passam entre gente rude e humilde, nem acção dramática, pois que, partindo de um episódio (e muito bem) nêle se fixa e dêle não sai (o que é péssimo). São exemplos evidentíssimos do que afirmo *Terra do Bravo, Alma de Deus, Misericórdia! Mau Agouro.* Acção dramática subentende uma serie de episódios que, postos numa hierarquia de intensidade, conduzam a um efeito decisivo, que encerre uma conclusão que por sua vez contenha uma idea. Isto não existe nos contos (passe a designação do autor) que atrás deixo citados. Igualmente, embora de maneira mais atenuada, se não verifica em *Enganada* e *Malhados.*

Ideas ou ideais humanos parece-me (e só aí) tê-los o sr. Nemésio pretendido abordar em *Ante-Manhã* e *Célia,* e por isso lhe dissemos a princípio que tinha de se libertar de muita ganga romântica. *Ante-Manhã* é uma repetição de certas páginas de Fialho na *Vida Irónica.* Nada de novo; e, em boa verdade, aquilo já fêz época, e hoje enfastia. *Célia* é uma pequena dissertação sentimental, onde o vazio do sentimento e da vida são evidentes. Aquela preocupação de verdade e de justiça que dominou a geração de Eça e Antero não a possui o sr. Nemésio (e muito poucos a possuem hoje) em qualquer das suas composições. Em nenhuma delas há mais que episódios — mas êsses, apraz-me muitíssimo dizê-lo, magistralmente traçados. Não basta, infelizmente...

Quanto ao estilo, que aliás se apresenta muito enriquecido e, às vezes, fascinantemente enriquecido, achamos que lhe falta a clareza necessária, — pletórico, como está, de provincianismos. Afonso Lopes Vieira, que tão bem prefaciou o volume, aconselha muito acertadamente o seu prefaciado a pôr os olhos em certo trecho da *Ilustre Casa de Ramires.* É com felicidade escolhido o exemplo, e nêle muito terá que aprender, se o meditar, o autor do *Paço de*

Milhafre. Analisar êsse exemplo seria impertinentemente querer dar lição a quem, sendo tão rico de faculdades (as quais tão transviadas nos parecem andar) melhor a poderá tomar por si do que ouví-la de outrem.

E, concluindo, diremos ao sr. Nemésio que estamos convictos de que o seu temperamento literário muito conseguirá de futuro, sob a acção de uma orientadora disciplina e por efeito do *self-control*, que todo o escritor tem obrigação de exercer sôbre si próprio, para que se aperfeiçoe, e assim, conscientemente, consiga fazer mais belo e melhor.

CASTELO BRANCO CHAVES.

ARTE E ARQUEOLOGIA

LUCIANO FREIRE: *MUSEU NACIONAL DOS COCHES (E INDUMENTARIA DOS SÉCULOS XVII, XVIII E XIX).* Catálogo descritivo e ilustrado pelo autor. EDIÇÃO OFICIAL, Lisboa, 1923.

O ESTUDO da individualidade de Luciano Freire, ainda por fazer, levar-nos hia longe; e por isso e embora a ocasião fôsse oportuna, deixaremos êsse gratíssimo trabalho para mais tarde. Figura complexa e completa a dentro da sua modalidade, o seu perfil exige já hoje comentários amplos que excederiam o âmbito que esta secção nos traça. Limitar-nos hemos portanto a analisar ràpidamente o catálogo que Luciano Freire agora trás a público e que, no desenvolvimento das suas 108 páginas, é a síntese de estudos e trabalhos que datam de longos anos.

O catálogo de um museu com a importância que tem o Museu Nacional dos Côches, quando êle é, como êste, o primeiro dessa admirável e riquíssima colecção, pois a monografia elaborada por monsenhor Botto teve de ser rejeitada por completo, é um trabalho que só por si bastaria para impor o seu autor à consagração dos estudiosos, se outros, e importantíssimos, não se devessem já ao pintor que, depois de ser ter afirmado superiormente na sua arte, a sacrificou voluntàriamente, durante anos, pela tarefa monumental que tem sido a sua reintegração de pinturas notáveis de tôdas as escolas e, em especial, da nossa escola primitiva.

A organização do Museu dos côches era, até certo ponto, já um facto quando Luciano Freire foi nomeado para a sua direcção, em 1911. E dizemos *até certo ponto*, pois embora o que estava feito fôsse imenso e honre altamente a Rainha,

a Senhora D. Amélia, a quem a sua fundação e instalação se deve, e os colaboradores que a ajudaram nessa nobilíssima tarefa e entre os quais cumpre destacar o seu primeiro director, sr. Alfredo de Albuquerque, Luciano Freire ampliou-o posteriormente, criando-lhe novas secções e enriquecendo-o com outros côches e obras de arte. E essa tarefa, que era já da maior importância, completou-a ainda o erudito artista com o melhor tratamento de parte dos côches já expostos e com a reintegração de alguns dos que encontrou postos de parte e arrecadados em virtude do seu péssimo estado.

Com a nova orientação que Luciano Freire deu ao museu, os côches continuaram, é claro, a ser o fundo essencial dessa colecção; mas a êsse fundo, o artista, reduzindo o mais que pôde o guarda-roupa ali existente e que a nova ordem de coisas tornou desnecessário, juntou-lhe uma colecção de indumentária importante dos séculos XVII-XVIII e XIX (trajes e acessórios). E na mesma idea, a de completar o significado dos côches e tornar mais fácil ao visitante a sua compreensão e a evocação do meio a que êles pertenceram, acrescentou ainda, a esta última colecção, pinturas e desenhos referentes aos carros e uma galeria de retratos da época dêstes e em grande parte dos personagens que dêles se serviram. É esta a concepção inteligente e moderna dos museus, que deixam assim de ser simples e frias arrecadações de objectos para serem elementos de estudo e sugestão, dando, tanto quanto possível, a reconstituïção das épocas em que os objectos expostos foram criados e utilizados.

E o catálogo de Luciano Freire, como era de esperar, é o complemento lógico e superior dessa excelente orientação. O objecto não é só descrito com tôda a minúcia indispensável e no vocabulário próprio, o que entre nós, onde êsse vocabulário não está devidamente fixado, oferece por vezes dificuldades; mas, e conjuntamente com o juízo crítico dos objectos, são citados os factos conhecidos e importantes da sua história, tornando assim uns e outros mais inteligíveis e dando-lhes maior valor.

Museu como é o dos côches com interêsse, não só para os *turistes* que, nêle, procuram sobretudo o prazer fácil e rápido da visão admirável que a magnificência excepcional do seu conjunto lhes oferece, mas ainda para os estudiosos, que aí têm sempre que aprender, Luciano Freire não esqueceu no seu catálogo êsse aspecto múltiplo da colecção que lhe foi confiada. E o seu trabalho é, portanto, mais do que uma síntese descritiva, um verdadeiro guia, na ampla acepção da palavra e proveitoso a eruditos e artistas.

Superior como é êste catálogo, ¿ pode êle ser ainda melhorado ? Certamente que sim; e Luciano Freire sabe isso melhor do que ninguém, pois, uma vez o seu trabalho impresso, viu logo as suas deficiências, das quais duas apenas são importantes: a falta de bibliografia e a de um índice alfabético remissivo.

Brevemente, porém, na segunda edição, que o ilustre artista está já a preparar, essas lacunas serão preenchidas com a competência e a probidade que são fundamentais na obra do ilustre professor.

JOSÉ DE FIGUEIREDO.

MATOS SEQUEIRA: *TEMPO PASSADO.* (Crónicas alfacinhas). ED. PORTUGALIA, 1924, ilustrado, 204 pág.

MATOS Sequeira é hoje o nosso mais bem informado e mais vivo cronista da velha Lisboa, continuador da benemérita linhagem de V. Barbosa, Rib.º Guimarães, Gomes de Brito e Visconde de Castilho. A linguagem de Matos Sequeira tem porém mais vivacidade e graça que a dos seus ilustres antecessores, com um sabor popular que a enriquece de pitoresco, e uma ponta de emoção que não raro envolve as mais sentidas evocações da vida alfacinha. Esta série de crónicas a que a Lisboa seiscentista serve sobretudo de fundo, abre com um estudo, talvez o melhor de todos, sôbre as *Freiras Francesinhas*, quadro de vida monástica em que se reflecte um pouco da intriga política, conventual e até diplomática da época, escrito com uma graça que não é isenta de ternura. O *Regicídio* tem um duplo interêsse: camiliano pela exegese do romance famoso, e histórico por reconstituir, um pouco à Lenôtre, a tentativa grotesca de que D. João 4.º ia sendo vítima, e de que escapou graças a uma pusilanimidade que a crendice da época transfigurou em milagre. É impossível passar aqui em revista os vários capítulos dêste *cinema* da crónica citadina em que perpassam os episódios da vida anedótica das ruas, na exacta reconstituïção topográfica e com a velha nomenclatura, tão expressiva, algumas famosas como o *Chiado* e a *R. Nova dos Ferros*, onde todos os grandes acontecimentos da *Ulissipo* gravaram uma recordação. Emfim, é a história pitoresca dos frades e galegos, de famílias ilustres como a dos *Bernardes*, do brasão da cidade, das pompas piedosas, paços e cortejos, etc., etc.

Mas prestada esta justa homenagem ao brilhante evocador, temos que esmiuçar agora dois pontos de interêsse histórico-artístico, que mais particularmente interessam a esta secção.

O primeiro é um acto de justiça, que um homem com a escrupulosa lealdade de Matos Sequeira não recusa. Ao descrever as tapeçarias do Paço da Ribeira, aliás num belo artigo de divulgação, Matos Sequeira guia-se pela *Pirâmide* de Vilhegas, descreve-a como se a tivesse descoberto e esquece-se

que Sousa Viterbo, num notável capítulo «*Tapeçarias*» (*As Artes e os Artistas em Portugal*, 1892, reimpresso em 1920), extractara largamente essa descrição (como a do *Obelisco*), em que de resto o Sr. Joaquim de Vasconcelos se fundara também para o inventário dos *panos de Raz* (1900) numa síntese ainda hoje fundamental como visão crítica.

Matos Sequeira poderia assim, depois de ter dito com ironia que as novidades que descobriu «se acham escritas, impressas e publicadas há 253 anos», acrescentar com justiça: e ressurgidas, extractadas, comentadas e inventariadas desde 1892 por Sousa Viterbo e Joaquim de Vasconcelos. Um homem com o valor de Matos Sequeira, dando a César o que é de César, nem fica pobre, nem de modo algum... João Fernandes.

Vamos agora à *Rua Nova dos Ferros*, que o autor evoca através dos escrupulosos estudos do Sr. Vieira da Silva e de duas iluminuras de um *Livro de Horas* do Museu de Arte Antiga, reproduzidas sôbre fotografias e ampliações mandadas fazer pelo seu director, Dr. José de Figueiredo e que aqui reeditamos.

Que uma representa a *solenidade do pranto* pela morte do Rei e a *quebra dos escudos* na Rua Nova dos Mercadores, não há a menor dúvida e a exactidão da ilustração é maior do que Matos Sequeira supõe, desde que se guie, não pelos cronistas do século XVII, mas pelos textos coevos que as descrevem.

Não é «uma dessas solenidades reais com carácter indeterminado» (pág. 171), é a scena descrita na *Memoria*, que mais adiante transcreverei.

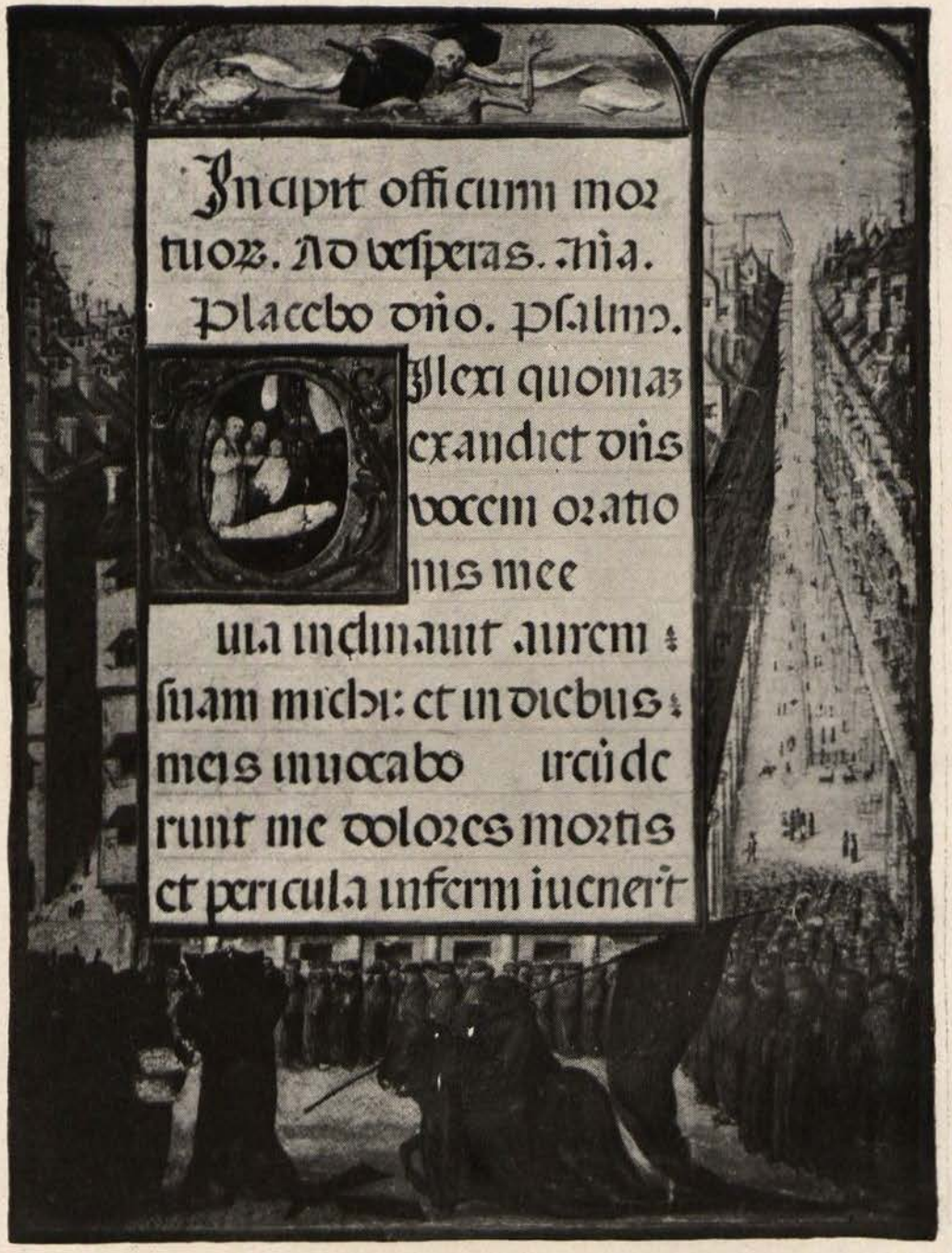
Mas a nossa discordância essencial é a interpretação da 2.ª iluminura. Matos Sequeira começa por aceitar que «figura os funerais do Rei Venturoso, possivelmente no templo dos Jerónimos» (já Ramalho Ortigão pensara o mesmo) mas logo a seguir acrescenta: «Quando isto foi ainda se não achava concluido o corpo da igreja que lá se representa no quadro central» e pensa então que «poderia corresponder às exêquias de D. João III» ou emfim à trasladação de D. Manuel em 1551. A sua hesitação é ainda maior acêrca dos edifícios que rodeiam a estampa central e depois de se meter «em complicados becos sem saída» pregunta: «¿Qual será o edifício que à direita se vê, gargulado sôbre o friso, coroado de ameias, e no qual se rasga uma janela geminada, em estilo manuelino? ¿Seria a fachada sul dos Jerónimos feita de cór? A escadaria por onde vai descendo o caixão, cercado de fogaréus, podia levar-nos a essa conjectura»... Mas as perplexidades não acabaram: o pedaço de rio, através da galeria, fá-lo hesitar acêrca dos Jerónimos, embora o arco brasonado podesse ser «o que se abria sob a Sala dos Reis» do mosteiro. Por fim, decidido: «Não nos iludamos, porém. Aquela inexplicável cruz de Avis, a eça altíssima, a armação de negro no corpo da igreja (que ao tempo não existia), a dispara-

tada colocação da fachada, a misteriosa galeria de dois andares, são tudo efeitos decorativos sôbre elementos verdadeiros, como sucedeu exactamente na composição da outra iluminura. Êste é o meu parecer sôbre as duas famosas páginas do *Livro de Horas del Rei D. Manuel*». Não nos iludamos... mas creio que se iludiu. Existiu a igreja ali representada, a fachada do tal edifício não é disparatada e a galeria não é misteriosa. O mistério é Matos Sequeira ter passado ao lado dum edifício que tantas vezes tem descrito e dum documento que tudo esclarece e não ter reconhecido um nem lido o outro. Mas é o paço da Ribeira, com as suas ameias tipicamente manuelinas e os *ajimeces* como nos paços de Sintra e Évora; e a dupla galeria através da qual se entrevê o Tejo, a poente, a lua no alto e o arco *dos paços*, com o escudo e a esfera de D. Manuel, sob o qual passa o cortejo que, horas depois da morte do Rei, o conduziu, logo às 3 da madrugada, para os Jerónimos. E no meio, é a missa de defuntos, *cantada não nos Jerónimos, mas na Sé*, três dias depois, seguida da quebra dos escudos, figurada emfim na outra iluminura.

Que é o paço da Ribeira, não há dúvida. A sua iconografia é já hoje rica e baseia-se não em gravuras fantasiadas como as de Braunio, mas em iluminuras da 1.ª metade do século XVI. Podemos ir contando: 1) A da crónica de D. João 1.º da Tôrre do Tombo; 2) a da crónica de Duarte Galvão, hoje na posse do sr. Conde de Castro Guimarães; 3) a da *Genealogia* de Simão Bening, desenhada por António de Holanda; 4 e 5) *as duas iluminuras* do Livro de Horas de D. Manuel, começado em 1517, mas só acabado depois da morte do Rei, por isso que nêle se representa o seu entêrro.

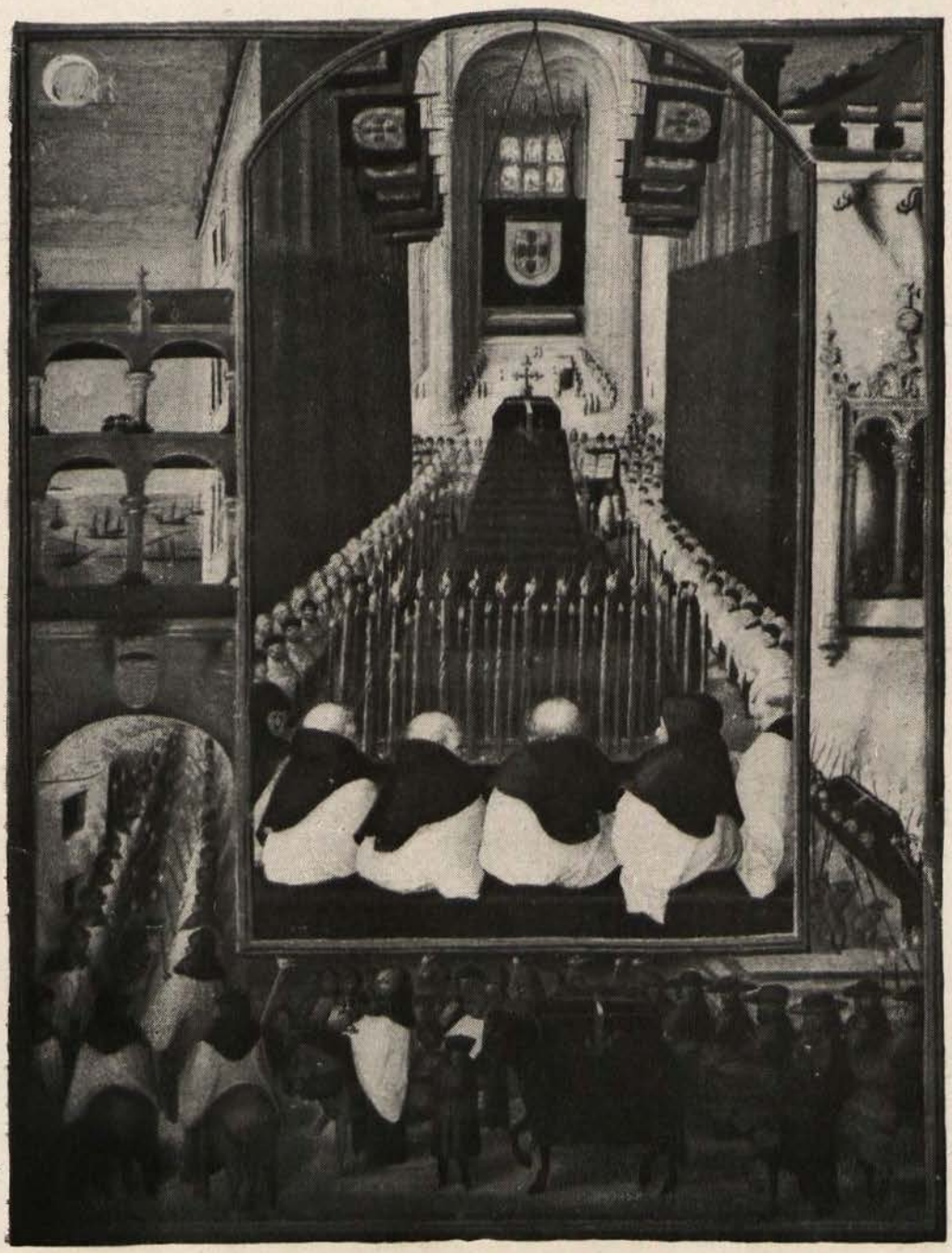
A que agora discutimos é uma destas duas e dá pormenores preciosos cuja importância não é ocasião de discutir, mas que Matos Sequeira poderia aproximar e cotejar com os da crónica de Fernão Lopes e até com o antigo quadro da colecção Ameal, que reproduz a pág. 46-A do seu livro. A escadaria exterior por onde desce o caixão, o patamar que o recebe, o arco por onde enfia o cortejo, a galeria de 2 andares enxertada no edifício ameado e de janelas geminadas, ¿tem alguma dúvida que seja o *Paço da Ribeira*?

Quanto à nave figurada a meio, representa a Sé. É uma nave gótica de grossos pilares, com deambulatório na capela-mor, em cujo altar se distingue um importante retábulo com caracteres que não são de invenção. Esta nave, áparte as incorrecções duma composição feita de cór, tem todo o valor dum documento da época, fixado por um excelente iluminador. ¿Mas só se convence com a prova documental? Deixe então as descrições de Damião de Góis, que são escassas, e as dos escritores do século XVII,



A QUEBRA DOS ESCUDOS NA RUA DOS MERCADORES

ILUMINURA DE UM LIVRO DE HORAS DO MUSEU DE ARTE ANTIGA



ENTÉRRO DE D. MANUEL SAÍNDO DO PAÇO DA RIBEIRA, VENDO-SE, AO CENTRO, A NAVE DA SÉ

ILUMINURA DE UM LIVRO DE HORAS, DO MUSEU DE ARTE ANTIGA

dos *Anaes* e da *Crónica de D. João 3.º*, em que entrevejo que o meu amigo sobretudo se apoiou, e venha ler agora esta descrição, coeva dos acontecimentos, tal é a precisão de todos os pormenores e a exacta comprovação de alguns. É a *Memoria da doença e enterro del Rey D. Manoel*, publicada nas *Provas da História Geneal.*, Vol. II, pág. 307. O rei morreu no Paço da Ribeira entre as 10 e as 11 da noite de 13 de Dezembro (1521) e foi logo nessa mesma madrugada levado para Belém. Leamos a memória e olhemos a iluminura:

«E ás tres horas depois da meya noite ho levaram a nosa senhora de belem metido em huu ataude em cima de huã aʒemala com toda a corte que seriam bem dous mil de cavalo e mais de seiscentas tochas com todolos clerigos e capelães e o marques, duque de bragança, mestre de samtiago, mordomo moor, muitos moços da camara e todos seus criados, levandoo estes grandes senhores, tirandoo eles daʒemela á porta da Igreja, e dahy o levarão atee a cova os frades, levandoo com grandes lamentações, etc., etc.»

Damião de Góis diz que o lançaram na igreja velha (a antiga capela do Restelo, do infante D. Henrique) «em uma sepultura rasa» e que o entêrro foi às 2 da madrugada, hora que Matos Sequeira aceita. Mas, a *Memoria* diz que foi às 3 e Gil Vicente, cujo testemunho tem no caso mais importância que o de Góis, confirma-a quando diz:

Já passada a meia noite,
treʒ horas antes do dia,
metido em um ataúde
o que inda ha pouco regia,
o gran senhor do Oriente,
de seus paços se partia.

Concordância de pormenor que depõe em favor da exactidão da *Memoria*.

¿Quere agora o texto da scena central? Continuemos:

«E loguo a terça feira seguinte deʒoito dias do mes de deʒembro da dita era, todolos cidadãos e homẽs principaes da cidade de lixboa mandarom diʒer huã missa com a maior devoção que diʒer se pode na capela mayor da see da dita cidade a qual capela estava toda armada e paramentada de panos negros, e bem asi os bancos em que se havia dasentar outrosi estavam cubertos dos ditos panos negros.»

Parece que não há dúvida; é a Sé, com o que a própria arquitectura da nave concorda. Já agora vejamos a descrição da outra iluminura, que é afinal menos fantasiada do que Matos Sequeira supõe:

« E depois de todos ouvirem asi a dita missa se vieram todos á porta principal da See saindo todos da casa da camara da cidade e asi cavalgou o alferes com huã bandeira que era a modo destandarte de pano de linho tinto em negro em huã aste grosa asi negra e o cavalo em que asi cavalgou era negro sem nenhũ sinal branco e a coma dele era tão grande que lhe dava pelos joelhos muito comprido e o cabo era tão comprido e reveremdo que lhe dava pelo chão, e levava o dito cavalo hũ paramento de pano asi negro que tomava do arção dianteiro até o cabo e dava pelo chão, e asi as cabeçadas erão muito largas e redeas tudo euberto de pano de doo, que cousa nenhuã do cavalo não parecia senão os olhos e orelhas... e o alferez chamavase Nuno Alvez Pereira filho de Rui Diaz Pereira que levava a dita bandeira nam alta mas derribada com a ponta casi no chão arrastandoa, e ele levava vestida huã mui grande loba de pano negro, e hua mea peça do dito pano negro ao redor do pescoso que casi os olhos lhe não vião, e ahy com ele tres cidadãos, os dous erão Juizes do crime e ho outro Diogo Vaz, Juiz do civel, e loguo em queremdo mover da porta da see lhe puserão huũ banco cuberto de doo e o dito Diogo Vaz se pôs em pee em cima dele com um escudo negro nas mãos e prepôs esta fala ante todo ho povo dizendo asy », etc.

Não vale a pena transcrever o resto. Basta lembrar que se partiram três escudos — um à porta da Sé, outro a meio da rua Nova dos Mercadores (é o que se representa na iluminura), o terceiro no Rossio. O pregoeiro, se não está em cima do banco, está pelo menos a pé e não a cavalo, como Matos Sequeira exigia, fiado em descrições de menos exactidão que a ilustração de que duvida, e que de facto, embora desdobrada nas duas acções — leitura do pregão e quebra do escudo — segue a descrição da *Memoria*.

Matos Sequeira, que é um homem de bom senso crítico e sem mesquinhez de pensamento, cujos livros tenho mais prazer em ler do que contraditar, compreende a razão dêste esmiuçar de textos e iluminuras. É que estas, assim interpretadas, passam a ter um valor documental muito superior ao que teriam se, em vez de representarem scenas históricas e monumentos tão importantes como o Paço da Ribeira e a nave da Sé, apenas figurassem « solenidades reais de carácter indeterminado » e um vago e fantasioso aspecto do mosteiro dos Jerónimos, de facto e ao tempo, ainda não acabado.

REYNALDO DOS SANTOS.

BIBLIOGRAFIA

VERGÍLIO CORREIA: *VASCO FERNANDES*. Mestre do Retábulo da Sé de Lamego. Coimbra, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE, 1924, 154 p.

NESTE seu livro, o sr. dr. Vergilio Correia reincide no êrro do seu «Sequeira em Roma» (*LVSITANIA*, fasc. I, pág. 128). Como naquele, o que tem interêsse neste são apenas os documentos. O resto, com pretenções a crítica e para mais recheado de verrina, revela a mesma falha absoluta de visão e de preparação para o assunto, acrescendo a estas uma outra falha ainda maior, a falha moral, que é, de resto, a principal, senão a única causa do *gâchis* em que o sr. Vergílio Correia se debate.

Com preparação para trabalhos de etnografia e de prehistória, nos quais não era prejudicado pela sua ausência de visão e sensibilidade, o sr. Vergílio Correia não devia nunca tê-los abandonado pelos estudos de arte em que, trabalhe o que trabalhar, não poderá nunca fazer nada. Isso não o ignora o sr. Vergílio Correia, que o declarava sempre que a confissão vinha a propósito e o escreveu mesmo ainda há pouco quando, no 1.º número do *Boletim de Arte e Arqueologia de Lisboa*, que dirigi, publicou os documentos sôbre pintores quatrocentistas e quinhentistas que procurara e coligira por meu encargo. Referindo-se precisamente a Vasco Fernandes e Gaspar Vaz, dizia: «A destrinça das obras dos dois pintores compete aos técnicos e aos críticos de arte. O *investigador* (o grifado é nosso) pouco mais poderá, infelizmente, fazer com a exígua documentação que perdura do tempo em que viveram os dois grandes artistas.»

Mas nessa época o sr. Vergílio Correia, aliás com tôdas as minhas *contradições* já coleccionadas, estava ainda no Museu de Arte Antiga. Tendo depois obtido convite para a cadeira de História de Arte da Universidade de Coimbra, o sr. Vergílio Correia inverteu os factores, e, em vez de ter pensado, antes de ser nomeado, se tinha competência para ela, julgou-se com tôdas as qualidades desde que entrou para lá. Infelizmente, o hábito não faz o monge, e, no seu caso, o aforismo, nem sempre felizmente certo, tem inteira aplicação: «Quem sabe executa, quem não sabe ensina.»

Mas vamos àquilo de que o sr. Vergílio Correia parece querer fazer o fundo do seu livro, complicado e difuso: a escolha do método para a identificação das obras de arte.

Contra o que o sr. Vergílio Correia pretende, não ha vários métodos. O método é um só, ou seja a análise da obra a estudar. O que há é

vários processos e todos necessários, recorrendo-se a uns e outros ou mesmo a todos, conforme o problema a resolver. E com isto não faço jôgo de palavras, porque qualquer que seja a significação que se dê à palavra método ou ao vocábulo processo, o que o sr. Vergílio Correia chama o método *directo*, e objectivo, ou seja o documento, não é método nenhum, mas sim um simples elemento de trabalho.

Quando portanto se pretende identificar uma obra de arte, há uma só cousa a fazer: analisá-la. E só assim se pode saber se ela é autêntica, pois o documento pode existir e a obra, análoga à primitiva, não passar de uma réplica ou cópia daquela [1]. E é essa também a única maneira de determinar qual a sua escola e caracteres e, conseqüentemente, qual a sua importância e valor.

O documento, embora por vezes fundamental, é assim e sempre ùnicamente um subsídio. E é-o verdadeiramente e a valer apenas para aquêles que souberem servir-se dêle, isto é, para os que, tendo as qualidades naturais para isso, disponham também da respectiva educação e cultura, uma e outra coisa indispensáveis a um bom critério artístico. Aliás, suceder-lhes há o que sucede agora ao sr. Vergílio Correia, cujo livro, cheio de enormidades, só era possível ser publicado, nas condições em que o foi, em um país como o nosso [2].

Se o descobrir um documento transformasse o *encontrador* em crítico e historiador de arte, os historiadores e críticos eram abundantes no nosso país e não havia classe nenhuma, por mais modesta que fôsse, que não tivesse o seu Herculano e Joaquim de Vasconcelos. E teriamos assim não a democratização que o sr. Vergílio Correia reclama para êstes assuntos, mas a sua comunização! A pesquisa de documentos, possível a todos os que, sabendo ler, tenham os olhos habituados às antigas grafias, é obra sobretudo de tempo e paciência. E é por isso que nos grandes centros, como Paris, a sua rebusca é um dos recursos dos pobre-diabos, vagamente letrados, que, sem outras qualidades, ganham assim modesta mas honradamente o seu pão nesse labor pouco intelectual e, por isso mesmo, fastidioso e duro.

E dizendo isto, em vez de amesquinhar a obra admirável de Sousa Viterbo e Anselmo Braamcamp Freire e de outros investigadores nossos de valor, ainda mais a nobilitamos, porque, com qualidades para tarefas mais difíceis e subjectivas e devendo ser apenas os ordenadores e comentadores dos materiais que outros deviam procurar-lhes sob indicação sua, não hesitaram em sacrificar-se, sendo êles próprios, por falta de ajudantes, quem procurou e encontrou a maior parte do que nos legaram nesse campo.

Tal não é porém o caso do sr. Vergílio Correia que, não podendo ser nunca em matéria de arte senão um rebuscador (*rat de bibliothèque*, dizem os franceses) por falta de visão e sensibilidade e cultura especializada do assunto, procura desta maneira fazer-se passar pelo que não é e nunca poderá ser: crítico e historiador de arte. E assim escreve já agora no seu livro (*Vasco Fernandes*, pág. 141): «*Admito e aprecio e emprego o método comparativo* (que nos aparece mascarado sob o rótulo de visão superior). Havendo começado a minha vida de publicista como prehistoriador e etnógrafo, compreendo também a utilidade dêsse processo quando aplicado às artes»! O ponto de admiração e o grifado são nossos, pois é preciso audácia e grande para escrever isto quem, tendo de as dar aliás constantemente, ainda há pouco deu mais uma prova da sua absoluta cegueira em matéria de arte, atribuindo a Sequeira o horrível *mamarracho* representando D. João VI, que o sr. Vergílio Correia foi a Roma arrancar ao esquecimento de que nunca devia ter saído.

Vejamos agora a autoria do retábulo da Sé de Lamego:

Se o sr. Vergílio Correia fôsse, ainda que pouquíssimo, um visual, e dispusesse duma, embora relativíssima, cultura do assunto, não estando para a pintura como estão para a música os que confundem, não direi já Wagner com Rossini, mas o grande mestre alemão com Lecocq ou outro vaudevilista, bastaria mostrar-se-lhe a diferença fundamental que há entre o processo de Vasco Fernandes, nos seus quadros indiscutíveis, e o do artista que interveio na parte primacial do retábulo da Sé de Lamego, para compreender logo o abismo que separa os dois pintores. O desenho admirável do mestre de Salzedas (é assim que chamamos a êste artista) e que só falha uma ou outra vez nos escorços, mal de que de resto enfermam muitos dos bons artistas da época, está infelizmente bem longe do desenho do mestre português. E como a intervenção dêste último nos painéis que restam do retábulo é também evidente, sendo sem dúvida dêle a Virgem da «Anunciação», o contraste é mais flagrante e não pode sequer assim argumentar-se com evolução e mudança de processo, por isso que temos, no mesmo quadro, a documentação pictórica dos dois.

Também a visão da luz é, não só diferente, mas oposta em cada um dêles. E para quem, mesmo superficialmente, conhece os pintores que, na esteira de Gerard David, fecharam o ciclo da escola de Bruges, a entoação vinosa e difusa, que é característica do mestre de Salzedas (Anjo da «Anunciação» e paisagem do mesmo quadro), é ainda mais uma prova da sua nacionalidade.

E a diferença dá-se nisso como em tudo. Nas extremidades, por exemplo, pedra de toque na obra dos artistas plásticos, emquanto Vasco Fernandes as deforma no sentido do comprimento (vejam-se, na «Anunciação», as mãos da Virgem, que são tipicas), o mestre de Salzedas, se erra, e só, como fica dito, quando escorça, é sempre no sentido contrário, isto é, reduzindo e encurtando. Mantém porém uma finura e delicadeza, que aquêle ignora, e que coloca o mestre de Salzedas entre os melhores artistas do seu tempo. Também o seu sentimento perfeito de miniaturista (vejam-se as pequenas figuras que enriquecem o fundo de alguns dos seus quadros), sentimento que é bem do seu país e da sua raça, nada tem que ver com o que revela a obra de Vasco Fernandes. Êste realiza em pequeno pela mesma maneira sumária e larga (e por isso chega por vezes a ser brutal), com que realiza em grande.

Mas ¿para que continuar, se o sr. Vergílio Correia, embora irònicamente, diz no seu livro que não pode seguir-nos neste campo? Seria tempo perdido. O mesmo que, sem a graça divina, falar em língua europeia a gente do sertão.

A-pesar porém de tôdas estas suas falhas, o sr. Vergílio Correia, se estivesse de boa fé, teria sido contudo menos afirmativo quanto à autoria do retábulo. Bastava para isso lembrar-se dos documentos que encontrou relativos ao retábulo da Igreja de Ferreirim, constatando que se tivesse só encontrado o da encomenda (27 de Nov. de 1533) daria essa obra a Cristóvão de Figueiredo e, quando muito, a êste artista e a Garcia Fernandes, quando, pelo outro documento também a êle relativo (o de 1534), se vê que êsse retábulo foi feito por aqueles dois artistas e por Gregório Lopes e Cristóvão de Utrèque.

Ora o exame directo para alguma coisa serve, pois antes do sr. Vergílio Correia ter encontrado êsses documentos, já eu sabia, e os meus amigos tinham conhecimento do facto, que, no retábulo de Ferreirim, havia a intervenção de Cristóvão de Figueiredo, Garcia Fernandes e Gregório Lopes, sendo êste o que nêle tinha papel mais notável. Constatara também a colaboração de um quarto artista, mais grosseiro e inferior, que eu identificara com o mestre do retábulo da Igreja de Nossa Senhora do Castelo, de Tôrres Vedras, e cujo nome ignorava. Sei agora, pelo segundo documento do sr. Vergílio Correia, que êsse pintor é Cristóvão de Utrèque.

¿Como fizera eu essas identificações? Muito fàcilmente, desde que, estando identificada a obra de Cristóvão de Figueiredo, Gregório Lopes e Garcia Fernandes, eu podia, por comparação, separar no retábulo a obra dêsses três pintores, cada um com as suas características próprias.

Parece de-certo isto ao sr. Vergílio Correia trabalho de natureza sobrenatural, e como tal não crê nêle, exactamente como sucede aos que não sabem ler e escrever e que, com pasmo, vêem os que o sabem, traçar e vozear linhas com a maior facilidade.

E já agora e porque isso vem a propósito, dir-lhe hemos que mal avisado andou citando Eugéne Muntz. Muntz foi um escritor ilustre e um historiador de arte notável, pois, tendo lido tudo o que se conhecia na sua época sôbre o renascimento em Itália, soube condensá-lo por uma forma brilhante e perfeita. Mas não foi um crítico de arte, porque não tinha o dom da visão, e por isso mesmo os seus livros, passados de moda, com as correcções que lhes trouxeram os trabalhos de Venturi, Berenson, Bertaux, etc., têm actualmente um interêsse muito relativo, porque nada acrescentaram ao que se sabia no seu tempo. Emile Male, no artigo que, por encargo do govêrno francês, escreveu em 1915, sôbre os estudos da história de arte em França, artigo que tinha um fim patriótico e exaltativo, pois era destinado à exposição universal de S. Francisco, teve de reconhecer isso.

E sob êste ponto rematarei com Damião de Góis que, com razão, diz que «o estylo dellas (das crónicas) he muito diferente do de Ruy de pinna e *facilmente dirá ser isto assi*, quem *per o estudo das boas letras e artes, alcançou o dom de poder julgar entre estylo e estylo.*» Conseqüentemente, Góis comprou, nas Flandres, excelentes quadros, e, entre êles, o admirável Bosch, do Museu de Lisboa. Esquecendo mesmo o que sei da visão do sr. Vergílio Correia, o que êste senhor tem escrito basta para ter um arrepio ao pensar o que êle compraria, se a ocasião se lhe oferecesse para isso.

É claro que tudo isto é, para o sr. Vergílio Correia, grego, e, como tal, e muito lògicamente, o considerará. Quis porém o acaso que tenhamos encontrado um argumento acessível à sua compreensão dêstes assuntos. E êsse argumento, que ciosamente lhe reservávamos, é a existência, no Museu Municipal do Pôrto, onde aliás existem mais duas pinturas quinhentistas de Viseu, de dois painéis do mestre de Salzedas, representando, um, Santa Catarina, o outro, Santa Luzia, e aquele com a respectiva legenda em flamengo. Ora como, para o sr. Vergílio Correia, o mestre de Salzedas é Vasco Fernandes, isto é, de facto, desagradável para as suas *identificações*, a não ser que o sr. Vergílio Correia decida agora que Vasco Fernandes não é português.

Sendo menos fundamentais os pontos de que vamos ocupar-nos, re-

ferir-nos hemos a êles ràpidamente e apenas para precisar coisas que importa arrancar à baralhada em que o livro do sr. Vergílio Correia e outros escritos seus, igualmente anárquicos, as mergulharam.

1.º *O artigo de Sanchez Canton, publicado na revista «Raza Española»* (Julho de 1921) e reproduzido, com o maior aplauso, pelo sr. Vergílio Correia na *Terra Portuguesa* (n.º 37).

Escrito sôbre impressões rápidas colhidas de relance quando, por sugestão minha, êste e outros ilustres catedráticos espanhóis vieram, há anos, a Lisboa, êsse artigo ressente-se das condições em que foi feito. Para mais, Sanchez Canton precedeu-o carinhosamente das seguintes palavras, que o sr. Vergílio Correia, é claro, eliminou, ao transcrevê-lo: «En ellas (nas páginas do artigo) se aventuran ciertas ideas, no del todo maduras, y que requieren mayor meditación»... «Cumple declarar en el comienzo la admiración y el respeto que merece el Sr. Dr. José de Figueiredo; lo que en estos apuntes haya de util y apreciable es mero extracto de su obra; las hipótesis que contrarien las suyas son atrevimientos de discipulo mal hallado con la quietud de la cosa juzgada; al exponerlas, se busca la replica, y se pide perdon de la audacia». Por isso e pela grande amizade e admiração que temos pelo ilustre sub-director do Museu do Prado, deixámo-lo sem resposta.

2.º *A assinatura do «Pentecostes», da sacristia de Santa Cruz de Coimbra.*

Na opinião autorizada dos senhores drs. José Maria Rodrigues e José Leite de Vasconcelos, Velascus é a forma latina de Vaz e não de Vasco. Embora portanto possa encontrar-se Velascus por Vasco, não é natural que em um quadro pintado para a igreja de um convento com a cultura de Santa Cruz, de Coimbra, a forma latina adoptada não fôsse a correcta.

Depois, tôdas as assinaturas escritas de Vasco Fernandes, reproduzidas pelo sr. Vergílio Correia, são uniformemente a mesma, ou seja Vasco Frz, e a única que se conhece pintada, a do tríptico da Colecção Cook, é ainda idêntica [3]. Não me parece pois que isto sirva em alguma coisa a tese do sr. Vergílio Correia.

Quanto ao sinal que o sr. Vergílio Correia quere que seja a marca de Vasco Fernandes, êle não aparece na assinatura de Velascus pela mesma forma que aparece na assinatura escrita de Gão Vasco. E isto tem importância, porque o mesmo sinal e ainda entrando na composição de outra maneira, aparece igualmente na assinatura do pintor Fernando Eanes, reproduzida pelo sr. Vergílio Correia a página 83 do seu livro. E como esta assinatura, precisamente a que êste artista fêz em Lamego, é diversa

da que tinha em Tomar, pode até certo ponto concluir-se que se trata duma rubrica em moda na região e portanto possível em Gaspar Vaz.

3.º *O Retrato do Bispo D. João Camelo Madureira.*

¿Porque é que o sr. Vergílio Correia transforma o Simeão da «Circumcisão» no Bispo de Lamego? Mistério êsse impenetrável, pois, além do tipo que se vê no painel não oferecer nenhuma característica de retrato e ser tradicional na escola de Bruges da época, nada permite ainda, a dentro do que se conhece da iconografia flamenga e portuguesa de então, a hipótese de tal *travesti.*

Onde isso se fêz foi na Itália; mas por motivos que seria longo enumerar e que um professor de História de Arte não devia desconhecer, houve, neste ponto, uma diferença fundamental entre o que se praticava nas Flandres e Portugal e o que se fazia naquele país.

E a propósito, ¿quais serão os pintores flamengos do conhecimento do sr. Vergílio Correia, em cuja obra aparece o tipo de Cristo igual ao de Frei Carlos? Áparte o bigode ralo, freqüente naquela escola, eu por mim não sei de tábua onde se encontre êsse modêlo.

4.º *Os brocados que se vêem nos painéis de Lamego,* e que o sr. Vergílio Correia quere que sejam típicos na obra de Vasco Fernandes, são rarissimos em primitivos portugueses, aparecendo só, quando da mão de artista nacional, e com muito pior realização, em alguns, poucos, painéis tardios no estilo das oficinas de Viseu e especialmente de Gaspar Vaz. Êsse tom escuro, um pouco arroxeado, e que, de longe, parece negro, marcante no mestre de Salzedas, é característico mas nos pintores estrangeiros do norte, onde a atmosfera não tem a transparência e a luminosidade da nossa.

6.º *As minhas contradições.*

Não necessitava o sr. Vergílio Correia de se ter dado à canseira de as coleccionar e à tarefa, mais dura, embora para si mais grata, de as cozinhar e preparar, inventando até, como faz, quando diz que eu dou Vasco Fernandes como discípulo de Jorge Afonso, quando eu nunca fiz essa afirmativa, emitindo simplesmente a hipótese, o que é diferente, de ser isso possível. De facto, êste seu trabalho era desnecessário, desde que, em 1921, no Boletim de arte e arqueologia que dirigi e em que por convite meu o sr. Vergílio Correia colaborou, eu próprio reconheço e justifico essas contradições.

É que me sinto muito honrado com elas, considerando-as como inevitáveis na longa jornada que, há cêrca de 20 annos, Luciano Freire e eu vimos fazendo e que deu ao país, perante as grandes autoridades de todos os países, o reconhecimento de uma escola portuguesa de pintura caracterizada.

O sr. Vergílio Correia que, sem ideas próprias, tem o sestro de se

atravessar no caminho dos outros que as têm, para conseguir obra à custa do esfôrço alheio, e que assim fêz com Leite de Vasconcelos, Joaquim de Vasconcelos, Reinaldo dos Santos, Xavier da Costa, não tendo querido sequer deixar a José Queirós os restritos estudos que foram tôda a paixão da sua vida, ainda quando não fôsse o incompetente que é em matéria de arte, vinha tarde de mais como iniciador do verdadeiro!! estudo dos nossos primitivos. É que o importante da tarefa está feito. E a cadeia que vai desde Nuno Gonçalves até Fernão Gomes está já finalmente esclarecida, nas suas linhas fundamentais.

É com satisfação que o dizemos e com prazer que damos os nomes dos artistas já identificados. Êsses artistas são: Nuno Gonçalves, Jorge Afonso, Gregório Lopes, Cristóvão de Figueiredo, Garcia Fernandes, Cristóvão de Utreque, Vasco Fernandes, Gaspar Vaz, Frei Carlos, Cristóvão Lopes, Sanches Coelho (êste como português), Cristóvão de Morais e Fernão Gomes.

Tudo o que atrás fica dito se dirige, não ao sr. Vergílio Correia, mas aos leitores da *LVSITANIA*.

É que, para nos dirigirmos ao sr. Vergílio Correia, teriamos de esquecer o respeito que devemos a nós mesmos, respeito que levou o eminente homem de Sciência, Dr. José Leite de Vasconcelos, a considerá-lo como indesejável no Museu de que é director.

Sentimento idêntico acaba de ditar a atitude de outro grande homem de bem, o benemérito professor Luciano Freire.

JOSÉ DE FIGUEIREDO.

NOTAS

[1] Nunca esqueceremos a excursão que fizemos, há anos, de Lamego a Tarouca, ùnicamente para ver um *primitivo* que o sr. Vergílio Correia dizia ter descoberto na matriz desta vila.

Afinal, essa pintura não passava, como logo dissemos, ao olhá-la de longe, de uma péssima cópia do século XVII e precisamente do quadro «Anunciação», de Lamego. O êrro, a-pesar-de palmar, pouco nos surpreendeu, porque já tinhamos constatado a incapacidade absoluta do sr. Vergílio Correia em matéria de artes plásticas.

[2] Não podemos deixar de dizer, aqui, isto ao sr. dr. Joaquim de Carvalho, embora tenhamos a maior consideração pelas suas qualidades

pessoais e pelos seus méritos scientíficos e reconheçamos os serviços que sua ex.ª tem já prestado à Universidade de Coimbra e à sua Imprensa.

[3] É lamentável que se escreva, como se escreve no livro do sr. Vergílio Correia, que, vandalizado como foi êste tríptico, com a lavagem que lhe fizeram a potassa, a assinatura ficasse intacta. Era a primeira coisa a sofrer. Continuamos porém a acreditar que essa assinatura não é falsa, tendo sido escrupulosamente reconstituida conforme a original e sôbre os seus vestígios.

CELESTINO DAVID: *ÉVORA ENCANTADORA*, 198 pág. Évora, Outubro de 1923.

PORQUE é que Évora, uma das nossas mais ricas cidades de arte e de história, raro tem inspirado os poetas e os romancistas? Não há cidade do Norte que não servisse de fundo a algum episódio camiliano, e o Pôrto palpita ainda em Camilo e Júlio Denis, como Leiria em Eça de Queirós e Santarém em Garrett. De Coimbra seria ocioso falar: tem sido o mais fecundo veio da inspiração poética e do lirismo nacionais, e a arte e a história envolvem-se naturalmente aí nas brumas da paisagem e da lenda. Talvez porque a transparência viva da luz alentejana seja mais própria para revelar os contornos nítidos da história, Évora inspirou, desde André de Rèsende a Armando Filipe Simões e Gabriel Pereira, mais os humanistas e arqueólogos do que os poetas. Uma antologia *eborense*, onde Ramalho e Fialho de Almeida teriam aliás páginas de eleição, sendo pobre de romancistas e de poetas, seria talvez a mais rica de arqueologia e de história. O livro do dr. Celestino David, que sôbre *Évora encantadora* escreveu as suas impressões de poeta, é mais um reflexo curioso do ambiente da velha cidade de Sertório, pois que, escrito sem pretenções de erudição ou de crítica de arte, é ainda na arte e na história que as suas evocações essencialmente se inspiram.

REYNALDO DOS SANTOS.

UMA CARTA DO PROFESSOR LUCIANO FREIRE.

DO eminente prof. Luciano Freire, o benemérito reintegrador de tantos quadros da nossa pintura primitiva, recebemos a carta que, com muita honra, a seguir publicamos.

Refere-se o nosso ilustre amigo, com a discreção e a sinceridade que

a sua consciência lhe impôs, a um assunto cujos aspectos pessoais não podem ser tratados nesta Revista, onde havemos de manter uma linha de conduta que a própria missão da *LVSITANIA* reclama de quantos trabalham em suas páginas. Ás palavras do prof. Luciano Freire arquivámo-las como mais um nobre documento do seu carácter, que tão bem se conjuga com os seus notabilíssimos méritos.

N. DA R.

Ex.mos Sr.es

Tendo sido o meu nome envolvido em *sueltos* do pior gôsto, publicados no último número da revista «Terra Portuguesa», e especialmente desagradáveis ao meu querido amigo e eminente crítico de arte, Dr. José de Figueiredo, porque o articulista, não sabendo como defender-se, vai embrulhando as questões, sem se importar com o que isso pode perturbar o espírito público, já de si avêsso aos assuntos de arte, tudo com o fim de semear intrigas, sem respeito pelos sentimentos de honorabilidade dos outros: venho declarar que sempre tive e mantenho a maior consideração pelos trabalhos de primacial importância para o país realizados pelo director do Museu Nacional de Arte Antiga. Uma velha e nunca desmentida solidariedade tem ligado a nossa colaboração no campo dos trabalhos de arqueologia artística, facto que muito me orgulha e sensibiliza.

Se de há muito não soubesse que as satisfações da consciência são o melhor, e talvez único, prémio de quem em Portugal se ocupa de qualquer assunto elevado, ter-me hia surpreendido o que li. Assim não; pelo que regresso à paz e ao trabalho do meu *atelier*, onde pouco mais aufiro do que prazer espiritual, e onde, ao menos, poderei fazer a selecção que fôr grata aos meus sentimentos, tendo sòmente contacto com as pessoas que prezo, estimo e admiro, o que, entre outras vantagens óbvias, me livrará de inconfidências, como aquela referente à cópia dos painéis de Nuno Gonçalves, publicada no «Vasco Fernandes mestre do retábulo da Sé de Lamego», a qual, a-pesar do exagêro dos serviços atribuidos ao meu cooperador, apenas me contrariou pelo que essa inconfidência significa.

De VV. Ex.as com tôda a consideração amigo e obrigado

LUCIANO FREIRE.

BIBLIOGRAFIA

EXPOSIÇÃO COMEMORATIVA DO 1.º CENTENÁRIO DA FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

SE à chamada arte pura não pode ser indiferente o ambiente físico, as artes decorativas ou aplicadas essas estão em inteira conexão com êle, ou melhor, na sua mais absoluta dependência.

Na península, por exemplo, a arte do ferro é uma arte das regiões do sul, emquanto que a dos entalhadores o é das regiões do norte. Onde a madeira abunda aquele minério só é utilizado nas coisas em que esta o não pode substituir, e conseqüentemente o seu aproveitamento artístico e decorativo é muito secundário. Por isso as *rejas*, para só falar desta modalidade artística, são mais abundantes no sul da península do que no norte e quando as encontramos, por exemplo, na Galiza, onde são aliás raríssimas, são produtos de importação e não filhas da iudústria local.

Com barros finíssimos, Portugal é, por essas e outras razões, como a das qualidades pictoricas da nossa raça, um país de ceramistas. A-pesar, porém, disso e de ter sido devido a nós que a porcelana teve a sua maior difusão na Europa, é só depois de 1832 que a porcelana começou a ser verdadeiramente manufacturada no país. É que tendo as tentativas de Bartolomeu da Costa, Vandeli e Manso Pereira (êste no Brasil), revestido sempre um carácter um pouco especulativo, sem verdadeiro seguimento prático, pode dizer-se que data realmente de então a descoberta de caolino entre nós. Achada nesse ano, pelo operário Capote (?), essa matéria preciosíssima em Vale Rico, a que ùltimamente veio juntar-se um novo fundo encontrado junto de Leixões, o fabrico da porcelana generalizou-se e hoje a sua indústria, senão a sua arte, é corrente em Portugal. E isto é capital, porque o nosso operário tem assim ocasião de fazer com facilidade a sua aprendizagem técnica, sendo, sob êsse ponto de vista, cada manufactura, pelo menos, uma escola de preparação para êsse fabrico.

É êste um dos grandes serviços que se deve à fábrica da Vista Alegre, pois é provável que, sem a sua fundação, em 1824, a descoberta dos jazigos de caolino fôsse muito mais tardia. A existência da manufactura na região e a procura de aperfeiçoamento do seu fabrico, limitado de começo ao vidro e à faiança, constituem factores que não podem esquecer-se na eventualidade do facto.

Se não fomos nós que introduzimos a porcelana na Europa com a descoberta do caminho marítimo para a Índia, pois já anteriormente a porcelana era conhecida no Ocidente, pelos menos desde 1447 (ver os traba-

lhos de Valet de Viriville e de Davillier), foi contudo essa descoberta que, tornando mais fácil o seu transporte, a vulgarizou em Portugal e nos demais países europeus. E nesse ponto tem de rectificar-se a afirmação de escritores estrangeiros, aliás documentados, como Cordier, que, negando-nos qualidades de comerciantes, dizem que a verdadeira difusão da porcelana se deve aos holandeses, que nesse, como em outros campos, teriam sabido, melhor do que nós, utilizar as vantagens das nossas descobertas. A verdade é inteiramente outra, como o mostra, por exemplo, Havard, quando regista o grande comércio que os portugueses fizeram, em França, das porcelanas, lacas e outros produtos, no fim do séc. XVI, comércio que se mantém em pleno séc. XVII, como se conclui dos versos do Sieur de la Boissère, em 1646, e dos mais famosos que, sôbre o assunto, escreveu, no *Paris Burlesque*, Scarron:

Menez-moi chez les Portugais
Nous y verrons, à peu de frais
Des marchandises de la Chine
Nous y verrons de l'ambre gris
De beaux ouvrages en vernis
Et de la porcelaine fine
De cette contrée divine
Ou plutot de ce paradis.

Na península, Davillier regista um facto que deve ser ainda um eco dessa nossa actividade comercial: o da compra, em hasta pública, pelo português João Fernandes, em 1569, de duas grandes palanganas de porcelanas que faziam parte do espólio da Rainha Isabel de Valois, 3.ª mulher de Filippe 2.º E muito antes do presente do Cardeal-Rei ao Xerife, transcrito nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, e em que essas peças aparecem várias vezes, também já a Rainha de Portugal D. Maria, segunda mulher de D. Manuel, mandava, em 1504, a sua mãe a Rainha Isabel, a Católica, uma grande bacia de porcelana azul e branca (Davillier).

¿Quem foram os primeiros mestres das faianças e porcelanas da Vista Alegre? A verdadeira resposta não foi, a nosso ver, ainda dada e tem um grande interêsse porque só ela pode, em nosso entender, explicar coisas que, sem essa resposta, se não poderão compreender.

Há, é certo, uma peça de porcelana do início da laboração da fábrica

FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

COMPOTEIRA, GARRAFAS E COPOS DE CRISTAL LAPIDADO, FACETADO E GRAVADO, SENDO ALGUNS DECORADOS COM MEDALHÕES DE CAOLINO (1836-1849)

FÁBRICA DA VISTA ALEGRE

PAR DE JARRAS NO ESTILO ETRUSCO (1865-1866) E «BISCUIT» (1858-1860), CÓPIA DO GRUPO DA MANUFACTURA DE SÈVRES: «LE LARCIN DE LA ROSE»

(o sr. João Teodoro Ferreira Pinto Basto considera-a, e a meu ver com razão, anterior a 1835) que está assinada e é obra de um português, Fabre, e a mesma origem julgo que devem ter os frascos com pinturas inspirados no renascimento italiano, e, como tais, *abundantemente* pintados, no princípio falso e condenável que faz, das *faenças*, tudo menos puças de cerâmica, em que a matéria não deve nunca deixar de ter lugar primacial. Essas peças não contrariam porém a solução que julgamos dever ter o problema, porque a pasta dessas peças e até o carácter da sua decoração não briga e antes se coaduna com a nossa conclusão.

Fundada a fábrica em 1824, a sua exploração de início foi sobretudo a dos cristais, o que não surpreende, dada a grande moda dêstes na época e as ligações de família do fundador com a Inglaterra, pois sua espôsa era filha de um cônsul dessa nação no norte de Portugal. A-pesar das tentativas anteriores feitas em outros países, como a Itália e a França, o cristal artificial é uma invenção inglesa do século XVIII, e embora o seu fabrico não revestisse aí nunca um alto carácter artístico, o tipo criado então na Inglaterra, o cristal talhado em facêtas, foi o modêlo seguido por tôda a parte, sendo imitado até muito tarde em todos os outros países.

Se a fábrica da Vista Alegre se entregou portanto em especial a essa produção, como se vê pelas peças expostas, que ombream com o que de melhor então se fazia, a nova manufactura não pôs porém de parte o fabrico que tão grandes e nobres tradições tinha no país: a cerâmica. E, conjuntamente com os cristais, surgem as primeiras peças daquela indústria. Ora essas peças, como as primeiras em que o caolino foi utilizado (vitrine II), têm um carácter tão tipicamente inglês, tanto pela sua forma como pela sua pasta, que a conclusão a que eu sou levado é esta: tôda a faiança fabricada na Vista Alegre e o seu primeiro período de porcelana é de origem inglesa, ou antes realizado sob a direcção de mestres dêsse país. Basta examinar com atenção a totalidade do que contém o armário II para se ver que é essa a conclusão que se impõe. E digo tôda a totalidade porque as próprias peças de Fabre lusitano, vindo para a fábrica da Casa Pia de Lisboa, e de-certo descendente do arquitecto do Palácio da Ajuda, estão ainda, e pelo menos quanto à pasta, a dentro desta conclusão.

E isto é racional. A arte do vidro é ainda uma arte da terra e, como tal, irmã gémea da cerâmica, não sendo assim o esmalte que cobre esta última senão uma modalidade da vidraria. Ceramistas notáveis, como o francês François-Eugene Rousseau (1827-1891), e lembro especialmente êste por ser da época de que nos ocupamos, tendo um lugar de

destaque na história da faiança francesa, ocupou também um alto lugar na arte do vidro, que renovou, criando, antes de Gallé, um novo tipo sob a dupla influência do oriente e do ocidente medieval. Nada mais lógico portanto que os mestres ilustres que presidiram ao fabrico das peças de vidro, e em que não podemos deixar de destacar os cristais quási opacos de tons arroxeados e azulados, obtidos com a adição de manganés e cobalto à pasta em grande quantidade, tenham sido igualmente os dirigentes das primeiras tentativas de cerâmica da Vista Alegre.

E, a nosso ver, essa intervenção ou não acaba com a vinda de Rousseau, em 1835, ou peças, como a admirável caneca policroma n.º 76 e a caneca n.º 71, bem como o serviço de chá que tem o n.º 54 e a coluna para candieiro n.º 78, têm de ser recuadas em data. O carácter da decoração dessas peças, aliás das melhores da exposição, e a sua pasta e vidrado, próximos parentes dos de Chelsea e dos de outras manufacturas inglesas, mostram bem que elas são alheias à influência de Rousseau, cuja maneira se afirma fundamentalmente diferente nas peças em que a sua intervenção é indiscutível, como no prato n.º 68, em que o seu desenho brutal e atarracado e os seus empastamentos excessivos são bem conformes com o que dêle nos revela a sua aguarela-guachada representando a chegada de José Ferreira Pinto Basto à Vista Alegre, em 1835. Quanto à decoração da coluna para candieiro, não nos repugna que seja obra de Primavera. Está bem a dentro da maneira dêste miniaturista, cujos desenhos e litografias do fundador e sua família, expostos no Museu, não podem deixar de ser considerados.

¿Foi vantajosa, ou não, a vinda de Rousseau e a nova orientação que êle trouxe ao fabrico da Vista Alegre? Difícil é dizê-lo. Rousseau, com grandes e indiscutíveis qualidades de pintor da especialidade, foi infelizmente e também o importador entre nós das diversas correntes que são evidentes na evolução artística da manufactura, e que, em parte alguma, frutificaram como no seu país. Da Restauração até ao segundo Império, os astistas franceses, esquecidos dos princípios construtivos que são a base das manifestações artísticas ainda as mais acessórias, criaram uma espécie de segundo *barroco* que nem tem sequer a atenuá-lo o que salva, até certo ponto, o primeiro: a harmonia dos seus elementos. Nesse período, os estilos de tôdas as épocas, mal compreendidos e interpretados, misturam-se sem lógica numa idea de falsa pompa, em que é milagre ver ainda assim resistir por vezes o sentimento artístico, como sucede em muitas das peças da Vista Alegre.

Dito isto, que é fundamental, e que é tanto aplicável aqui como lá fora,

pois o mal foi quási geral e o que se deu entre nós não foi senão o reflexo do que se deu na quási totalidade dos outros países, a exposição da Vista Alegre é uma afirmação de altíssimo valor. Tècnicamente, há peças que igualam o que de melhor se produziu na época, tal o caso dos seus *biscuits* que, sem a existência dos moldes que para êles foram feitos, passariam por excelentes produtos de Sèvres. Referimo-nos, é claro, aos dois grupos maiores: « Le larcin de la rose » e « Couvée d'amours » (?). E, artisticamente, muitas das peças nada têm também a invejar ao que nos deixaram as mais celebradas manufacturas.

A concorrência às salas em que os cristais e porcelanas estão expostos tem sido extraordinária, e a maioria não faz a visita por simples recreio, mas na idea de colhêr o ensinamento que a exposição oferece.

Como director do Museu, não posso deixar de registar o facto, pois é êle um dos sintomas, e excelente, de que a educação artística do nosso público se vai fazendo. O que é preciso é saber ir até êle, interessando-o e atraíndo-o; e para isso há só um processo: tornar a lição o mais grata possível. Problema êste de solução segura, desde que haja uma boa escolha de objectos a expor e a sua condigna apresentação. O que corresponde, no dizer do clássico, « a fazer amar o que se quere fazer compreender ».

JOSÉ DE FIGUEIREDO.

SCIÊNCIAS MATEMÁTICAS E FÍSICO NATURAIS

SUESS: *A FACE DA TERRA*, tradução espanhola de PEDRO DE NOVO y F. CHICARRO. Madrid, 1923.

A MONUMENTAL obra de Suess *Das Antlitz der Erde*, acaba de ter mais uma tradução: tomou o pesado encargo de a verter para castelhano o ilustre geólogo, D. Pedro de Novo y Chicarro.

Em 1897, doze anos depois de ter começado na Austria a publicação do autor, iniciou-se a tradução francesa sob a direcção de Emmanuel de Margerie e a colaboração de dezoito dos mais notáveis geólogos e geógrafos franceses, entre êles Haug, Kilian, os dois Michel Leny, Gallois, etc. O último fascículo do quarto tômo, com um epílogo de Pierre Termier, apareceu passados 20 anos, em 1918, quatro anos depois da morte de Eduard Suess (25 de Abril de 1914).

De 1904 a 1909, fez-se a publicação da versão inglesa, editada pela Uni-

versidade de Oxford. Foi dirigida por W. Sollas, tendo por colaboradores notáveis geólogos dos quatro cantos do Império e dos Estados Unidos, como Archibield Geika, Bonney, Teall, Oldham, Chamberlin, etc.

Fica assim patente a grandeza do trabalho realizado por D. Pedro de Novo, fazendo, desajudado, a tradução das duas mil e oitocentas páginas de maior síntese geológica até agora produzida. No discurso preliminar explica-nos a origem da sua emprêsa: «Cuando empecé la lectara de su famosa obra, con progressivo assombro, comprendi que solo traduciéndola podria estudiarla al detalle y sin tropiezos. Esta labor me ha sido muy grata y fructifera, descubriéndome nuevos horizontes para las investigaciones geológicas, como a todos los que han efectuado igual tarea.»

Com justificado orgulho pôde responder que já havia uma tradução espanhola, quando, no úitimo congresso geológico de Bruxelas, Em. de Margerie lhe preguntou se à «Face da Terra» não seria traduzida no seu país.

Mas esta resposta obrigou D. Pedro Novo, numa nobre decisão, como «el unico medio posible para desvanecer incredulidades» — a um pesadíssimo sacrifício de ordem material: a, inteiramente à sua custa, fazer a edição do primeiro volume. Não quis esperar o auxílio oficial para a impressão, o qual, embora concedido pelo Ministério de Instrução Pública, sob o parecer da Real Academia de Sciências e da Real Academia espanhola, não se efectivaria antes de cinco anos.

Nesta tradução, destinada naturalmente a tôdas as nações que falam o espanhol, D. Pedro de Novo procura reproduzir fielmente as ideas do original alemão sem acrescentar novas notas às do autor, como fizeram os tradutores franceses, no intuito de as corroborar ou rectificar. Adoptou o critério dos tradutores ingleses que, respeitando até a divisão em parágrafos do original, traduziram com a maior liberdade cada período.

A R. Academia Espanhola encontra no tradutor castelhano tôdas as delicadezas dum cultor das belas letras. A linguagem é muito clara, furtando-se ao emprêgo de construções de forma acentuadamente alemã que se encontram na tradução francesa, a qual, por isso, perde, para os leitores espanhóis e portugueses, alguma coisa em clareza e agrado.

A dificuldade da versão de têrmos técnicos exuberantemente usados na obra original, em virtude das matérias expostas e da facilidade em compô-los na língua alemã, foi vencida com brilho, quer aproveitando os têrmos já empregados pelos geólogos espanhóis que, na sua opinião, mais se têm preocupado com o rigor e precisão da linguagem scientífica, entre os quais cito D. Ramón Adán de Jarza e D. Daniel de Cortazar, quer, na sua falta, recorrendo às palavras castelhanas que julgou melhor interpretaram o pensamento do autor e a natureza do

objecto que denominam ou do facto a que se referem. O êxito desta tentativa é afirmado no parecer da Real Academia Espanhola: «en las novedades de la tecnologia a veces nuestro parlar tropiza con dificultades invencibles. Novo y Chicarro ha sabido dar a esta dudas resoluciones inesperadas. El tiene, por herencia de uno de nuestros más insignes colegas, el culto de lo castizo, e ha acreditado ese culto con maravilla de diccion.»

Já por esta circunstância a tradução espanhola tem para nós um altíssimo interêsse. Não temos fixada a nossa nomenclatura dos acidentes tectónicos, lutando para isso muitas vezes com a riqueza da nossa língua.

A-pesar dessa riqueza fazemos freqüentemente adaptações inadmissíveis, que chegam a invadir os programas de instrução secundária, onde aparecem as « atmosferologias » e não faltarão os « afundimentos ».

Na tradução de Novo y Chicarro muito temos que aprender. O Museu Geológico de Coimbra, quando as circunstâncias o permitirem, publicará a tradução do catálogo alemão descritivo duma colecção de modêlos geotectónicos. Êste trabalho do ilustre e saüdoso professor Gonçalves Guimarães, cuja autoridade em assuntos lingüísticos sempre foi justamente acatada, também merece ser divulgado, representando um valioso auxílio para os nossos estudos geológicos.

Mas, além do seu valor como tradução precisa, clara e elegante, da obra verdadeiramente grandiosa da qual Pierre Termier escreve eloqüentemente no epílogo da versão francesa, — «livre où chaque geologue vient, quand il est désorienti, retrouveté sa route, et, quand il est fastigué, ranimer son énergie; livre donneur de clartés, excitateur d'enthusiasmes... grenier d'idées et trésor de résultats aquis; école, tout à la fois, de hardiesse et de prudence, livre qui fait, à nos yeux, le monde plus vaste, la Terre plus éclairée et mieux comprise»..., o trabalho de D. Pedro Novo tem ainda a vantagem, para o leitor espanhol, de lhe facilitar a compreensão de cada capítulo, oferecendo-lhe resumos luminosos, concisos, mas completos. Devem realmente os «extractos» considerar-se como guias familiarizando o leitor com as doutrinas que vão expor-se, embora o seu autor tivesse apenas a intenção de abreviar o trabalho de quem compulse a obra como obra de consulta, sem a ler inteiramente.

A Face da Terra é dos livros que não morrem, que só muito lentamente envelhecem e que constantemente devem figurar na banca de trabalho de quem com amor se dedique aos estudos geológicos ou geográficos. Agora têm os leitores portugueses uma tradução preciosa numa língua irmã da sua e publicada com a forma b ela, luxuosa e cuidada que é devida a uma obra de tal magnitude

A. FERRAZ DE CARVALHO.

LVSITANIA

HISTÓRIA E FILOLOGIA

ELÍSIO DE CARVALHO: *LAURÉIS INSIGNES*. ED. DO «ANUÁRIO DO BRASIL», Rio de Janeiro, 1924.

O DR. Elísio de Carvalho, ilustre director da *América Brasileira*, é porta-bandeira e porta-voz de um nacionalismo brasileiro que se funda na tradição e, portanto, se recusa a erigir o edifício do Brasil futuro sôbre alicerces de lôdo. Para êle e muitos outros como êle, um filho não se honra, desprezando ou descompondo o pai. E numa obra anterior (que todo o homem culto português, especulativo ou militante, tem obrigação e necessidade de conhecer) no seu livro *Os Bastiões da Nacionalidade*, o dr. Elísio de Carvalho explica pela sua própria origem étnica a feição do nacionalismo que professa e apostoliza: «Descendente da raça pernambucana, idealista e destemerosa, em que era tão profunda a ideia de pundonor nacional e *prezava os seus brasões de nobreza...*» Por isso considera os Brasileiros oriundos de *um povo de guerreiros, de santos, de heróis e de poetas;* por isso exclama: «Amemos, adoremos, veneremos Portugal, porque, antes de tudo, somos os felizes e muitas vezes ingratos herdeiros da sua secular espiritualidade, e os continuadores despreocupados do seu esplêndido destino no mundo americano»; por isso espera e promete que os Brasileiros hão de fazer da sua pátria «um dos maiores Estados «políticos do mundo, cuja grandeza há de assentar *na unidade da língua, da «religião, das tradições*».

No capítulo segundo de *Os Bastiões da Nacionalidade* tinha o ilustre escritor e alto político explicado também as raízes literárias do seu nacionalismo. Vem-lhe de Graça Aranha, que disse: «A originalidade do Brasil é ser o continuador de Portugal, o herdeiro da espiritualidade latina no mundo americano; o previlégio do Brasil é o de fundir duas fôrças: a que vem do passado no sangue português, e a que recebe do ardente meio físico em que desenvolve essa transplantação da alma latina». Vem-lhe de H. S. Chamberlain, autor da célebre obra *Génese do século XIX*, que atribuiu à influência do elemento português não ser o Brasil um caos étnico, como ocorre com certos povos sul-americanos. Vem-lhe de Alberto Tôrres, que afirmava ser a ascendência portuguesa «uma honra para o Brasil», acrescentando: «Nenhuma raça deu jamais melhores provas de energia, de inteligência e de coragem nos mais arrojados empreendimentos; poucas se lhe avantajaram na cultura e na produção literária, e muito raras possuem, ainda hoje, povo mais sóbrio, mais trabalhador, mais honesto,

de mais cândida alma e sensibilidade moral mais delicada». Vem-lhe de Joaquim Nabuco, e destas preguntas suas: «¿Não foi o Brasil descoberto, colonizado, povoado por portugueses? ¿Não foi uma colónia portuguesa durante três séculos, que se manteve portuguesa pela fôrça das suas armas?... Depois (da independência), a-pesar dos preconceitos hoje extintos, ¿não tem sido o Brasil a segunda pátria dos portugueses? ¿Não vivem êles connosco em tal comunhão de bens e entrelaçamento de família, que se tornaria a separação quási impossível? ¿Não é a língua portuguesa a que falam 25 milhões de Brasileiros?»

Nos primeiros três admiráveis capítulos do livro *Lauréis Insignes*, falando das origens da família brasileira, da gloriosa «Jornada dos Vassalos», que em 1625 reconquistou a Baía aos holandeses, e da obra pombalina no Brasil, mostra o sr. Elísio de Carvalho exuberantemente a acção profunda e dominante que teve na colonização e povoamento do Brasil a melhor nobreza de Portugal. Alguns trechos da sua *Jornada dos Vassalos* poderiam figurar em selectas cívicas portuguesas e mostrariam o valor histórico enorme que tem êsse cometimento, como prova da vitalidade do nosso sangue: quarenta e cinco anos depois de Alcácer-Quibir, a fidalguia ali quási exterminada deu um exemplo de fôrça que muitos em Portugal ignoram, e uma lição de patriotismo que servirá sempre e a iliba dos desfalecimentos de 1580.

Aliás não são só escritores brasileiros que acusam e envergonham a sua própria pátria, dizendo-a colonizada de princípio por criminosos e mulheres perdidas. Vários historiadores ou poetas portugueses, e dos maiores, cometeram contra Portugal a mesma injustiça, depreciando alguns a sua melhor obra e insultando, por apressada generalização poética ou romanesca, o nobre sangue que principalmente a cimentou.

O nativismo brasileiro, que o sr. Elísio de Carvalho combate com inteligência e coragem, tem pois alguns papiros na própria literatura de Portugal, além de meter as suas raízes pelo mais fundo da própria natureza humana, individual ou colectiva. É natural que, como o escritor verifica e regista, tal sentimento se manifeste, «quási exclusivamente» contra os portugueses. Em certo sentido o próprio sr. Elísio de Carvalho terá de ser alguma vez nativista, ainda que lhe custe, como nós aqui o seríamos contra romanos, visigodos ou moiros, se êstes nossos avóengos vivessem ainda lado a lado connosco.

Desapareceram os Romanos nos abismos da História, e a-pesar disso temos de os tratar mal, de vez em quando, para emmoldurarmos e realçarmos dignamente os nossos Viriatos. São os ossos-do-ofício dos povos fundadores de povos, e nenhum português de olhos abertos deixará de ver nesse fenómeno, superficialmente irritante, outra coisa que não seja uma lisonjeira certidão de vida, saúde

e fôrça do seu sangue nacional. O instinto brasileiro de nacionalidade, vivaz e incorruptível, manifesta-se assim, como é justo e necessário, contra a nação que o criou. Pecado? Ingratidão? Parricídio? Nada disso: pura e natural defesa cívica de uma colectividade nova contra a que mais se lhe assemelha e que ainda não envelheceu tanto que já pareça inofensiva. O nativismo lusófobo só pode morrer no Brasil, quando Portugal já fôr morto.

Mas convém travar-lhe, desde agora e sempre, evidentemente, os excessos delirantes e obscenos, que vexam os brasileiros sãos, porque desonram o Brasil perante o mundo culto. Compreenda-se e explique-se a função nacional do nativismo; mas não se lhe permita que êle mostre de mais as suas humildes origens zoológicas, meramente bestiais, porque o manifesto predomínio destas denunciaria o troglodita e o selvagem primitivo por debaixo do homem culto ou do que ascende à cultura comprometendo a justa aspiração dos que desejam pôr a sua pátria num lugar de honra entre as nações de estirpe ocidental. Isto, porém, não se fará só com livros, discursos e programas: há de ser, sobretudo, obra da escola generalizada, inteligentemente concebida, e posta em prática com religiosa devoção cívica. « ¿Porque é que só na capital da República « (pregunta o sr. Elísio de Carvalho) principalmente, tem o português a preemi- « nência que tanto irrita os que o combatem? É fácil de ver. É porque aqui « se encontra a nossa *aristocracia* oficial e ociosa, composta de todos os frutos « da burguesia... Essa burguesia florescente (?) procura os títulos académicos, « os empregos públicos, o *dolce far niente* da política. Ninguém quere saber de « trabalho, nem de mester *desnobilitante*... »

O Brasil não chegará a ser o Brasil que quere ser, em-quanto não organizar a educação dos seus filhos por forma e sistema que todos aprendam não só a respeitar a preciosa língua comum e as gloriosas tradições nacionais, senão também a construir o futuro da nação sôbre as virtudes activas de cada um. A boa escola combaterá o herdado pendor para o comunismo burocrático, vício que se agrava pela acção debilitante do clima; e, se o souber fazer como é preciso, o nativismo perderá a sua principal razão de ser, que é a superioridade económico-social do europeu recèm-chegado. Só assim se lavará aquela nódoa a que o sr. Elísio de Carvalho chama com razão (Pág. 80 de *Os Bastiões da Nacionalidade*) « a vilania dos falsos nacionalistas ».

Lauréis insignes é dedicado a Afonso Lopes Vieira, « o renovador do lirismo português ». Dedicatória justa e honrosa, que por si confirma a consciência de duas correntes cívicas paralelas, em Portugal e Brasil. As paralelas só se encontram no infinito, segundo bisbilhoteia a matemática. Esperemos, para maior glória do velho nome lusitano, que a acção brasileira de Elísio de Carvalho, e o portuguesismo militante do poeta das *Ilhas de Bruma* e do *Amadis*,

vão encontrar-se mais cedo ou mais perto, num futuro digno das duas nações irmãs, cujo padroeiro cívico se chama Luís de Camões.

Falta-nos competência para consagrar ao novo livro do educador do nacionalismo brasileiro o juízo crítico minucioso que êle merece. Ás notas insignificantes que aí ficam acrescentaremos apenas que, numa próxima segunda edição de *Lauréis Insignes*, fácil de prever, êste belo livro tem de ser sujeito a revisão mais cuidadosa do que a que teve agora. De alguns erros e saltos tipográficos resultaram defeitos gramaticais e até incongruências históricas. Nada disto pode ser imputável ao escritor, cuja cultura é manifestamente vasta e sólida, e cuja linguagem, se bem que nem sempre castigada — a acção prejudica naturalmente a perfeição formal — nos aparece, em quási tôdas as páginas, eloqüente, fácil e correcta.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

FUGGER-ZEITUNGEN. *UNGEDRUCKTE BRIEFE AN DAS HAUS FUGGER AUS DEN IAHREN 1568-1605. IIERAUSGEGEBEN VON VICTOR KLARWILL. MIT 24 BILDTAFELN. ERSCHIENEN IN WIKOLA VERLAG. MCMXXIII. WIEN.* Leipzig. München. XXVII, 292 [1 p].

O ANO passado publicou Victor Klarwill um curioso livro intitulado *Függer-Zeitungen*, o qual contém as cartas enviadas à casa dos Függers nos anos de 1568 a 1605. A obra, feita com luxo, é enriquecida com 24 estampas, numerosas notas e respectiva bibliografia, sem falar numa substanciosa introdução onde se corrigem as fantásticas afirmações de que a casa dos Függers fazia circular já no séc. XVI uma gazeta, que seria portanto a primeira do género. Todos nós sabemos quem eram êsses capitalistas residentes em Augsburgo, na Baviera, com filiais em tôda a Europa, e que foram arruinados pelos soberanos espanhóis, que não satisfizeram os empréstimos que com a casa tinham contraído.

Dos seus correspondentes recebia a casa numerosas notícias; e, como isto não bastasse, procuravam alcançar também, tirando de publicações avulsas, sensacionais informações. É o que se deu com a perda do nosso rei D. Sebastião, a qual é contada em uma fôlha volante ornada de uma ingénua vinheta a representar a batalha de Alcácer-Kibir e que figura quási *ipsis verbis* nas notícias dos Függers. O rosto dêsse folheto vai reproduzido neste trabalho. A primeira notícia de assuntos portugueses que figura na compilação é justamente a relativa à perda do moço soberano, a que se seguem notícias da

coroação do Cardeal-Rei, da conquista de Lisboa pelos castelhanos, da Índia portuguesa em data de 1581, da descrição de uma procissão em Lisboa, do aparecimento do falso D. Sebastião, da freira da Anunciada, do desenvolvimento do comércio holandês na Índia à custa dos portugueses em data de 1599, de outro falso D. Sebastião e do desembarque dos holandeses no Brasil em 1604.

Ainda que não traga pormenores dignos de menção, aqui traduzirei o comêço da notícia a respeito da perda de D. Sebastião datada de 22 e 25 de Agosto de 1578:

«Não lhe posso ocultar o caso triste e inaudito sucedido com o nosso Rei e todo o seu exército em África. A 3 de corrente partiu o nósso Rei ao encontro do inimigo, na opinião que no mesmo dia chegaria a *Alcassar*. Porém Mome-Molucho esperava o exército do nosso Rei diante de Alcassar com 40.000 homens de pé e de cavalo e mandou ao seu encontro 4.000 cavaleiros para escaramuçar com êle. Isto causou ao nosso Rei muita alegria e fêz marchar tôdas as tropas. Os coronéis dos alemães e dos italianos não acharam isto bom, e foram ao Rei para lhe mostrar que a gente estava em desordem e cansada, porque havia muito tempo que não tinham nada de comer», etc.

A notícia da tomada de Lisboa é datada de 1 de Setembro de 1580 e escrita por testemunha ocular:

«A culpa de lhe não escrever há mais tempo é devido à guerra e intranqüilidade que aqui temos. Em 25 de Agosto o Duque de Alba tomou à espada Lisboa. Corre o boato que do lado dos portugueses morreram três mil homens, que ao outro dia vi no arrabalde em parte. A gente morta está posta uma sôbre a outra como os pôrcos. Eu fui ao acampamento com a guarda do Conde Lodron que está connosco na casa. Tôdas as ruas estão cheias de homens e cavalos mortos, sôbre os quais nós tivemos de passar como por uma ponte. Alguns ainda viviam, um levantava um pé, outro uma mão, o terceiro a cabeça. Em suma, era um espectáculo lastimoso. Também o arrabalde, que é muito maior que a verdadeira cidade, foi saqueado durante três dias. Tudo foi tirado. Nem um prego ficou na parede. Não entrou, porém, na cidade nenhuma tropa, porque o Duque de Alba proíbiu isso com grandes penas. Está ainda diante da cidade. Graças a Deus não nos aconteceu nenhum mal.»

Muito bem se pode escrever aqui o que diz Klarwill na introdução: que a raça branca é o fruto mais perigoso e pior da Criação.

Tirada do livro de Lintschotten, datado de 1600, vem reproduzida uma estampa que representa a viagem da armada da Índia, povoados céus e mares

de *garaios, rabos de junco, rabos forcados* e de *peixes voadores, bonitos* e *albacoras.*

Aqui fica pois registada uma breve nota sôbre as informações recebidas pelos Függers, a quem os portugueses do século XVI chamavam *Fucros* ou *Fúcoros.*

PEDRO DE AZEVEDO.

JOSÉ BENEDITO DE ALMEIDA PESSANHA: *OS ALMIRANTES PESSANHAS E SUA DESCENDÊNCIA.* Pôrto, 1923, IMP. PORTUGUESA, 192 p.

O APELIDO Pessanha é notável em Portugal não só pelo desenvolvimento que tomou, como por ser tronco dessa família um almirante que deu grande progresso à marinha entre nós e que se encontra desde 1317 ao nosso serviço.

Dos resultados a que chega o sr. Almeida Pessanha depreende-se que ainda se ignora presentemente de qual de duas famílias italianas provêm os nossos Pessanhas, a-pesar-de haver notícias documentadas da existência em 1303 em Génova de Manuel Pessanha. A mesma indecisão reina a respeito da verdadeira ortografia, e nada, segundo julgo, conhecemos da etimologia do apelido.

Em 1448 o cargo de almirante de Portugal deixa de pertencer à varonia dos Pessanhas.

De um neto de Manuel Pessanha, chamado Anão, provêm a geração de todos os Pessanhas portugueses, estabelecidos primeiramente em Elvas, donde irradiaram para todo o Alentejo e para Viseu e daqui para Trás-os-Montes, a cujo ramo portence o autor do livro. No Algarve, em Marrocos e Brasil tiveram e têm os Pessanhas larga representação. Não deve ser esquecido o ramo dos Silvas Pessanhas depositários do título de *dom* por via da varonia dos Silvas dos marqueses de Vagos.

Na crónica da *Conquista de Ceuta* por Gomes Eanes de Azurara aparece-nos o almirante Lançarote e seu filho micar Carlos, bem como um mice Itam, que o sr. Esteves Pereira, benemérito editor da crónica, traduz por *Ettore*, mas que deverá ser Antam Pessanha.

Ao sr. Almeida Pessanha entrego a solução da entrada dos seus antepassados na conquista de D. João I.

A acentuação de Génebra, em lugar de Genebra, que acho por vezes neste trabalho, não me parece autorizada, tanto mais que deriva do francês *Genièvre*, que segundo as gestas era mulher do rei Artur.

A forma Passanha encontra-se já no séc. XVI em Castanheda e a ela é que

devem reportar-se os Pessanhas que hoje a usam. Junto aqui formas divergentes de apelidos portugueses, quer ainda em uso, quer desenterrados:

Beça e Bessa, da Mesquita e Dá Mesquita, Castel Branco e Castelo Branco, Fonseca e Afonseca, Sa e saa, Sampaio e São Payo, Noronha e Loronha, Ornelas e Dornelas, Sequeira e Siqueira.

Notarei que em francês e alemão, etc., há um cuidado meticuloso na observância das formas regionais dos apelidos, que muitas vezes ferem a ortografia oficial, mas entre nós tal não sucedeu com a adopção dum padrão, em virtude do qual êles também foram alterados. Para um francês não são indiferentes as grafias *Cardoso* ou *Cardoço*, porque no critério dêle indicam indivíduos diversos.

Em suma: o belo livro do sr. Almeida Pessanha é escrito com rigor histórico, com indicação de fontes e sem menção dos Fruelas e Bermudos, como é usual nos livros de genealogias.

PEDRO DE AZEVEDO.

ANUARIO DA ASSOCIAÇÃO DOS ESTUDANTES DO CURSO DE PORTUGUÊS. ESCOLA DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS, Toquio, 1924.

O PROF. Abranches Pinto, contratado pelo Govêrno imperial japonês para ensinar a nossa língua na Escola de Línguas Estrangeiras, de Toquio, é um dêsses admiráveis exemplos de devoção e inteligência patriótica, as quais longe da terra natal se depuram e afervoram. A Escola, que prepara comercialistas, diplomatas e colonialistas, conta-o desde 1916 entre os seus professores; e a criação da cadeira de Português, para que concorreu a boa-vontade do nosso representante nessa época, sr. César de Sousa Mendes, justifica-a sobejamente a vasta emigração de japoneses para o Brasil.

Enviou-nos o sr. Abranches Pinto o *Anuário da Associação dos Estudantes do Curso de Português* (Fevereiro, 1924, vol. II). Escrevemos uma vez e continuamos a pensar que a Nação portuguesa vive por obra e graça da Linguagem. Com-efeito, é ela que no território nacional mantém o elo da espiritual coesão, unindo-nos na desordem, soldando-nos através de tantas dissociações. É também a glória e a tradição do Verbo que nos traz desde o passado ao mais vivo presente o motivo do honroso orgulho, da esperança redentora. E da ilustre *Revista de Filologia Portuguesa*, de São Paulo, onde um grupo de eruditos cultiva com o mais probo espírito a sciência da linguagem, preparando ao porvir da língua no Brasil o rejuvenescimento vital das formas puras, até ao curso de português na escola de Toquio, onde as certas maravilhas da nossa história florescem do passado, adorna-se e vibra o *gesto* do idioma, evocando e mantendo a razão da existência nacional dum povo que foi, entre todos, criador.

BIBLIOGRAFIA

Das páginas desta brochura que uma caravela lusíada decora, estilizada ao modo inconfundível dêsse país mestre de bom-gôsto, temos o prazer de extraír o antelóquio que Wenceslau de Morais escreveu e em que nos conta, como último enlêvo com que o Japão o premiou, a visita de dois estudantes do curso de português, de Toquio, os quais lhe falaram correntemente na língua bem-amada e há quantos anos não ouvida. Eis uma das mais fundas comoções que um homem pode sentir trespassar-lhe a alma, esta de ouvir o ritmo da sua fala na extraviada solidão eremítica duma remota cidade do Extremo-Oriente!

Aqui acode à memória dum aturado e sempre encantado leitor de Fernão Mendes, aquêle passo em que o grande viajante e artista recorda de como ouviu, quando ia preso, com seus companheiros de miséria, através da China: — *Padre nosso que estás nos céus* a uma mulher chamada Inês de Leiria e que não sabia mais do português que estas palavras. Comoções da linguagem pátria, amores dos mais fundos do sangue, estremeções os mais subtís do coração, se em praça de Londres ou em alameda de Paris, ali ao-pé da porta, nos tocam já tanto, ¿ que será então entre outras raças, outros costumes, outras saüdades, nos reinos do Longe e do Levante ?

Wenceslau de Morais aparece-nos, num retrato muito recente, representado em um formoso velho de grandes barbas brancas, vestido de queimão, sentado numa esteira ao lado dum aparelho de chá, e sorrindo, com a longa melancolia das lembranças, a uma querida sombra. No lendário escritor saüdamos nós-outros, os mais do que nunca inquietos ocidentais da Europa devastada, um misterioso neto de Fernão Mendes Pinto, ou, como êste diz algures que lhe chamavam, um «chenchicogim do cabo do mundo». De-certo o é êle e mais absoluto até nas incantações do Exotismo, pois que o próprio extraordinário avoengo, após a *Peregrinação* que espantou o orbe, regressou à sua pátria, onde casou e teve filhos, aos quais deixou o seu livro «por carta de A B C, para aprenderem a ler por seus trabalhos». Ao passo que Wenceslau de Morais deseja ser enterrado em terra nipónica e dormir sem fim no cemitério familiar de Tokushima. Eis um traço característico do *ethos*, que logo diferencia um Wenceslau de Morais, apegado por sentimento à terra onde amou, dum Loti, por exemplo, diletante curioso de todos os virtuosismos através das vitórias sentimentais ganhas em tantos climas...

Chegou-nos, pois, êste *Anuário* como encantadora surpresa, remoto eco mas quanto intenso também de vozes de outrora, redivivas no perene sortilégio da Linguagem, que se dilata e cresce longe de nós, evocatriz e madre. No castelo interior da Nação portuguesa, inacessível a injúrias duns, a desvairos doutros, a cubiças de estranhos, a misérias de naturais, está na realidade um Idioma vinculado a uma Literatura e a uma História. Saibamos estimar os que en-

sinam dilatando-o, os que o propagam evocando-lhe o sentido, e façamos por honrar os que o amam, porque êsses são dos melhores criadores de futuro num período de decadência inegável, mas também de reconstrução segura.

Ao prof. Abranches Pinto, que sabe incutir em seus discípulos, com o perfeito conhecimento desta língua o respeito e o amor da imensa fôrça que ela representa, apresentamos cumprimentos de respeito e consideração, enviando-lhe para Toquio os agradecimentos nacionais.

AFFONSO LOPES VIEIRA.

A LÍNGUA PORTUGUESA NO JAPÃO.

Quais foram os portugueses que descobriram o Japão? A História não pode dar presentemente uma resposta categórica a esta pregunta. Se admitirmos uma das opiniões mais correntes, de que Fernão Mendes Pinto e os seus dois companheiros de aventuras tenham sido os primeiros europeus que alcançaram a terra japonesa, descobrindo assim o Japão ao mundo ocidental; se admitirmos igualmente que a data de tal acontecimento foi o ano de 1542, quere isto então dizer que, há justamente 382 anos, os filhos de O-Yamato ouviram pela primeira vez falar no solo pátrio, em Tanega-shima, uma língua europeia — a portuguesa. — Ouviram-na pela primeira vez; mas logo a praticaram e cedo dela tiraram amplo proveito, como o provam as quási inúmeras palavras japonesas, derivadas da língua portuguesa, ainda hoje em uso. A língua portuguesa atingiu pouco após, como é sabido, uma grande importância, tornando-se a linguagem oficial entre japoneses e estrangeiros. O Taikō e Iyeyasu tinham ao seu serviço intérpretes portugueses.

Duraram poucas dezenas de anos as coisas neste pé. Em menos de um século, a língua portuguesa caía em esquecimento no Japão, sendo substituída, para as suas práticas, primeiro pelo holandês, depois pelo francês e pelo inglês. Actualmente no Japão, entre gente pouco culta — aldeões e outras, — o nome de Portugal é mesmo desconhecido por completo.

Mas, há pouco tempo, acudiu a idea ao govêrno imperial de favorecer uma corrente de emigração de gente japonesa para o Brasil; a idea frutificou; dizem-me haver presentemente no Brasil cêrca de 30.000 japoneses, e muitos mais seguirão, provàvelmente. Como era natural, criou-se um curso de língua portuguesa na Escola de Línguas Estrangeiras, em Toquio. Muito bem; renasceu para o Japão a língua de Camões. Dentro de pouco tempo, graças aos estudantes japoneses da instituïção que acabo de citar, graças aos japoneses que regressem à pátria após alguns anos em terras brasileiras, muita gente falará no Japão a língua portuguesa.

BIBLIOGRAFIA

O assunto, claramente, é de interêsse directo para o Japão e para o Brasil; para mais ninguém. Mas, indirectamente, pode ser de alta importância também para Portugal. Os japoneses, que vão para aquele grande centro de actividades sul-americanas, em breve aprenderão, quando a não saibam já, a língua portuguesa; ali, entrarão em relações com muitos portugueses, recolherão várias noções sôbre coisas do pequenino Portugal e das suas vastas colónias africanas; e não parece inverosímil que de tudo isso nasçam, ou antes, renasçam, convívios de estima e de negócio entre japoneses e portugueses. Lembremo-nos de que o pequenino Portugal pouco poderá dar ao Japão, — vinho, cortiças; — mas as suas importantes colónias poderão dar-lhe muito, em produtos naturais, utilizáveis na sua indústria.

Será assim, ou não será; o futuro se encarregará de nos instruir sôbre êste caso interessante. O que eu desejo consignar aqui é a minha grande surpresa, cheia de encanto, quando há poucos meses fui procurado por um jovem japonês, estudante do curso de língua portuguesa na *Escola de Línguas Estrangeiras*, de Toquio, e, pouco depois, por outro nas mesmas circunstâncias, dirigindo-se-me ambos em correcta linguagem da minha própria língua. Gentis eram os dois, como são em regra os estudantes japoneses — dizia-o já Lafcadio Hearn; — corteses, palpitantes de vida e de entusiasmo; e, ainda por cima, falando-me com interêsse, direi mesmo com amor, de coisas da minha terra... É conhecido que o falar a língua de um país estranho é já motivo para se ter estima por êle.

Bravo!... Eu estava muito longe de supor que o Japão ainda me reservava um último enlêvo, êste de ouvir falar a minha língua portuguesa por lábios risonhos de estudantes japoneses... Mas foi exactamente o que aconteceu.

Tokushima, Janeiro de 1924.

WENCESLAU DE MORAIS.

DISCURSO EM TOQUIO

O discurso que segue foi proferido pelo seu autor em 30 de Maio de 1923, dia do encerramento das aulas na Escola de Línguas Estrangeiras, de Toquio. Publicámo-lo na sua perfeita autenticidade, e conservando a ortografia. Os insignificantes êrros nêle contidos não fazem senão avultar a correcção e até a elegância dêste documento, notável pela linguagem e grandioso pela evocação histórica:

« Ex.mos Senhores e caros professores:

Cumpre-me em primeiro lugar agradecer a todos os dignos representantes das diferentes nações a subida honra que dão a esta escola com a sua presença á esta cerimonia de concluções de curso.

LVSITANIA

Sou um estudante de curso de portugues, e acabando o estudo de 3 anos vou sair esta escola. E hoje em cerimonia tão imponente como esta, fazer a saudação em portugues em frente de V.as Exs, é uma grande honra para mim.

Agora no Japão ainda ha pouca gente que aprenda esta lingua — ou melhor dizendo ha ainda pouca gente que saiba que o portugues foi não só a primeira lingua europea que se falou na nossa patria, mas tambem é de grande importância para o Japão de hoje. Alguns amigos e parentes meus ás vezes perguntam-me para que estudo tal lingua e em que pais ela se fala. A lingua portuguesa agora está em tal esquecimento que são feitos por gente comparativamente culta taes perguntas pueris. Eu sinto muito este facto, e por isso nesta ocasião quero falar um pouco sobre as relações entre Portugal e o Japão em eras passadas.

Em 1543, XII ano de Temmon, 3 portugueses que seguiram do Siam para Cantão — e segundo a historia estes 3 portugueses foram Antonio da Motta, Francisco Zeimoto e Antonio Behoto [1] — chegaram, corrido pelo temporal, á ilha de Tanegashima [2]. Tokitaka, daimyo desta ilha, obteve um mosquete destes portugueses e ao mesmo tempo aprendeu a meneira de o manejar e fabricar [3]. Eles foram os primeiros europeus que vieram ao Japão, e por isso a liugua portuguesa foi a primeira lingua europea que se falou na terra de Oyamato.

Desde então os portugueses vieram continuadamente, alguns deles esforçaram-se por propagar o christianismo e alguns dedicaram-se ao comercio. Nobunaga Oda gostava tanto do catolicismo, que edificou uma igreja em Kyoto, onde os padres de Portugal exerciam culto e ensinavam a sua religião. Foi neste tempo que inumeraveis palavras portuguesas foram introduzidas na lingua japonesa, e ainda hoje a maioria destas palavras está em uso.

Não podemos deixar de ver outro facto historico muito interessante. O país europeu em que o japones saltou primeiramente foi Portugal. O Daimyo Otomo, que se converteu ao catolicismo, em 1582, mandou seu neto Yoshikata Ito como enviado ao Vaticano. E este Yoshikata Ito partiu de Nagasaki num navio portugues, e dobrando o Cabo da Boa Esperança chegou a Lisboa.

[1] Peixoto. (N. da R.).

[2] Simultaneamente, ou antes dêstes, entraram no Japão Fernão Mendes Pinto, Diogo Zeimoto e Cristóvão Borralho, sem que um dos grupos soubesse do outro. (N. da R.).

[3] Fernão Mendes atribui o episódio da espingarda a Diogo Zeimoto: « Os Japões, vendo aquêle novo modo de tiros que nunca até então tinham visto, deram rebate disso ao Nautaquim..., o qual, espantado desta novidade, mandou logo chamar o Zeimoto... *(Peregrinação,* cap. CXXXIV.) (N. da R.).

BIBLIOGRAFIA

Por esta ocasião as relações entre o Japão e Portugal tornaram-se cada vez mais intimas.

Mas durante o Shogunato de Iyeyasu, por ter odio ao christianismo, começou a expulsar os portugueses e finalmente em 1612 fechou inteiramente as portas aos extrangeiros.

Desta epoca em diante a lingua portuguesa nunca mais se estudou, mas passados 300 anos, na era de Taisho, o estudo da lingua de Camões renaceu. Ha poucos anos criou-se um curso de portugues nesta escola, e este ano nós, 13 estudantes, somos diplomados. Como já disse, agora no Japão ainda ha pouca gente que estude esta lingua, por isso o papel que nós vamos desempenhar na sociedade tem significação muito importante.

Eu creio que por nosso esforço se podem tornar as relações entre Portugal e o Japão mais intimas — tão intimas como as de ha 300 anos.

Isso é um sonho — dirão — mas nós vamos sair da escola para realizar-lo.

Antes de terminar não quero deixar de agradecer a todos os senhores professores desta escola o carinho que mostraram ter para connosco e os infatigaveis esforços que fizeram para que nós hoje possamos sair daqui conhecendo os diferentes idiomas falados em todo o orbe. Tenho dito.»

TADAO UENO.

MANUEL MÚRIAS: *O SEISCENTISMO EM PORTUGAL;* ANTÓNIO BAIÃO: *EPISÓDIOS DRAMÁTICOS DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA,* 2.º volume. Rio de Janeiro, ANUÁRIO DO BRASIL, 1924.

LÊ-SE com agrado o opúsculo do sr. Manuel Múrias, O *Seiscentismo em Portugal,* que participa da corrente de salutar reacção contra os êrros acumulados pela historiografia jacobina. Dois reparos, no entanto, se lhe podem opor logo de início: 1.º, ser uma colecção de generalidades, e não a análise sistemática de um problema bem definido, como nos parece que a uma tese convém; 2.º caír no próprio êrro que pretende combater, pois à paixão jacobina substituiu a reaccionária — a um fanatismo, a uma barbárie, novo fanatismo e barbárie nova! ¿ Quando chegará, finalmente, a época da inteligência crítica?

Se foram injustos os jacobinos com a literatura seiscentista, pondo-a abaixo do que merecia (mas pô-la hiam?) e exagerando acaso ao mesmo tempo os malefícios do jesuitismo, da Inquisição, dos índices, da censura prévia, o sr. Múrias, por seu turno, põe-na muito acima do que ela vale, e faz das referidas instituïções apologias de apaixonado.

É deplorável enormidade o afirmar, como afirma, que «nenhum país possuiu jamais, nem a França no século áureo de Luís XIV, uma constelação mais nítida de prosadores de primeira grandeza, que elevaram a língua à máxima perfeição, que o culteranismo não consegue empanar» (p. 68). Si no fuera por impedir la navegación, yo te beberia de un trago! A verdade é que exceptuado Vieira, nenhum dos prosadores do seiscentismo se pode classificar de primeira grandeza. E ainda êsse... São indispensáveis as graças *da língua* para se ser considerado um *prosador;* para ser colocado na primeira grandeza, porém, é factor essencialíssimo a qualidade *da substância:* a originalidade do pensamento, a agudeza psicológica, o penetrante da observação. Prosadores de primeira grandeza são, creio, os que fazem pensar os seus leitores, os cujas *ideas* se ruminam sem fim, os que nos prendem e nos esmagam, ainda através das traduções. Tal sucede com os de Luís XIV: Descartes, Pascal, La Bruyère, La Rochefoucauld, Bossuet, Malebranche, valem e valerão sempre pelo labor mental com que enriqueceram o mundo.

¿Qual dos portugueses seiscentistas pode fornecer matéria prima, traduzido, à máquina cerebral de um homem culto? Nenhum. Luís de Sousa não alimenta um homem: grácil narrador de histórias várias, mas de maneira alguma um *historiador;* Maquiavelo sim; Bossuet (o Bossuet da *História das Variações)* pode ambicionar a êsse título: Luís de Sousa, porém, como historiador é coisa nenhuma. Manuel Bernardes conta histórias; como moralista (comparar com Gracian, com os de Port Royal) diremos outro-sim que não existe. D. Francisco Manuel, moralista, não é também um coronal do género. ¿Que é o romance de Rodrigues Lobo? Nada; o de Cervantes, tudo: medita-se êsse uma vida inteira, na pior tradução que dar se possa, para gentes da Arménia, do Tibet, da Indo-China ou do Japão. Grandes prosadores, em suma, são os que desceram ao coração das coisas, arrancando de aí uma visão do mundo; nenhum dos seiscentistas andou por lá.

Até no que respeita à forma pura nos parece que exagera êste livrinho o mérito real dos seiscentistas. Só um preconceito sôbre o que seja a língua (se não erramos) poderá levar a concluir que «nunca, em período algum da História Literária Portuguesa, a língua subiu a tamanhas alturas» (p. 69). Considere-se bem na linguagem dêstes: Herculano, Castilho, Garrett, Camilo, Latino, Eça de Queirós, Antero, e talvez não fique de todo intrémula a rígida afirmação do autor do opúsculo. Luís de Sousa, creio, não vence em gracilidade as *Viagens na minha terra;* a língua de Vieira não é mais rica, afinal, que a de Castilho ou de Camilo; a elocução de Jacinto Freire sotopõe-se de-certo à de Herculano, a de Francisco Manuel à de Queirós.

Os estrangeirismos do léxico romântico (p. 68) dariam margem a discussão: porque a abundância de estrangeirismos é acaso também uma virtude (quién sabe?) do vocabulário dos seiscentistas... Não exagerar, portanto... Não exagerar; cumpre, como dizia o outro, «se tenir ferme dans les courants».

Cremos também que se força a corda na apologia dos jesuitas, da censura prévia e da Inquisição. Insuspeitos, somos porque há muitos anos nos metemos nós, sòzinhos, a protestar contra os exageros da paixão monarcófoba e jacobina, em matérias de história pátria: procurámos, todavia, não desmarcar das balisas críticas. Escreve o autor: «Desceu da Alemanha um protestante, Boehmer, que pulverizou as acusações apaixonadas dirigidas contra a grande associação» (os jesuitas)... «A verdade é que a explicação da decadência da literatura portuguesa do século XVII pelos Jesuitas, pela Inquisição e pelos Índices, sendo cómoda e fácil, era ingénua e nada explicava, porque se não podia provar que os Jesuitas, a Inquisição e os Índices fôssem incompatíveis com o florescimento intelectual» (p. 19-20). Boehmer pulverizou, com efeito, as acusações apaixonadas; mas deixou de pé as que o não eram, e que o sr. Múrias resolveu calar, não imitando a grande virtude que no protestante lhe pareceu bem. Pelo que respeita ao seiscentismo, foi eclipsado pelo sr. Múrias o verdadeiro problema que lhe diz respeito, porque identificou tàcitamente duas questões que são diferentes: a do estilo e a da substância. Nem os jesuitas, nem a Inquisição, nem os índices, se mostraram «incompatíveis com o florescimento intelectual», se chamarmos «florescimento intelectual», como o sr. Múrias, àquilo mesmo que nós tivemos: elocução formosa. Mas não é disso que nos queixamos; o problema está noutra parte; queixamo-nos, sim, de não havermos participado no progresso do que mais importa, na renovação fecundíssima das sciências e da filosofia. O sr. Múrias reconhece o facto, quando escreve: «A filosofia do seiscentismo confina-se na escolástica, acarinhada nas universidades de Coimbra e Évora, e nos colégios e seminários dos jesuitas, *quando já em tôda a Europa a impugnavam os discípulos de Bacon e de Descartes.* Não há dúvida, portanto, que o pensamento filosófico do século XVII esteve apartado das correntes modernas que na França e na Inglaterra levavam de vencida o tomismo» (p. 59). Confessado o caso, o sr. Múrias passa adiante, fugindo à questão. A lealdade intelectual ordenava que o não fizesse,—senão que, visto o fenómeno, entrasse no estudo das hipóteses que o poderiam explicar. No Renascimento, Portugal caminha com a melhor Europa, com o pensar europeu; na época do seiscentismo, caminha atrás. Eis o facto, para que podemos não aceitar as explicações dos jacobinos, mas que é preciso reconhecer. Nós propu-

semos, em tempos, além da incontestável compressão que exerceu a Autoridade, explicações de natureza económico-social; o sr. Múrias, porém, evade o facto. No entanto, pomo-nos às vezes a pensar, nós, que se a Inquisição comprimiu, é que não seria muito forte, em Portugal, aquilo que tinha a comprimir: e de aí partiram as explicações que tivemos ensejo de apresentar...

Pelo que respeita às instituïções, não diremos por nossa parte que pudessem ter feito os nossos monarcas, ou ainda o alto clero, muito ao envés do que fizeram. Para o proceder de um homem ser ideal, deveriam as circunstâncias ser ideais. Foi culpada do mal a maioria da população, — mais fanática, ao que parece, que todos os sacerdotes e todos os reis. Deve-se também não esquecer a dependência de Portugal em relação ao seu vizinho, o poderoso império de Carlos V, que exerceu pressão sôbre nós no problema dos judeus. Isso não impede, porém, que o afastamento do país com respeito ao pensar moderno constituisse uma desgraça — uma desgraça bem pesadinha — que será honesto não pôr na sombra, e para que cumpre procurar sempre qualquer hipótese explicativa, — discutindo de raiz, e sem subterfúgios, as que até hoje nos apresentaram.

Tratando da existência da censura prévia, diz o autor: «é evidente que uma acção prévia contra os desmandos dos escrevinhadores que, faltos de talento, recorrem a abjecções repelentes na mira de cativarem, deve ser activamente exercida, hoje mais do que nunca, por quem quer que sustente o mando da nação. ¿Em que poderia ressentir-se a arte literária de semelhante prevenção? Não são as secreções pútridas de cérebros desnorteados, ou de exploradores de vícios abomináveis, o que levanta e imortaliza uma época, e a Censura Prévia, agora como no século XVII, não poderia de forma alguma motivar ou justificar a decadência intelectual que porventura existisse» (p. 52). Também isto está, ao que se nos antolha, para além dos limites da verdadeira questão. Não consiste esta em preguntar se a censura prévia procedeu mal, reprimindo o pornográfico: mas se ela opôs qualquer obstáculo às fecundas inovações na sciência e na filosofia. Levando ao máximo a largueza de espírito, não afirmemos que o houvesse feito, e que fôsse possível à autoridade o dispensar êsse instrumento: pode um acto ser necessário e ter (não obstante) indesejáveis repercussões; o que afirmamos, sim, é que cumpre não deslocar, confundir, ou evitar os problemas reais.

Desloca o sr. Múrias, além dêsse, o problema do sebastianismo. «Sebastianismo» (assela o autor) «não quere dizer crença na volta de D. Sebastião; mas, afastando-nos do conceito vulgar e inferior, significa a esperança tenaz,

inquebrantável, na ressurreição ou no engrandecimento do país» (p. 57). Definido assim o sebastianismo, a discussão finaliza logo, porque o problema desaparece: seremos sebastianistas os Portugueses; mas também os Ingleses, os Franceses, os Italianos, etc. Modificar o sentido de um têrmo é a maneira certa, infalível, de tornar axiomáticas ou plausíveis as mais absurdas proposições.

Tudo será sebastianismo quando «sebastianismo» designar tudo. Mas é tempo, talvez, de acabarmos com o quiproquó.

Na defesa, que faz, dos historiadores daquela época, também entraram ao que nos parece uns certos laivos de sofistaria. Custa-nos admitir que o espírito dêles estivesse «no ritmo natural do século», segundo a expressão do autor da tese. Em primeiro lugar, o século era o de Descartes, Pascal, Malebranche, Bacon, Campanella, Hobbes, Locke, Grócio, Galileu, Spinoza; em segundo, o argumento é vicioso: porque de primeira grandeza, exactamente, são os que se elevam acima do século; e em terceiro, ninguém lhes exige as ideas de hoje, e nada importa para o nosso caso que Gama Barros e Paulo Mereia tenham contestado triunfalmente algumas das afirmações de Alexandre Herculano, como alega o sr. Múrias. O ponto não está na conformidade, ou desconformidade, com as ideas do nosso tempo, nem ainda no definitivo, que não existe em coisa alguma. O que se discute, sim, é a forma de *mentalidade*, a capacidade intelectual, a seriedade de concepção, o poder de análise e de síntese que revelaram nas suas obras. Quem lê uma página de Herculano (e de vários autores estrangeiros contemporâneos dos seiscentistas) recebe a impressão de um espírito forte, ainda mesmo que lhe pareça errónea aquela afirmação que estão fazendo; quem lê uma página de Bernardo de Brito recebe a impressão de um pobre escriba (nada mais), que lá vai penteando as suas frases, — ainda mesmo se o que diz é certo: eis a diferença. Alexandre Herculano infunde respeito: sentimos-lhe um cérebro superior ao nosso, até nos momentos em que falha e erra; Bernardo de Brito, quando muito, pode despertar em qualquer de nós uma indulgente curiosidade. Bernardo de Brito e os da sua laia. Na suave complacência com que se recebe o seu candor — há um benévolo desdém. Sentimo-nos superiores a êles. É o que é.

Perdôe o talentoso e simpático autor estas objecções que lhe opusémos, filhas (acredite) do interêsse que nos inspira e do vivo desejo de o bem servir, — ousamos dizê-lo com sinceridade, com o risco embora de nos julgar pedante. O presente opúsculo revela méritos, e é de agradecer o seu empenho de reagir ao denegrimento, assim simplista como apaixonado, que teve de sofrer na geração de Teófilo a literatura do seiscentismo; mas

enferma o autor (o que é natural, pois o cremos ainda no frescor da vida) do mesmo vício de paixão simplista, empregada agora no sentido oposto. É livro o seu de propaganda política, sob o simulacro de um trabalho histórico; continua a balda de volver a história, tanto política como literária, em arsenal de guerra das dissenções civis. Não teime o sr. Múrias em seguir por êsse rumo: porque topará no final da jornada com o mesmo combate e o mesmo destrôço que encontrou a obra de Teófilo Braga; só a serenidade e a justiça, a inteligência e o senso crítico, resistem aos embates sucessivos das várias correntes que se entrechocam. Se tenir ferme dans les courants! Não desejo dos nossos jovens que sigam as minhas opiniões: desejo sim que tenham as *suas*, formadas sempre pelo próprio espírito na plena posse do seu eu consciente, pela análise directa de cada caso, sem obedecerem às sugestões políticas de quaisquer mestres ou de quaisquer facções. Digo aos rapazes da minha terra: sêde vós próprios e pensai por vós; para fazer crítica, — literária ou histórica, — posponde sincera e criticamente o catecismo da parcialidade, para que sintam todos na vossa obra a inocência da pupila que trabalha à luz. Não é para entrardes no meu próprio ninho que vos eu convido a abandonar o alheio: — é sim para voardes pelas àsas próprias, sob o sol claríssimo da justiça estreme, na livre atmosfera da consciência crítica, — na luz, no céu...

Para nos restituir de um golpe à saúde intelectual, tirando-nos, como convém, do facciosismo asfixiante em que nos mergulhou o sr. Múrias, — eis o livro do sr. Baião: *Episódios dramáticos da Inquisição Portuguesa*, 2.º volume, Rio de Janeiro. Por êsses relatos de tanta infâmia é-se impelido a concluir, ao primeiro ímpeto, que a humanidade só será «humana» na medida em que o espírito crítico, relativista, substituir nas consciências o espírito de fé. Sente-se pendor para detestar — quási diríamos para odiar — quem quer que tenha no seu espírito, como uma úlcera, a repulsiva ilusão de uma verdade absoluta. Compreende-se, ao ler uma história do Santo Ofício, que um filósofo tenha escrito: «Dieu, c'est le mal»... Depois, — reapossamo-nos, ponderamos, distinguimos; fazemos um esfôrço de simpatia para poder «sentir» o homem de fé; reflectimos que a nós outros, espíritos críticos, cabe a missão de fazer a paz, — de abraçar as oposições, de transcender as antinomias; de ser largos, magnânimos, desapaixonados, observadores; de ver na fé do homem fanático uma manifestação da natureza que se deve tratar de claro ânimo, como o tufão ou como o raio, e compreender e estudar, para depois persuadir, — à fôrça de paciência, à fôrça de espírito crítico. Tolerância e serenidade. «Nada há

vil na casa de Júpiter». Busque-se, pois, o remédio universal na universal compreensão.

Race qui frappes et lapides,
Je te plains! Hommes, je vous plains!
Hélas! Je plains vos poings stupides
D'affreux clous et de marteaux pleins.
Vous persécutez pêle-mêle
Le mal, le bien, la griffe et l'aile.
Chasseurs sans but, bourreaux sans yeux!
Vous clouez de vos mains mal sûres,
Les hiboux au seuil des masures,
Le Christ sur la porte des cieux!

(V. Hugo, *La Chouette*).

Para mim, nesta disputa do Santo Ofício há um argumento decisório: os representantes do pensamento, os homens da inteligência, eram-lhe todos adversários. Entre os perseguidos, condenados ou suspeitos ao Tribunal, fala-se aqui de Ribeiro Sanches, de Filinto Elísio, de Brotero; de Bocage, de Anastácio da Cunha, do Cavaleiro de Oliveira, de Curvo Semedo; de Serrão de Castro, de Moura Portugal, de Morais e Silva; de Silvestre Pinheiro e do Judeu. Quando outras razões não existissem, essa única me bastaria. A qualidade dos faccionários creio que define uma facção. O Tribunal do Santo Ofício, naquela época, só tinha por êle os imbecis.

Aqui vemos Serrão de Castro, horrivelmente torturado para que denuncie o seu próprio filho, que veio a morrer nas labaredas; aqui vemos queimado António José, porque uns biltres espiões, que ocultamente vigiavam o que êle fazia na prisão, o viram praticar certos jejuns que eram do rito dos judeus; queimado outro-sim o «Forra-gaitas», porque outros biltres, fâmulos também do Santo Ofício, postos no cárcere do desgraçado para fingirem de prisioneiros, sócios na dor e no interêsse comum, lhe arrancaram com falsa amizade algumas palavras mal soantes aos ouvidos inquisitoriais... Que culpas tinha? Transcrevamos:

«Por isso, em 19 de Junho de 1653, os inquisidores da primeira instância foram de parecer que deviam ser-lhe sequestrados os bens; mas o Conselho Geral, em 28 de Agosto, prudentemente emendou a mão, dizendo que *era conveniente dissimular por ora*. Lá está no processo, com tôdas as letras, esta prova da extraordinária ganância inquisitorial!» (p. 226).

As virtudes que a Inquisição desenvolvia no nosso povo, isso é fenómeno que se vê bem no processo de Brites Henriques, denunciada ao Santo Ofício por uma torpíssima alcoviteira, Luísa Barroca. Diz o sr. Baião: «Vivendo de expedientes, Luísa Barroca chegou a organizar um rol ou lista de cristãos novos, aos quais extorquia dinheiro sob ameaça de denúncia ao Santo Ofício... Tentara desencaminhar as filhas de Brites Henriques, e não faltou quem dissesse que o conseguiu com Francisca da Silva. Como a mãe naturalmente levasse isso a mal, aí vem ela aos Estaus descarregar a sua consciência» (p. 270).

Pensar que se torturou tanto — a pretexto de que vários loucos (talvez, por desgraça, a maioria!) divergiam de outros homens nuns certos pormenores do adorar a Deus, por êles concebido como um monstro, cujo deleite supremo era ver sofrer as criaturas! Diz-se agora que a Inquisição era absolutamente necessária à «unidade nacional». Não contestamos. O que não compreendemos, até hoje, é a vantagem da «unidade». Os judeus que perseguimos foram acolher-se à livre Holanda, à sensata Inglaterra, com prejuízo da «unidade» delas: e não parece que aqueles Estados (pois não é isto?) tivessem caido posteriormente muito abaixo de Portugal.

ANTÓNIO SÉRGIO.

REVISTA DE FILOLOGIA PORTUGUESA. N.os 1 a 4: Director, SILVIO DE ALMEIDA: São Paulo, Janeiro a Abril de 1924.

VAI já em quatro números esta bela Revista mensal, que começou a publicar-se em São Paulo, no princípio dêste ano. Do seu artigo de apresentação transcrevemos os seguintes períodos, onde se revela o justo orgulho e a fé no seu esfôrço e progresso, característicos da grande cidade brasileira — a segunda, em população, das capitais de língua portuguesa: «...¿não havia de ter, S. Paulo também, uma revista filológica, em que se enfeixassem esforços, em que se estimulassem emulações, em que porfiassem mestres e discípulos, para o melhor conhecimento do nosso malprezado idioma? Pois quando, a tôda a hora, a uberdade do solo, a expansão da indústria, o desenvolvimento do comércio, a afluência dos capitais, a multiplicação e rapidez das comunicações, a paz de que gozamos, a segurança da justiça, as boas normas do govêrno e da administração, nos atraem levas de gente estranha, e fazem bater às nossas praias ondas humanas de todos os pontos do globo, como se isto aqui fôsse

um Seio de Abraão na própria terra, e de par com êsses benefícios que daí nos provém, estamos no vocabulário e na sintaxe, sob o permanente ameaço de um caos de falas exóticas, de uma Creta multilingue ou confusa Babel — ¿ não será o momento de opor embargo às influências corruptoras e de entrar de guarda ao património da língua, que é o sacrário que encerra a alma imortal da nossa raça ? »

Dirigida até agora pelo ilustre poeta e eminente professor do Ginásio do Estado, dr. Sílvio de Almeida, autor de vários trabalhos filológicos valiosos, dois dos quais no prelo ainda (*Estudos Camonianos* e *O Antigo Vernáculo*), a R. F. P. está de luto pelo falecimento recente e quási súbito dêste sábio mestre e infatigável cultor e defensor da língua portuguesa. Nesse luto, que também é nosso, a acompanhamos com sinceridade, confortados pela idea de que a batalha em prol da linguagem não parará com a queda de um combatente da primeira linha, pois não faltam felizmente no Brasil paladinos dignos de tomarem o lugar do que a morte prostrou em plena refrega.

É gerente da R. F. P. o sr. Paulino Vieira, que ainda há pouco organizou e publicou uma oportuna edição dos autos camonianos (*Comédias de Luís de Camões*, ed. da Nova Era, São Paulo, 1924) e são seus colaboradores individualidades conhecidas, no Brasil e também entre nós, como mestres e apóstolos da língua comum : Mário Barreto, Amadeu Amaral, Jacques Raimundo, João Ribeiro, Jorge Guimarães Daupiás, Liberato Bitencourt, Lindolfo Gomes, Heráclito Viotti, etc.

Ao passo que a sua irmã mais velha, a excelente *Revista de Lingua Portuguesa* do Rio de Janeiro, adoptou uma grafia mista, baseada no nosso código ortográfico actual, mas dêle divergente em conservar as consoantes geminadas, os *hh* intermédios e os símbolos greco-latinos (*y*, *ph*, *ch*, etc.) — entendeu a R. F. P. seguir à risca a ortografia oficial portuguesa, de-certo por supor que assim contribui mais eficazmente para libertar o idioma comum do caos gráfico em que inglòriamente se debate, e talvez na fé, que compartilhamos, de que a simplificação da escrita convém mais ainda ao Brasil, extenso país novo e de imigração incessante e variada, do que ao próprio Portugal, onde a unidade política não corre perigo de abalar-se pela diferenciação e desagregação lingüística, que as incoerências, hesitações e complicações gráficas fatalmente acirrariam no imenso Brasil, se não fôssem combatidas e travadas a tempo.

Eis os títulos de alguns excelentes estudos publicados nestes quatro primeiros fascículos da R. F. P. : *Acusativo sujeito, Ortografia dos nomes bíblicos, O Adamastor, As trovas de Crisfal, As Cantigas de Jean de Guilhade, Através do Dicionário e da gramática, Ortografia portuguesa, A comédia ortográfica, Notas*

lexicográficas, Mário Barreto. Por aqui se vê que os nossos institutos literários e os nossos «estudantes crónicos» da língua portuguesa (cujo número, felizmente, cresce) procederiam bem, se o não fizeram já, assinando e consultando esta publicação valiosíssima, que honra a progressiva e culta cidade de São Paulo e é novo padrão da glória e do valor da nossa querida e veneranda língua.

No 2.º número da *Revista de Filologia Portuguesa* vem publicada a carta que o prof. Mário Barreto dirigiu ao ministro da Justiça e Negócios Interiores da República Brasileira, sr. dr. João Luís Alves, desligando-se da comissão por êste nomeada para estudar a reforma ortográfica. Transcrevemos em seguida êsse importante documento:

«Rio, 21 de Janeiro de 1924.

«Ex.mo Sr. Ministro Dr. João Luís Alves.

«Partidário da reforma ortográfica oficial portuguesa, pela qual, com o «desinterêsse e sinceridade que inspira a verdadeira convicção, me tenho batido «na imprensa e nos modestos volumes que tenho publicado sôbre coisas da língua «que é património comum de Portugal e do Brasil; ligado a essa reforma pela «resposta que, juntamente com o prof. Silva Ramos, dei à consulta com que «nos honrou a ambos um dos membros eminentes da Comissão portuguesa, o «sr. dr. Cândido de Figueiredo, e que o então ministro da Instrução Pública de «Portugal, o sr. Dr. Júlio Dantas, mandou anexar à portaria que autorizou quatro «leves modificações na reforma ortográfica do primeiro de Setembro de 1911; «intimamente persuadido de que é preciosa a obra dos lingüistas portugueses e «de que a reforma que propuseram, levaram a cabo e que está hoje adoptada «oficialmente no seu país, bem como na prática de muitos escritores e periódicos, «é prudente e sábia; crente, como estou, de que não há razão alguma de sciência «que se oponha a que a dita reforma seja admitida onde quer que se fale a nossa «opulenta e formosa língua; tendo eu compreendido claramente, logo na primeira «vez que ela se reüniu, que a comissão por V. Ex.ª nomeada, à excepção do «prof. Silva Ramos, não aceita de modo algum a reforma portuguesa, e não «podendo eu, por coerência e fidelidade aos princípios da escola filológica em que «me matriculei e que tem por mestres Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, «D. Carolina Michaëlis, J. J. Nunes e outros notáveis investigadores da filologia «românica que, em 1911, uniformizaram e regularizaram a ortografia portuguesa, «entrar em transigências e concessões senão depois de ouvidos os reformistas «portugueses, para que o sistema de escrever seja um e o mesmo nos dois países

«unidos pela língua e pela história; venho, nestas linhas, resignar o pôsto para «que V. Ex.ª teve a bondade de me chamar, de membro da comissão nomeada «por V. Ex.ª a fim de tratar da questão ortográfica.

«Cordialmente penhorado, agradeço a V. Ex.ª, sr. Ministro, a honra insigne «que me deu ao designar-me para fazer parte da dita comissão, e afirmo a «V. Ex.ª que me causa verdadeiro pesar o retirar-me dela.

«De V. Ex.ª admirador sincero e muito obrigado.

«MÁRIO BARRETO»

O ilustre académico e professor dr. J. J. da Silva Ramos, citado nesta carta, separou-se também, e por idênticos motivos, da Comissão brasileira. Desta faz parte, desde o princípio, o eminente escritor sr. João Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, e que, em carta com que recentemente nos honrou, diz o seguinte:

«Bato-me pela graphia tradicional contra a simplificação portuguesa, «que me parece um *isolamento pouco esplendido* na cultura mundial, sendo «como é uma graphia anti-francesa, anti-inglesa e anti-alemã com a es- «cassa vantagem de parecer espanhola».

Esta opinião parece-nos digna de respeito, como já várias vezes temos dito. Mas no sr. João Ribeiro podemos respeitá-la muito menos, e isso fazemos, porque não temos elementos para calcular o tempo que ela lhe durará. Há anos pensava êle às avessas, defendendo e usando uma grafia quási sónica assaz horrível, e entendendo, como nós, que a simplificação da escrita é «benefício inestimável feito à educação popular» (*O Fabordão*, pág. 104). E mais grave ainda, ou mais engraçado, é que em 1921, bem recentemente, portanto, publicava o sr. João Ribeiro a interessantíssima colectânea a que chamou *A Língua Nacional* e na qual defende os direitos sagrados, biológicos ou zoológicos, do americanismo lingüístico e do «idioma brasileiro», dizendo-nos redondamente, na memorável página 22 daquele tômo: «*No dia em que não nos compreenderem, façam glossários e, se o quiserem, traduzam os escritores americanos.*». Donde podemos concluir que, escrevendo *tísica* em vez de *phthysica*, o brasileiro médio ficará num «isolamento pouco esplêndido» da cultura mundial, e que muito esplêndidamente se peninsulará à dita cultura, no dia em que a tísica se chame, no Brasil, *jiquitinhonha*, ou *tamanduàguassu!*

AGOSTINHO DE CAMPOS

LVSITANIA

DR. ASDRÚBAL ANTÓNIO DE AGUIAR: *O «REI FORMOSO» E A «FLOR DA ALTURA»*. Estudo médico-psicológico.

NÓS já conhecíamos do sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, professor do Curso Superior de Medicina Legal, a sua delirante fantasia sôbre o «*masoquismo psíquico de Soror Mariana Alcoforado*». Mas o seu último trabalho, — trabalho de paciente esmiuçamento genealógico —, acabou por definí-lo como cultivador duma especialidade que, apenas enunciada no pequeno delito acêrca de Soror Mariana, se revela agora resolutamente acreditada no espírito do dr. Asdrúbal de Aguiar como um género seguro e de inabalável base scientífica.

Na volumosa locubração do sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, a que, ingènuamente, chamou «estudo médico-psicológico», acusa-se uma mentalidade dominada em absoluto pelos preconceitos, hoje em completo crepúsculo, da escola de Charcot, por um lado; e por outro lado, pelo baixo criticismo racionalista do século findo, com tipo nas insignes enfatuações dum Lombroso ou dum Max-Nordau. Na verdade, a formação intelectual do autor do «*Rei Formoso*» *e a* «*Flor da Altura*» é velha de bastantes anos, confiando ainda nos ídolos e demais superstições que os complicados romances desenvolvidos à roda dos problemas fundamentais da responsabilidade e da hereditariedade inculcaram presunçosamente como sendo a palavra última da Sciência, — da Sciência com a indispensável letra maiúscula da praxe!

A análise do livro do sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, tão festejado na imprensa diária por pensadores analfabetos, importava talvez a condenação dos critérios imperantes nos meios em que êle professa, inteiramente fechados à renovação cultural que se estende por tôda a parte. Não conheço, efectivamente, nada tão novelesco e tão insubsistente como o estudo «médico-psicológico» sôbre D. Fernando e D. Leonor Teles, a que se aventurou, numa diversão deplorável, o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar! Històricamente falso e mèdicamente errado, não aproveita da história senão os conceitos, sentimentais ou facciosos, do nosso ultra-romantismo, emquanto que, dentro do ângulo clínico, por que o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar pretende encarar a questão, usa de processos, senão pouco probos, pelo menos pouco recomendáveis. Expliquemo-nos, porém.

Discorrendo da psicologia de Santa Joana d'Arc e da natureza das suas «visões», o célebre professor e eminente nevropatologista, dr. Georges Dumas, ainda que apresentasse para o caso a sua interpretação, recusou-se terminantemente a formular o que êle intitulava de «diagnóstico retrospectivo». Pois é um «diagnóstico retrospectivo» o que, antes de tudo,

o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar formula, — e formula-o, tomando por taras e estigmas, tanto pessoais como ancestrais, circunstâncias que são mais do «meio» de que do «indivíduo», e que, de modo nenhum, é lícito consignar como indicação de desequilíbrio ou de degenerescência. Assim, o «religiosismo» de certos ascendentes do Rei Fernando, — assim a «bravura guerreira» de outros, etiquetada pelo sr. dr. Asdrúbal de Aguiar de «ferocidade». Exemplo: «*Pelágio... Mostrou-se sempre valoroso nos combates, enérgico, ambicioso, cruel e em extremo religioso.*» Ou então: «*D. Afonso I. Foi um dos mais nobres guerreiros das Asturias... D. Afonso I caracterizava-se, como a espôsa, pelo muito elevado amor à religião.*» Manifesta aqui o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, com o grave pecado do seu «diagnóstico retrospectivo», a debilidade da sua documentação, em que transparecem tôdas as nódoas do falso objectivismo, de que, por via de regra, a psicologia dos médicos é vítima.

Cheio de escusadas prevenções contra a floração religiosa ou mística da alma antiga, o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar reflecte, como já apontámos, o influxo de Charcot e da Salpêtrière, sem se lembrar que os ensinamentes dêsse notável especialista tombaram pela raiz, desde que o dr. Babinscki, fiel, no entanto, à memória de Charcot, abrangeu na designação geral de «pithiaticos» (ou seja o desenvolvimento mórbido pela persuasão) os vários fenómenos funcionais, agrupados anteriormente dentro da designação geral de «histeria». Por sua vez, o professor Choffard, num artigo sensacional da *Presse Médicale* (17 de Janeiro de 1912), depois de confessar que, em tempos de Charcot, se verificara «*une grande époque de l'hystérie*», observa: «*Et maintenant? Par un singulier changement à vue, il n'y a presque plus d'hystérie dans nos services, pas plus chez les femmes que chez les hommes; et, pour une part, je crois bien qu'il y a plus de dix ans que je n'en ai observé un cas serieux dans mes salles.*»

Porque? «*C'est que depuis Charcot nos idées se sont profondement modifiées en grande partie par le fait de la critique objective, à laquelle M. Babinscki a soumis la doctrine de l'hystérie. Ces hystériques si nombreux, si demonstratifs, si typiques, c'est nous médecins qui par nos méthodes imprudentes d'examen, en faisions la culture artificielle et intensive. Aujourd'hui que nous sommes avertis*», — remata o prof. Choffard —, «*l'hystérie a à peu prés disparu de notre clinique hospitaliére, pour se réduire à un substractum mental, sur le lequel l'avis de plus compétents que moi est encore trés partagée.*» Em face disto, que concluir? Além do evidente desastre em que ruìdosamente desabaram as teorias de Charcot, o cuidado que é preciso pôr em tudo quanto envolva a aplicação exagerada duma

doutrina ou dum determinado princípio, sobretudo, no terreno das hipóteses reputadas de « scientíficas ». Ora o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, submetido com exagerada passividade às reminiscências da Salpêtrière, não cultivando nem produzindo « histéricos » nos seus serviços do Instituto de Medicina Legal, meteu-se a descobrí-los, ou, talvez melhor, a inventá-los nos domínios da história. De resto, a intervenção do critério clínico na história é apreciado nestes termos por um dos amadores do género, o dr. G. J. Witkowski, no seu *Comme moururent les rois de France:* —*« A l'aide des renseignements fournis par les médecins du temps; à l'aide des autopsies incomplétes, telles qu'on les pratiquait alors, à l'aide des traitements plus au moins fantaisistes auxquels les malades étaient soumis, vouloir établir un diagnostic precis est une prétention outre-cuidante ».*

Claro que no caso encarado por Witkowski se pondera ùnicamente o « óbito », contando-se, para juízo póstumo, com os elementos fornecidos pelos relatos oficiais do tempo: autópsias, tratamento médico, etc. Mesmo assim, Witkowski considera a medicina histórica uma sciência conjectural. ¿Como a consideraremos nós, na gorda monografia do sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, que, para se autenticar de estudo sério, se acolhe à seguinte epígrafe, extractada de Pinheiro Chagas: — « ... *D. Fernando punha nos lábios a taça das torpezas que essa risonha Circe lhe mostra e obedecia ébrio de amor e de voluptuosidade aos seus mínimos caprichos* » ?

Sem nos acastelarmos numa exigência pedantesca, a « medicina histórica », como a entende e justifica o sr. Asdrúbal de Aguiar, não passa, — insistimos —, duma dupla e conjunta desnaturação da história e da medicina. Começa logo que o A., em vez de refundir por completo os lugares-comuns correntes acêrca de D. Fernando e D. Leonor Teles, na sua sistemática preocupação do « mórbido », do « patológico », só se empenha em aproveitá-los e autenticá-los, porque êste doutor, dispendendo pròdigamente a linguagem baroca dos doutores (já o helenista Emile Egger se queixava da ênfase com que a medicina inventa e distribúi vocábulos da variada origem grega, criando, com isso, verdadeiros barbarismos), no fundo, o que se afirma é um ultra-romântico, seduzido pelas piores e mais enredadas situações folhetinescas. Mas testemunhemos, para que não nos julguem difamando por gôsto ou tecendo gracejos inadmissíveis!

Para abonar as suas constatações, recorre o dr. Asdrúbal de Aguiar a Alexandre Herculano na narrativa *Arrhas por foro de Espanha.* Quem está no potro dos réus é D. Leonor Teles. Escreve o A.: — « Alexandre Herculano viu claramente o grau de ferocidade desta mulher. Definiu-a bem nas seguintes palavras que põe na sua própria bôca a dirigí-las ao rei:

BIBLIOGRAFIA

— « Fernando... o povo, ou se rege com a espada de cavaleiro, ou êle vem colocar a azevan do peão sobre o trono real. *As febres populares curam-se com banhos de sangue* ».

O sublinhado é do sr. Asdrúbal de Aguiar. Com êle procura justificar o seu veredicto acêrca da « ferocidade » de Leonor Teles, sem lhe ocorrer sequer que « literatura » não é « sciência » e que Alexandre Herculano compunha uma novela, com tôdas as licenças do convencionalismo romântico, — e não redigia um capítulo de história, por certo discutível. A maneira como duma frase de evidente composição literária o A. extrái conclusões positivas faz-me recordar o que sucedeu, a propósito de Verlaine, com Max-Nordau, de quem Huysmans satirizava : «*Ce médicastre allemand c'est un monomane de la folie*».

Jules Lemaitre discreteava de Verlaine e da alta impressionabilidade lírica do poeta com a leveza da sua prosa alada. « *Cet enfant a une musique dans l'âme, et à certains jours, il entend des voix que nul avant lui avait entendu...* » Pois Max-Nordau toma à letra a expressão figurada de Lemaitre e assegura do autor da *Sagesse* que êle tinha alucinações místicas como Santa Joana d'Arc! Corremos quási o perigo da anedota se reproduzir com o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, pela facilidade que denuncia na utilização de dados, à primeira vista refutáveis, se não totalmente desprezíveis.

Sucede, demais a mais, que o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar se inclina a qualificar a « consangüinidade » como causa bastante de degenerescência. Mas desde André Sanson, na sua *Hérédité normale et pathologique*, ao dr. Apert, na sua recente *Hérédité morbide*, tratadistas autorizadíssimos demonstram-nos que a « consangüinidade » só é geradora de degenerescência, quando se verifica e repete em famílias já tocadas de taras graves. O dr. Apert invoca até as alianças freqüentes dos Darwin e dos Galton, — alianças que, durante cinco gerações, se ilustraram com produtos ennobrecidos por predicados invulgares. Outro tanto acontece, dum modo geral e segundo os trabalhos do heredologista Frederic Adams Woods *(Mental and Moral Heredity in Royalty)*, com as estirpes reais europeias.

Abandona-se o A. igualmente aos piores excessos das doutrinas sôbre a hereditariedade. Evidentemente que ela actua, — e actua com incalculável poder. Mas Léon Daudet repara agudamente que a hereditariedade é sempre modificada pela parte não *hereditária* da nossa personalidade. Admitindo mesmo que é mínima ou nula essa parte, não há, num indivíduo ou numa família, apenas uma ancestralidade, — inclusivé nas linhagens

consangüíneas. Sabe-se lá, portanto, que influência genealógica se realiza?! Perante a fatalidade cerrada do determinismo atávico, com tanto olimpismo professado das cátedras aos compêndios, como calha bem um outro reparo, não menos agudo, da pena de Daudet. Ei-lo: — « *L'homme asservi dans sa lignée, l'humanité libre et indefiniment ascendent, telle etait l'antinomie sur lequelle vécurent les deux générations de 1870 et 1900.* »

Padecendo de tão patentes bastardias scientíficas, o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar deforma com elas o campo da história, — e é natural que reincida. Sejamos inexoráveis, pois! Na destrinça dos temperamentos de D. Fernando e de D. Leonor Teles, desliga-os arbitràriamente da época em que viveram, — época agitada de transição, agitado final do século XIV, que marca nas sociedades ocidentais uma profunda e desorganizadora crise. Então se inicia a decomposição de que sofremos hoje as derradeiras conseqüências. Nem D. Fernando, nas suas hesitações, nem D. Leonor Teles, na sua ambição desenvolta, são florações pessoais e esporádicas, de forma a catalogarem-se de « patológicas ». O sr. dr. Asdrúbal de Aguiar esquece-se do « meio ». E porque se esquece do « meio », a-pesar-de no-lo pintar em estilo luarento e peganhoso, comete, embora sinceramente, uma falsificação de personagens e de caracteres, de efeito seguro em públicos gulosos de sensações fortes ou imprevistas.

Se o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar olhasse para a Castela contemporânea, veria fratricídios e felonias, como no Portugal fernandino. Se transpusesse os Perineus, depararia com espectáculos semelhantes. E, no entanto, D. Fernando não é só o « fraco », o « volúvel », que nos descreve! Muitas das suas volubilidades foram actos propositados de política. O que êle procurava era evitar a consolidação do bloco castelhano. No seu *Doutor Minerva*, o dr. Manuel Bento de Sousa (um médico que não praticava diagnósticos retrospectivos!) coloca D. Fernando no seu perfeito significado. Não se trata dum irresponsável! As suas medidas de fomento estabilizaram econòmicamente a pátria. Sem êle, a expansão marítima não se inauguraria com tanta felicidade no reinado seguinte. E, sinal de que D. Fernando possuia uma *consciência*, é a sua nobre confissão à hora da morte: — « *Tudo isso creio* (os dogmas da fé) *como fiel christão, e creio mais que Ele* (Deus) *me deu estes reinos para os manter em direito e justiça, e eu, por meus pecados, o fiz de tal guisa que lhe darei d'elles mui mau conto.* »

Quanto a D. Leonor Teles, é conveniente considerar que só a conhecemos através do partido que a venceu e envolta numa lenda que sentimentalmente a ennegrece. Não lhe chama Pinheiro Chagas « Circe »?

¿E não se compraz o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar em lhe perfilhar a designação? Registemos, porém, que, pedindo-lhe a mão o mestre de Avis, Leonor Teles rejeitou-lhe com energia a proposta, não sendo, afinal, tão odiada como se quere, pois o mestre de Avis aventurou-se a êsse passo por conselho dos seus partidários. Avivemos também na nossa memória o episódio narrado por Fernão Lopes, quando, vencida a nossa frota pela armada de Castela, a triste nova se espalhou na côrte. Amachucado o rei com o desastre, eis como a rainha lhe falou: — « *Por que vos anojaes assi, senhor, por a perda da vossa frota, e como outras novas esperavees vos della, se nom estas que vos veherom? Digo-vos, senhor, que nunca eu outras novas esperei della em minha voomtade, salvo estas que agora ouço; porque como eu vj que vos mandavees trazer os baraços cheos de lavradores e de mesteiraes, e os mandavees meter em ellas, com outros agravos que fazïees ao poboo, sempre eu cuidei em minha vomtade, que tal mamdado vos avija de vijnir della como vos veo.* » ¿Onde está então, sr. dr. Asdrúbal de Aguiar, o vampiro que curava «com banhos de sangue as febres populares»?

Não contente com o que a sua imaginação houve de interpretar como estigmas morais, o A. socorre-se da prova iconográfica, para chamar a juízo as características somáticas de D. Fernando. Utiliza o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar as moedas fernandinas. Conquanto reconheça a debilidade do documento, não se esquiva o autor em questão a proclamar a importância que uma melhor prova iconográfica traduziria para a determinação dos caracteres físicos, normais e anormais, do rei D. Fernando I. Ainda aqui o sr. dr. Asdrúbal de Aguiar sacrifica demasiadamente a uma miragem da sua especialização profissional. E para lho certificarmos, basta lançarmos mão do famigerado prognatismo dos Habsburgos. No seu abundante volume *L'herédité des stigmates de dégénerescence et les familles souveraines*, o dr. V. Galippe classifica o prognatismo da casa de Áustria como um sinal evidente e insofismável de degenerescência. Prefaciando-lhe o livro, Henri Bouchot restringe um pouco a generalização do dr. V. Galippe: — « *Le prognathe peut être idiot comme il peut être également Laurent de Médicis, Charles Quint ou Louis XIV* ». Já se não conforma com a lição do dr. Galippe o dr. Apert. Na citada *Hérédité morbide*, assim se pronuncia: — « ... *je veux parler du prognathisme du maxillaire inferieur, conformation vicieuse qui à fait l'object d'un très interessant livre de M. Galippe. M. Galippe a etudié sa transmission dans les familles souveraines; il montre qu'elle apparait dans la maison de Bourgogne des Charles le Téméraire, qu'elle se trans-*

met dans la maison d'Autriche et dans la maison de France, et que, entretenus par les mariages consanguins répétés, elle se fixe dans toutes les maisons souveraines catholiques. Voici donc une conformation qui se transmet depuis six cents ans, dans un groupe de familles de même souche et s'unissant constatement entre elles. Eh bien! je dis que c'est lá un caractère de race et non un stigmat de dégénérescence, le stigmat de dégénérescence c'est ce qui écarte le sujet du type normal dans son éspece, dans sa race, dans sa famille; telles sont les modifications que provoquent dans le type familial l'heredosyphilis, l'heredoalcoolisme, et toutes les souffrances des parents; ici c'est le contraire; ce qui caractérise cette conformation spéciale, c'est sa grande tendance à se reproduire identique à elle-même para l'herédité.»

Para uns, estigma de degenerescência, para outros, característica morfológica, transmitindo-se hereditàriamente como um sêlo de raça, o prognatismo dos Habsburgos oferece-nos motivo de sobejo para nos sorrirmos da imponência catedrática com que um dr. Galippe se arroga o direito de intervir clìnicamente na apreciação de determinadas figuras históricas. E já agora não deixaremos de nos referir a outra questão ligada a um dos Áustrias mais representativos, Carlos V, a fim de que se meça bem o insubsistente e o oscilante de tais divagações. Fundando-se em que todos os retratos de Carlos V o mostram de bôca entreaberta, um médico dinamarquês, dr. Wilhelm Meyer, autor ilustre dos primeiros trabalhos sôbre vegetações adenóides, sustenta que a abertura permanente da bôca do Imperador e a pouca nitidez da sua articulação, pois Carlos V exprimia-se defeituosamente, eram independentes do seu prognatismo inferior e tinham por causa a existência de vegetações adenóides. O dr. Potiquet, sem discordar inteiramente do dr. Wilhelm Meyer, objecta que a abertura permanente da bôca em Carlos V pode ser devida ainda à estreiteza anormal das fossas nasais e da faringe superior, ou a um desvio excessivo da membrana nasal, ou a polipos, ou mesmo a uma coriza hipertrófica. E etc., etc., etc. Em que assentamos, afinal?

Do exposto resulta transparente a fragilidade congénita de estudos como o do sr. dr. Asdrúbal de Aguiar. Sujeitos incondicionalmente a teorias de passageiro domínio, tomam o «relativo» por «absoluto», dando lugar àquelas hipóteses de «tipo scientífico», mas não «scientíficas», de que nos fala Paul Bourget no seu prefácio aos *Limites de la biologie*, do dr. Grasset. Com os seus *Rougon-Macquart*, pensou Emile Zola em criar o «romance scientífico», transpondo para o terreno da literatura as ideas do dr. Prosper Lucas na sua *Psychologie de l'hérédité naturelle*. O que é êsse romance scientífico, o dr. Henri Martineau no-lo conta no seu *Le roman scientifique*

de Émile Zola. Os personagens, enfabulados à mercê do puro determinismo atávico, em lugar de servirem a realidade, servem os preconceitos do escritor. Se isto acontece no campo literário, em que a imaginação dispõe de extensas disponibilidades, nós calculamos o que acontecerá na história, com a invasão do critério clínico! Augusto Comte já nos prevenia contra «a disposição constante dos biólogos para conceberem a sciência social como um corolário ou apêndice da sua». E apontando a desordem que daí derivaria, anunciava-nos a inevitável desorganização dos estudos superiores. O perigo que, indubitàvelmente, a alta cultura corre com tais incursões não «scientíficas», mas de «tipo scientífico», descobre-se-nos com tôda a amplitude no «estudo médico-psicológico» do sr. dr. Asdrúbal de Aguiar.

Fazemos votos para que o abalisado professor não se desrespeitabilize em novos cometimentos. E lamentando de-veras que nos obrigasse a ser tão duros com a sua refolhuda monografia, o nosso intuito foi apenas salientar o abuso sofrido pela história em nome da medicina e a entorse imposta à medicina em nome da história.

ANTÓNIO SARDINHA.

P. S. — Nos próximos números, além da conclusão do nosso estudo sôbre *La musica de las Cantigas*, ocupar-nos-emos dos *Estudos históricos e económicos*, de Alberto Sampaio.

A. S.

PORTUGAL E O HISTORIADOR OLIVEIRA LIMA.

O SR. dr. Manuel de Oliveira Lima, eminente académico e diplomata brasileiro, antigo aluno do nosso Curso Superior de Letras, antigo professor da cadeira de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Lisboa, sócio-correspondente da nossa Academia das Sciências, conhecedor da actual situação de Portugal, cujo hóspede foi, ainda há pouco, durante meses — publicou em *La Prensa*, importantíssimo diário de Buenos Aires, com data de Janeiro último, um artigo muito interessante, escrito em Washington, e intitulado *Alianza luso-brasileña.*

Nesse artigo diz o sr. Oliveira Lima que «Portugal, desde el punto de vista internacional, no pasa de una *quantité négligeable*»; acha que «Portugal no podria vivir sin depender de Inglaterra»; considera que «el entendimiento

angloamericano puede llegar un dia a ser tan íntimo que Inglaterra (!) ceda a los Estados Unidos el archipiélago de las Azores»; afirma que nós os Portugueses desejaríamos ver estender-se à América do Sul, por parte do Brasil, «la antigua antipatia portuguesa por España»; pregunta se o Brasil será ainda «português» dentro de um século e responde que êle já «aspira a tener lengua propia como tiene individualidad propia»; ás nossas instituições actuais chama «una república tan desgobernada como la portuguesa»; depreciando o valor que poderia ter para o Brasil uma aliança connosco, entende que «el pobre Portugal no podria oferecer apoyo alguno eficaz. Dinero no tiene. ¿Una expedición militar y naval? ¿Con qué elementos?»; acha louvável que as repúblicas hispano-americanas procurem aproximar-se da mãe pátria, porque elas receiam sempre a absorpção saxónica e tiveram sempre carinho pela cultura espanhola; mas entende que «el Brasil nunca mostró un cariño igual por Portugal», etc., etc.

Portugueses esquentados e ingénuos levarão muito a mal ao sr. Oliveira Lima êste desprêzo que o nosso país lhe merece e que, para mais ainda, se mistura com alguma injustiça e alguma calúnia. Portugueses serenos preferirão continuar a trabalhar serenamente para serem bons portugueses, indiferentes à opinião desprimorosa que de Portugal forme um estrangeiro como êste, que o não seria tanto se se tivesse mantido brasileiro, mas que está no seu pleno direito de olhar para nós através de um microscópio ou telescópio norte-americano.

Escrevendo de Washington, onde reside e a cuja universidade católica doou tôda a sua esplêndida biblioteca de quarenta mil volumes, baseou o sr. Oliveira Lima as suas considerações de alta política internacional sôbre um artigo de ocasião, publicado num jornal partidário de Lisboa e escrito por um chefe político. Fraca base para assentar estudos sôbre assunto tão elevado e geral, tanto mais que algumas opiniões ou expressões infelizes, puramente individuais, do jornalista e político lisbonense, serviram para deturpar e amesquinhar um pensamento que tem grandeza e amplitude, e não pode ser encarado com vantagem à efémera luz da actualidade.

«Música do futuro» pode até chamar-se a essa idea da confederação luso-brasileira, que aliás tem um passado mais longo do que parece supor o sr. Oliveira Lima e possui até tratadistas mais dignos de consulta, pela serenidade com que versaram o assunto e pelo tempo que têm gasto a estudá-lo, do que pode ser o jornal monarquista lisbonense *Correio da Manhã* e o seu inspirador conselheiro Aires de Ornelas, única «autoridade» que o historiador brasileiro segue e transcreve no seu ensaio de Janeiro último. Um dêsses tratadistas é o português dr. Bettencourt Rodrigues, da

Academia das Sciências de Lisboa e do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, Brasil, autor de um livro recente, intitulado «*Prováveis alianças e agrupamentos de nações: Uma confederação Luso-Brasileira*». Nesse livro, e não no rápido e curto artigo de fundo do sr. Aires de Ornelas, podia o sr. Oliveira Lima ter estudado a história de semelhante idea e os seus fundamentos e directrizes. E como tem vivido muito tempo fora do Brasil, aí aprenderia também, adquirindo êsse livro para dêle fazer o 40.001.º da biblioteca dada a Washington, que o plano de tal confederação tem sido e está sendo defendido no Brasil por brasileiros de alguma consideração, como Sílvio Romero, Graça Aranha, Domício da Gama, Medeiros e Albuquerque, Pinto da Rocha, Spencer Vampré, Alberto Seabra, Noé de Azevedo, Elísio de Carvalho — não esquecendo que o próprio «patriarca da independência brasileira», José Bonifácio, não queria a princípio a separação completa da Metrópole, e, pelo contrário, ardentemente desejava e defendia um dualismo luso-brasileiro.

Mas a história desta concepção política vai mais longe ainda, como nos mostra o sr. Bettencourt Rodrigues. Um grande diplomata português, D. Luís da Cunha (1662-1749) adivinhou, com mais de meio século de antecedência, o estabelecimento da côrte portuguesa no Brasil, hipótese que posteriormente havia de realizar-se, quando Napoleão invadiu Portugal. Um século antes da independência do Brasil já D. Luís da Cunha considerava Portugal e Brasil *como duas nações*, já no seu espírito germinara a idea de uma grande Federação, a que chamou «Sociedade da República Universal», cujo núcleo seriam Portugal e Brasil, e que era uma espécie de Sociedade das Nações *avant la lettre*. O rei português iria para o Brasil com parte da nobreza, deixando em Portugal um vice-rei; e (diz D. Luís da Cunha na sua «Carta de Guia do estadista português») «a parte da nobreza que se estabelecesse no Brasil seria caução da fidelidade da que ficasse em Portugal; além de que, quando bem não subsistisse a simpatia entre *as duas nações*, sempre os interêsses do comércio fariam a união dos dois domínios portugueses, ainda que separados por tão vastos mares». É claro que os interêsses do comércio, num tempo em que Portugal nem sequer começara ainda a exploração agrícola dos seus domínios africanos, tinham aspecto muito diverso do actual.

Mas já antes de D. Luís da Cunha, o nosso rei D. João IV (1604-1656) formulara claramente a mesma idea, dizendo que, se possuísse só o Brasil, com o Reino de Angola, as praças de África, os Açores e Cabo Verde, juntos êstes Estados com Portugal, «não trocaria a sua condição pela de nenhum outro príncipe da Europa.»

É, pois, bem antigo êsse pensamento de uma confederação luso-brasileira, e baseia-se na história, na geografia, no sangue e na língua. As bases são sólidas, portanto. Vejamos agora se são plausíveis, ou loucos, ou agressivos, ou defensivos, os seus intuitos e tendências. Para vermos isso, vamos mostrar que a idea, além de antiga, é actual; que os reis e estadistas portugueses de outros tempos são meros precursores, embora parciais, de reis e estadistas de hoje, como Afonso XIII e Mussolini.

Quando as repúblicas hispânicas de além-Atlântico pensam em «reforzar su hispanismo» (como diz o sr. Oliveira Lima) ¿são loucas e agressivas? Quando a Espanha procura aproximar-se das nações americanas suas descendentes, ¿é louca e agressiva? ¿Foi louco e agressivo Mussolini, quando nos recentes discursos de Roma preconizou a «união fraterna dos povos que descendem da Roma imortal» e aludiu às vantagens da «cordialidade italo-hispânica na América»? ¿Foi louco e agressivo Afonso XIII, falando ao Papa como se fôsse, não apenas rei de Espanha, mas uma espécie de Califa da América do Sul e formulando o desejo de que, «unidos los españoles todos, los de allende y los de aquende el Océano, la raza hispano-americana llegue al cenit de la grandeza que en el mundo le corresponde»?

Se o sr. Oliveira Lima não considera loucas nem agressivas estas ideas de união latina ou ibero-italo-americana, ¿que dúvida pode opor a que Portugal e Brasil entrem nela? ¿e que vantagens vê em que fiquem de fora? Êle próprio diz que um dos princípios cardiais da política externa de Portugal é a «suspicácia com respecto a España», sentimento histórico proveniente da desigualdade perigosa e estéril em que sempre Portugal se encontrou na Península. Para evitar que essa desigualdade perdure e se transfira para a América é que exactamente convém que o Brasil e Portugal entrem aliados na mais larga aliança hispano-americana. E é nesse sentido que falam os propugnadores da confederação luso-brasileira, como pode lêr-se, por exemplo, a pág. 213 do livro do sr. Bettencourt Rodrigues: «E uma vez realizada a confederação luso-brasileira, e entre esta, a Espanha e as repúblicas espanholas da América, estabelecida depois uma aliança, como a que já se pressente entre essas mesmas repúblicas e a sua antiga metrópole, assim acabaria por se constituir um novo e grande bloco — o bloco luso-hispano-americano, destinado a ser talvez o centro de aglutinação de tôda a latinidade».

A esta luz dos prováveis agrupamentos futuros, latinos e não latinos, hispânicos ou não hispânicos, é que é preciso ver e discutir o problema, *que só para isso está pôsto.* O sr. Oliveira Lima, residente em Washington, só vê o Portugal de hoje e o Brasil de hoje; mas prevê que «el

entendimiento anglo americano puede llegar un dia a ser tan intimo que Inglaterra ceda (!) a los Estados Unidos el archipiélago de las Azores, que los norteamericanos consideran esencial para su defensa, como consideraban Cuba y Panamá ». Seria talvez menos interessante para nós que o lêmos, mas com certeza mais lógico para êle que escreve — que o sr. Oliveira Lima previsse não só o que convém à América do Norte, mas também e sobretudo o que convém à do Sul. ¿Convém a esta que os Estados-Unidos se aliem intimamente com a Gran-Bretanha? ¿E que juntos os dois colossos, repartam entre si as colónias insulares e continentais, portuguesas, do Atlântico? ¿E que a Espanha, e Portugal, e o Brasil, e as repúblicas hispânicas da América assistam paradas, inertes e divididas a êsse total açambarcamento do Atlântico, transformado assim num grande lago saxão?

Eu creio que não, e como eu pensa muito boa gente, em Portugal, no Brasil, na Espanha, na Argentina e em tôda a América do Sul. E é tão lícito, e tão natural a êsses latinos e íbero-americanos pensarem em unir-se pela comunidade da origem e do sangue, e pela semelhança da civilização e da língua, como é lícito e natural aos Bretões formarem o grande império que já têm, espalhado pelas terras e mares do mundo, e procurarem ainda ampliá-lo e reforçá-lo pelo entendimento íntimo da Gram-Bretanha com os Estados-Unidos.

Tendo vivido recentemente alguns meses em Portugal, viu o sr. Oliveira Lima de-certo como é freqüente e amigável, nos últimos tempos, e cada vez mais, o intercâmbio intelectual entre as duas nações peninsulares. Visitas e trocas de professores, congressos, excursões mútuas de estudantes e desportistas, são hoje factos quási cotidianos e que mostram como a tal « suspicácia » de Portugal perante a Espanha vai diminuindo sucessivamente. Portugal aspira a manter relações tranqüilas e confiantes com a Espanha, e sabe que conta com as simpatias dos povos hispânicos da América, os quais admiram nêle, sobretudo, o seu amor da independência. Tudo indica, aliás, que a hegemonia de Castela, herança do passado, será a pouco e pouco substituída pelo equilíbrio das diversas regiões ibéricas, fase nova de igualdade, paz e confiança recíproca, com que a intimidade luso-espanhola só poderá lucrar, germinando em grandes benefícios comuns. Igual equilíbrio para igual confiança convém que exista no grande e sonhado agrupamento íbero-americano, se êste vier algum dia a realizar-se. E, sendo assim, não se pode estranhar que os homens que acreditam na possibilidade dessa grande aliança inter-continental de nações, e a desejam ou com ela sonham, pretendam que o

Brasil e Portugal entrem nela, e entrem juntos e unidos. ¿ Que inconveniente haveria, se assim fôsse, ou, invertendo os termos, que vantagem colheriam Portugal ou Brasil, de ficarem ambos fora dessa enorme constelação íbero-americana, ou de aceitá-la um só, e outro não ?

É evidente que só o interêsse comum une os homens e as nações; mas o sr. Oliveira Lima contradiz-se inocentemente, quando afirma que Portugal não poderia oferecer ao Brasil apoio algum eficaz, tendo confessado pouco antes que a primeira destas nações « possui colónias cobiçadas e pontos estratégicos atlânticos, com os quais cortaria, se pudesse, tôdas as linhas de comunicação com as Américas do Norte e do Sul ». Tal disparate ou ilogismo resulta do êrro fundamental de ver com as côres de hoje um assunto que só interessa ao Brasil de amanhã. Um Brasil de duzentos ou trezentos milhões de habitantes, com um comércio intenso e espalhado, não poderá existir, nem pode conceber-se, sem a plena liberdade e a inteira segurança dos mares. E a êsse Brasil futuro não será de-certo indiferente, como é hoje ao brasileiro sr. Oliveira Lima, residente em Washington, que Portugal possa ou não possa cortar-lhe as linhas de comunicação atlântica, e que os pontos estratégicos, por nós possuídos agora, pertençam amanhã a inimigos ou a aliados. O mundo dá muita volta; o sonho de um dia é a realidade do seguinte; a poesia do presente transforma-se no futuro em vida, acção e energia. E a visão dos diplomatas verdadeiros, dos bons sociólogos e dos filósofos de candeia bem acesa rompe as trevas da noite de hoje e através delas descortina as auroras ou crepúsculos de amanhã. Simples jornalistas, polemistas fugazes ou cronistas da efeméride, podem rir-se daqueles; mas nem com isso se curam da sua pobre miopia.

Fora do seu assunto mais importante, as observações que estamos comentando encerram alguns desprimores para Portugal. Diz-se aí que o meu país é internacionalmente uma «quantité négligeable» e uma nação «dependente», «que não poderia viver sem a Inglaterra». A esta soberbia de imperador de Áustria póde responder-se que os imperadores de Áustria morreram todos; que um dêles considerou a Sérvia «quantité» imensamente «négligeable», e com isso deitou fogo ao mundo imenso, queimando no incêndio a sua própria e grande Casa de Áustria; que a Áustria é agora mais pequena do que a Sérvia de há dez anos; e que os reis da Sérvia ainda duram e governam hoje um território que tem quási três tantos do tamanho da Sérvia antiga e da Áustria actual (248.000 km² contra 87.000 ou 84.000 km²). O ideal dos maus diplomatas seria que tôdas as nações do mundo, incluindo a sua, pudessem reduzir-se a quan-

tidades desprezíveis, deixando-lhes tempo e tranqüilidade para fazerem com cuidado as importantes contas do *bridge*. Nisto, principalmente, se distingue a diplomacia da matemática. E são sempre as «quantidades desprezíveis» quem se encarrega de desmascarar os maus diplomatas, pondo em relêvo (demasiado tarde) a desprezível qualidade dêles.

Comentadores azedos e hostis encontrarão fàcilmente, na complicada relatividade de circunstâncias e factos, maneira de chamar «dependentes» a 99 por cento dos Estados que compõem o orbe. Quási todos são aliados de outros, e portanto dependentes mútuos. Alguns, dos maiores e mais orgulhosos, como a Inglaterra e a França, não puderam, ainda há pouco, libertar-se sòzinhos do assalto alemão. A independência da Bélgica, que era ontem uma esmola da Europa, aniquilar-se-ia amanhã, sem remédio, por um simples contrato entre a França e a Inglaterra. E, no caso de Portugal, é certo que êste país depende da Inglaterra para se precaver do perigo espanhol, aliás cada vez mais hipotético; mas tal dependência basea-se no poderio naval britânico, e êsse, por sua vez, depende de Lisboa, de Lagos, da Madeira, dos Açores, de Cabo Verde, que são portuguesas e que Portugal podia, se lhe desse na gana, vender ou dar amanhã ao Japão, à Rússia, aos Estados-Unidos, à Alemanha ou à Argentina. Dirá talvez um comentador azêdo e hostil que a Inglaterra não consentiria em tal doação ou venda; e então replicarei que, nesse caso, é o mundo inteiro que está na dependência britânica e que Portugal não tem que envergonhar-se de ser «escravo» em tão ilustre e numerosa companhia.

Aliás o que há de admirável, no passado e no presente de Portugal, é o saldo positivo enorme de independência com que êle fecha as suas contas históricas, fenómeno que não pode deixar de comover qualquer historiador serêno e de alma bem formada. Passaram quási oito séculos desde que o pequeno condado portucalense arvorou a sua soberania e, salvo poucos infinitésimos de oscilação fronteiriça, o território continental português é hoje exactamente o mesmo que Afonso III acabou de conquistar aos Mouros do Algarve. ¿ Que outra nação da Europa, grande ou pequena, pode gabar-se de maior coesão e fixidez ? Incorporados em 1580, por enredos cortesãos e dinásticos, à Espanha, absorvente vizinho quatro vezes maior e mais poderoso que nós, readquirimos pelas armas, meio século depois, conservando-a até hoje, a nossa liberdade e, com ela, as colónias que não perdêramos como dependência da Espanha, incluso o Brasil, que foi preciso arrancar aos Holandeses. ¿ Que outro exemplo pode citar-se na História, de maior êxito com tão pequenos recursos ? ¿ Que explicação melhor para tal êxito do que um entranhado amor da independência ? ¿ Que

outra nação, nas nossas circunstâncias geográficas e na relatividade das mútuas dependências internacionais, poderia aspirar a maior independência que a que temos ?...

Portugal, em oito séculos de existência, salvo o hiato de 1580 a 1640, tem sido sempre governado por portugueses, embora pèssimamente, de vez em quando. « Portugal (disse eu algures) tem sido mau patrão de si próprio, mas péssimo criado dos outros. Portugal tem sete fôlegos, como os gatos, e cai, como êles, sempre em pé. Portugal aprendeu a reconstruir-se na escola prática do Terremoto. Portugal fala português, que é uma das três únicas línguas europeias que conseguiram reboar ao longe, e que nenhuma fôrça humana já pode fazer calar. Portugal sabe sofrer, mas não sabe morrer. »

Por tudo isto se orgulha da sua origem lusitana o verdadeiro Brasil, que não é o falso Brasil de quem o sr. Oliveira Lima afirma que « nunca mostrou por Portugal carinho igual ao que as repúblicas espanholas consagram à mãe-pátria ». Se isto fôsse verdade, se êste falso Brasil existisse, fora e além da leviana afirmação transcrita, a vergonha seria para êle, e não para nós. A verdade porém — verdade muito mais honrosa para o verdadeiro Brasil — é que Portugal *vive* muito mais no espírito dos Brasileiros do que a Espanha no dos países seus descendentes.

Outra verdade, que todo o cidadão argentino pode confirmar ao sr. Oliveira Lima, é que Portugal tende, auxiliado por diplomatas inteligentes e prestimosos, a estreitar cada vez mais as suas amistosas relações com a culta e progressiva República do Prata e as outras florescentes nações suas irmãs. Fantasia inofensiva, embora algo estupefaciente, é pois essa de dizer que «los portugueses desearían ver extenderse por parte de su vástago americano a las naciones de raza española del continente la antigua antipatía portuguesa por España.» Se a algum país conviesse ver a América do Sul dilacerar-se em lutas continentais, não seria de-certo a Portugal, que nada lucraria com isso, como poderiam lucrar, por exemplo, os Estados-Unidos. Fantasia inofensiva, pela sua própria enormidade, sem embargo da escolha quási feroz de um jornal argentino para se ir dizer que os Portugueses desejam atirar o Brasil contra a Argentina.

Não faltarão de-certo bons Portugueses para concordar com o sr. Oliveira Lima que a nossa república é «tan desgobernada» como êle afirma. Êsses mesmos sabem, porém, que o Portugal de hoje não é a única república desgovernada dêste vasto e triste mundo; sabem que os anos são, em história, menos do que minutos, e que «de hora em hora, Deus melhora»; sabem que o desgovêrno de meia dúzia não é bastante virulento para destruir as qualidades intrínsecas de um povo de milhões de criaturas, que deu em oito séculos e continua a dar, hoje em dia, provas seguras da sua vitalidade e excelência individual, social e humana.

Também não faltarão com certeza bons Brasileiros para sorrir da afirmação que faz o sr. Oliveira Lima, de que «o Brasil aspira a ter língua própria». ¿Qual Brasil? O de Bilac e Euclides da Cunha? O de Machado de Assis e Coelho Neto? O de Alberto de Oliveira e Mário Barreto? O Brasil de Joaquim Nabuco e Rui Barbosa? ¿Ou um outro que o sr. Oliveira Lima inventou à pressa e não pode povoar senão com duas dúzias de doidos lúcidos e de imbecis irresponsáveis?

Esteja certo o eminente escritor brasileiro de que o Brasil «será, dentro de un siglo, português como lo es todavia hoy». Para isso tem contribuído o próprio sr. Oliveira Lima, com o seu grande talento, o seu trabalho glorioso e o seu irremediável lusitanismo; para isso, e muito mais para além de um século, continuarão a contribuir as qualidades, directas ou herdadas, do povo que fêz e conservou o Brasil «português» contra Índios, Negros, Holandeses, Franceses, Ingleses, Espanhóis, Italianos, Alemães, Polacos, Sírios, e *tutti quanti*. Pelo sistema ou pelo caos, por vontade ou sem ela, aos trambolhões ou firmemente, com a inteligência ou com o instinto — o velho milagre continua, e não há volta a dar-lhe.

AGOSTINHO DE CAMPOS.

LVSITANIA E OS POLÍTICOS

Verificamos que nos acolhem as nossas críticas com exageros de nervosismo. Nunca nos passou pela idea que os nossos autores se agoniassem tanto com as conseqüências naturais da sua decisão de publicar: serem apreciados pelo leitor. Não se é forçado a assoalhar a prosa, e quem vende aos outros, em forma de livro, o fino mel do seu pensar, *ipso facto* submete a obra à degustação de quem a lê. Quem não quere ver crítica, — fique inédito.

Leiam, por favor, as revistas francesas actuais, e verão ali os *próprios autores* a suplicar críticas *severas*, que peneirem o bom do que não presta, e sejam auxílio a quem escreve para aperfeiçoar a sua obra. O inimigo do autor não é o crítico: é o triunfo muito fácil.

Leia-se, a pág. 359-60 dêste fascículo, o que diz Aubrey Bell sôbre a falta de crítica em Portugal e a má influência que tal falta exerce na literatura portuguesa. *LUSITANIA* quereria que a lacuna se preenchesse, e nesse sentido trabalha pela sua parte o melhor que pode, por sincera devoção cívica e com serêna coragem cívica. Que a vaidade dos autores criticados rabie e estrebuche ridiculamente, nem nos aflige, nem

nos fará cair em tentação de polémica com descompostura à antiga portuguesa, ou piada à moderna. Não estamos aqui para ganhar dinheiro com espectáculos e escândalos, mas antes para gastar esfôrço e trabalho em benefício da cultura e da educação nacional.

Compreendemos perfeitamente que os jornais políticos nos não compreendam a nós. Os jornais políticos, em geral, só se entendem uns aos outros — coisa fácil. Por isso respondemos ao *Mundo* de 8 de Maio último com o *Dia* de 8 e o *Correio da Manhã* de 2 de Junho um a acusar-nos de anti-republicanismo e os outros de anti-monarquismo.

Quanto ao sr. Fidelino de Figueiredo, disse um daqueles jornais que nós o atacámos aqui por ser monárquico. Nada temos com a sua política, porque não fazemos aqui política. Temos, sim, obrigação de apreciá-lo como escritor e publicista que é, e isso fizemos no segundo fascículo de *LVSITANIA*. Temos de dar-lhe bons conselhos, sempre que isso venha a propósito. E agora vem a propósito aconselhar-lhe uma pequenina emenda, para quando fizer nova impressão das suas interessantes *Caracteristicas da literatura Portuguesa*. É a pág. 16, da terceira edição revista, onde se chama ao Brasil quinhentista: FLORESTA VIRGEM POVOADA DE SELVAGENS — definição que se não coaduna bem com o conceito scientífico, já definitivamente admitido, de que a floresta virgem é aquela *onde a mão do homem nunca pôs o pé*.

Isto corrige-se fàcilmente, e afinal não tem importância de maior. O que tem importância é que, havendo muitíssimo que emendar nos livros dêsse mesmo escritor, ninguém se haja atrevido, ou a lê-los com atenção, ou a denunciar os desfalecimentos críticos que abundam na sua crítica. Um homem novo, estudioso, trabalhador como êle é, está muito a tempo de ter mais cuidado com o que publica, e merece o guiem nesse sentido. É o que fizemos, é o que continuaremos fazendo, com êle e com outros, o melhor que pudermos, e POR BEM, sem nos afligirmos com que no-lo tomem a mal.

ANTÓNIO SÉRGIO.

NUESTRA CIVILIZACIÓN Y LA PENÍNSULA IBÉRICA

LA *Historia de la colonización portuguesa del Brasil*, a la que nos hemos referido en trabajo anterior, es el esfuerzo editorial y de colaboración histórica más grande realizado hasta ahora en el vecino pueblo de Portugal para poner a la vista de los actuales brasileros los

altos ejemplos de los portugueses, sus antecesores, que descubrieron — después que los españoles — y civilizaron su país, y le defendieron más tarde de los ataques de ingleses, holandeses y franceses.

La Historia ha evolucionado conforme ha evolucionado el criterio con que hoy se estiman los valores que podemos llamar positivos para la civilización, para distinguirlos de aquellos otros que pueden denominarse negativos, nulos o destructivos. Y la evolución se ha efectuado por el cambio habido en la apreciación de los sobredichos valores, dando a cada uno de ellos más o menos importancia, conforme al influjo ejercido en la creación de los actuales valores sociales, a cuyo conjunto podemos llamar civilización. ¿Qué valor representa, por ejemplo, la última gran guerra, el sacrificio humano mayor conocido en la Historia, como elemento de civilización? Creemos que la cuestión queda aún en el terreno de las interrogaciones.

Pero si preguntamos: ¿qué valor representam los descubrimientos marítimos de españoles y portugueses en los siglos xv y xvi? La contestación es clara y evidente. La humanidad hízose dueña de los océanos y de la tierra merced a los dos pueblos ibéricos; entró el hombre, merced a aquellos hechos, en la posesión y disfrute total de su patrimonio, y puédese decir que data desde entonces la verdadera Historia universal.

Mas para que estos hechos pudiesen tener realidad fué preciso una larga preparación científica y práctica. Europa conoció la ciencia de la cosmografia merced a España. En el siglo xii, en la ciudad de Toledo, se tradujeron del árabe al latín algunas obras antiguas que trataban de la materia, como la *Gran Sintaxis*, de Ptolomeo, llamada desde entonces *Almagesto*, y las obras de Alfragano y Albategnio, y otras muchísimas.

En Europa, hasta bien entrado el siglo xvi, no se conocieron otros libros que éstos; es decir, los traducidos en Toledo, especialmente por Juan de Sevilla y Gerardo de Cremona. Se ha afirmado por altas autoridades que estos textos sólo se utilizaron hasta el siglo xv; no es cierto. En todo el siglo xv imperan Alfragano y Sacroboso. Pero el tratado de este último fué un compendio o resumen hecho, mejor que muchos del día, de las enseñanzas de Ptolomeo y Alfragano, conforme a los textos dados a conocer por la llamada escuela de traductores de Toledo. Todavía, en toda la mitad del siglo xvi, aparecen en las prensas de Alemania e Italia libros debidos a dichos traductores, así como algunos originales del gran Juan Hispalense.

Toda esta preparación precedió a los descubrimientos marítimos.

De esa preparación científica, unida a la invención de la aguja, pudieron crearse los regimientos de navegación, y de esta manera los nautas portugueses e hispanos pudieron confiadamente lanzarse a las exploraciones oceánicas, muy insuficientemente estudiadas aún...

¿No hay en todo esto grandes valores positivos de civilización? ¿No debe la Europa moderna su creación a los dos pueblos que se asientam en el extremo suoccidental del continente? ¿No tenemos la obligación de estudiar, y aquilatar, y presentar al mundo esos valores, olvidados y no atendidos en todas las historias escritas con ínfulas de presentar el cuadro de la actual civilización? ¡Y qué influencia tan grande la que ejercería en la conciencia colectiva híspana el conocimiento de todos aquellos valores, ya para la propia satisfacción y estímulo, ya como enseñanza al mundo y en especial para sus hijos de América, de lo que ha laborado por crear lo que se llama la actual civilización!

Portugal, el pequeño Portugal, lleva muchos años consagrado a esos estudios. Sería injusticia no colocar a la cabeza de los investigadores portugueses al ilustre Joaquin Bensaude, quien lleva largos años dedicado, con éxitos muy halagüeños, a rebuscar los orígenes de la ciencia cosmográfico-náutica en toda nuestra Península. El resultado de sus investigaciones puede condensarse en dos conclusiones: Portugal verificó sus descubrimientos marítimos con recursos científicos propios; Portugal estaba en los siglos xv y xvi a la cabeza de Europa en la ciencia de navegar, conclusiones perfectamente aplicables a España.

La misma labor, aunque algo más restringida por el tema, se han impuesto los colaboradores de la *Historia de la Colonización Portuguesa del Brasil*. Presentamos el brillante cuadro de sus colaboradores y el índice de materias tratadas, bajo la denominación de capítulos, que son extensos estudios. Preceden al libro unas palabras, vibrantes y llenas de unción del malogrado poeta Guerra Junqueiro, a modo de oración patriótica. Viene luego.

« Introducción », por Carlos Malheiro Dias, síntesis o estudio de conjunto de los descubrimientos oceánicos. Interésan-nos muchas de las materias de que se ocupa, como la relativa a los presentimientos de existencia de tierras ultramarinas, el radio a que alcanzaban las exploraciones oceánicas hacia el lejano Oeste, la carta de Toscanelli, el primer descubrimiento de tierras americanas y los errados conceptos de Colón sobre el alcance de su gran descubrimiento.

Capítulo primero: « La era manuelina », por Julio Dantas. Bello

y animado cuadro de la vida en Lisboa en las épocas de sus descubrimientos, de su poder y riqueza.

Capítulo II: « El arte de navegar de los portugueses desde el infante a D. Juan de Castro », por el doctor Luciano Pereira da Silva, profesor de matemáticas y mecánica celeste en la Universidad de Coimbra. Es la mejor exposición científica de los aparatos astronómicos (astrolabios y cuadrante), cuya construcción y uso se explica en los « Libros del saber de Astronomía », de nuestro Rey Sabio (Alfonso X), el monumento científico más grande de su época y de las posteriores.

Capítulo III: « Los falsos precursores de Cabral », por el profesor Duarte Leite. Niega que fuese descubierto el Brasil con anterioridad al viaje del marino portugués. Declaramos sinceramente que en nuestra opinión su tesis es falsa. Los marinos españoles visitaron antes las costas de dicho país.

Capítulo IV: « Duarte Pacheco, precursor de Cabral », por el doctor Luciano Pereira da Silva. Expone que el ilustre marino, autor del *Esmeraldo de situ orbis*, llegó en 1498 al Brasil. Y aquí termina el tomo primero.

Tomo segundo, en publicación, por entregas:

Capítulo V: « La expedición de Cabral » (1500), por el doctor Jaime Cortezo.

Capítulo VI: « De Restelo a Vera Cruz », por Henrique Lopes de Mendoça.

Capítulo VII: « La semana de Vera Cruz », por Carlos Malheiro Dias.

Entendemos que en el capítulo VIII, en prensa, se tratará de los viajes de Amérigo Vespucci, y se hará uso en él de un documento dado a conocer por una erudita e ilustre dama española, la duquesa de Berwick y de Alba, por el cual se prueba, sin lugar a dudas, la falsedad de las dos primeras de las « Cuatro navegaciones » del famoso navegante florentino.

(A. B. C. de Madrid, 22 Nov. 1923). SEGUNDO DE ISPIZUA.

EÇA DE QUEIRÓS NA RÚSSIA.

A DIRECTORA da *LVSITANIA* recebeu do sr. Gregório Lozinski, ex-lente de filologia românica na antiga Universidade de S. Petersburgo, a carta que segue, escrita em português e cuja grafia respeitamos para maior interêsse dêste documento precioso ainda pelo que nos revela do prestígio e expansão da obra de Eça de Queirós no estrangeiro:

LVSITANIA

Ex.ma Senhora:

Tomo a liberdade de enviar a V. Ex.ª dois números avulsos do periódico russo *Zweno*, editado em Paris. O primeiro contém a p. 3.ª uma breve nota sôbre o fasciculo I da *LVSITANIA*, e o segundo uma tradução quási integral do folhetim de Eça de Queirós «A Inglaterra e a França julgadas por um inglês» das *Notas Contemporâneas*.

Desde alguns anos procuro revelar aos meus patricios o génio de Eça de Queiroz e em 1919 empecei em São Petersburgo a publicação de uma colecção comentada das melhores obras do grande escritor português. Deixei a Rússia em 1921 e só depois de minha partida, em 1922 e 1923, saíram do prelo três volumes. Fôram preparados sob minha direcção, mas não pude relêr as provas antes da impressão.

O tomo I contém um estudo crítico sôbre Eça de Queirós, escrito por mim, e quatro contos: *A Ladainha de dor* (como especimen das *Prosas Bárbaras*), *As singularidades de uma rapariga loura*, *O Mandarim* e *Civilização* (traduzidos pela Snra. E. Lavrova e os srs. M. Ryndin e M. Jizmunski, lentes à Universidade de S. Petersburgo). — Tomo II, *A Reliquia* (tr. pelo sr. A. Briussov); III, *A Correspondencia de Fradique Mendes*, (traduzida pela Snra. E. Lavrova e por mim, com um estudo crítico meu) — Um quarto volume, com o *Primo Basílio* ainda não foi publicado.

Não obstante as numerosas imperfeições daquela edição, devidas não só à minha pouca competência, mas também à falta das principais obras críticas e de quási todos os opúsculos do Eça, que era impossível achar na Rússia, creio que os três volumes publicados, contendo traduções ainda inéditas no meu país, revelarão ao público russo um dos maiores e mais brilhantes escritores modernos.

É sobremaneira difícil obter em Paris livros publicados na Rússia. Mas se por considerações bibliográficas a *LVSITANIA* quisesse possuir aqueles volumes, mandá-los hei desde que receber outro exemplar de cada obra.

Desculpe o meu português barbaro e creia na profunda veneração do seu sincero admirador

GREGÓRIO LOZINSKI.

BIBLIOGRAFIA

MÚSICA

FRANCISCO DE LACERDA

AS transcrições que a seguir fazemos acêrca do maestro Francisco de Lacerda a propósito da sua recente estada em França, dispensam-nos de quaisquer comentários a factos que estão bem vivos na memória dos que amam e aspiram à nossa cultura musical e recordam o grande êxito e a dissolução da *Filarmonia de Lisboa* — a orquestra magistral que é necessário reconstituir.

Lacerda honrou mais uma vez excepcionalmente o nome de Portugal. E por amor de Portugal regressa ao seu país, sem ter acedido aos convites instantes que recebeu para de novo permanecer em França. O testemunho das transcrições que a *LVSITANIA* arquiva com grande gôsto, no-lo demonstra; tanto mais que as homenagens da crítica se dirigem — o que é assaz raro — aos talentos do artista e às qualidades do homem.

(De «LÉCHO DE LA LOIRE», 10-IV-24):

«...Competia ao sr. F. de Lacerda presidir a êste triunfo, depois de ter sido, há vinte anos já, o animador artístico da nossa cidade.

Ninguém entre nós esqueceu os concertos históricos de 1904 de que a *Schola* é hoje a magnífica irradiação.

Graças sejam dadas pois a êsse iniciador incomparável. Desejemos mesmo que êle torne a ser completamente nosso, como recentemente se discutiu no almôço oferecido em sua honra pelos seus antigos colaboradores e discípulos.

Nenhum teria mais predicados do que êle para ser o regente único — tão desejado para a *Schola* — porque nenhum é maior nem mais estimado.»

(«LE SÉMAPHORE», 19-II-24):

«O sr. Francisco de Lacerda possui dois méritos essenciais. Muito culto e conhecendo várias línguas, pôde fazer proveitosas temporadas nos grandes centros musicais estrangeiros e alargar assim o horizonte em que se imobilizam muitas vezes os mais reputados directores de orquestra parisienses. Além disto, o sr. Lacerda é um artista de temperamento vibrante e intuitivo. Sabe

tirar duma obra tôda a comoção que ela contém. O mestre F. de Lacerda profunda essa obra com uma admirável e penetrante justeza e a tradução que dela nos dá, conservando-a fiel e respeitosa ao texto, é cheia de calor e de vida. Pôde julgar-se da sua mestria profissional, pela segurança com que êle dirigiu o programa extremamente sobrecarregado e difícil.»

(«L'OUEIT-ÉCLAIR», 17-III-24):

«... quando o mestre F. de Lacerda subiu para a estante de director, saüdaram-no aplausos cordiais e depois da *Abertura de Egmont* e da *Serenata* de Mozart, acentuou-se um sucesso pessoal que foi *crescendo* para, depois do psalmo de Ropartz, tomar o carácter de uma ovação formidável que se dirigia muito claramente ao homem e não à obra. Foi mesmo extremamente curioso o intervalo entre o tributo de homenagem dedicado ao compositor e o dedicado ao *Kapellmeister*. Não havia engano possível sôbre a significação e o destino dêsse frenesi final.

É preciso não deixarmos de dizer que êste movimento admirativo teve um pouco o aspecto duma reparação. Nantes sentiu que devia ao fundador dos concertos históricos nesta cidade, ao homem que primeiro «galvanizou» as boas-vontades adormecidas e que iniciou uma era musical que não parece dever terminar tão cedo,—esta manifestação de reconhecimento. A êste respeito bem mais característica foi a atitude da orquestra. Não sòmente trabalhou com docilidade nos ensaios, sob a batuta do mestre F. de Lacerda, mas, acabado o trabalho, assinou como um só homem, um manifesto de respeitosa admiração por êsse director — que, contudo, tinha exigido muito.

É que a maioria dos nossos músicos municipais conhecem a história da música em Nantes e estavam conscientes do que Nantes tinha perdido, perdendo o sr. Francisco de Lacerda.

O público também o sentiu. «Até que emfim!» diziam, ouvindo a orquestra nas obras arqui-conhecidas como a *Abertura de Egmont* ou em composições dum outro estilo como a *Serenata de Mozart*, «até que emfim! aqui temos uma orquestra que não está sempre a tocar *mezzo-forte!*»

Quanto aos còros, também foram duma perfeição mais graduada, duma maleabilidade de interpretação mais inteligente do que nunca, passando com facilidade do estilo «oratório» para o estilo dum Borodine.

Não sejamos ingratos para com os grandes regentes que, pela mais sensata das Direcções, tiveram a honra de ser convidados a dirigir a *Schola* de Nantes, mas prestemos homenagem à verdade: o sr. F. de Lacerda ultrapassou os seus

eminentes predecessores. Procurou e obteve uma diversidade de efeitos que, até aqui, foi talvez procurada, mas ainda nunca atingida. O sr. Lacerda compreendeu o quanto se podia esperar de cantores que, além da cultura musical, possuem uma cultura pròpriamente vocal.

Resumindo: O sr. Lacerda encontrou em Nantes um núcleo verdadeiramente digno de ser chamado um escol.

Com um legítimo orgulho o mestre Francisco de Lacerda pode pensar: «É de mim que provém a *Schola Cantorum* de Nantes.»

(«NANTES LE SOIR», 15-IV-24):

«A audição da *Paixão segundo S. João* de J. S. Bach dada pela *Schola* de Nantes é a vitória mais brilhante obtida por êste grupo tão justificadamente envejado. Foi essa vitória alcançada sob a direcção, — ia dizer sob o comando, — de Francisco de Lacerda, cuja grande arte compreende a um tempo convicção, pensamento e saber.

Tenho ouvido várias vezes a *Paixão segundo S. João* e nunca me tinha produzido a impressão profunda que senti no teatro Graslin. Faltava-lhe, mesmo sob a batuta dos mestres mais reputados, aquilo a que eu chamaria a fôrça de propulsão. O texto, ou se adornava com intenções fantasistas que lhe alteravam o sóbrio carácter majestoso, ou ficava imobilizado num ambiente sem côr. O sr. Francisco de Lacerda deu-lhe a expressão da sua significação total, sem recorrer aos processos fáceis de interpretações enganadoras, servindo-se dos únicos meios que a sua bela cultura e a sua alta probidade musical podiam admitir.

Para muitos, que se sentiram transportados, foi uma revelação. — A nossa homenagem ao director de orquestra que deu a esta audição o esplêndido relêvo, e que foi aplaudido pelo público das grandes solenidades artísticas, como se não supunha que êle pudesse aplaudir!»

(De «LE NOUVELLISTE»):

«Nada mais belo do que ver o mestre Francisco de Lacerda, na sexta-feira à noite, dirigindo a obra imensa que é a *Paixão*. Cabe-lhe a êle a enorme honra de ter pôsto de pé êste monumento — e que monumento! O magnífico director, o sábio, o mestre impregnado até à medula pelos grandes clássicos, soube comunicar à valorosa falange dos coros o amor e a psicologia da arte, no que ela tem de nobre e de elevado. Figura austera de pensador profundo e de

apóstolo convicto, Francisco de Lacerda é o tipo ideal de director em quem sabe profundar maduramente todo o pensamento do autor, demonstrando-o aos seus executantes pelo seu gesto claro e preciso e pelo seu olhar que reflecte uma vontade de ferro. Nenhum outro director dos que precederam Francisco de Lacerda, por mais ilustre que fôsse, obteve os resultados de conjunto, de *nuances* e sobretudo de compreensão musical que tivemos a alegria de presencear na sexta-feira. Uma sociedade que está no seu 5o.º concêrto pode com justa razão orgulhar-se com um sucesso. Mas seja-nos permitido, com tôda a estima que professamos pela *Schola Cantorum* de Nantes, manifestarmos francamente o nosso desejo. — O que importa antes de mais nada é que o sr. Francisco de Lacerda fique aqui, se querem que os coros continuem a sêr uma falange musical de primeiro plano, — porque êste regente de tanta superioridade manifestou o *Génio da direcção.*»

Do diário parisiense *Le Figaro*, de 19 de Maio, transcrevemos alguns períodos da crítica que Robert Brussel, director da Associação Francesa de Propaganda e Intercâmbio Artístico e membro da Comissão de Organização dos Jogos Olímpicos Internacionais, publicou sôbre o concêrto que o maestro Francisco de Lacerda realizou a 15 de Maio no Teatro dos Campos Elíseos, regendo os coros da *Schola Cantorum de Nantes* e a orquestra *Colonne*, e executando a *Paixão segundo S. João* de J. S. Bach:

«Um grande acontecimento artístico se deu esta semana, que, pela sua importância e interêsse, nunca será suficientemente pôsto em relêvo: a execução da *Paixão segundo S. João* de J. S. Bach, pelos coros da *Schola Cantorum de Nantes* e pela nossa orquestra *Colonne*.

.....

O sr. F. de Lacerda, antigo aluno e mais tarde professor da *Schola Cantorum de Paris* e director-fundador da *Filarmonia* de Lisboa, dirigiu a «*Paixão*» com um cuidado religioso e inteligente, um grande respeito, obtendo assim, sem artifício, uma justa interpretação. Triunfou por completo. A sua execução teve inteiramente o carácter que devia ter.»

CLÁUDIO CARNEIRO

CLÁUDIO Carneiro, moço compositor, filho do ilustre artista António Carneiro, fêz executar pela orquestra de Gabriel Pierné, um *prelúdio, coral e fuga*, para cordas. O êxito desta primeira audição acha-se bem fixado nas palavras de Alfredo Bruneau *(Le Matin*, 27-Outubro-23): «Paris, Gabriel Pierné executou um trecho notàvelmente escrito para o quarteto de cor-

das. É de-veras musical, muitíssimo bem equilibrado, sòlidamente estabelecido e construido, de forma clássica, de linha severa, de irrepreensível estilo; soa maravilhosamente e não merece senão elogios. Uma tal página haveria seguramente obtido o primeiro prémio no Conservatório. O público recompensou-o com os seus aplausos.»

RENASCIMENTO MUSICAL.

O *RENASCIMENTO MUSICAL* precedeu os seus concertos desta nota inserta nos programas:

O RENASCIMENTO MUSICAL seguindo a orientação nacionalista que preside à sua actividade, encarregou o compositor e musicógrafo Ivo Cruz de organizar uma série de Concertos Históricos de Música Portuguesa, — iniciativa de transcendente importância para a Arte Nacional e que pela primeira vez se efectiva entre nós.

As diferentes fases do desenvolvimento da Música em Portugal — épocas Clássica, Romântica e Moderna, — serão apresentadas sintèticamente em três recitais acompanhados de conferências.»

Realizaram-se com simpático êxito os concertos cujos programas transcrevemos, sendo de justiça destacar a conferência que o dr. Fernandes Lopes realizou no último dêles:

Concertos Históricos de Música Portuguesa na Liga Naval — 1.º Concêrto: ÉPOCA CLÁSSICA (31 de Janeiro).

Colaboraram: — *Evaristo Campos Coelho*, pianista; *Eduardo Libório*, conferencista; *Fernando Amado*, que pronunciou algumas palavras de abertura.

Executaram-se composições de: — P.e Rodrigues Coelho (Séc. XVII), Xavier Baptista, Sousa Carvalho e Fr. Carlos de Seixas (Séc. XVIII); Domingos Bomtempo e Joaquim Casimiro (Séc. XIX).

2.º Concêrto: ÉPOCA ROMANTICA (26 de Fevereiro).

Colaboraram: — *D. Alice Rey Colaço, D. Laura Wake Marques, D. Marina Dewander Gabriel* e *Eduardo Libório*, conferencista.

Executaram-se composições de: — João Guilherme Daddi, Miguel Angelo Pereira, Artur Napoleão, Augusto Machado, Alfredo Napoleão, Timóteo da Silveira, Alexandre Rey Colaço, Tomás Borba, D. Honorina de Morais Graça, Ad. Brinita, Condessa de Proença-a-Velha e Óscar da Silva.

3.º Concêrto: ÉPOCA MODERNA (31 de Março).

Colaboraram: — *D. Laura Wake Marques, D. Marina Dewander Gabriel* e *Dr. Francisco Fernandes Lopes*, conferencista.

Executaram-se composições de: — Luís Costa, Francisco de Lacerda, David de Sousa, Tomás de Lima, Fernandes Lopes, Luís de Freitas Branco, D. Laura Wake Marques, Ruy Coelho, Sampaio Ribeiro, D. Maria Antonieta Lima Cruz, Frederico de Freitas e António de Lima Fragoso.

RUY COELHO.

O PRIMEIRO prémio concedido por um júri constituído em Madrid para escolher uma ópera original num concurso aberto a portugueses e espanhóis, coube a Ruy Coelho, com a *Belkiss*, sôbre o poema de Eugénio de Castro.

O compositor das *Canções de Saudade e Amor* — os primeiros *lieder* portugueses, e em que há páginas admiráveis — foi festejado num jantar que artistas da sua geração lhe ofereceram, e em que êle, num brinde sincero, descreveu a sua juventude de marítimo na aldeia natal, donde saíu, subsidiado por bons patrícios, para estudar música.

MARGINALIA

CONGRESSO DE ESCRITORES GALEGOS E PORTUGUESES

DO *Instituto de Estudios Gallegos*, da Corunha, recebemos uma convocatória assinada pelos srs. profs. Manuel Casás Fernández, presidente do Instituto, Félix Estrada Catoira, Eugénio Carré Aldao e Fernando Martínez Morás, em que se trata do futuro congresso de escritores galegos e portugueses, a realizar no mês de Agosto próximo naquela cidade.

A *LVSITANIA*, que incluiu no seu programa a sincera, leal e por tantas altas razões fundamentada aproximação da Espanha, acolhe com muito prazer a idea lançada pelo Instituto da Corunha. E com tanto mais gôsto o faz, quanto os termos em que a convocatória vem redigida correspondem com precisão ao que nós próprios pensamos do problema das relações luso-hispanas. Transcrevemos a seguir alguns períodos do nobre documento que nos foi enviado e saüdamos afectuosamente os nossos ilustres confrades da Galiza, terra fraterna onde vibrou com imortal paixão e graça a voz de doloroso e meigo roussinol de Rosalia Castro:

El Instituto de Estudios Gallegos, *que viene dedicando sus entusiasmos y sus esfuerzos a todo cuanto sea útil al renacimiento y grandeza de Galicia, a la mayor gloria de la Patria española, cree prestar un servicio a estos altos fines, patrocinando la iniciativa de la organización de un Congreso de escritores gallegos y lusitanos, que contribuya a la más íntima aproximación de Portugal a nuestra tierra.*

Españoles y portugueses debemos realizar juntos la reconquista espiritual de los pueblos que nos son afines en América; pero se impone para ello, como primera y perentoria necesidad, que España y Portugal se acerquen en el corazón como lo están en la naturaleza. Esta gran empresa se ha de efectuar principalmente por sus más genuinos embajadores, que son los escritores, los poetas, los hombres de ciencia, cuantos, en fin, en uno y otro pueblo, representan sus más altos y nobles valores culturales.

Hay que prevenirse contra el equívoco peligroso que se oculta con el disfraz de latinismo, *y que, en resumen, sólo tiende a desplazar a España y Lusitania de la hegemonía que por justos títulos les corresponde en los pueblos del continente americano.*

Afortunadamente, en las Repúblicas hispano-portuguesas de América, ahora, más que en tiempo alguno, se

afirma con fervoroso entusiasmo su entronque con la patria común; y acá y más allá del Atlántico alienta el ideal de una confederación de todos los Estados que reconocen una misma identidad de história, idioma y cultura, para formar la poderosa personalidad internacional de la familia ibérica.

En esta noble empresa Galicia puede servir de cordial mediadora, por su mayor identidad étnica y sentimental con Lusitania.

Por eso de Galicia debe provenir la iniciativa de un eficaz movimiento de aproximación al pueblo hermano, y nadie más autorizados para esta elevada embajada espiritual que los escritores de ambos pueblos, porque son quienes han de recoger y extender por el solar ibérico el latido cordial de nuestras aspiraciones.

El Congreso de literatos gallegos y lusitanos se reunirá en La Coruña en el mes de Agosto del presente año, y en él se tratará de problemas importantes en las relaciones de cultura entre España y Portugal, dedicando especial atención al fomento de las que mantiene Galicia con su vecina y hermana.

El Congreso que nos proponemos organizar, puede servir de antecedente y preparación de otro más amplio de representantes de la cultura hispano-portuguesa, comprendiendo, naturalmente, a nuestros hermanos de América ibérica; y de este modo, conservando intangible la soberania política de uno y otro pueblo, por la acción de los literatos, artistas y pensadores, en primer término, y después por la armonia y compenetración de los intereses económicos que ofrece una positiva y sólida realidad, podremos aspirar, en un futuro próximo, a la mutua cooperación de nuestros esfuerzos para proseguir laborando por la grandeza y glorificación de la raza.

ANTERO DE QUENTAL

A *LVSITANIA* acompanha de longe, com veneração, as espirituais homenagens prestadas em Ponta Delgada à memória do maior dos Açoreanos, que ali vai ter o seu monumento. Impedidos, por motivos particulares, de se incorporarem na romagem anteriana, os dois redactores da *LVSITANIA* convidados especialmente para ela associam-se-lhe dêste modo, e prestam à memória admirável do poeta e pensador dos *Sonetos* o seu comovido tributo. O culto da Ilha natal prestado a Antero ennobrece os que lho dedicam; e atesta a cultura, em muitos ramos notável, da vida açoreana, cujo desenvolvimento se tem produzido como exemplo patriótico.

Dentre os açoreanos que trabalharam para o mais belo resultado da missão ao arquipélago que representa um dos mais nobres rincões da Pátria, recordaremos o dr. José Bruno, director do *Correio dos Açores*, o dr. Humberto de Bettencourt e o sr. António Hintze Ribeiro, aos quais cumprimentamos agradecidamente.

MARGINALIA

AFRANIO PEIXOTO

O NOME ilustre do presidente da Academia Brasileira avulta para nós também como o dum dos mais certos e nobres lusíadas do Brasil — dêsses para quem a *LVSITANIA* é em verdade lar fraterno onde serão sempre bem-vindos ao nosso coração e ao nosso espírito.

Publicará esta Revista colaboração Camoniana do autor glorioso de *Maria Bonita*, de *Bugrinha*, de *Minha terra e minha gente*, de *Castro Alves*, e doutras obras em que Afrânio Peixoto se afirma como um dos mais altos representantes das aspirações cívicas e literárias do seu país, e mestre desta comum e querida linguagem em que o saüdamos com muita admiração e afecto.

A ESTÁTUA DE CAMILO

CREMOS que do centenário camiliano virá a ficar, no seu conjunto, distinta lembrança. O movimento camilista é assaz vasto e dedicado para que dêle saia bastante de bem pensado e louvável. Quanto à estátua, daqui pedimos aos camilistas que considerem com rigoroso cuidado um caso de realização tão difícil sempre.

Não se esqueça, mais uma vez, que num monumento dessa ordem a parte escultural só pode atingir beleza e glória quando o enquadramento, o fundo e o *ambiente* em que a dispuserem se harmonizarem e conjugarem para o mesmo fim.

Pensam os câmilistas em erguer em Lisboa a estátua de Camilo.

Mas em Lisboa, sinceramente, não conseguimos *vê-lo*. ¿ Como concordariamos em que se aprisionasse o grande Provinciano — na magnífica expressão duma palavra antipática aos *snobs* — em rua ou praça de cidade onde êle foi, por seu bem, tão forasteiro ? No Pôrto, sim, já se compreende a sua imagem, trajada com o dandismo dos *leões* da época e armada com aquela badine de goma elástica de que o polemista se lembrou com saüdades na velhice.

De-mais, o carácter de Camilo não o torna compatível com monumentos dòcilmente integráveis na via pública, cada vez menos recomendáveis como obras de arte e, sobretudo, nesta actual Lisboa, onde a falta de decorosos conjuntos é angustiosa aos olhos afinados. Não aburguesemos o romântico rebelde. Aceitêmo-lo admirando-o como êle foi — génio patético, convulso, irregular. Não engaïolemos o lobo da serra, que tanto repugna a idílicos recantos de jardim como a oficiais evidências de estadista ou marechal. Já quando, por acintoso e propício acaso, ardeu em labaredas de tão camiliano jeito a sua casa — como se de dentro dela súbito irrompessem as dores e os remorsos que ali se haviam curtido, — lha reedificaram, sendo

isto precisamente o que se faz aos prédios de tôda a gente...

Todavia, dir-se hia que o incêndio fôra disposto pela Providência, com o subtil fito de engendrar o local do monumento de Camilo Castelo Branco. Se se tem sabido aproveitar êsse misterioso ensejo, então sim, valeria a pena empreender de longe a jornada de Seide, só para sentir o terrível arrepio de tal visão: o vulto dêsse homem projectado sôbre as ruínas do seu trágico sofredoiro!

Ousamos aconselhar os camilistas a que se acautelem com a estátua. De-certo não hão de êles querer que, pelo amor votado a Camilo, se erija em Lisboa um monumento ao visconde de Correia Botelho.

A. L. V.

BRITO PAIS, SARMENTO DE BEIRES

A *LVSITANIA* acompanha e faz fervorosos votos pela fortuna dos nossos aviadores que com tanta bravura e destreza voaram de Milfontes à Índia.

O impulso da subscrição nacional, a que o Brasil acorreu generosamente como de costume, foi de-veras interessante. E se êste vôo não pode assumir a importância scientífica e política do que levou a Cruz de Cristo ao Rio de Janeiro, é contudo mais uma admirável afirmação de ansiosa vontade de servir a Nação.

— Quando uma lebre se levanta em Portugal — preguntou uma vez Carlos V ao embaixador português — onde ides vós matá-la?

— Á Índia, meu senhor — respondeu êle.

Assim a heróica desenvoltura dêstes rapazes os leva, sem as condições que se reservam os mais bem apetrechados, a percorrer de novo modo velhos caminhos tão familiares aos lusíadas.

REVISTA DE FILOLOGIA PORTUGUESA, DE SÃO PAULO

AO assumir a direcção desta distintíssima Revista, por falecimento do antigo director o ilustre professor Sílvio de Almeida, o nosso muito prezado e querido amigo sr. dr. Mário Barreto, apresenta-lhe a *LVSITANIA* os seus cumprimentos.

Sob a direcção dêste eminente filólogo, «mestre no Brasil dos que sabem», a publicação paulistana continuará e desenvolverá uma acção scientífica da mais alta importância para a boa fortuna da Linguagem que significa, para portugueses e brasileiros, o mais belo e certo penhor nacional.

PRESTE JOÃO

O PRINCIPE regente da Etiópia, numa das suas falas em Paris, foi bastante espirituoso e exacto para

dizer que os portugueses tinham sido os europeus que primeiramente penetraram no seu país. A êste propósito transcrevemos dum recente artigo do prof. Manuel Ramos: «Um modesto dominicano, frei João dos Santos, autor dum livro por todos os títulos notável, a *Etiópia Oriental*, deixou-nos nesta obra um repositório completo de quanto pode solicitar a atenção dos leitores modernos mais exigentes. Como exemplo, só diremos que êste digno continuador de Duarte Barbosa, um dos fundadadores da etnografia, nos descreve os jazigos e a exploração do oiro da região moçambicana com uma precisão tal que o sr. Freire de Andrade, que conhece o assunto *de visu* e é um distintíssimo engenheiro de minas, afirma que às informações de frei João dos Santos pouco ou nada há a acrescentar.»

A LVSITANIA E O INTERCÂMBIO ARTÍSTICO

FEITA sobretudo no intuito de reünir materiais para uma futura História de Portugal, em que todos os valores do nosso passado sejam *postos* no seu lugar e estudados na sua verdadeira luz, a *LVSITANIA*, com o *Sommaire*, visa também a tornar-nos melhor conhecidos lá fora, onde, infelizmente, nem sempre o país é avaliado com justiça, e isso por falta de elementos que permitam uma boa e são análise da nossa cultura.

Que os nossos esforços não tem sido baldados provam-no os aplausos e incitamentos que de tôda a parte temos recebido e que, em muitos países, se começa já a traduzir da maneira mais eficaz, ou seja a remessa de colaboração subscrita pelos nomes de alguns dos seus scientistas mais eminentes.

Gratíssimos a todos, queremos porem agora especializar o ofício que acaba de ser dirigido a José de Figueiredo pelo Director Geral do Intercâmbio Artístico em França, ou seja a mais alta entidade que, no Ministério da Instrução e Belas-Artes, se ocupa do assunto nesse país.

Acusando a recepção dos dois fascículos da *LVSITANIA* que lhe foram mandados, o ilustre funcionário considera a nossa Revista como «um dos mais altos serviços que se tem prestado ao bom nome de Portugal e ao melhor e mais perfeito conhecimento das riquezas artísticas do país.»

SANCHEZ CANTON

DO ilustre catedrático e sub-director do Museu do Prado, de Madrid, recebeu o Dr. José de Figueiredo uma carta de que extractamos as boas palavras seguintes, as quais nos são gratas por serem mais uma prova das excelentes relações espirituais entre portugueses e espanhóis.

«Estoy en deuda con V. Fué parte en la demora en contestarle, una excursion que acabo de hacer por toda Italia.

Durante mi ausencia llegaron los dos primeros numeros de *LVSITANIA*. Agradesco extraordinariamente su envio. Es una revista notabilissima y que se puede contar entre las mejores del mundo. Aqui no tenemos ninguna que la supere; sólo la *Revista de Occidente* puede equipararsele, siendo fundamentalmente diferentes. Mi enhorabuena más cordial. Están V.ds en un periodo de singular floracion en los estudios históricos. Singularidad que estriba en la alianza de la más rigurosa superioridad técnica, con la grazia y la belleza en la exposición.

Su amigo y discipulo

a) T. I. Sanchez Canton.

Madrid, 13 Junio, 1924.»

«RAID» E «ÉTAPES»

DEMONSTRARAM já os competentes, na ocasião do vôo ao Brasil, que a palavra inglesa *raid* é perfeitamente imprópria para designar uma viagem aéria. E que a palavra francesa *étape* é fàcilmente dispensável e de uso grotesco em fala nossa. Porém a imprensa em Portugal não se comove com tais coisas, e coroa os grandes feitos nacionais aplicando-lhes aquela « remendada capa de pedinte » com que um puro escritor definiu a língua maltratada.

RECTIFICAÇÃO

COM pesar temos de rectificar as palavras de amizade dedicadas em o nosso fascículo II ao historiador brasileiro sr. Oliveira Lima. Num artigo que êste senhor estampou na *Prensa* de Buenos-Aires acêrca de política internacional, considera êle a Portugal como «*quantité négligeable*». Nestas condições, continuaremos a prezar o historiador nas suas obras, mas não podemos apertar a mão que escreveu, em hora turbada, aquêle artigo da *Prensa*.

«AMADIS» EM ESPANHA

RECENTEMENTE publicou-se em Espanha um *Amadis de Gaula arreglado por Carmen de Burgos*. Não nos deteremos no exame dêste assunto, em que, segundo a autora, « la tradición no se desmiente: poetas portugueses y damas españolas aman los libros de caballerias.» É estranho que o livro não traga data alguma de publicação ou impressão, e a autora se refira à *quási simultaneidade* das obras portuguesa e espanhola — distanciadas por ano e meio no aparecimento.

Mas o que é grave, por ser de manifesta injustiça que nacionalmente nos magoa, é que a autora lance sôbre a

ilustre memória do abade Correia da Serra a inaudita suspeição de falsário! Tomando como sendo de *valor indiscutível* a referência de Azurara a Vasco de Lobeira, na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, a autora entende poder destruí-lo, dizendo isto: «Este testimónio seria de un valor indiscutible si se hubiera conocido antes del año 1792. El haber permanecido inédito tanto tiempo, *permite dudar de su veracidad.*» A memória honrada e benemérita de Correia da Serra, restituïdor dêsse texto, está muito acima de suspeições caluniosas.

Que em Espanha se aprendesse a amar o *Amadis* depois que a reconstituïção portuguesa apareceu, muito nos contenta. Mas é necessário, por honra das Letras e da Cavalaria, que os *arregladores* não exorbitem, ofendendo-nos em prémio.

MUSEU NACIONAL DE ARTE CONTEMPORANEA

AGUARDAMOS a reabertura dêste Museu, após as obras importantes que lhe foram feitas, para lhe dedicarmos os elogios que merece e para enaltecermos a acção, tão dedicada e desinteressada, do grande mestre Columbano, seu director.

O glorioso pintor dotou a Nação com mais um museu que seria admirável em qualquer país, já pelas obras expostas, já pela disposição obtida. Assim aproveitou Columbano o *ambiente* das sólidas e caiadas paredes conventuais, para emmoldurar, sempre com bom-gôsto e deliciosamente às vezes, como nessa encantadora sala dos pilares, as obras de arte que o museu encerra.

«IN MEMORIAM»

A DEVOÇÃO e a amizade consagradas à lembrança de quem morreu, são formosos sentimentos, e o editor Correia, da *Portugalia*, demonstrou-os com largueza pela sua parte no rico volume *In Memoriam* do Conde de Sabugosa,—o último gentil-homem das nossas Letras, cujas obras e cuja recordação ficam como bem portuguesas e bem amáveis.

URIEL E SPINOSA

O PROF. Carlos Gebhardt, o mestre actual do Spinosismo e que os leitores da *LVSITANIA* já conhecem pelas referências da senhora D. Carolina Michaëlis no seu estudo acêrca de Uriel da Costa, virá pròximamente a Portugal. Segundo a presunção do ilustre professor, Uriel e Spinosa *meditavam em português*, e o sr. Gebhardt, que conhece a nossa língua, vem até nós com o desejo de também conhecer a pátria originária do grande pensador da *Ética*, e a dêsse outro grande mártir de Uriel, que, partindo dos estudos de Coimbra, foi viver

na Holanda uma, senão a mais lancinante das tragédias mentais de que reza a história do pensamento humano.

CAMÕES

A *LVSITANIA* publicará um fascículo Camoniano. Esta é a maneira de celebrarmos a Data nacional — já que não lograríamos impor ao Estado a nossa concepção de comemorar o centenário do Padróeiro espiritual da Pátria.

ANTIGUIDADES ASSÍRIAS

APRESADAS com o navio que as transportava para um pôrto alemão, estas antiguidades não contêm qualquer interêsse especial para Portugal, e ficariam deslocadas em um nosso museu arqueológico.

Cremos que o bom-senso indica que se entregue tal presa de guerra ao govêrno de Berlim, recebendo em troca o nosso país obras de arte que encerrem significação para nós.

I VOLUME — CAPAS

COM o presente fascículo, termina a *LVSITANIA* o seu primeiro volume. Os pedidos de aquisição de capas de carneira, com ferros especiais, para encadernação desta Revista, poderão ser feitos desde já em a nossa administração ou por intermédio das livrarias. Com as capas será distribuído um índice remissivo do volume.

SOMMAIRE DU NUMÉRO 3

PORTRAIT DE DAMIÃO DE GOES, par ALBERT DÜRER.

CE dessin au fusain, conservé à l'*Albertine* de Vienne, a été identifié en 1878 par l'historien d'art Joaquim de Vasconcelos, qui le date de 1526-1527 environ. La monographie consacrée à cette question par l'éminent critique étant devenue introuvable, la *LVSITANIA* en réimprime le chapitre qui traite des relations du maître de Nuremberg avec l'humaniste portugais ami d'Erasme.

L'ECU DE PORTUGAL, (II. Histoire), par ANTONIO DE VASCONCELOS, Professeur à l'Université de Coimbra.

APRÈS la légende (Fascicule II), l'auteur aborde l'histoire de l'écu de Portugal d'après les données numismatiques, sphragistiques et diplomatiques. Le premier écu de D. Afonso Henriques, qui ne saurait être antérieur à 1180, semble avoir été un écu ovale avec une simple croix d'azur sur champ d'argent. Mais dès 1183 apparait sur un sceau une croix à douze écussons chargés de besants. La contesse Mathilde, fille de ce roi, porta en Flandre l'écu de son père, de forme amygdaloïde, portant cinq écussons triangulaires en croix avec besants. Le sens symbolique de ces armoiries, ce sont les armes au service de la foi, et, dans la tradition héraldique, les besants reppellent l'argent dépensé pour des œuvres méritoires. L'écu de D. Sancho II porte les écussons ovoïdes à quatre besants. C'est D. Afonso III qui ajoute, le premier, la bordure châteaux d'or sur orle de gueules (1250), symbolisant la conquête des châteaux de l'Algarve. D. João I, Maitre d'Avis, plaça l'écu fondamental sur la croix de son Ordre. Cette particularité disparut avec D. João II, qui fixe à sept le nombre des châteaux et redresse les deux écussons latéraux, jusque là couchés, la pointe vers le centre. Depuis l'ors, l'écu, en quatre siècles, n'a subi ancune modification sauf, en 1816, d'adjonction de la sphère armillaire, symbole du Royaume Uni, qui disparut en 1825 avec l'indépendence du Brésil. Aujourd'hui, la ephère n'est plus qu'un accident ornemental, sans aucune signification héraldique, comparable à l'hermine aux branches de laurier.

LVSITANIA

EÇA DE QUEIROZ ET LA RENAISSANCE DE LA LANGUE PORTUGAISE, par JAIME DE MAGALHÃES LIMA.

LE grand romancier Eça de Queiroz († 1900) est étudié ici en tant que rénovateur de la prose portugaise : à cet égard, son influence a été puissante en n'est pas encore épuisée.

Artiste subtil, doué d'un rare pouvoir d'évoquer les âmes et les choses, son empire s'est exercé aussi au Brésil avec une intensité particulière, et le monument qui lui a été élevé à Rio de Janeiro est un beau témoignage de gratitude d'un peuple au radieux avenir envers un des maîtres de la langue qu'il parle.

LA VIE ET LA MORT DE TEÓFILO BRAGA par AGOSTINHO DE CAMPOS.

M. AGOSTINHO de Campos se partage pas l'effroi que certains éprouvent à l'idée de juger dès aujourd'hui le disparu. Il risque un portrait moral de cet étrange homme, nationaliste en histoire littéraire, cosmopolite et jacobin en politique, qui fit œuvre en partie constructive dans une équipe de démolisseurs, et qui resta fidèle à sa foi jacobine tandis que ses compagnons se convertissaient. Accessible à la haine et à l'envie, étroit, nullement exempt de petitesses, sa vie pauvre, laborieuse et libre reste un curieux exemple civique. Ecrivant sans ordre et sans grâce, obsédé, par une idéologie arbitraire, l'infatigable ouvrier n'a point élevé de monument qui dure : mais son effort d'un demi-siècle pour la défense et illustration des lettres portugaises n'en reste pas moins fécond. Injuste pour les vieux prosateurs, théologiens ou imbus de catholicisme, il a bien mérité de la poésie de son peuple. Ceux qui redressent, avec une méthode rigoureuse, les erreurs contenues dans son œuvre, ne doivent-ils rien à l'enthousiasme dont il a brûlé ?

LE KAMAL, par le Prof. LUCIANO PEREIRA DA SILVA.

LE pilote maure qui conduisit Vasco de Gama de Melinde à Calicut prenait la hauteur des astres à l'aide d'un instrument composé de trois planchettes, dont l'emploi était semblable à celui de l'arbalète. Les pilotes de la flotte de Pedro Alvares Cabral emportaient, pour la même opération, les *planchettes des Indes*. Un instrument analo-

SOMMAIRE

gue, appelé *Kamal*, était encore en usage à la fin du siècle dernier chez les pilotes arabes et hindous. Le *Livro da Marinharia*, manuscrit du milieu du XVI[e] siècle publié en 1903, mentionne, non sans obscurité, les *tablettes* nautiques. M. Pereira da Silva en explique l'emploi, et conclut qu'à l'astrolabe, au quadrant, à l'arbalète, il faut ajouter les tablettes nautiques pour compléter la liste des instruments d'observation des hauteurs utilisés par les navigateurs portugais à l'époque des découvertes.

LE POEME DU CID. Adaptation portugaise de la Chanson de Geste Castillane, par AFONSO LOPES VIEIRA.

SUITE et fin du Chant premier. Commencement du chant second : *Les Noces des filles du Cid.*

BIBLIOGRAPHIE. Signalons entre autres articles :

a) Réponse de M. Bettencourt Rodrigues à Carlos Malheiro Dias, à propos du problème des *relations luso-brésiliennes* (Voir le N° II de *Lusitania*).

b) Note de José de Figueiredo sur le *Catalogue du Musée des Carosses de Lisbonne*, excellent inventaire de cette collection unique au monde, dressé par son Directeur, le Prof. Luciano Freire.

c) Un livre de Matos Sequeira donne a Reynaldo dos Santos l'occasion d'identifier le sujet de *deux enluminures* d'un Livre d'Heures du Musée de Lisbonne, dont l'une représente l'enterrement du Roi D. Manuel sortant du Palais de la Rive, et, au centre, l'office des morts dans la nef de la Cathédrale de Lisbonne ; l'autre, la cérémonie du bris des écus dans une rue fameuse de l'antique Lisbonne du XVI[e] siécle. Leur coïncidence décisive avec les descriptions d'un document contemporain confère à ces enluminures une précieuse valeur documentaire qui s'ajoute à leur mérite artistique.

d) L'exposition de porcelaines de Vista Alegre. — D'ans l'article qu'il consacre à l'Exposition rétrospective organisée pour célébrer le centenaire de Vista Alegre, M. José de Figueiredo retrace l'évolution de la Manufacture : il insiste sur l'importance de la verrerie, et arrive même à cette conclusion que les porcelaines de la première période trahissent la direction des maitres verriers. Tout en soulignant les influences, sortout françaises, que la Manufacture a subies par la suite, avec les maitres Victor Rousseau et Fortier, il fait ressortir le haut degré de perfection technique atteint par la fabrication, tant des porcelaines dures que des biscuits.

e) Études sur la traduction espagnole du livre de Suess: *Das Antlitz der Erde;* — sur la correspondance inédite des Fugger d'Augsbourg (1568 e 1605), publiée par Victor Klarwill (nouvelles de Portugal; la disparition du roi Sébastien; la prise de Lisbonne par le Duc d'Albe, etc.).

f) La Langue portugaise ao Japon. — Extrait d'un discours prononcé en portugais par un élève japonais de l'Ecole de langues étrangères, à Tokio, le Mai 1923:

En 1543, XII[e] année de Temmon, trois portugais qui allaient du Sian à Canton — et selon l'histoire, ces trois portugais s'appelaient Antonio da Motta, Francisco Zeimoto et Antonio Behoto, — arrivèrent, poussés par la tempête, à l'île de Tanegashima. Tokitaka, daïmio de cette île, obtint de ces portugais un mousquet et apprit la façon de le manier et de le monter. Ce furent les premiers européens qui vinrent au Japon, et c'est ainsi que la langue portugaise fut la première langue européenne parlée au pays d'Oyamato.

Depuis lors, les Portugais vinrent sans discontinuer; certains s'efforcèrent de propager le christianisme, d'autres se consacrèrent au commerce. Nobunaga Oda aimait tant le catholicisme qu'il fit construire une église à Kioto, où les moines portugais célébraient le culte et enseignaient leur religion. C'est à cette époque que d'innombrables mots portugais s'introduisirent dans la langue japonaise: la plupart de ces mots sont encore usités aujourd'hui.

N'omettons pas un autre fait historique très intéressant. Le premier pays européen ou débarqua un japonais fut le Portugal. Le Daïmio Otomo, qui se convertit au catholicisme, en 1582, envoya son petit-fils Yoshikata Ito en ambassade au Vatican. Ce Yoshikata Ito partit de Nagasaki sur un vaisseau portugais, et, doublant le Cap de Bonne Espérance, arriva à Lisbonne.

Cette circonstance rendit les relations entre le Japon et le Portugal de plus en plus intimes.

Mais pendant le Shogunat de Ijeyasu, on commença, par haine du christianisme, à expulser les Portugais, et finalement, en 1612, on ferma complètement le pays aux étrangers.

g) Notes critiques d'Antonio Sergio sur *Le Dix-septième siècle en Portugal* d'après M. Murias, et sur le tome II des *Episodes dramatiques de l'Inquisition Portugaise* d'Antonio Baião, Directeur des Archives Nationales de Lisbonne.

h) Musique. — Composition de Claudio Carneiro exécutée à Paris par G. Pierné, et hautement appréciée par A. Bruneau.

SOMMAIRE

Concerts historiques de musique portugaise organisés par Ivo Cruz.

Premier prix remporté à Madrid par le compositeur Ruy Coelho avec son *Belkiss*, opéra composé sur le poème d'Eugenio de Castro.

Triomphe du Maitre Francisco de Lacerda dans sa récente tournée à Marseille, Montreux, Nantes, La Rochelle et Paris, où il a dirigé, au théâtre des Champs Élysées, l'exécution de la *Passion selon St. Jean* de Bach, avec chœurs de la *Schola Cantorum* de Nantes.

ERRATUM:

Por engano da tipografia, saiu com a assinatura de António Sérgio a *Nota da Redacção* de páginas 467-68, que aliás facilmente se perceberia não haver sido redigida por êle.

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS

– *O preço dêste fascículo é de 12$00 para a venda avulso.*